



# ENTRE A NATUREZA E O ARTIFÍCIO

PERCEPÇÕES E PERSPECTIVAS NOS PROJETOS PARA PARQUES URBANOS E ORLAS FLUVIAIS NA AMAZÔNIA

MAURICIO DE BRITO E CUNHA VALLADARES

Foto da Capa:

Encontro das Águas do Rio Negro e Rio Solimões, Manaus, Amazonas

Foto de Leonide Príncipe. Fonte: "Amazônia - cores e sentimentos", 2003.

## ENTRE A NATUREZA E O ARTIFÍCIO

PERCEPÇÕES E PERSPECTIVAS NOS PROJETOS PARA PARQUES URBANOS E ORLAS FLUVIAIS NA AMAZÔNIA



MAURICIO DE BRITO E CUNHA VALLADARES

## ENTRE A NATUREZA E O ARTIFÍCIO

PERCEPÇÕES E PERSPECTIVAS NOS PROJETOS PARA PARQUES URBANOS E ORLAS FLUVIAIS NA AMAZÔNIA

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado do Programa de Pós Graduação em Urbanismo, da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Urbanismo.

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Ana Lucia Nogueira de Paiva Britto

RIO DE JANEIRO  
2008

V176e Valladares, Mauricio de Brito e Cunha.

Entre a Natureza e o Artificio: percepções e perspectivas nos projetos para parques urbanos e orlas fluviais na Amazônia / Mauricio de Brito e Cunha Valladares - 2008.

212 p.

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup> Ana Lucia Nogueira de Paiva Britto  
Dissertação (Mestrado em Urbanismo) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

Bibliografia: f. 203-206.

1. Projeto Urbano. 2. Cidades Amazônicas. 3. Meio Ambiente Urbano. 4. Filosofia da natureza.

I. Britto, Ana Lucia Nogueira de Paiva. II. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Programa de Pós Graduação em Urbanismo. III. Título.

CDD: 711. 409811

MAURICIO DE BRITO E CUNHA VALLADARES

## ENTRE A NATUREZA E O ARTIFÍCIO

PERCEPÇÕES E PERSPECTIVAS NOS PROJETOS PARA PARQUES URBANOS E ORLAS FLUVIAIS NA AMAZÔNIA

Dissertação submetida ao corpo docente do Programa de Pós Graduação em Urbanismo, da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Urbanismo.

Aprovada por:

---

Prof.<sup>a</sup>. Dr.<sup>a</sup>. Ana Lucia Nogueira de Paiva Britto – Orientadora (PROURB – FAU – UFRJ)

---

Prof. Dr. Henri Acselrad (examinador externo, IPPUR – UFRJ)

---

Prof. Dr. Cristovão Fernandes Duarte (examinador interno, PROURB – FAU – UFRJ)

---

Prof.<sup>a</sup>. Dr.<sup>a</sup>. Margareth A. C. da Silva Pereira (examinadora interna, PROURB – FAU – UFRJ)

RIO DE JANEIRO

2008

## AGRADECIMENTOS

A Ana Lucia Britto, pela orientação deste trabalho, pela paciência e estímulo, e principalmente pela renovada compreensão de cidade me permitida pela Geografia. Pelas angústias e falhas que só a orientadora conhece, merece, por fim, meu duplo agradecimento.

A Margareth da Silva Pereira, pela sua constante disponibilidade que, em momentos de aflição, nunca se recusou a ajudar um aluno teimoso.

A Cristovão Fernandes Duarte, pelas críticas firmes e necessárias, quando do exame de qualificação, sem as quais não poderia ter alcançado o pouco do que pude na Amazônia.

A Lucia Maria Costa, pelas dicas preciosas e pela pequena impulsão, mas totalmente necessária, em direção ao intercâmbio acadêmico que me colocou a questão da segregação sócio-espacial sem a qual não concluiria este trabalho.

Ao corpo docente do PROURB, cujos ensinamentos foram imprescindíveis para a construção deste estudo, agradeço imensamente.

Aos funcionários e coordenação do PROURB, em especial à Prof<sup>a</sup> Denise Pinheiro Machado, pelo apoio e atenção conferida ao longo dos meses que estive à frente da Instituição.

Aos colegas de curso, cujo companheirismo e trocas de experiências, sempre estimulantes, foram fundamentais.

A Josiane de Fátima Nogueira, pelo apoio incansável, sempre presente, pelas calorosas discussões, e principalmente pela amizade incondicional que tornou mais prazerosa a passagem pelo programa.

A Fernanda Magalhães, pela força nos momentos difíceis que só uma amiga, e arquiteta, é capaz de dar.

A Rosa Grena Kliass que, com grande atenção e simpatia, sempre se mostrou solícita a contribuir com esta pesquisa.

Aos diversos órgãos públicos que contribuíram com informações indispensáveis para esta pesquisa, em especial à Secretaria de Cultura do Governo do Estado do Pará e às Prefeituras Municipais de Porto Velho, Manaus, Boa Vista e Macapá.

A Biblioteca do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da Universidade Federal do Pará, cujo acesso irrestrito foi indispensável, sem o qual esta pesquisa não teria sido possível.

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico CNPq, pela bolsa de estudos concedida durante curso do mestrado.

Ao Programa Alfa, cuja bolsa de estudos possibilitou o intercâmbio acadêmico com o Instituto de Estudios Urbanos y Territoriales, na Pontificia Universidad Católica de Chile.

A minha família, pela paciência, compreensão, amparo e ânimo conferido nos momentos mais cruciais, sou eternamente grato.



## RESUMO

VALLADARES, Mauricio de Brito e Cunha, “Entre a Natureza e o Artifício: percepções e perspectivas nos projetos para parques urbanos e orlas fluviais na Amazônia”, Rio de Janeiro, 2008. Dissertação (Mestrado em Urbanismo) – Programa de Pós-Graduação em Urbanismo, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

A presente dissertação tem por objeto de estudo a idéia de Natureza e sua relação com Artifício e, por conseguinte, suas implicações no campo do Urbanismo. Considerando que a idéia que determinada sociedade possui da natureza influencia no processo de construção da cidade, através de seus atores e respectivos instrumentos de atuação, este estudo tem por objetivo principal compreender como essa idéia é capaz de influenciar a forma urbana e, conseqüentemente, ser transformada por ela, produzindo diferentes abordagens projetuais. É também objetivo secundário desta pesquisa contribuir com o projeto urbano e as políticas públicas na Amazônia, através do debate entre as abordagens adotadas pelos diferentes atores em relação ao tema nas cidades objetos de análise, promovendo um intercâmbio de experiências entre as mesmas. A Amazônia, construída ideologicamente no cerne da dialética entre natureza e cultura, apresenta um fértil campo de análise de temas ambientais. Da mesma forma, os projetos para parques urbanos e orlas fluviais, cuja essência está impregnada deste paradigma, permitem exemplificar distintas relações entre natureza e artifício na região, e dela extrair o significado e implicações desta relação para o Urbanismo. Foram verificadas diferentes abordagens e movimentos relativos aos projetos referenciais. Em linhas gerais, correspondem aos projetos para orlas fluviais com matizes naturalistas, implantados em áreas anteriormente pouco alteradas pela presença humana, a projetos de revitalização de áreas urbanas consolidadas e degradadas, marcados pela naturalização do artifício, aos projetos para parques ecológicos voltados à preservação e educação ambiental e aos parques lineares interdisciplinares e multifuncionais, que apontam para uma abordagem sócio-ecológica de cidade. As contradições discursivas encontradas refletem a dualidade presente ao longo da história amazônica, ora na recorrente ambivalência paraíso e inferno, ora nos impulsos de preservar ou desenvolver, ora na dialética entre natureza e artifício. Se a superação desta dicotomia é possível, ou até mesmo necessária, a Amazônia urbana se apresenta como um local privilegiado para reflexão desta questão.

Palavras-chave: filosofia da natureza, meio ambiente urbano, cidades amazônicas, projeto urbano.

## ABSTRACT

VALLADARES, Mauricio de Brito e Cunha, “Entre a Natureza e o Artífício: percepções e perspectivas nos projetos para parques urbanos e orlas fluviais na Amazônia”, Rio de Janeiro, 2008. Dissertação (Mestrado em Urbanismo) – Programa de Pós-Graduação em Urbanismo, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

The object of study of this dissertation is the idea of Nature and its relationship with Artifice, and its implications in the field of Urbanism. Whereas the idea that society has given to nature influences the process of city construction, through its actors and its instruments of operation, this study aims to understand how this main idea is able to influence the urban form and thus be transformed by it, producing different approaches. It is also secondary purpose of this research to contribute to urban design and public policies in the Amazon, through discussion between the approaches adopted by different actors in relation to the issue in cities object of analysis, promoting an exchange of experience between them. The Amazon, ideologically constructed in the heart of the dialectic between nature and culture, presents a fertile field of analysis of environmental issues. Similarly, projects for urban parks and waterfronts, whose essence is imbued this paradigm, can illustrate different relationships between nature and artifice in the region, and it can extract the meaning and implications of this relationship for urban planning. It has been found different approaches and movements on reference projects. Broadly speaking, correspond to those projects for river edges with naturalists shades, deployed in areas previously little altered by human presence, the projects of revitalization of consolidated and degraded urban areas, distinct by the naturalization of artifice, the projects for ecological parks aimed at natural preservation and environmental education and the interdisciplinary and multifunctional linear parks, pointing to a socio-ecological urban approach. Discursive contradictions found to reflect this duality along the Amazon history, sometimes recurring ambivalence in heaven and hell, sometimes in pulses of either preserve or develop, sometimes in the dialectic between nature and artifice. If overcoming this dichotomy is possible, or even necessary, the Amazon city presents itself as a exceptional place for discussion of this issue.

Keywords: philosophy of nature, urban environment, Amazonian cities, urban design.

## SUMÁRIO

<u>APRESENTAÇÃO</u>	<u>013</u>
<u>CAPÍTULO 1 – NATUREZA E URBANISMO: HISTÓRIA DE UMA IDÉIA</u>	<u>019</u>
1.1 – A idéia de Natureza: do artificialismo pré-socrático ao naturalismo moderno	023
1.2 – Da crítica à cidade industrial à emergência da questão ecológica	032
1.3 – Ecologia e Ambientalismo	036
1.4 – Revisão crítica do Ambientalismo: uma contribuição da Geografia	045
<u>CAPÍTULO 2 – NATUREZA E CIDADE NA AMAZÔNIA</u>	<u>055</u>
2.1 – A Amazônia e a idéia de Natureza	059
2.2 – A Amazônia Urbana	069
2.3 – A Fronteira Urbana e os novos paradigmas	080
<u>CAPÍTULO 3 – ENTRE A NATUREZA E O ARTIFÍCIO: OS PROJETOS PARA PARQUES URBANOS E ORLAS FLUVIAIS</u>	<u>087</u>
3.1 – Parques e Orlas e sua relação com a Natureza	092
3.2 – Parques Urbanos e Waterfronts Amazônicos	097
3.3 – Naturezas Artificiais	103
3.4 – Artíficos Naturalizados	122
3.5 – Parques Ecológicos	142
3.6 – Parques Lineares	168
3.7 – O caso de Belém: paradigmas renovados	184
<u>CONCLUSÃO</u>	<u>195</u>
<u>BLIBIOGRAFIA</u>	<u>203</u>
<u>ÍNDICE DE ILUSTRAÇÕES</u>	<u>207</u>

Você tem como equilibrar sua força de vida  
E abraçar o Um  
Sem separação?

Lao Tzu, "Tao Te Ching", séc. IV a. C.



APRESENTAÇÃO

Foto da pág. 13:  
Chuva em Belém. Foto de Renato Chalú

## APRESENTAÇÃO

Não existe uma Natureza em si, existe apenas uma Natureza pensada. É ilusório representar a história da humanidade como se se desenrolasse no seio de uma natureza que nada lhe devesse. Que em aparência a coisa toda se apresenta assim, é indiscutível. Todo drama humano consiste justamente em escolher entre aparência e realidade. Veremos, aliás, que a natureza é uma realidade porque pode tomar um sentido espiritual, obrigando a humanidade a refletir sobre si mesma. Mas isso não faria que a natureza existisse se não fosse relativa ao espírito. Pois a história mostra-nos que só uma extrapolação esquematizante permite imaginar que a natureza tem um sentido qualquer independentemente da idéia dos sujeitos pensantes. Não encontramos senão uma idéia de natureza, que toma sentidos radicalmente diferentes segundo as épocas e os homens.<sup>1</sup>

A idéia da relação entre Natureza e Artífício e suas implicações no campo do Urbanismo é o objeto da presente dissertação de Mestrado. Natureza, idéia indefinível e inatingível por sua essência, e o Artífício, domínio dos Homens e de suas ações, compõem um par nem sempre dialético, cujo significado cambiante na História das idéias reflete a relação do Homem com o Meio e com sua própria existência. A cidade, a “invenção humana por excelência”, como a denominou Lévi-Strauss, ou se poderia dizer, o artífício por excelência, é talvez onde essa relação se apresenta de maneira mais tangível, tanto como um reflexo, assim como uma determinante, pelo menos na visão de um pretenso urbanista. Desde que se circunscreveu o campo disciplinar do Urbanismo, a relação entre natureza e sociedade se tornou uma questão indispensável para a compreensão do fenômeno urbano e, constitui hoje um dos principais paradigmas da disciplina diante da crise ambiental contemporânea, tão em voga nos meios de comunicação quanto na comunidade acadêmica.

Considerando que a idéia que determinada sociedade possui da natureza influencia no processo de construção da cidade, através de seus atores e

respectivos instrumentos de atuação, se mostra fundamental e indispensável compreender como essa idéia é capaz de influenciar a forma urbana e, conseqüentemente, ser transformada por ela. Diferentes visões da natureza, ora idealizada, ora negligenciada, constituíram distintas correntes de pensamento urbanístico ao longo da História, gerando diferentes soluções, assim como diferentes problemáticas. Posturas naturalistas, artificialistas e mediadoras entre ambas, por parte de diferentes atores, influenciaram, direta ou indiretamente, em planos e políticas urbanas que se traduziram na forma das cidades em que vivemos e atuamos. Natureza e Artífício, este enquanto prática da arquitetura e do urbanismo, constituem pois uma relação primordial no processo de urbanização, cabendo aqui como objeto de estudo digno de análise.

Considerando a emergência das questões ambientais e o surgimento de novos paradigmas e conceitos, tão ambivalentes quanto à natureza, qualquer estudo cuja problemática a tenha com chave de entendimento corre um certo risco a redundância ou a extremismos. Riscos dos quais o autor está ciente e os assume diante da inevitabilidade de encarar a questão proposta, cuja resposta pode não conduzir a uma síntese, mas pelo menos promete afastar concepções equivocadas. Entretanto, o interesse do autor por tal relação surgiu da observação espontânea de situações urbanas concretas, onde a idéia de Natureza apareceu como elemento determinante e capaz de elucidar uma série de questões, relativas tanto à forma, como ao seu respectivo conteúdo. O processo de urbanização aparece assim influenciado por essa idéia e pelo nível de consciência e intencionalidade da sociedade que a detém. Por essa razão, tal estudo estaria incompleto se não considerasse as cidades origens desta inquietação.

A Amazônia surge então como uma região geradora destes questionamentos, pelo seu inegável apelo ecológico e capacidade de apresentar respostas a eles. Mitificada pela tensão presença-natureza e afirmação-homem desde o século XVII, a Amazônia se mostra um fértil campo de análise de temas ambientais, através do estudo de suas cidades, com temporalidades e problemáticas diversas. Por razão desta mesma diversidade de situações, pretende-se estudar diferentes cidades enquanto casos referenciais, através dos elementos urbanos que consideramos mais representativos da relação entre a natureza e cultura: os projetos para parques urbanos e orlas fluviais, cuja essência está impregnada deste paradigma. Sua análise permite exemplificar distintas relações entre

<sup>1</sup> Joseph Beaudé (in: Lenoble), 1969, p 16

natureza e artifício na região, e dela extrair o significado e implicações desta relação para o Urbanismo.

Em linhas gerais, o principal objetivo almejado por esta dissertação é compreender como a idéia de natureza, dominante em dada sociedade e em determinado período, pode influenciar no processo de urbanização e na construção da forma da cidade, através de seus atores e seus respectivos instrumentos de atuação. Como diferentes posturas diante da natureza e artifício conferem conteúdo à forma urbana, produzindo diferentes soluções, bem sucedidas ou não. Apesar da impossibilidade de qualquer análise ser isenta de um julgamento crítico, não é o mais importante aqui estabelecer juízo de valor sobre essas diferentes possibilidades de atuação, mais clarificar os processos em que esses conceitos são determinantes, de maneira que possam contribuir em benefício do projeto urbano, de acordo com os fins almejados.

É também objetivo secundário desta pesquisa contribuir com o projeto urbano e as políticas públicas na Amazônia, através do debate entre as abordagens adotadas pelos diferentes atores em relação ao tema nas cidades objetos de análise, promovendo um intercâmbio de experiências entre as mesmas. Com periodizações sobrepostas, temporalidades distintas e diferentes visões de natureza coexistindo em um mesmo espaço fragmentado, o crescimento destas cidades pode ser descrito através das medidas urbanísticas adotadas por seus atores sociais, onde essa visão se expressava e se reformulava, criando espaços distintos, entendendo este último em seu sentido amplo, tanto como sistema de objetos quanto de ações<sup>2</sup>. Entretanto, dependendo da idéia de natureza e artifício vigente, tais medidas resultaram em diversas possibilidades e, por muitas vezes, estão na origem tanto de problemas como de soluções do processo de urbanização, em cuja temática ambiental encontra uma de suas principais questões. As cidades analisadas passam ou já passaram por semelhantes dificuldades e aspirações, e respondem a elas de maneiras diferentes, às vezes opostas, gerando um panorama urbano heterogêneo e complexo para a região amazônica. Por esta razão, as diferentes abordagens e possibilidades podem estabelecer um interessante e proveitoso intercâmbio de experiências entre elas, onde as respostas bem sucedidas de umas podem contribuir com as demais, assim como delinear novas questões e perspectivas para o projeto urbano.

---

<sup>2</sup> Santos, 1996.

Diante da emergência ecológica, expressada ora por um alarmismo finalista, ora pelas políticas de desenvolvimento sustentável, é cada vez mais impossível ignorar a importância das questões ambientais, onde o campo do urbanismo muito tem a contribuir por ter como objeto o maior artefato produzido pelo homem. A cidade contém muitas das causas dos problemas enfrentados pela sociedade contemporânea relativas ao meio ambiente e também muitas das soluções. A emergência da Ecologia e a difusão dos princípios de sustentabilidade, que emolduram a grande parte do discurso político atual, influenciam diretamente as políticas públicas e projetos urbanos, a despeito do vazio conceitual que parece acometer sua utilização. A bibliografia sobre o tema é abrangente, tratando dos mais diversos assuntos, desde a conservação dos recursos naturais até a proposição de normas, diretrizes e planos urbanísticos com a finalidade de reverter, ou ao menos amenizar os efeitos “negativos” da urbanização.

Entretanto, grande parte do discurso ambientalista e do pensamento ecológico tem sido alvo de críticas e objeto de revisão teórica por parte de filósofos, historiadores, geógrafos e urbanistas, com o intuito de clarificar novas abordagens e novos rumos para a cidade. Palavras recorrentes no vocabulário contemporâneo como Meio-Ambiente e Sustentabilidade parecem absorver uma enorme gama de significados no discurso dos mais diferentes atores, freqüentemente contraditórios. Embora nos recorde por vezes o vazio conceitual da palavra Natureza, como se esta estivesse sendo substituída por uma aparente equivalência, a reflexão sobre esses conceitos entre outros denota, mais que um vício de linguagem, um ponto de inflexão no discurso das relações natureza-sociedade, reforçando a atualidade e efervescência do debate.

Muito se fala de natureza e imenso é o discurso ambientalista. No Brasil, país cuja população foi considerada a mais preocupada com o meio ambiente em recente pesquisa internacional, se discute amplamente tais questões e não faltam discursos em defesa da natureza. Entretanto, o que é “natureza”, o que é essa entidade, essa idéia tão debatida, atacada e defendida, protagonista deste espetáculo, permanece-nos ainda obscuro, escondida sobre o véu que a filosofia tenta descobrir desde sempre, ora ávida por saber, ora recosa de descobri-lo ao custo de nada encontrar. Às vezes, nem sequer é questionada, aumentando paradoxalmente sua força e presença.



Qualquer que ela seja, a idéia de natureza mostra-se sempre sob os auspícios da miragem: escapa no momento em que acreditávamos tê-la agarrado, e surge num ponto imprevisível do horizonte, o qual abandonará no instante em que o olhar tiver tido tempo de lá se fixar.<sup>3</sup>

É na fronteira entre essa natureza indefinível e o artifício que ocorre esse fervoroso debate, ora em defesa da primeira diante da culpabilidade do segundo, ora em exaltação do artifício capaz de instaurar uma segunda natureza, ora no paradoxo inevitável da naturalização do artifício através da denegação da própria idéia de natureza. Ao longo da História, esse debate filosófico apresentou diferentes matizes e tonalidades e diversas foram as idéias que se construíram sobre a natureza – dado que dela tivemos que humildemente admitir que só podemos ter mesmo uma idéia – e sobre sua relação com o artifício, com o ser humano. Essa relação construiu o mundo em que vivemos e atua com mais força quanto menos nos questionamos sobre ela.

Embora fundamental, e por essa razão complexa, uma análise sobre esse tema corre o risco de se tornar superficial e redundante, caso não tenha na cidade o seu principal terreno de análise. Além disso, o objeto primeiro a ser analisado aqui, antes do objeto filosófico natureza e artifício, é a cidade, parte dela e retorna a ela; será analisada por um urbanista no seio de um instituto de urbanismo e seria vã, pretensiosa e sem sentido qualquer tentativa de apreender esse objeto primeiro em outro campo do conhecimento em que não se tem a devida competência e nem domínio dos instrumentos analíticos. Mesmo reconhecendo a importância da Filosofia, da Historiografia e da Geografia sobre o tema, sem as quais é impossível construir esta problemática e as categorias analíticas para estudá-la, as utilizaremos como um prisma através do qual possamos enxergar os fenômenos urbanos. Como já foi dito anteriormente, essa questão surgiu ao autor através da observação da cidade, na verdade, de algumas cidades específicas.

É claro que esse tema poderia ser estudado através de qualquer cidade, mas elegemos cidades amazônicas, por nelas se apresentar mais claramente essa problemática, tão evidenciada e ressaltada pelos meios de comunicação e

acadêmicos, além de poder contribuir com o estudo sobre o tema em uma das regiões mais importantes do Brasil e mais carente de estudos urbanos, pelo menos quando comparado aos grandes centros do sudeste. A mitificação da natureza na Amazônia mantém até hoje seus resquícios, embora se observa as mais diversas posturas na construção das suas cidades, desde práticas de artificialização da natureza até a naturalização do artifício. Aqui, os problemas ambiental-urbanos são semelhantes aos de muitas cidades brasileiras, mas as diferentes idéias de natureza vigentes ao longo do tempo e coexistentes atualmente produzem resultados distintos e, às vezes, imprevistos, quando não indesejáveis. É importante considerar que o intercâmbio de experiências pode ser proveitoso e benéfico para o desenvolvimento dessas cidades, principalmente para as de menor porte que estão passando por situações semelhantes já enfrentadas anteriormente por grandes capitais regionais como Manaus e Belém do Pará. Não cabe ainda descrever esses conflitos e nem enumerar as alternativas propostas, bem sucedidas ou não. Limitamo-nos por hora a considerar que a região apresenta um panorama heterogêneo, que nos permite observar as mais diferentes visões de natureza existindo, concomitantemente ou periodicamente, permitindo atingir os objetivos propostos.

Cabe, entretanto, um breve esclarecimento acerca da escolha por essa tipologia particular e pela análise conjunta de várias cidades ao invés de uma. Essas escolhas se dão por uma questão de método. Muitos autores de diferentes áreas concordam com a dificuldade de periodização e espacialização dos fenômenos sócio-econômicos na Amazônia, como ressalta Vicentini<sup>4</sup>. Pádua<sup>5</sup>, por exemplo, identifica três dimensões sobrepostas, dotadas de temporalidades distintas que, por sua vez, ocorrem de maneira diferenciada no território. Diante dessa realidade heterogênea, a região apresenta diferentes visões da natureza coexistindo em diferentes espaços, cuja realidade seria no mínimo difícil de captar em uma única cidade. Entretanto, seria demasiadamente pretensioso, senão impossível, a tentativa de apreender as inúmeras manifestações da relação natureza-artifício em várias cidades em uma pesquisa individual de mestrado, tornando o recorte imprescindível. Diante do exposto, ao invés de analisar essa relação através de vários aspectos ou elementos urbanos em uma única cidade, optou-se por fazer um recorte inverso, analisar várias cidades através de um

<sup>3</sup> Rosset, 1973, p 18.

<sup>4</sup> Vicentini, 1994.

<sup>5</sup> Pádua, 2000.

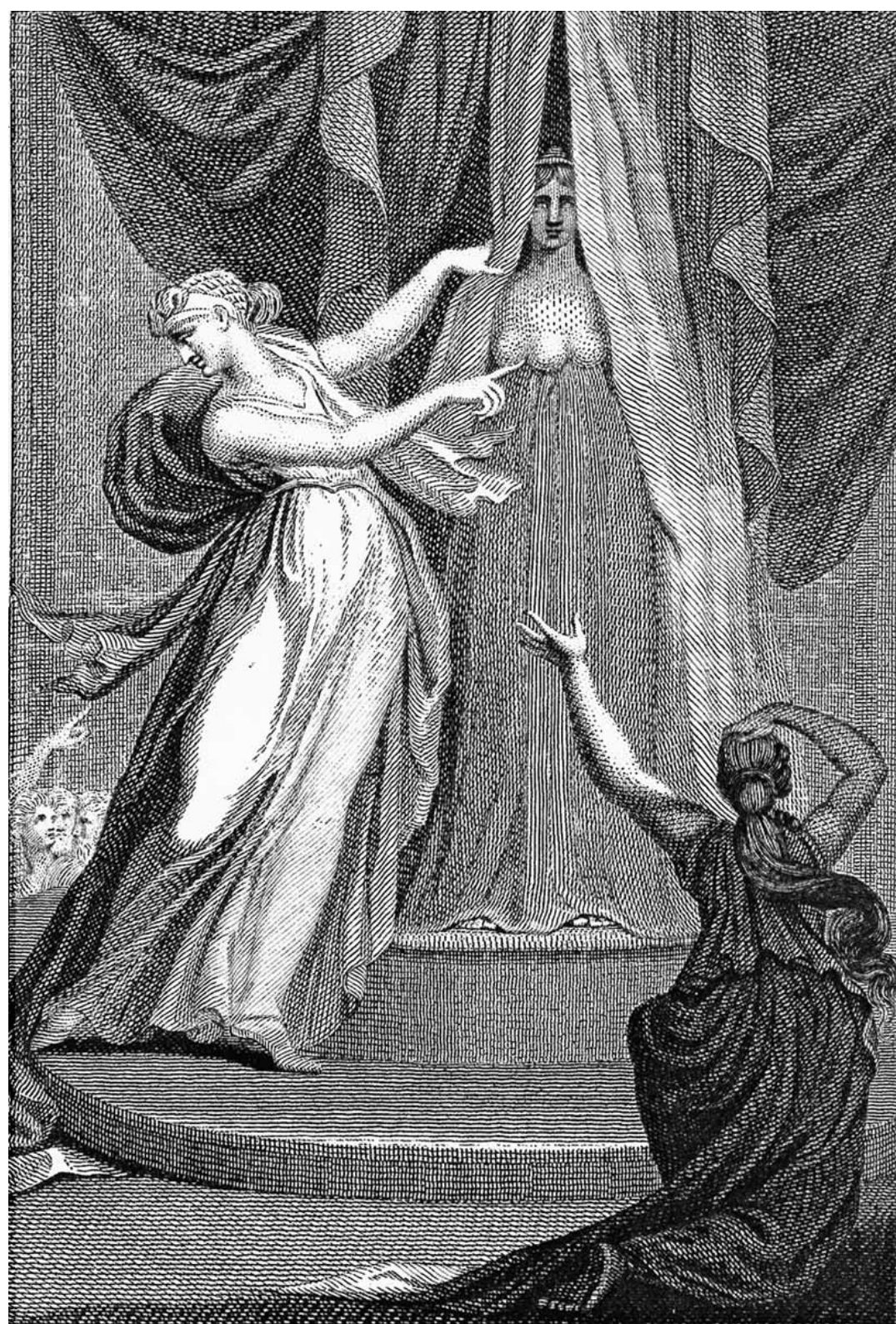
mesmo elemento considerado mais representativo à questão: os projetos para parques urbanos e orlas fluviais. Através desse recorte temático inicial, permite-se uma análise conjunta e mais panorâmica do espaço urbano amazônico, mesmo que limitada a um de seus elementos construtivos, a partir do qual são estabelecidos os recortes espaciais e temporais. Além disso, é também objetivo da pesquisa, como foi dito, promover um intercâmbio de experiências entre as cidades analisadas, visando contribuir para os futuros projetos e planos urbanos, principalmente os direcionados às cidades médias.

Inicialmente, procurou-se limitar as cidades analisadas a dois pares: Manaus e Belém do Pará, Porto Velho e Rio Branco, na tentativa de estabelecer uma análise horizontal, através das diferenças existentes entre elas relativas ao tema, e outra vertical, através da sua fundação em diferentes períodos históricos. Entretanto, esse estudo comparado se mostrou demasiadamente rígido e sob o risco de tornar a pesquisa superficial e o alinhamento de dados forçado, ainda mais diante das limitações de tempo para coleta e padronização de dados que dispõe uma dissertação de mestrado. A viagem realizada pela região apresentou novas possibilidades para uma análise comparativa mais aberta e com mais capacidade de apreensão, o que levou à inclusão de projetos localizados em outros municípios também visitados, como Macapá, Boa Vista e Santarém, além dos quatro supracitados, totalizando sete cidades, utilizadas apenas como casos referenciais e representativos da questão. As respostas adotadas em cada uma dessas cidades em relação às questões ambientais também divergem e, por esta mesma razão, são capazes de apresentar diferentes situações e respostas, permitindo esboçar um panorama da região de como se manifesta a relação entre a natureza e o artifício.

A metodologia utilizada, os recortes temático, espacial e temporal adotados, assim como as categorias analíticas apreciadas serão expostos ao longo do texto, quando de sua pertinência a fim de evitar redundâncias desnecessárias. Por hora, nos limitamos a expor brevemente a estrutura desta dissertação, composta basicamente por três capítulos principais. O primeiro deles aborda a história da idéia de natureza, com suas implicações no campo do Urbanismo, e as questões metodológicas e conceituais intrínsecas ao seu estudo, partindo de uma breve análise da sua construção, do artificialismo pré-socrático ao naturalismo moderno, passando pela emergência da questão ecológica a partir da crítica da

cidade industrial, pela vitalidade naturalista presente na ecologia e no ambientalismo pós 1960, assim como a revisão crítica empreendida nas duas últimas décadas, principalmente pela Geografia, atualizando o discurso e provendo esta pesquisa de base teórica para a análise crítica. A história da Amazônia é o tema do capítulo seguinte, analisada em paralelo com a evolução histórica da própria idéia de natureza, assim como do desenvolvimento urbano da região, com especial atenção ao período posterior à década de 1970, a partir da qual se configuram os paradigmas urbanos que seriam enfrentados pelos projetos elaborados a partir dos anos 90. O terceiro e último capítulo, trata por fim dos projetos para parques urbanos e orlas fluviais amazônicos, através de suas particularidades regionais, sua contextualização local, seus elementos analíticos principais, identificando, quando possível, as diferentes abordagens projetuais, os movimentos conjunturais, assim como os conflitos e paradigmas neles encontrados e as possibilidades apontadas, sempre analisados em paralelo com a idéia de natureza por eles expressa.





# CAPÍTULO 1

NATUREZA E URBANISMO: HISTÓRIA DE UMA IDÉIA

Foto da pág. 19:

“Worship at the Temple of Nature”, de John Henry Fuseli, Londres, 1803.

## CAPÍTULO 1 – NATUREZA E URBANISMO: HISTÓRIA DE UMA IDÉIA

Pode-se estudar de um modo válido a noção de Natureza? Não é ela apenas o produto de uma história no decorrer da qual adquiriu uma série de acepções que acabaram por torná-la ininteligível? Não é bastante vão buscar num sentido único o segredo da palavra?<sup>1</sup>

A primeira parte desta dissertação aborda a construção da idéia de natureza e sua implicação no campo do Urbanismo. Não se trata de escrever um histórico sobre o tema e muito menos de conceitualizar ou definir a palavra Natureza em última análise. Aliás, definir “natureza” tem sido um dos maiores desafios filosóficos e não será aqui que, ingenuamente, tentaremos isso. Até porque um dos objetivos desta pesquisa é justamente identificar as diferentes definições, abordagens e significados dados a esta palavra ao longo do tempo e em um espaço específico. Se tivermos que, de alguma forma, conceitualizá-la, com o intuito de instrumentalizar a pesquisa e dar um mínimo de anuência ao uso do termo, consideramos então a natureza enquanto representação, enquanto uma idéia. Não buscamos aqui uma natureza em si, senão apenas uma idéia de natureza que toma sentidos radicalmente diferentes segundo as épocas e os homens<sup>2</sup>.

É por essa razão que se dedica esse breve espaço à História da idéia de natureza, e aos paradigmas dela derivados no campo do Urbanismo. Embora o recorte temporal proposto ao caso da Amazônia urbana se concentre nas duas últimas décadas, as atuais representações e paradigmas amazônicos têm origens muito anteriores ao seu próprio descobrimento por parte dos europeus, no imaginário das Índias, fabricado pela historiografia greco-romana<sup>3</sup>. Sem querer estender-se indefinidamente sobre as origens de tais questões, um breve esboço histórico da idéia de natureza se faz necessário, não somente para o seu melhor

entendimento, como também clarificar as categorias de análise utilizadas. Apesar do fascínio que o embrenhamento pela História das Idéias possa provocar, procuraremos nos ater às questões pertinentes propostas por essa dissertação, dando especial atenção à construção da idéia de natureza nas ciências sociais no século XX e à revisão crítica promovida nas duas últimas décadas que influenciam o conteúdo dos projetos objetos de análise, assim como provêm a base teórica para sua crítica.

---

<sup>1</sup> Merleau-Ponty, 1995 (1957-60), p3

<sup>2</sup> Beade (in Lenoble), 1969, p 17

<sup>3</sup> Freitas & Silva, 2000, p 22



## 1.1 – A IDÉIA DE NATUREZA - DO ARTIFICIALISMO PRÉ-SOCRÁTICO AO NATURALISMO MODERNO

Como todas as palavras que designam uma idéia muito geral, a palavra Natureza parece clara quando a empregamos mas, quando sobre ela refletimos, parecemos complexa e talvez mesmo obscura.<sup>4</sup> A se debruçar sobre os significados dado à palavra natureza nos dicionários e enciclopédias, Lenoble observa um jogo de conceitos, ou de palavras, que se refletem uma sobre a outra sem alcançar a menor estabilidade, com raras exceções que tentam escapar a esse círculo vicioso. As definições atribuídas à natureza nos dicionários ilustram bem a dificuldade de captá-la em um conceito, ou até mesmo um vazio conceitual.

NATUREZA. A esta palavra derão os filósofos antigos, e sábios da gentildade varias significações, entendendo por elle o principio de todos os movimentos necessários, e operações naturaes, e supponhão, que não obrava este principio com razão e com liberdade, ou por 'natura' entendiam a máquina do universo, com a união e disposição physica de todas as entidades.<sup>5</sup>

O sentido de princípio, conjunto e essência permeia praticamente todos os principais dicionários portugueses desde o primeiro redigido por Bluteau em 1716, com poucas alterações. Alguns verbetes chegam a ser curiosos, como do dicionário de Antonio Maria Couto, de 1842, que considera a natureza o “termo mais dificultoso de definir, porque nenhuma definição satisfaz”. Diante de tamanha dificuldade, ele decide expor as definições atribuídas pelos outros dicionários ao invés de escrever a sua. Mesmo os dicionários contemporâneos, como o Aurélio, mantém a definição de natureza como o conjunto de todos os seres que compõem o Universo, força ativa que estabelece e conserva a ordem natural, essência, qualidade e, acrescenta ainda, o conjunto do que se produz no Universo independentemente de intervenção refletida ou consciente. Essa última expõe mais claramente o sentido mais comum de natureza como oposta à cultura, definição presente em muitos dicionários atuais e especializados, como os de filosofia, ambientalismo e urbanismo. A relação entre natureza e artifício sempre foi um tema recorrente na filosofia ocidental e, se não alcançou a



"The philosopher uncovering nature and her laws", François Peyrad, Paris, 1793.

<sup>4</sup> Lenoble, 1969, p 183

<sup>5</sup> Bluteau, 1716, tomo V

superação dessa dicotomia, pelo menos nos serviu como uma base apoio para que outras questões fossem levantadas.

Esta relação apresentou diferentes contornos e matizes, embora algumas concepções seculares mantenham sua vitalidade na atualidade, a exemplo da tradição naturalista de considerar o artifício como uma extensão da natureza, onde o primeiro é demarcado pela segunda através de uma diferenciação essencial entre aquilo que se faz por si mesmo (natureza) e aquilo que é produzido, fabricado (artifício)<sup>6</sup>. Ou seja, a natureza é aquilo que existe independente da atividade humana, sem porém se confundir com a matéria ou com o acaso. Essa aceção existente desde Platão e Aristóteles os levou a definir a natureza primeiramente pelo o que ela não era, nem acaso, nem artifício. Uma definição negativa que indica mais um silêncio conceitual que um conceito propriamente dito, uma noção vaga, imprecisa e prolixa, portanto impensável e inexistente enquanto idéia.

Sabe-se somente que a natureza é aquilo que resta quando em todas as coisas neutralizam-se os efeitos do artifício e do acaso: ninguém determina exatamente aquilo que resta, no entanto, para que se constitua a idéia de natureza, basta supor a existência de qualquer coisa que resta. (...) Efetivamente, ninguém duvida que a eficiência do conceito de natureza e de suas diversas imagens advenha primeiramente, da sua própria obscuridade e da incapacidade em que ela se encontra para se definir e se representar<sup>7</sup>.

Esse vazio conceitual permanece, mesmo diante da “artificialização” da natureza promovida nos séculos XVII e XVIII, quando se admite que os objetos ditos naturais possuem um mesmo coeficiente de artifício que os objetos ditos artificiais. A Natureza que então se apresenta enquanto Arte, nas palavras de Voltaire, antes de constituir alguma forma de artificialismo, exprime na verdade um naturalismo generalizado a partir de um referencial antropocêntrico, que não satisfeito em decretar a existência da natureza, louva sua perfeição em analogia com o trabalho humano. Natureza e artifício não mais se opõem, mas se

constituem em dois modos de ação que se somam e acabam por se confundir. Definem-se então duas formas de olhar, dois pontos de vista excludentes, e não necessariamente duas instâncias ou dois aspectos complementares da existência<sup>8</sup>. Mesmo em um mundo desnaturalizado, onde tudo é artifício e nada é natureza, o silêncio conceitual permanece.

Entretanto, Rosset nos recorda que a natureza não é unicamente um signo de oposição, mas é propriamente primeira, porque é sempre e primordialmente por oposição à natureza que as distinções são feitas e, conseqüentemente, o que dela se distingue recebe sua determinação a partir dela. Apesar da incapacidade de definição, nos é fornecido em compensação um ponto de apoio necessário. “O nada de pensamento sob o conceito de natureza não é um nada qualquer: define um nada a partir do qual se torna possível pensar outra coisa”<sup>9</sup>.

É Natureza o primordial, ou seja, o não-construído, o não-instituído; daí a idéia de uma eternidade da Natureza (eterno retorno), de uma solidez. A Natureza é um objeto enigmático, um objeto que não é inteiramente objeto; ela não está inteiramente diante de nós. É o nosso solo, não aquilo que está diante, mas o que nos sustenta.<sup>10</sup>

Ao considerar a natureza como um ponto de apoio, Merleau-Ponty não a esvazia, entretanto, de sentido, considera apenas que se trata de um sentido não estabelecido e não identificável pelo pensamento. Ao avaliar a relação entre a Ciência e a Filosofia, não pede à ciência moderna uma nova concepção de natureza, pronta e acabada, mas pelo menos como eliminar “falsas” concepções e nos fornecer minimamente termos de referência. Por fim nos recorda que não podemos pensar a natureza sem nos darmos conta de que nossa idéia de natureza está impregnada de artifício<sup>11</sup>, reforçando a importância da percepção e da representação que fazemos dela, questão levantada na sua análise da obra de Alfred Whitehead, que por sua vez, define natureza como aquilo que observamos pela percepção obtida através dos sentidos<sup>12</sup>. Numa análise interessante,

<sup>8</sup> Ibid, p 51-68

<sup>9</sup> Ibid, p 19-20

<sup>10</sup> Merleau-Ponty, 1995 (1957-60), p 4

<sup>11</sup> Ibid, p 137-138

<sup>12</sup> Whitehead, 1920, p 7

<sup>6</sup> Rosset, 1973, p 13

<sup>7</sup> Ibid, p 24



Norman Crowe nos exemplifica a noção de natureza como visão de mundo, através de um pensamento de Claude Lévi-Strauss. Quando questionado sobre o equilíbrio ideal entre o homem e a natureza, o célebre antropólogo francês, em referência às suas viagens pelo mundo, nos apresenta três situações. A primeira, na Índia, onde uma dominação “intolerável” da natureza pelo homem ocupava cada metro quadrado de terra com construção de estradas, produção de alimentos e residências rurais. Num outro extremo, a Amazônia, com seus habitantes vivendo sobre os caprichos da natureza e seus desígnios. E o equilíbrio ideal, segundo ele, seria encontrado na sua França nativa, onde as cidades densas e compactas se intercalavam com distritos agrícolas, preservando pequenos campos e bosques. A noção de equilíbrio apresentada por Lévi-Strauss é claramente condicionada pela sua experiência direta e seus valores culturais.

Obviamente, o que constitui um equilíbrio ideal entre o mundo humano e natural não é o mesmo para todos e em todo lugar. Não é uma definição científica, mas um imperativo humanístico. Surge de uma visão pessoal do que cada um de nós acredita ser o mundo; o que é natureza, o indivíduo e a sociedade; e o que o passado e futuro são. É, em poucas palavras, uma visão de mundo.<sup>13</sup>

Robert Lenoble, em sua “História da Idéia de Natureza”, também ressalta a impossibilidade da ciência de apreender a natureza em sua totalidade, limitando-se a arranhar a sua superfície. Recusa a redução da natureza à ciência diante de uma visão histórica onde o homem nunca se contentou com as informações parciais por ela concedidas. E vai além, considera a natureza como uma necessidade metafísica sempre presente. “Que o homem possa conceber a Natureza como um Todo é já um fato metafísico e uma afirmação de sua transcendência”, diz ele<sup>14</sup>.

<sup>13</sup> Crowe, 1995, p 9 “Obviously what constitutes an ideal balance between the human world and nature is not the same for everyone everywhere. It is not just a scientific definition but a humanistic imperative. It arises from a personal view of what each of us believes the world to be; of what is nature, the individual, and society; and of what the past and future are. It is, in a few words, a world view.” (tradução do autor)

<sup>14</sup> Lenoble, 1969, p 317

Este é o principal ponto de divergência em relação à obra de Clément Rosset<sup>15</sup>, “A Anti-Natureza”, cuja análise merece especial atenção. O autor, cujo elogio ao artifício e denegação da natureza mantém a tônica de sua obra, define por artificialismo a aprovação incondicional da existência diante do fato (o trágico), através da denegação da natureza e da afirmação universal do acaso, em oposição ao naturalismo, onde a aceitação da existência com reservas de justificação demanda o princípio, a finalidade e a ordem diante da neutralização do acaso na gênese das existências. Apresenta o artifício como verdade da existência, e a idéia de natureza como um erro e fantasma ideológico, propondo a “naturalização” do homem através da “desnaturalização” da idéia de natureza, embora o próprio Rosset faça ressalvas quanto ao paradoxo de tal proposição e assume que sua intenção também poderia ser qualificada de “naturalista”, já que o artificialismo sempre visa uma espécie de centro. Por fim, ele resulta em um “feliz reencontro com uma “natureza” humana liberada da idéia de natureza. Ele aceita com alegria o artifício como horizonte, da mesma forma que aceita com humildade o paradoxo constante da filosofia trágica que sustenta: o reconhecimento da impotência de pensar o que se experimenta e a renúncia a toda forma de controle intelectual da existência<sup>16</sup>.

Apesar dessa diferença substancial entre os dois autores, um ponto em comum merece atenção. Ambos conferem historicidade à filosofia. E ao considerar, cada um a sua maneira, que a filosofia também possui uma história, nos trazem um panorama da construção da idéia de natureza ao longo dos séculos que nos é muito útil, apresentando os diferentes matizes e possibilidades de interpretação sobre o tema.

Campo cerrado dos deuses indulgentes ou maliciosos, domínio esplêndido e harmonioso dos deuses-astros, escala graduada de perfeições que, da mais humilde, remontam ao Primeiro Móbil e ao Primeiro Motor. Deusa inconsciente dos estóicos, criação, para o Hebreu da Bíblia, de um Deus que prepara a morada do homem, regresso do Grande Pan com os filósofos do Renascimento, e, anos mais tarde, mecânica dada pelo Criador ao homem que aprende a manejá-la como um brinquedo, novo ídolo do naturalismo do

<sup>15</sup> Rosset, 1973.

<sup>16</sup> Ibid, p 298-301

século XVIII, espécie de deus esvaziado pela física mecanicista dos traços que, nos Antigos, atraíram as orações e a humilde submissão e, finalmente, mecânica louca posta em movimento por um aprendiz de feiticeiro. Mãe Natureza de Lucrecio e de Diderot, silêncio que assusta Pascal, madrasta que volta seus filhos à luta pela vida segundo Darwin e Karl Marx, quando é que a Natureza foi alguma vez um fato para o sábio, quando é que foi ela própria?<sup>17</sup>

Embora ambos os autores nos forneçam um esboço histórico válido, a obra de Lenoble permanece incompleta, por ter sido editada postumamente, apresentando lacunas, principalmente relativas à passagem da Idade Média ao Renascimento. Isso não quer dizer que a obra de Rosset seja completa, até porque completo ou incompleto são qualificações que não fazem muito sentido quando aplicados a uma história, ainda a mais à história de uma idéia. Mas o olhar, o ponto de vista escolhido pelo autor está mais claro e estabelecido, ou pelo menos assim cremos por se aproximar da abordagem da presente pesquisa.

Rosset, ao definir sua hipótese de aprovação incondicional da existência, ou seja, de um mundo como artifício, revisa as principais correntes filosóficas ocidentais, classificando-as como predominantemente de artificialistas ou naturalistas. Na sua descrição das práticas do artifício encontramos conceitos necessários à construção de categorias analíticas deste estudo. Considerando que mesmo quando se pretende evitar e negar o artifício, acaba-se por nele recair, Rosset nos coloca três posturas possíveis diante do mesmo. A primeira corresponde à prática naturalista do artifício, cujo desgosto pela natureza degradada acaba por negar a natureza real (considerada “pouco natural”) diante da exaltação de uma natureza idealizada e ausente, portanto, artificial e fabricada. A segunda postura diz respeito às práticas quase artificialistas que, diferente da anterior, aceita o artificial diante da nostalgia de uma natureza ausente, desnaturalizada, a ser restaurada pela prática do artifício, na vã tentativa de nos dar uma ilusão de natureza. Esta prática, em muito pouco se difere da terceira prática denominada por ele de artificialista. Ambas apresentam uma denegação da natureza, reconhecem a incapacidade do artifício de produzi-la, e não fazem distinção clara entre natureza e artifício. Entretanto, esta última aceita o artifício sem segundas intenções naturalistas, sem alimentar uma nostalgia de uma natureza perdida.

<sup>17</sup> Lenoble, 1969, p 317

Aceita o artifício pelo gosto do artifício, isto é, por considerar o homem condenado a si mesmo e àquilo que conscientemente busca saber. Estas diferentes posturas diante da natureza e do artifício nos permitem analisar o objeto concreto deste estudo, de acordo com as visões de natureza e práticas do artifício adotadas em cada caso, permitindo concluir acerca da evolução da relação natureza-artifício e sua influência no processo de urbanização. Para a tradução destes conceitos ao campo do urbanismo, nos é muito útil o estudo de Margareth Pereira, onde as três diferentes posturas descritas por Rosset são aplicadas à arquitetura:

A própria prática da arquitetura – enquanto prática, em princípio, do artifício – será permeada por essa tensão, ora se tornando inteiramente desnecessária numa nova arcádia ou num paraíso prestes a ser reencontrado; ora, em sentido oposto, instituindo uma “segunda natureza” e se substituindo enquanto princípio fundador da ordem à própria natureza; ora diante do paradoxo inevitável de se construir no paraíso, buscando um diálogo possível entre afirmação-homem e presença-natureza através de “espaços intermediários” – artifícios-naturais e naturezas artificializadas.<sup>18</sup>

Embora Rosset classifique as correntes filosóficas como naturalistas ou artificialistas, nos alerta que toda filosofia é, inevitavelmente, de tendência naturalista, já que está à procura de sistemas e princípios, sem os quais na há filosofia. É então necessária uma crise filosófica que afaste as representações de princípio, causa e necessidade, para que um pensamento artificialista seja possível, até que uma nova representação se estabeleça e retome os temas naturalistas interrompidos. O autor destaca duas grandes depressões na história da filosofia ocidental que permitiu o surgimento do pensamento artificialista, a depressão pré-socrática e a depressão pré-cartesiana, a partir dos quais estabelece quatro períodos principais da filosofia ocidental, dois breves (artificialistas) e dois longos (naturalistas)<sup>19</sup>. É importante analisar esse corte proposto por Rosset sob a luz de uma advertência de Lenoble.

<sup>18</sup> Pereira, 1990, p 5

<sup>19</sup> Rosset, 1973, p 125-130

A magia, “o poder de fabulação”, como diz Bergson, é uma necessidade psicológica, tal como a razão. Não morreu no final da Antiguidade, não morreu no século XVIII, os mitos sócio-naturistas aos quais eu aludia e cuja virulência ninguém pode negar mostram que nossa época ela se encontra em recrudescência e não em declínio. Fala-se muito da evolução das idéias como de uma passagem, lentamente conseguida no decurso do tempo, de um pensamento “pré-lógico” para o pensamento “lógico”, de um estado “pré-científico” para um estado “científico”. Quiçá útil como primeira aproximação, esta maneira de ver, encobre, no entanto, uma dupla ilusão. Em primeiro lugar, estabelece na história, cortes não só artificiais como enganadores. (...) Substitui, pois, pela falsa solução de um escalonamento cronológico das formas mentais, o único problema real: o do crescimento interno do lógico e do científico.<sup>20</sup>

A observação de Lenoble nos vale tanto para usar o esboço histórico proposto por Rosset com cautela, como também para conferir-lhe alguma validade. Cautela para não extrapolar o esboço proposto à filosofia e utilizá-lo como um modelo rígido no campo do urbanismo, na tentativa de classificar os projetos urbanos como de predominância naturalista ou artificialista, o que na prática se mostrou incoerente e forçado. Os termos naturalistas ou artificialistas não serão adiante utilizados como instrumentos de classificação, mas apenas como termos de apoio. Validade porque os cortes propostos por Rosset não se baseiam em um escalonamento cronológico linear, mas consideram a vitalidade das representações naturalistas, com suas diferentes manifestações ao longo da história das idéias, ressaltando os períodos de declínio e surgimento do pensamento artificialista. Pode-se estabelecer uma crítica sobre os cortes temporais serem demasiadamente precisos e bem delineados do que de fato são, além de haver um grande esforço de classificação quanto à essência de cada filosofia, mesmo quando a temática não se concentrou na relação entre natureza e artifício, como o próprio Rosset admite. Entretanto, é válida sua constatação da persistência dos mitos da Antiguidade, ressurgidos sobre novas roupagens e novas expressões, redimindo assim qualquer tentativa de cronologia linear.

<sup>20</sup> Lenoble, 1969, p 38

Feitas as ressalvas necessárias à obra de Rosset, podemos então apresentar muito brevemente o esboço histórico proposto pelo autor, traçando paralelos e complementando com o trabalho de outros autores quando necessário. Em linhas gerais, Rosset divide a filosofia ocidental em quatro períodos principais, tendo como referência a filosofia artificialista: o artificialismo pré-socrático (sécs. VI e V a.C.), o naturalismo antigo (séc. IV a.C. – séc. XV d.C), o artificialismo pré-cartesiano (séc. XVI e primeira metade do séc. XVII) e o naturalismo moderno (a partir da segunda metade do séc. XVII)<sup>21</sup>. A filosofia que antecede a pré-socrática não é contemplada em seu estudo em razão da ignorância quase total das suas formas de pensamento, presumindo que referências de ordem “arcaica” (animismo) possuíam um lugar importante. Lenoble, por sua vez, confere o primeiro capítulo de sua obra à natureza mágica, onde refuta uma série de preconceitos, assim como reaviva a discussão e a permanência dos “mitos”, complementando o esboço de Rosset.

Não só a magia responde às leis da consciência, como a Natureza que edifica se apresenta como uma Natureza *legal*. O falso dogma da “ignorância” primitiva conduziu os historiadores a datar a origem do pensamento determinista da constituição de uma física das leis, e esta segunda crença é tão falsa quanto a primeira. O nosso *determinismo científico*, limitado às coisas regidas pelo princípio da inércia, não sucedeu ao *indeterminismo* (entendido como o reinado do acaso), mas ao *sobredeterminismo* mágico que ligava, num mesmo destino, homens e coisas.<sup>22</sup>

Embora pouco se saiba sobre as formas de pensamento que precederam os pré-socráticos, a representação naturalista constituída por Platão e Aristóteles era anterior a eles, e somente diante de uma crise filosófica foi possível o surgimento de uma forma de artificialismo. Proveniente de correntes da filosofia jônica, afirma-se pela primeira vez de maneira explícita na obra de Empédocles e culmina nos Sofistas, que fazem dessa extirpação da idéia de natureza o ponto de partida da sua crítica filosófica. Paradoxalmente, são os filósofos que mais falaram acerca da natureza. Porém, tratam de dizer aquilo que a natureza não é, e de sugerir que não existe nenhuma natureza em nenhum dos sentidos

<sup>21</sup> Rosset, 1973, p 125-130

<sup>22</sup> Lenoble, 1973, p 43

anteriormente conhecidos. A natureza foi extirpada de uma rede de interpretações mágicas e místicas, sem contudo sofrer uma reintegração em um sistema filosófico que lhe restituísse sua ordem e finalidade, até a crítica encabeçada por Platão. Após a influência platônica, pouco sobrevive do artificialismo pré-socrático, manifestando-se tardiamente, especialmente no atomismo antigo de Demócrito, Epicuro e Lucrecio.

Do atomismo de Demócrito, Epicuro elimina a referência metafísica ao ser; do atomismo de Epicuro, Lucrecio suprime a idéia de natureza. Assim, termina com Lucrecio o itinerário do atomismo antigo: com uma doutrina materialista depurada não só de todos os temas metafísicos tradicionais (ser, finalidade, providência), mas da própria idéia de natureza que, talvez, seja a mais metafísica de todas as idéias.<sup>23</sup>

O naturalismo antigo, cuja forma definitiva é a obra de Aristóteles, foi precedido de uma vigorosa crítica do artificialismo precedente, conduzida principalmente por Sócrates, pelos Cínicos e por Platão. A reorganização do Naturalismo só foi possível diante da filosofia socrática, cujos sistemas fechados permitiram constituir o primeiro fato, permitindo ao homem existir finalmente por si, sem, no entanto, separá-lo do mundo. Sócrates não se abstém de uma idéia de natureza, mas não se trata mais de uma imagem violenta e dos temores da consciência sujeita aos caprichos dos Deuses. Esboça-se uma ordem animada de beleza e pela idéia do Bem, substituindo a alma mágica por uma alma pacificada. Platão, por sua vez, estende à cidade a visão pacífica da ordem revelada por Sócrates na consciência, enquanto Aristóteles vai encontrar essa ordem na natureza, hierarquizada segundo o modelo da cidade grega.<sup>24</sup> A filosofia platônica vem estabelecer uma relação entre a natureza e o artifício que permanece até hoje, na forma de um resíduo de fundo dos discursos ambientalistas radicais: a culpabilidade do artifício diante da degradação da natureza. Culpabilidade essa levada até as últimas conseqüências por Plínio, na Roma do século I.

Eis o lugar da natureza na mitologia platônica: ninguém pode dizer o que ela é, mas doravante ninguém pode ignorá-la ao ponto de

concluir pelo acaso do que existe – seria confundir a perda da idéia com a perda da lembrança. A natureza é a instância atual da qual deriva a atual existência, pela via de uma degradação que levou o homem tão longe que a lembrança de que dispõe, não tendo como restituir-lhe um conhecimento, deve limitar-se a indicar-lhe a existência de um resíduo.<sup>25</sup>

Resíduo ou não, degradada ou não, a natureza se mantém presente na consciência, sem no entanto atormentá-la, permitindo uma primeira atitude desinteressada por parte dos homens. Neste sentido, Aristóteles pode ser considerado o filósofo mais claramente naturalista, não necessariamente por tematizar a natureza, mas principalmente pela recusa da crítica da idéia de natureza, assim como do fato de que ela possa ser problematizada. Natureza para Aristóteles é tanto a natureza particular de um ser quanto a soma de todas as entidades existentes. É uma natureza presente e atual, não havendo portanto a necessidade de recorrer ao mito ou à reminiscência do resíduo. Entretanto, isso não o desobriga de definir os seus contornos e, através das noções de movimento, finalidade e espontaneidade, demarca com precisão seus domínios: a natureza, a espontaneidade com finalidade, é a aliança de duas características, cujas definições, tomadas isoladamente, determinam as duas não-naturezas que são o artifício, a finalidade sem espontaneidade, e o acaso, a espontaneidade sem finalidade.<sup>26</sup>

Tal é precisamente a definição aristotélica da natureza: nem artifício, nem acaso, mas instância “natural”, responsável por todas as produções que não são humanas. (...) A ventura histórica desse naturalismo aristotélico é considerável: a idéia de natureza, restaurada e redefinida, permanece vigorosa durante a Antiguidade pós-aristotélica e durante toda a Idade Média.<sup>27</sup>

Os primeiros questionamentos do naturalismo aristotélico no século XVI dão início a um período de transição de aproximadamente cento e cinquenta anos até que Descartes restitua à natureza sua ordem e inteligibilidade de origem

<sup>23</sup> Rosset, 1973, p 178

<sup>24</sup> Lenoble, 1969, p 59-67

<sup>25</sup> Rosset, 1973, p 229

<sup>26</sup> Ibid, p 233

<sup>27</sup> Ibid, p128

teológica, reconstruindo o naturalismo moderno. A primeira metade do século XVII foi um rico período de debate filosófico, marcado por audaciosas obras de inspiração artificialistas, tanto sem precedentes quanto de sucessores na história: Maquiavel na Itália, Bacon e Hobbes na Inglaterra, Montaigne e Pascal na França, Baltasar Gracian na Espanha<sup>28</sup>. A liberdade intelectual da época permitiu enfrentar as representações naturalistas. Os atributos antes considerados naturais nunca foram tão deliberadamente ignorados e as representações da existência eram apresentadas a partir da idéia de acaso. Diferentemente do artificialismo pré-socrático, o artificialismo pré-cartesiano não exaure a idéia de natureza centralizando-a em sua temática. Ele simplesmente a ignora. O silêncio, nos lembra Rosset, é mais ofensivo do que a palavra, uma vez que não leva em consideração a existência daquilo que implicitamente nega. Gracian, talvez um dos únicos que declararam o artifício como centro de sua filosofia, não opõe a aparência a nenhum ser, da mesma forma que não opõe a natureza ao artifício. A natureza se torna, para ele, simplesmente a soma dos artifícios. Refutando a ideologia naturalista e a culpabilidade do artifício, defende a “naturalização” do homem como a sua completa aceitação deste último, prenunciando Nietzsche.

Lenoble aponta a separação da arte da ciência como um dos primeiros sinais do mecanicismo e conseqüentemente da reestruturação do naturalismo moderno. O Renascimento, diz ele, sentiu a natureza antes de pensá-la. Essa nova mentalidade coloca a ciência numa posição de observação, transformando-a num meio para o homem, mas cujo fim está acima dela. É no interior do homem, e não no macrocosmo, que ele alarga o papel e o lugar da natureza. O Renascimento foi uma das raras épocas do pensamento em que a arte e a ciência deram a mesma representação da natureza. A partir do século XVII, ciência e arte vão seguir por duas vias divergentes, o mecanicismo e o animismo constitucional<sup>29</sup>. Neste momento a natureza ainda não havia sido “conquistada” pela ciência, quando seu lugar de deusa universal é substituído pela máquina do universo, e a ciência se torna a técnica de exploração dessa máquina. “Em resumo, no século XVII, o homem toma, perante a natureza, a atitude de um filho emancipado e a segurança de um jovem senhor”<sup>30</sup>.

<sup>28</sup> Rosset, 1973, p 129

<sup>29</sup> Lenoble, 1969, p 253-256

<sup>30</sup> Ibid, p 277

Examinamos em primeiro lugar a herança aristotélica e estóica que vê na idéia de Natureza uma forma, uma destinação do Mundo e do homem. Depois, assistimos a um evento maior que subverte a idéia de Natureza. Os cartesianos vêem a Natureza como a manifestação de um ser infinito que se estabelece a si mesmo, que não é certamente a Natureza na acepção comum do termo, mas cuja produção, o naturado, possui os mesmos caracteres de necessidade e autonomia em relação ao homem. (...) Mas essa concepção objetiva do Ser deixa um resíduo. Sejam quais forem os esforços de Descartes para pensar ‘o que a faz ser tal’ (Montesquieu), a Natureza resiste. Ela não pode estabelecer-se por inteiro diante de nós.<sup>31</sup>

A natureza mecanizada, comparada à própria arte, como no célebre diálogo de Voltaire, foi aparentemente desprovida de significado e sentido, enquanto, na verdade, encontrava a contrapartida da sua desvalorização na exaltação do homem. Enquanto a ciência mecanicista dava plena autonomia e meio de utilizar a natureza, a metafísica mecanicista se empenhava em reconstruir o pensamento a partir do modelo das coisas, recolocando o homem novamente na dependência da natureza. Assim como o naturalismo antigo, o naturalismo moderno instaurado pelo cartesianismo e confirmado pelo iluminismo é essencialmente uma empresa de proteção e restauração<sup>32</sup>. Trata-se menos que criticar o naturalismo aristotélico do que recusar o artificialismo anterior, protegendo e restaurando uma idéia de natureza depurada de concepções obsoletas. A ciência mecanicista, ao permitir esta nova atitude desinteressada perante a natureza, atribui-lhe um certo grau de artificialidade e necessidade similares ao do homem, ainda que Deus detenha os atributos de finalidade e causa antes nela existentes.

Agora, a natureza vista também como produto, sujeita a um processo de criação e desenvolvimento, estabelece uma nova relação com a história. Da mesma forma que a ciência havia mecanizado e “dominado” a natureza ao homem, possibilita um novo discurso histórico, que conquistou contornos de cientificidade ao longo dos séculos que seguiram.

<sup>31</sup> Merleau-Ponty, 1995 (1957-60), p 133.

<sup>32</sup> Rosset, 1973, p 129

Agora a História já está estabelecida como uma ciência, isto é, como uma investigação progressiva na qual se estabelecem as conclusões de um modo sólido e demonstrativo. De tal sorte se tem provado experimentalmente que é possível o conhecimento científico de objetos que existem em perpétua mudança. (...) A idéia histórica de mudança ou processo cientificamente reconhecível se aplicou, com o nome de evolução, ao mundo da natureza<sup>33</sup>.

No novo mundo, essa natureza histórica foi ao mesmo tempo forjada pela visão dos homens que aqui chegavam, como também alterou a sua relação com o meio que encontravam. A “desdivinização” da natureza, promovida nos primeiros séculos dos descobrimentos, colocaram os primeiros colonizadores em confronto com ela, alterando imagens edênicas do paraíso terrestre com uma natureza hostil a ser domada e posta a serviço do homem. Esse conflito, ao mesmo tempo em que distanciava o europeu desterrado dos modelos antes conhecidos, o colocava diante de seu imenso poder de criação, entre um futuro a ser construído e um passado de conquistas e ruínas, refletindo sua condição de liberdade e artifício do presente. Essa dualidade marcou profundamente a “invenção” do Brasil, até o pensamento historicizante reformular nossa concepção da natureza, embora ainda viva em nosso inconsciente, refletido atualmente no imenso território da Amazônia.

Neste sentido, durante o século XVIII se introduzem efetivamente algumas alterações na sensibilidade destes homens frente àquilo que percebem, interpretam ou transformam. O que se observa justamente a partir de fins do século é um movimento de resgate positivo do passado onde os mitos são incorporados num mesmo e novo discurso da história. Ao contrário dos primeiros séculos de colonização e descobertas, a natureza não está mais em conflito com o artifício, nem as marcas da cultura estão em desagregação. A partir de agora, natureza e artifício mantêm entre si uma relação de continuidade: a natureza é história. Ela é realidade sobre a qual se sobrepôs continuamente e num movimento de expansão esta

segunda natureza que nasce do homem: o pensamento historicizante devorará agora, um a um, os mitos<sup>34</sup>.

Esta relação de continuidade, tal como descreve Margareth Pereira, substituem a busca pelo paraíso terrestre pelos jardins edênicos criados pelos paisagistas e as paisagens idealizadas pelos pintores naturalistas. Em meados do século XIX, o Passeio Público do Rio de Janeiro tem seu rígido traçado geométrico francês de Mestre Valentim substituído, com alguns anos de atraso, pelos cenários românticos de Glaziou, inspirados nos jardins ingleses.

Aliás, o século XVIII pode ser dividido em duas épocas distintas, uma que estende os princípios do mecanicismo a toda natureza e ao próprio homem, e outra, onde uma reação de afetividade eclode em Rousseau numa apologia total do sentimento<sup>35</sup>. Isto não significa que a primeira metade do século XVIII deixou de glorificar a natureza, mas trata-se unicamente da natureza humana. A separação de Deus da natureza, assim como a arte da ciência, a física da metafísica, permitiu por um lado a exploração metódica e calculada da natureza e, por outro, a extravasão do sentimento agora a ela associada. A natureza, volta a ser mais uma vez a mãe fecunda dos homens. O século XVII recusou o seu papel de moralista, deixando-o nas mãos da religião, de Deus. O século XVIII retoma a existência da natureza e seu poder sobre os homens, porém sem ter a possibilidade e a necessidade de desembaraçar-se da redução promovida pela ciência mecanicista<sup>36</sup>.

O novo naturalismo então restabelecido, e cuja influência persiste até hoje sem perda de força, tem em Rosseau um de seus principais baluartes. Entretanto, algumas considerações importantes acerca de sua obra devem ser aqui colocadas a fim de melhor compreender o naturalismo moderno, onde a ajuda de Clément Rosset é de grande valia. A crítica por ele realizada não parte de uma suposta ingenuidade de Rosseau, nem considera que a natureza seja um tema central em sua obra, ao contrário de outras análises. Rousseau nunca se preocupou em definir precisamente esta palavra, cujos significados variam de obra para obra. Ainda de acordo com Rosset, também nunca considerou realmente possível, nem

<sup>33</sup> Collingwood, 1945, p 30

<sup>34</sup> Pereira, 1990, p 10

<sup>35</sup> Lenoble, 1969, p 284

<sup>36</sup> Ibid, p 301

desejável, um retorno a um “estado de natureza” ou a existência de um estado primitivo. A ideologia naturalista presente em Rosseau não se baseia na definição da natureza, nem de sua apologia, mas na recusa absoluta do artifício. Pois o naturalismo não consiste em adorar a natureza, mas em recusar o artifício.

A idéia de natureza é tanto mais eficaz religiosamente quanto for menos definida, e o naturalismo proveniente desta, tanto mais declarado quanto for menos determinado. A indiferença real de Rosseau à idéia de natureza significa, efetivamente, um abandono da “religião da natureza”; mas este abandono significa, por sua vez, um reencontro com a verdadeira “natureza” da religião: a insatisfação diante do real conduz a afirmação de uma outra realidade, que deverá ser conhecida por êxtase místico ou alcançada por reformas históricas. Esta religião, que um breve período de intermitência havia velado durante os séculos XVI e XVII, é definitivamente restaurada por Rosseau e tornar-se-á, como todos sabemos, a religião do homem moderno.<sup>37</sup>

A indefinição, o desgaste e até mesmo o desuso da palavra natureza no mundo moderno não significa uma recusa à ideologia naturalista. Pelo contrário, se entendermos por naturalismo a procura por uma ordem inerente ao acaso e uma inclinação a recusar o caráter artificial da existência, pode-se concluir que ele não só alcançou o seu apogeu no século XX como se mantém presente até hoje. A atual comum oposição entre natureza e cultura, assim como a contestação desta última, são reflexos naturalistas que assumem formas contemporâneas de expressão, a exemplo da crítica da sociedade capitalista empreendida pela Escola de Frankfurt, cujas origens não se encontram em Marx e Freud, mas em Platão, Aristóteles e Rousseau<sup>38</sup>. A busca por finalidade e a busca pela natureza se mantêm como um desejo velado diante da acusação da cultura de suprimir a natureza e alienar o indivíduo. Alienação provocada pela sua liberdade de satisfazer seus desejos, cuja necessidade surge do caráter artificial da sociedade, responsável pela perda de sua essência. Desejos cujas finalidades são contestadas e até mesmo condenadas, num discurso novo que remonta à ojeriza ao luxo empreendida por Plínio na Roma do século I.

O naturalismo moderno assume então diferentes expressões, podendo ser agrupadas em três grandes tendências, de acordo com Rosset, classificadas segundo posturas distintas diante da natureza: a natureza presente, mas degradada, sendo necessária a sua proteção de nova degradação (naturalismo conservador), uma natureza ainda não presente, sendo necessário instaurá-la (naturalismo revolucionário) e uma natureza ausente, sendo paradoxalmente necessário transgredi-la para alcançar a existência real e natural (naturalismo perverso)<sup>39</sup>.

Essas diferentes expressões naturalistas, cuja forma conservadora é a mais comum, ressurgem com diferentes matizes e influenciaram as ciências sociais do século XX, ajudando a construir o campo do urbanismo e seus paradigmas, tema este que será melhor tratado nos capítulos seguintes.

---

<sup>37</sup> Rosset, 1973, p 268

<sup>38</sup> Ibid, p 279

---

<sup>39</sup> Ibid, p 284-297



Imagem de Londres em 1872, por Gustave Doré.

## 1.2 – DA CRÍTICA À CIDADE INDUSTRIAL À EMERGÊNCIA DA QUESTÃO ECOLÓGICA

A restauração naturalista empreendida na segunda metade do século XVIII não só forjou, como foi também forjada pela crítica à cidade industrial, extensão do artifício culpada pela degradação da natureza e, agora, também do homem. Não por acaso a Inglaterra foi um dos principais difusores do movimento romântico, além de renovar a arquitetura paisagística num discurso novo, incorporando novos valores e uma nova estética.

A ascensão da cidade industrial e seus respectivos paradigmas foram alvo de diferentes abordagens daqueles que passavam a se dedicar ao estudo das cidades e das relações sociais, das quais Françoise Choay destaca duas aproximações distintas. A primeira, através de um método descritivo e quantitativo, buscava entender o fenômeno da urbanização, situando-o numa rede de causas e efeitos. A segunda, diante da crise pelas quais passavam as grandes cidades industriais, assumia uma postura crítica e normativa, considerando freqüentemente a cidade como um processo patológico que necessitava de tratamento com urgência<sup>40</sup>. Não é necessário afirmar que a segunda abordagem foi a mais recorrente, cujos reflexos são percebidos ao longo de todo o século XX. Como observa Choay, esta crítica, alinhada à crítica global da sociedade industrial, não percebia o surgimento de uma nova ordem, uma nova organização do espaço urbano que se sobrepunha a uma ordem outra reconhecível, mas somente caos e desordem, onde a ordem desejada alimentou os mais diferentes modelos. A idéia de natureza do século XVIII irá percorrer os próximos anos na forma das utopias anti-urbanas, da cidade jardim ao desurbanismo soviético, dos parques de Frederick Law Olmsted à Broadacre City de Frank Lloyd Wright.

O novo naturalismo instituído, ao mesmo tempo em que permitia uma extravasão do sentimento e a apologia do natural, possibilitou que a natureza mecanizada fosse alvo de uma ciência desinteressada. A separação da física da metafísica, da arte da ciência, contornou os paradoxos conseqüentes e permitiu que tanto a natureza quanto o artifício fossem objetos científicos equivalentes.

<sup>40</sup> Choay, 1965, p 5-6



Da mesma forma, a cidade e o novo campo de conhecimento que se formava sobre ela assumiam pretensões científicas, incorporando métodos, instrumentos de análise, formas de intervenção e, principalmente, visões e concepções de natureza das demais ciências das quais são devedores. Entretanto, apesar da pretensa cientificidade da nova disciplina, a ideologia naturalista persiste na crítica à cidade industrial, considerada caótica, degradada e alienadora do indivíduo, assim como nos anseios por ordem e beleza.

Segundo Choay, o que passa a diferenciar o urbanismo, enquanto disciplina, dos estudos empreendidos até o final do século XIX, é justamente essa especialização científica, assim como de uma relativa despolitização e independência das demais ciências sociais. O caráter utópico das propostas também é reduzido diante da perspectiva de aplicabilidade da disciplina através da prática projetual, embora os primeiros urbanistas, com poder reduzido por razões econômicas e culturais, ainda venham a apresentar traços de utopia nos seus discursos<sup>41</sup>.

Em linhas gerais, o novo campo do conhecimento elegeria como tema de estudo a própria “cidade” em suas condições históricas de formação e desenvolvimento, com vistas, sobretudo, a corrigir e evitar disfunções do ponto de vista de sua forma construída e de sua forma social, em um novo momento de afirmação e crescimento das atividades burguesas.<sup>42</sup>

Os primeiros movimentos do urbanismo constituído no final do século XIX, na Barcelona de Idelfonso Cerdá, anunciam princípios básicos que reverberarão pelo século seguinte. O principal deles é a “naturalização” da cidade, possibilitada pela ciência moderna que, ao mecanizar a natureza por um lado, permite por outro uma analogia entre o artifício e os processos naturais. A comparação da cidade com um organismo vivo, principalmente com o corpo humano, além de afastar as imagens caóticas da urbanização, possibilita a identificação das patologias, fazendo do diagnóstico uma ferramenta fundamental de investigação. A analogia organicista, já consagrada como estratégia metodológica na sociologia, permitiu uma análise conjunta e até hoje influencia o olhar do urbanista contemporâneo

em busca de soluções para problemas urbanos. Ou melhor, de problemas a serem solucionados.

O organicismo, por sua vez associado à abordagem histórica da natureza, constituiu um método de investigação, assim como de previsão. Patrick Geddes, biólogo de formação da corrente evolucionista, ao estabelecer uma relação entre o organismo e ambiente por meio da análise histórica, legitima um método para a identificação das leis invisíveis de formação das cidades e de suas tendências. O movimento, que antes havia permitido conferir historicidade à natureza sob o nome de evolução, é agora transposto à cidade “naturalizada”. A abordagem evolucionista associada ao organicismo se torna então a “história natural da cidade”<sup>43</sup>, reverberando por conseguinte nas propostas urbanísticas.

A naturalização da cidade ganha, porém, outra dimensão. O urbanismo se constitui como uma tentativa de superação da dualidade cidade-campo, através da “des-densificação” e da constituição de um conjunto de espaços abertos que claramente procuram reproduzir pedaços da natureza no interior de áreas urbanizadas. (...) O urbanismo se apresenta assim como um amplo projeto de reforma do habitat do homem moderno, principalmente dos trabalhadores pobres, através da incorporação da natureza na cidade.<sup>44</sup>

A contraposição entre sociedade e natureza é aqui claramente transportada para o campo do urbanismo. A busca por equilíbrio e superação dessa dicotomia torna-se um dos elementos centrais dos modelos do final do século XIX, cujo principal representante é a cidade jardim de Ebenezer Howard. Retomando alguns aspectos das cidades utópicas renascentistas de Thomas Morus e Leonardo da Vinci, constitui uma alternativa de assentamento humano limitado, fruto de uma combinação das vantagens da cidade e do campo, ao mesmo tempo em que excluiria seus problemas. Mas que um projeto urbano, uma reforma social, falhou em dois de seus principais aspectos, o cooperativismo e a auto-suficiência, prenúncio do conceito de cidades sustentáveis atuais. Entretanto, foi aceita como uma alternativa viável para as áreas de expansão urbana e

<sup>41</sup> Choay, 1965, p 18

<sup>42</sup> Pereira, 2003, p 55

<sup>43</sup> Cardoso, 2000, p 146

<sup>44</sup> Ibid, p 147

influenciou conceitualmente inúmeros projetos, mesmo que tenha sido reduzida à incorporação de alguns elementos naturais ao espaço urbano.

Ao lado da busca pela organicidade perdida da cidade tradicional, um movimento oposto de ruptura histórica expõe outras alternativas de integração entre cidade e natureza. A cidade funcional modernista de Le Corbusier é uma cidade verde. Entretanto, não se trata mais de uma natureza romantizada, mas de uma natureza altamente racionalizada e artificializada. Muito mais preocupada com questões higienistas e de circulação, o zoneamento funcionalista da “cidade-máquina” predomina no pensamento urbanístico até meados dos anos sessenta. No que concerne à idéia de natureza, é importante ressaltar que a visão modernista é uma tentativa de tornar autêntico e natural o artificial, o tecnológico, o não-natural, num processo de subjugação da própria natureza. Não se trata de uma reconciliação de fato, mas de uma redução de tudo ao urbano, ao artifício. A substituição da primeira natureza pela segunda, que se torna então primeira, como nos colocou Milton Santos<sup>45</sup>.

Em sentido diametralmente oposto, o antiurbanismo americano, em busca dessa mesma integração, acaba por sucumbir a idéia de cidade em geral em favor da natureza. Filiada à tradição antiurbana e naturalista européia do século XIX, tem entre seus predecessores Thomas Jefferson, Waldo Emerson, Henry Thoreau e John Muir, cuja nostalgia exacerbada da natureza virgem norte americana desencadeia uma fervorosa crítica ao artifício e à cidade. Os ideais defendidos, que inspiraram ambientalistas contemporâneos como Aldo Leopold e Arne Naess, se cristalizaram no sistema de parques e reservas florestais dos Estados Unidos e no modelo da Broadacre City de Frank Lloyd Wright. Assim como na cidade funcional a natureza se artificializa totalmente, voltando a ser um meio contínuo, no qual as funções urbanas estão dispersas e isoladas sobre a forma de unidades reduzidas.

A grande cidade industrial é acusada de alienar o indivíduo no artifício. Só o contato com a natureza pode devolver o homem a si mesmo e permitir um harmonioso desenvolvimento da pessoa como totalidade. (...) A partir dessas premissas, F. L. Wright propõe uma solução a qual deu sempre o nome de *City*, se bem que ela

elimine não só a megalópolis mas também a idéia de cidade em geral.<sup>46</sup>

No início do século XX, a relação entre sociedade e natureza passa a ser concebida entre o homem e o seu meio, seja a natureza artificializada ou a cidade industrial. O método analógico, mais uma vez empresta os conceitos da biologia à perspectiva funcionalista da Escola de Chicago, onde Robert Park estabelece as bases para a ecologia humana. A retomada do pensamento ecológico na década de cinquenta resgata a teoria parkiana, questionando o determinismo ambiental, embora pouco contribuiu para o avanço das questões ambientais ao focar o debate na vertente oposta, a do determinismo social. Até os anos sessenta, os estudos referentes ao meio natural permaneceriam restritos ao campo das ciências biológicas, sem serem aplicados ao desenvolvimento econômico, por exemplo<sup>47</sup>.

Existe uma certa continuidade histórica entre o antiurbanismo e a consolidação dos movimentos ambientalistas na década de sessenta, ligada à ideologia naturalista. A relação entre homem e natureza emerge no conceito de meio ambiente, passando a designar uma pluralidade de questões, desde o desmatamento florestal até os problemas urbanos, como a poluição dos recursos hídricos. Pádua nos recorda da radicalidade presente nos debates sobre a questão ecológica desse período, cuja postura ligada aos grupos contraculturais ou esquerdistas adotavam um discurso salvacionista ou neomalthusianos. Paralelamente à crítica empreendida contra a sociedade ocidental, o planejamento urbano, ainda embebido das teorias modernistas, torna-se também objeto de críticas radicais que puseram em dúvida sua eficiência e até mesmo sua necessidade. Nos anos setenta e oitenta, o discurso perde radicalidade e a busca da superação dos problemas identificados passa ao plano político, institucional e acadêmico.

A partir de então, o “ambiente urbano” e a “sustentabilidade urbana” passam a ser temas relevantes no debate político,

<sup>45</sup> Santos, 1996, p 206.

<sup>46</sup> Choay, 1965, p 30

<sup>47</sup> Marcondes, 1999, p 42-43

restabelecendo o planejamento como um instrumento legítimo para produzir o equilíbrio ambiental das cidades.<sup>48</sup>

A ascensão dos movimentos ambientalistas e os reflexos no campo do urbanismo são tema do capítulo seguinte, cuja importância reside na influência sobre o discurso e a prática projetual das intervenções na Amazônia, analisadas na terceira parte desta dissertação.

---

<sup>48</sup> Cardoso, 2000, p 119



Nova York nos anos 50. Fonte: McHarg, "Design with Nature", 1969.

### 1.3 – ECOLOGIA E AMBIENTALISMO

Sem querer ampliar demasiadamente a análise sobre a idéia da natureza no século XX, este capítulo busca contextualizar brevemente, no debate das questões ecológicas, os novos paradigmas urbanos. Não se pretende aqui narrar o processo histórico de formação da ecologia e do ambientalismo, e muito menos analisar os projetos sob essa ótica. Entretanto, termos cunhados nestes campos, como "meio-ambiente" e "sustentabilidade", permeiam os diferentes discursos dos mais variados autores, e são facilmente encontrados nos textos sobre os projetos analisados nesta pesquisa. Por esta razão, reserva-se um breve espaço dedicado a esclarecer os significados atribuídos a estes termos, suas variações dentro do discurso ecológico e suas implicações no campo do urbanismo e paisagismo, para, no capítulo seguinte, visitar a revisão crítica empreendida nas últimas duas décadas.

Ambientalismo e Ecologia são hoje tratados pela mídia com certa equivalência, embora tenham origem em períodos distintos. A Ecologia, cuja definição foi primeiramente cunhada pelo biólogo evolucionista alemão Ernest Haeckel, em meados do século XIX, era o estudo das relações de um organismo vivo com seu ambiente. Inicialmente restrita às ciências naturais, foi incorporada no início do século XX pelas ciências sociais, que passam a aplicar as noções de ecossistema e relações ecológicas, ampliando o significado da palavra e o campo da disciplina. O termo "meio-ambiente" ganha então contornos mais amplos, e os movimentos em sua defesa passam redefinir os movimentos ecológicos, ou ambientalistas.

No século XIX já é possível identificar os germes do ambientalismo nas visões de conservação do "mundo natural" e na noção de mundo selvagem, embora ainda estivessem embebidas dos ideais românticos e naturalistas do século precedente. O preservacionismo de Muir e o conservacionismo de Pinchot se destacam entre as principais correntes da época e prenunciam um aspecto fundamental do debate ecológico da segunda metade do século XX: a preservação pura da natureza no sentido de apreciação estética e espiritual contra a conservação dos recursos naturais para o proveito do homem, precursora do que hoje se conhece por desenvolvimento sustentável<sup>49</sup>. A partir dos anos sessenta, um novo ecologismo surge em contraposição à antiga "proteção da natureza". Partindo de

<sup>49</sup> Diegues, 1994, p 24-25

uma crítica da sociedade tecnológica industrial, seus objetivos não eram somente a proteção de alguma espécie ou a criação de uma reserva ambiental.

Esse novo ecologismo é profundamente marcado pela “futurologia”, pelo profetismo alarmista: o futuro incerto do planeta; o esgotamento dos recursos naturais; a super população humana; a poluição ecocida; as tecnologias opressivas; a guerra nuclear; a ciência dominada pela tecnocracia; e pela sociedade autoritária. As contrapropostas ecologistas são feitas na direção de uma sociedade libertária, constituídas de pequenas comunidades auto-suficientes, utilizando uma ciência, um trabalho e uma tecnologia não alienante e a afirmação da sociedade civil em contraposição a um Estado centralizador.<sup>50</sup>

Diegues distingue basicamente dois grandes enfoques na análise da relação entre homem e natureza dentro dos movimentos ambientalistas desta época. A primeira, de caráter biocêntrico, vê o mundo natural em sua totalidade, onde o homem é mais um ser vivo nele inserido. A segunda, antropocêntrica, trabalha na dicotomia entre homem e natureza, onde o primeiro detém direitos de controle e posse sobre a segunda, cujo valor se constitui numa reserva de recursos a serem explorados.

Esta tentativa de classificação dos movimentos ambientalistas, embora válida e elucidativa sob um ponto de vista, é certamente um tanto simplista quando nos deparamos com a heterogeneidade dos discursos sobre natureza. Segundo Harvey, essa diversidade deve ser aceita não apenas como inevitável, mas também como construtiva para o debate ecológico. Demonstra mais que uma fragmentação ou modos de ação e pensamento de grupos isolados, mas um “jogo de diferenças” (play of difference), uma interação entre os homens com o mundo humano e não humano. Os discursos sobre a natureza ou sobre o ambíguo conceito de meio ambiente se tornam menos confusos, segundo ele, quando tomados como momentos em um processo social, quando contextualizados espacial e historicamente. Além disso, indicam uma situação em que diferentes concepções de natureza são invocadas por diferentes objetivos

políticos internalizados nos conflitos sociais<sup>51</sup>. A breve análise que se segue sobre as principais correntes ecológicas não tem por intenção classificar ou valorar determinado pensamento, mas ilustrar a diversidade do discurso ambientalista.

Há ambientalismo para todos os gostos: há ambientalismo comercial como há ambientalismo chapa-branca, há alternativo como há oficial, há diletante como especialista, de miolo mole como de cabeça dura, de ocasião como de convicção, de direita como de esquerda.<sup>52</sup>

Entre as correntes ambientalistas mais influentes da década de setenta, está a Ecologia Profunda, cujo principal fundador Arne Naess ainda é uma das figuras mais importantes do cenário ambientalista atual. Partindo de uma crítica da visão antropocêntrica da ecologia, o filósofo norueguês caracteriza como superficial o conceito de desenvolvimento sustentável, por considerar que a defesa do meio ambiente nele existente se justifica somente pelo bem-estar do homem e pela afluência e estabilidade da economia dos países desenvolvidos. A ecologia profunda, em oposição a essa “ecologia rasa” como ele a qualifica, considera que tanto a vida humana quanto a natureza tem valores intrínsecos independentes do utilitarismo. Defende como princípios o abandono do objetivo do crescimento econômico ilimitado, o decréscimo da população humana, a conservação da biodiversidade, a vida em comunidades simples e auto-sustentáveis e uma redução da interferência humana sobre a Terra. A noção de que a natureza tem um valor próprio, independente do homem, é um dos aspectos mais relevantes que aparece posteriormente como base para diferentes correntes ecológicas, desde a hipótese Gaia de Lovelock, que considerava a Terra como um organismo vivo, até a ética ambiental de Rolston.

As críticas à ecologia profunda vieram de diferentes direções, tanto por parte dos mais radicais que criticaram os limites impostos ao igualitarismo biosférico por ela proposta, quanto por parte dos mais tradicionais que consideraram que tal princípio havia ido longe demais. A mais contundente, porém, veio de Murray Bookchin, um dos principais teóricos da política verde, que a caracterizava como uma nova forma de nazismo ecológico, qualificando-a por vezes de eco-

<sup>50</sup> Diegues, 1994, p34

<sup>51</sup> Harvey, 1996, p 172-174

<sup>52</sup> Castro (in Arnt & Schwartzman), 1992, p 17.

alucinação. Entretanto, sua principal contribuição ao ambientalismo, a ecologia social, também chamada de eco-anarquismo, possui a mesma ou mais dose de radicalidade e utopia que sua principal rival. Embora tenha sido obscurecida pelo seu caráter combativo e dogmático, a ecologia social nos apresenta uma visão interessante que rejeita o ecocentrismo, considerando os seres humanos primeiramente como seres sociais, mas não acima dos outros seres ou tampouco iguais a eles. Considera que a causa da crise ecológica está nas estruturas de hierarquia e poder associadas ao moderno estado burocrático e ao capitalismo corporativo, ao qual rejeita em favor de uma visão utópica revolucionária de comunidades descentralizadas, sustentáveis, democráticas e participativas, cuja economia é gerida segundo linhas mutualistas e cooperativistas<sup>53</sup>, renovando o discurso de Howard e Wrigth.

O marxismo clássico também é alvo de uma revisão crítica nos anos sessenta, adquirindo uma dimensão ecológica que parte da crítica da idéia de natureza em Marx, considerada demasiadamente estática, pautada somente em função da ação transformadora do homem, como fonte de meios e condições do trabalho. Os socialistas que passam a aceitar que enfrentamos uma crise ecológica, argumentam então a existência de um caminho alternativo ao socialismo, que ilumine a contradição entre a organização social de produção e as condições ambientais da produção, mais do que a contradição entre as classes. O eco-socialismo, ou eco-marxismo, como ficou conhecido, apresenta o socialismo como um meio para soluções socialmente justas aos problemas ambientais<sup>54</sup>. Entre os autores dessa corrente, Diegues destaca Moscovici, cuja crítica à oposição entre natureza e cultura o conduz a um novo naturalismo, onde uma posição reativa de negação do culturalismo se modifica em uma posição ativa que afirma uma nova relação entre homem e natureza, baseada em três idéias principais: o homem como produtor e produto do meio que o cerca, a natureza como parte de um processo histórico e a relação da coletividade, e não somente do indivíduo, com a natureza. Evoca, portanto, uma nova utopia, na qual é necessário, não um retorno à natureza, mas uma nova relação onde a separação seja substituída pela unidade<sup>55</sup>.

---

<sup>53</sup> Barry (in Palmer), 2006, p 242-243

<sup>54</sup> Harvey, 1996, p 180

<sup>55</sup> Diegues, 1994, p 41-43

Não só o marxismo, mas uma série de movimentos sociais de contracultura também foi influenciada pelo pensamento ecológico, surgindo “ecologismos” dos mais diferentes tipos, associados a distintos grupos. O eco-feminismo é um desses exemplos, que na sua forma mais radical chega a fazer um paralelo entre a desvalorização e degradação da natureza e a submissão e dominação da mulher sob um sistema patriarcal.

Ainda no campo de batalha que foi o cenário ambientalista dos anos setenta, as principais críticas contra o movimento ecológico como um todo partiu do próprio movimento, onde se deve destacar a obra do filósofo e historiador australiano John Passmore. Com um amplo trabalho dedicado à história da filosofia, foi no entanto com uma obra intitulada “A responsabilidade do homem pela natureza” (Man’s Responsibility for Nature) que seu nome se tornou conhecido no meio ambientalista, elaborando as bases da ética ambiental como se conhece atualmente. Embora alguns autores considerem Holmes Rolston como o “pai” da ética ambiental, o que entendemos por esse conceito hoje é muito diferente deste último e muito mais próximo ao de Passmore. Os princípios defendidos por Rolston, como o valor intrínseco da natureza e das espécies, o holismo ecológico, os deveres dos homens “para com” a natureza e o biocentrismo, entre outros, estão muito mais filiados ao pensamento naturalista tradicional, que influenciaram correntes como a ecologia profunda e outras de caráter místico e ecocêntrico já superadas pela prática. No entanto, o trabalho supracitado de 1975 de Passmore permanece com certa atualidade, principalmente nas bases de políticas ambientais de governos e instituições. Um detalhe pequeno em gramática, mas grande em semântica, acerca do título do livro, já exemplifica essa diferença. No prefácio, o autor alerta para um erro comum nas citações de sua obra, onde a preposição “pela” é substituído por “a responsabilidade do homem “para com” a natureza’. Diz ele: “Natureza não é uma pseudopessoa para com quem os seres humanos são responsáveis; os seres humanos são responsáveis (apenas) pela natureza”. Três são os seus principais objetivos nesta obra: examinar historicamente as idéias que formaram as tendências e comportamentos atuais com relação ao mundo natural, expor várias soluções para os problemas ambientais e “remover o lixo” das opiniões ecológicas enganosas e tendenciosas que impedem as soluções desses problemas<sup>56</sup>. Mais que as soluções propostas, consideramos que a grande contribuição desta obra

---

<sup>56</sup> Cooper (in Palmer), 2006, p 219

reside neste último objetivo citado, o que obviamente despertou críticas fervorosas proveniente das mais variadas direções. A contestação promovida por Passmore abarca vários preconceitos e representações naturalistas no Movimento Ambientalista, dos quais se pode destacar: a comum acusação de que o pensamento judaico-cristão é responsável pela ação predatória da natureza (a qual o autor atribui inicialmente aos estóicos, potencializados por pensadores modernos como Bacon e Marx); as soluções utópicas política e economicamente inviáveis presas ou ao primitivismo ou ao despotismo ecológico (a exemplo da redução da população humana que exigiriam violações grosseiras da democracia); e a necessidade de uma nova moralidade e metafísica baseada numa visão sagrada e mítica de natureza intocada. Passmore recusa a necessidade de uma nova ética, mas uma adesão mais geral a uma ética perfeitamente conhecida. Entre suas propostas de maior alcance pode-se citar a abordagem de custo-benefício para os problemas ambientais e a conseqüente consideração dos interesses humanos como fundamentais, além de sua visão de uma sociedade mais “sensual”, mais disposta a desfrutar o presente. Criticado inicialmente por economistas e planejadores, foram os próprios ambientalistas que engrossaram o coro contra suas idéias, principalmente aqueles acusados por ele de disseminar o “lixo”, ecologistas profundos, ecofeministas, entre outros. Ironicamente, as críticas empreendidas contra Passmore o consideram desde um dos mais virulentos críticos do crescimento econômico a um defensor acrítico do status quo, exemplificando a controvérsia gerada pela sua obra, cuja influência merece maior atenção e estudos aprofundados.

O livro *Man's Responsibility for Nature*, de John Passmore continua sendo a declaração mais autorizada de uma tendência majoritária de ética ambiental, citado constantemente por seguidores e opositores dessa tendência. Nos círculos filosóficos, pode ser que a tendência ecológica “mais profunda” representada por Arne Naess tenha atraído mais atenção em anos recentes. Mas, certamente, foi a abordagem “menos profunda” de Passmore que fez mais para informar as políticas ambientais de governos e de outras organizações para as quais, em última análise, os interesses dos seres humanos deve ser uma preocupação fundamental<sup>57</sup>.

O rico debate ecológico dos anos setenta, que concentra a maior parte das obras fundadoras das correntes descritas acima, ampliou o discurso ambientalista às agendas políticas governamentais. Já na Conferência de Estocolmo em 1972, a perspectiva preservacionista cedia lugar às teses conservacionistas e à noção de ecodesenvolvimento, marcando um ponto de inflexão na evolução do conceito de meio ambiente, tratado sob uma perspectiva política e social<sup>58</sup>. Entretanto, foi somente no início dos anos oitenta que o conceito de desenvolvimento sustentável foi cunhado e difundido com ampla aceitação pela Comissão Brundtland, através do relatório “Nosso futuro comum”. Durante os mais de dez anos como Primeira Ministra da Noruega, a Dra. Gro Harlem Brundtland, a convite do Secretário Geral das Nações Unidas, presidiu a Comissão Mundial para o Ambiente e Desenvolvimento que ficou conhecida pelo seu nome.

A humanidade tem a capacidade de tornar o desenvolvimento sustentável – de garantir que ele atenda às necessidades do presente sem comprometer a capacidade das futuras gerações de atender às suas próprias necessidades<sup>59</sup>.

Embora tenha sido alvo de críticas, como de costume no debate ecológico, esse se tornou o conceito de sustentabilidade mais aceito e divulgado nas últimas décadas. Uma das principais críticas ao relatório é o caráter abrangente e complexo das mudanças na direção do desenvolvimento sustentável, sem identificar as inúmeras barreiras específicas a serem enfrentadas, sobretudo pelos países em desenvolvimento. A mais fundamental, entretanto, ataca a própria definição de desenvolvimento, associada ao crescimento econômico e uma teoria linear de progresso, que não modifica a estrutura do atual padrão de desenvolvimento. Independentemente das críticas, à Comissão Brundtland pode ser creditados dois méritos. O primeiro, em que a sustentabilidade não é vista como um estado fixo, mas como um processo de mudança. O segundo, e talvez mais relevante, por ter promovido um diálogo importante e de longo alcance, que dirigiu o debate para a formulação e reorientação de políticas associadas ao ambiente e desenvolvimento, culminando com a Agenda 21 promulgada durante a Conferência do Rio de Janeiro em 1992. Assim como o relatório Brundtland focou a noção de desenvolvimento sustentável, a Rio 92 restabeleceu o enfoque

<sup>57</sup> Cooper (in Palmer), 2006, p 222

<sup>58</sup> Marcondes, 1999, p 46

<sup>59</sup> Brundtland, citado por Palmer, 2006, p 274

do termo “meio ambiente” em sua relação com o desenvolvimento. É importante aqui fazer um breve parêntese sobre este termo tão amplamente utilizado e sua relação com a palavra natureza.

O termo natureza vem sendo substituído em décadas recentes pelo termo ambiente ou meio ambiente. É evidente que não são termos nem categorias equivalentes. Entretanto, ali onde outrora se falava natureza, hoje fala-se de meio ambiente. Esta substituição não é apenas um vício de linguagem ou uma preferência caprichosa. Ela denota uma mudança, talvez até um ponto de inflexão no discurso das relações sociedade-natureza, representativo das substituições e novas substantificações de que é preenchido o tema, hoje tomado por uma visão de mundo que se reflete na linguagem, com um conteúdo mais tecnocrático do que social e simbólico<sup>60</sup>.

O termo “meio ambiente” é uma desafortunada e pouco precisa expressão, mas já irreversivelmente consagrada, com cujas palavras se procurou traduzir com certa equivalência o termo “environment” em inglês ou “environnement” em francês<sup>61</sup>. Segundo o “Dicionário de Termos Ambientais” de Callá, a palavra meio alude a um substrato físico sobre o qual se desenvolve certas atividades vitais. Ambiente alude igualmente a um conjunto de fatores que definem um meio dado. Em efeito, quando se fala de ambiente ou de meio se alude a aspectos concretos do meio físico, mas quando se menciona meio ambiente, subentende-se a problemática relação do homem com a biosfera.

Mesmo não se tratando de termos equivalentes, é inegável a substituição da palavra natureza pela expressão meio ambiente no vocabulário urbanístico. No respeitado “Dictionnaire de l’urbanisme et de l’aménagement” de Pierre Merlin e Françoise Choay, o verbete natureza não está sequer definido, havendo apenas um redirecionamento aos seguintes verbetes: ecologia, ecossistema e, é claro, meio ambiente, ou “environnement”. Considerando a natureza como produto de uma construção social, Glória Vargas analisa esta substituição gradativa como parte de uma continuidade histórica do processo de racionalização progressiva da sociedade. A natureza, enquanto um conceito enraizado nas comunidades

tradicionais, sofre de uma secularização que enfraquece seu poder como mito ou como metafísica. Desta forma, reestrutura-se no conceito de ambiente, na forma de uma crítica do conceito tradicional com pretensões científicas que o legitimem perante a consciência pública<sup>62</sup>.

Embora o conceito de sustentabilidade difundido pela comissão Brundtland tenha influenciado profundamente o urbanismo, foi o conceito de meio ambiente que promoveu de fato a aproximação entre os campos urbano e ambiental, através do termo “meio ambiente urbano”. Nos anos sessenta e setenta, a questão ambiental urbana era analisada principalmente pelos impactos decorrentes da urbanização, sobretudo os da industrialização. Questões relativas às infra estruturas de saneamento e transportes permaneciam relacionadas às engenharias, assim como as discussões sobre adensamento e verticalização se mantiam restritas ao urbanismo. O debate ambientalista se preocupava principalmente com questões identificadas como mais graves e gerais. Somente com as propostas de desenvolvimento sustentável que os dois campos começam a se aproximar. O alargamento da questão ambiental nos anos seguintes ampliou essa relação, reforçada pelo uso da expressão “meio ambiente urbano”, onde os aspectos físicos, naturais e construídos do espaço se unem com aspectos de qualidade de vida, entendida como o fundamento e uma síntese entre o bem estar individual, o equilíbrio ambiental e o desenvolvimento econômico<sup>63</sup>.

Em síntese, pode-se dizer que o campo dos estudos ambientais vem experimentando simultaneamente o alargamento de suas bases conceituais e a multiplicação da quantidade de estudos e áreas do conhecimento envolvidas. Em grande parte destes trabalhos, a dimensão espacial/urbana das análises permanece subestimada, às vezes inexistente, ou ainda, numa perspectiva mais radical, até mesmo negada como não-ambiental, não-natural. (...) Curiosamente, a evolução recente de experiências de planejamento e de práticas urbanas, particularmente no chamado primeiro mundo, como que desconhecem tal hostilidade e parecem ter assumido o desenvolvimento sustentável como a principal meta a orientar as propostas de ação. Algumas visões críticas certamente associarão a

<sup>60</sup> Vargas, 2007

<sup>61</sup> Callá, 1999, p 170

<sup>62</sup> Vargas, 2007

<sup>63</sup> Rezende, 2003, 140-141



versão urbana de desenvolvimento sustentável à construção de um discurso hegemônico de legitimação do planejamento contemporâneo, à semelhança da crítica feita pelo pós-estruturalismo à idéia de desenvolvimento (econômico) sustentável como sendo o discurso contemporâneo das políticas de desenvolvimento.<sup>64</sup>

Ao analisar o caso brasileiro, Vera Rezende identifica nitidamente essa transição através da legislação brasileira em dois momentos referenciais, a Constituição Federal de 1988 e o Estatuto da Cidade de 2001. A Constituição brasileira, promulgada um ano após a publicação do relatório Brundtland, inclui em seu texto as questões ambientais, embora a não as relacionem claramente com as questões urbanas. Parafrazeando o conceito difundido pela comissão, garante “o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações”<sup>65</sup>. Embora a defesa e o direito ao meio ambiente seja um dos princípios das políticas urbanas, não estão esclarecidas as superposições com as questões ambientais urbanas nem o estabelecimento de medidas que visem sua aplicação. A defesa do meio ambiente construído também não é contemplada, se restringindo aos casos de patrimônio artístico, histórico, cultural ou ambiental, entendido aqui como paisagístico. A própria noção de meio ambiente se expressa através de termos como recursos naturais, processos ecológicos, ecossistemas, evidenciando uma visão do meio ambiente estritamente natural. Por fim, os termos urbanismo e meio ambiente ainda não estão plenamente integrados<sup>66</sup>.

O Estatuto da Cidade, porém, insere claramente a preocupação ambiental junto à preocupação com a política urbana. Dentre as diretrizes gerais com vistas a ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana está a garantia do “direito a cidades sustentáveis, entendido como o direito à terra urbana, moradia, ao saneamento ambiental, à infra-estrutura

urbana, ao transporte e aos serviços públicos, ao trabalho e ao lazer”. Aparece, pois, pela primeira vez, o conceito de sustentabilidade em um texto legal de nível federal que dispõe sobre política urbana, fato de grande importância, já que as disposições dessa lei deverão se refletir nas demais políticas e normas municipais<sup>67</sup>.

Conjuntamente com a questão ambiental, a inserção de mecanismos de participação social na produção dos planos diretores, além de garantir um processo de gestão democrática, marca uma nova etapa das políticas ambientais brasileiras e um entendimento renovado do meio ambiente.

Este processo também teve seus reflexos na arquitetura paisagística, onde a abordagem ecológica e ecossistêmica revisou conceitos-chaves, propondo uma superação da dualidade homem e natureza. Entretanto, o percurso não foi exatamente o mesmo que o percorrido pelo ambientalismo ou pelo urbanismo como um todo, e ainda hoje permanece um resíduo do discurso ecológico dos anos setenta, principalmente no que se refere a uma abordagem mais naturalista e menos social da paisagem.

Da natureza controlada dos jardins franceses do século XVII às cidades-jardins de Howard e à cidade-parque de Corbusier, da natureza romantizada dos paisagistas ingleses do século XVIII ao antiurbanismo de Wright, houve um grande esforço de mudança de visão de mundo, que no entanto, continuava utópica e idealizadora, mantendo a dualidade cidade-natureza, em maior ou menor escala. A visão contemporânea de natureza, amplamente reestruturada pelo ambientalismo e pelo conceito de meio ambiente, foi interpretada pelo paisagismo, que passa a considerar o homem como parte dela, e portanto, deveria contemplar essa unidade na sua prática projetual. A paisagem passa a ser vista não mais com uma atitude contemplativa, cenográfica e passiva, mas como um sistema ecológico, onde os processos naturais se tornam elementos básicos do projeto.

<sup>64</sup> Costa, 2000.

<sup>65</sup> Constituição da República Federativa do Brasil, Capítulo II, da Política Urbana, art. 225, apud Rezende, 2003, p 142

<sup>66</sup> Rezende, 2003, p 143

<sup>67</sup> Ibid, p 148

A obra inaugural desta nova postura foi, sem dúvida, “Design with Nature”, de Ian McHarg<sup>68</sup>, publicado em 1967, cuja influência permanece em obras recentes de grande repercussão no círculo do paisagismo sem perda de força. Este livro representou para a profissão um ponto de inflexão no discurso e na prática, repercutindo também no meio ambientalista em geral, principalmente por selecionar ambientes altamente humanizados como objetos de estudo, ao contrário da tendência da época que buscava por sítios com uma mínima influência humana. McHarg se tornou uma referência no planejamento e paisagismo de base ecológica, que tinha por princípios uma abordagem interdisciplinar entre as ciências naturais capaz de promover uma síntese, uma integração da forma construída no meio ambiente. Foi um dos primeiros a definir os problemas do desenvolvimento moderno e apresentar, ao mesmo tempo, uma metodologia, um processo prescrevendo soluções compatíveis, aplicadas em diferentes projetos por ele desenvolvidos. A metodologia por ele considerada ainda rudimentar, era de fato sofisticada e racional, e seus projetos, mais que inovar em técnicas, corporificava uma nova estética ecológica. Embora sua obra ainda apresente resíduos de uma separação entre campo e cidade e de uma abordagem organicista presente na idéia de patologia e saúde urbana, foi uma das primeiras tentativas ambientalistas de abordar cidade e natureza sob um mesmo enfoque.

No entanto, em prefácio à edição comemorativa de vinte e cinco anos de “Design with Nature”, o próprio autor confessa o que chama de uma profunda insatisfação: o fato de que as teorias por ele apresentadas nunca terem sido alvo de uma revisão crítica. É claro que nos últimos quinze anos após este desabafo, muito foi escrito no campo do paisagismo, onde a abordagem ecológica ganha uma dimensão mais social. Entretanto, as obras a ele diretamente filiadas mantêm uma relação de continuidade com seu discurso, aprimorando sua metodologia, mas sem necessariamente encarar novos paradigmas. Entre eles podemos destacar Anne Sprin e Michael Hough, cujas obras tiveram grande repercussão no paisagismo brasileiro contemporâneo.

Sprin, que foi aluna e estagiária de McHarg, foi premiada pela Sociedade Americana de Arquitetos Paisagistas pela sua obra intitulada “O Jardim de Granito”. Nesta obra onde a cidade é vista como um grande jardim, Sprin analisa

os seus elementos (naturais), o ar, a terra, a água, a vida (não humana), e o ecossistema, e a relação entre eles e as cidades. Descreve amplamente os problemas encontrados, os equívocos e sucessos no planejamento urbano, e propõe ao final de cada tema propostas genéricas como soluções. Embora sua análise seja de grande valia e chame a atenção para aspectos ambientais fundamentais ao projeto, que nem sempre são considerados, sua abordagem da relação natureza e cidade ainda é dualista. Por mais que a autora defina a cidade como parte da natureza, esta última é vista como um meio contínuo, com o ambiente selvagem (wilderness) em um pólo e a cidade em outro, onde, segundo ela, operam os mesmos processos naturais<sup>69</sup>. O que ocorre não é de fato uma síntese do ambiente urbano e natural, mas uma generalização dos processos naturais sobre os processos sociais que também constituem a cidade, numa atitude que ecoa o naturalismo, tal qual como descreve Rosset. Talvez daí decorra a atitude quase maniqueísta de sua análise, expressa mais claramente nos últimos capítulos onde descreve a cidade infernal a ser evitada e a cidade celestial desejada. Tal atitude permanece em seu trabalho, como podemos perceber em um trecho de uma obra mais recente:

Todo o meu trabalho é devotado a ajudar as pessoas a reconhecer o bom e o belo que existe no mundo, a sustentar e construir a partir deles, e a reconhecer o feio e o perigoso, e evitá-los.<sup>70</sup>

Já em 1995, com “Cities and Natural Process”, Hough explora e aprofunda a metodologia de McHarg, propondo a união dos conceitos de urbanismo com o conceito de natureza, através da Ecologia Urbana, além de revisar as bases do desenho urbano de maneira a considerar os processos naturais como premissas básicas para a intervenção na forma da cidade e para controlar seu desenvolvimento<sup>71</sup>. Como McHarg, sua metodologia de projeto analisa uma série de elementos e processos naturais como os ciclos hidrológicos, vegetação urbana, vida animal e clima, assim como amplia a problemática ao considerar conceitos como a legibilidade dos processos naturais urbanos, o desperdício energético, os custos sociais e a restauração ecológica.

<sup>69</sup> Spirn, 1984, p 4 “All my work is devoted to helping people recognize the good and the beautiful that exist in the world, to bolster and build from them, and to recognize the ugly and the dangerous, to avoid them” (tradução do autor)

<sup>70</sup> Spirn, 1998, p 8

<sup>71</sup> Farah, 2006, p 193

<sup>68</sup> McHarg, 1992.

Portanto, a premissa básica sobre a qual esse livro se apóia é desdobrada em duas partes. Primeiramente, que a visão ambiental é um componente essencial do processo econômico, político, de planejamento e desenho que formaliza a cidade. Segundo, que o problema diante das regiões urbanas e rurais tem suas raízes no interior das cidades, assim como as soluções devem ser nelas procuradas.<sup>72</sup>

Embora também se aproxime em muitos pontos da obra de Sprin, a começar pela estrutura do trabalho, Hough apresenta diferenças conceituais importantes. Primeiro por considerar que as soluções para os problemas urbanos estão nas próprias cidades, das quais os processos naturais são uma parte importante, mas não a única. Segundo, pela sua definição de sustentabilidade urbana que incorpora elementos naturais, construídos e sociais.

A partir de uma perspectiva do desenho ambiental, sustentabilidade tem suas raízes nos processos naturais. Em um contexto urbano, a vida sustentável implica que os produtos e sistemas energéticos da vida urbana devam ser considerados, no que concerne ao meio ambiente, mais como benefícios do que como desvantagens financeiras. Isto significa que o mundo artificial humano deve ser projetado para produzir uma rede de ganhos na qualidade ambiental e na qualidade de vida como um todo. Isto implica em diversidade social assim como ecológica. Sustentabilidade engloba a noção de que os sistemas naturais, influenciando e influenciados pela forma urbana, são tão mais uma parte do meio ambiente urbano quanto uma paisagem selvagem além dos limites da cidade. Meio-ambientes urbanos que são sustentáveis são também específicos; pertencem a um lugar mas não a outro; estão enraizados em sua paisagem particular e,

<sup>72</sup> Hough, 1995, p 6 “Thus the basic premise on which this book rests is twofold. First, that environmental view is an essential component of the economic, political, planning and design processes that shape the cities. The often unrecognized natural process occurring within them provide us an alternative basis for their evolution and form. Second, that the problems facing urban and rural regions have their roots in the inner cities, and solutions must be also be sought there.” (tradução do autor).

consequentemente, definem uma identidade regional. Pessoas, natureza e lugares são inerentemente interdependentes – fazem parte de um mesmo círculo de questões.<sup>73</sup>

Apesar de a maior parte de “Cities and Natural Process” ainda se dedicar ao estudo dos processos naturais como bases projetuais, Hough já credita uma maior importância aos processos sociais na constituição do meio ambiente urbano. A abordagem ecológica mais clássica ainda mantém a tônica do discurso, presente nas análises das patologias urbanas e no conceito de restauração ecológica e áreas protegidas. Entretanto, a natureza não é mais vista como um meio contínuo como em Sprin. Hough distingue os processos naturais que ocorrem na cidade e as diferenças regionais de cada uma. Com um enfoque mais amplo e menos dogmático, o autor abre caminho para a busca de uma síntese mais verdadeira entre cidade e natureza, considerando a paisagem tanto pelos seus aspectos naturais como sociais, mesmo que ainda timidamente.

A obra de Cosgrove, “Social Formation and Symbolic Landscape”, publicada em 1984, ao analisar a paisagem como uma idéia e como uma construção cultural, também proporciona uma grande mudança na visão do conceito de paisagem, ampliando seu significado de mera organização do espaço ao incorporar os seus habitantes e as relações sociais. Em contraponto à visão esquemática do modernismo, esse novo posicionamento da teoria da paisagem busca uma reaproximação de uma prática que tenha conexão com o ambiente e as dinâmicas sociais<sup>74</sup>.

Embora ainda esteja distante do conceito de paisagem da geografia cultural, o paisagismo ecológico busca, cada vez mais, as soluções para os problemas

<sup>73</sup> Hough, 1994, p 40. “From an environmental design perspective, sustainability has its roots in natural process. In an urban context, sustainability life implies that the products and energy systems of urban life should be passed on to the larger environment as benefits rather than as costly liabilities. This means that man made world should be designed to produce a net gain in environmental quality and in the overall quality of life. It implies both social and ecological diversity. Sustainability involves the notion that natural systems, influenced by and influencing city form, are as much a part of the urban environment as they are the “unspoiled” landscape beyond the city limits. Urban environments that are sustainable are also place-specific; they belong here but not there; they are rooted in their particular landscape and, consequently, establish regional identity. People, nature, and places are inherently interdependent – they are part of a common set of issues” (tradução do autor).

<sup>74</sup> Izaga, 2006, p 211-213

ambientais nos processos sociais e no interior da própria cidade. Um paisagismo sócio-ecológico, pode-se assim chamar, que permite incorporar conceitos da paisagem cultural, realinhando o projeto paisagístico em direção ao fenômeno da produção e da participação. A partir de meados dos anos noventa, a revisão crítica, promovida principalmente pela Geografia, reavalia profundamente os fundamentos ecológicos, dissipando concepções obsoletas e radicalismos e promovendo um rico debate, tema do próximo capítulo.



Favela da Rocinha, Rio de Janeiro.

#### 1.4 – REVISÃO CRÍTICA DO AMBIENTALISMO – UMA CONTRIBUIÇÃO DA GEOGRAFIA

Se não resta dúvida sobre a atualidade do debate ecológico, que a cada ano ganha mais espaço na mídia e nas agendas políticas, seu conteúdo, entretanto, não é o mesmo dos anos setenta, e a heterogeneidade dos discursos e as contradições das práticas indicam que ainda estamos muito longe de estabelecer um senso comum, a ponto de nos questionarmos se isso é possível, ou até mesmo desejável. Como citamos no capítulo anterior, Harvey considera que esse inevitável jogo de diferenças entre os distintos pontos de vista, menos do que demonstrar fragmentação, nos permite uma construção criativa da problemática ecológica.

Neste sentido, nos últimos quinze anos, o debate ecológico ganhou novos contornos e novos paradigmas a partir de uma revisão crítica do ambientalismo, que reformulou conceitos, desenvolveu novas abordagens, explorou novas técnicas, novas possibilidades de projeto urbano, caminhando para uma ciência de síntese, que é a base da própria ecologia. O papel dos geógrafos foi de suma importância neste processo, pois a revisão conceitual e instrumental por eles empreendida permitiu expor as contradições dos discursos, principalmente quando da sua aplicação em estudos empíricos. Nos parágrafos que seguem, iremos expor algumas delas que consideramos pertinentes ao nosso caso, por estarem presente no discurso dos atores envolvidos nos projetos analisados. Esta última parte do capítulo referente à base teórica é, portanto, vital para nossa análise por nos aproximar das atuais concepções, fornecendo uma base sólida para sua crítica, assim como para a crítica dos projetos referenciais. Desta forma, seu objetivo é atualizar minimamente o discurso sobre a natureza, ou “meio ambiente”, de maneira que possamos identificar seus reflexos no urbanismo, assim como os paradigmas atualmente enfrentados.

Como verificamos brevemente no capítulo anterior, a heterogeneidade do discurso ecológico é uma característica marcante das últimas três décadas, assim como a imprecisão dos termos empregados. Expressões como meio ambiente ou sustentabilidade são utilizadas por diferentes grupos, muitas vezes conflituosamente, expondo uma fragilidade conceitual, servindo como termos de apoio para justificar as mais extremas posturas, de grupos ambientalistas radicais

a instituições financeiras conservadoras. Nem a palavra natureza foi vítima de tamanho vazio conceitual, com significados tão diferentes em uma mesma época.

Quando o *meio ambiente*, como Natureza-espetáculo, substitui a Natureza histórica, lugar de trabalho de todos os homens, e quando a Natureza *cibernética* ou *sintética* substitui a Natureza analítica do passado, o processo de ocultação do significado da história atinge seu auge. É também, desse modo, que se estabelece uma dolorosa confusão entre sistemas técnicos, Natureza, sociedade, cultura e moral.<sup>75</sup>

Essa “dolorosa confusão” a qual se refere Milton Santos tem como resultado uma diversidade de significados dados ao termo meio ambiente, fato também percebido claramente por David Harvey, conforme exemplifica o trecho a seguir:

O que me chocou naquele momento, e o que continua a me chocar, é que a “questão ambiental” necessariamente significa coisas tão diferentes para diferentes pessoas, que acaba por abranger quase tudo o que há. Líderes empresariais preocupam-se com o meio ambiente político e legal, políticos preocupam-se com o meio ambiente econômico, moradores das cidades preocupam-se com o meio ambiente social, e sem dúvida, os criminosos preocupam-se com o meio ambiente jurídico, e poluidores preocupam-se com a regulação ambiental. Que uma única palavra possa ser usada com tal variedade de usos só vem a ratificar sua incoerência fundamental como conceito unitário. Assim como a palavra “natureza”, a idéia na qual contém, embora frequentemente ignorada, uma extraordinária quantidade de história humana, ambas complicadas e cambiantes, assim como outras idéias e transformações.<sup>76</sup>

<sup>75</sup> Santos, 1992, p 102

<sup>76</sup> Harvey, 1996, p 117 “What struck me at the time, and what continues to strike me, is that the “environmental issue” necessarily means such different things to different people, that in aggregate it encompasses quite literally everything there is. Business leaders worry about the political and legal environment, politicians worry about the economic environment, city dwellers worry about the social environment, and doubtless, criminals worry about the environment of law enforcement, and polluters worry about the regulatory environment. That a single word should be used in such a

“Sustentabilidade”, sem sombra de dúvida, é mais uma dessas palavras as quais se refere Harvey. Hoje é lugar comum ser a favorável à sustentabilidade, até porque ser declaradamente a favor da insustentabilidade seria algo no mínimo politicamente condenável, para não dizer insano. Agora o que vem a ser “sustentável” é outra história.

Como é comum entre os conceitos-chave que servem como imãs para o centro político, possuindo grande poder de agregação e de reorganização positiva do embate social e ideológico, a idéia de “desenvolvimento sustentável” caracteriza-se por uma forte abertura semântica. (...) o conceito é convenientemente sem sentido.(...) Mas o fato é que o alto nível de imprecisão, aliada a uma poderosa expansão do uso social do conceito, acabou por transformá-lo em um “assim é se lhe parece”. O desenvolvimento sustentável passou a significar o que cada setor ou grupo social gostaria que ele significasse<sup>77</sup>

Embora a princípio, essa imprecisão tenha possibilitado agrupar diferentes setores sociais em prol de uma causa comum, num segundo momento, essa abertura de significações e de usos do conceito acaba por tornar o alinhamento de centro frágil e provisório. Num primeiro momento, a tese de que é possível encontrar um caminho positivo de superação do colapso ambiental, de continuidade duradoura do processo de globalização, sem abrir mão das conquistas da civilização moderna, teve ampla aceitação, quase hegemônica. Entretanto, a superficialidade teórica e política não se sustentam diante do agravamento dos problemas já debatidos, como a deterioração das condições ecológicas globais e a incapacidade de superar as imensas desigualdades sociais. No momento em que se retoma a discussão em torno da essência do desenvolvimento sustentável, reaparecem os conflitos de natureza social e ideológica, que haviam sido aparentemente superados. É neste momento que a própria sociedade capitalista é colocada em xeque, obrigada a pensar sobre qual

multitude of ways testifies to its fundamental incoherence as a unitary concept. Yet, like the word “nature”, the idea of which contains, though often unnoticed, an extraordinary amount of human history, both complicated and changing, as other ideas and experiences change.” (tradução do autor).

<sup>77</sup> Pádua, 2006, p 410

conceito de sustentabilidade deve seguir, ampliando o próprio conceito de desenvolvimento, como nos demonstra Diegues:

O conceito de “sociedades sustentáveis” parece ser mais adequado que o de “desenvolvimento sustentado” na medida em que possibilita a cada uma delas definir seus padrões de produção e consumo, bem como o de bem-estar a partir de sua cultura, de seu desenvolvimento histórico e de seu ambiente natural. Além disso, deixa-se de lado o padrão das sociedades industrializadas, enfatizando-se a possibilidade de existência de uma diversidade de sociedades sustentáveis, desde que pautadas pelos princípios básicos da sustentabilidade ecológica, econômica, política e social<sup>78</sup>.

O meio ambiente e o desenvolvimento não são mais vistos como fins em si mesmos, mas como meios, como processo. E mais importante, esta concepção de sustentabilidade abre espaço para uma reflexão acerca das causas sociais, econômicas e políticas da degradação ambiental, refletindo diretamente nos objetivos de uma sociedade ambientalmente mais justa. Esse pensamento poderia ser qualificado de antropocêntrico, principalmente por parte dos ecologistas profundos, na medida em que considera como finalidade uma sociedade mais igualitária e uma melhoria da qualidade de vida como um todo, na qual o enfrentamento dos problemas ecológicos são um meio para isso, e não mais um fim em si mesmo. Por outro lado, pode-se ser considerada uma crítica à idéia de separação entre homem e natureza e uma tentativa de reconciliação.

O que nos é importante para essa pesquisa não é o conceito de sustentabilidade propriamente dito, até porque não se pretende avaliar os projetos referenciais sobre essa ótica, mas sim essa mudança de foco, essa ampliação do conceito. Por isso nos estendemos um pouco mais sobre o tema. Essa mudança, assim como possibilita uma revisão crítica do ambientalismo e das formas de naturalismo presentes em algumas correntes, também nos permite traçar paralelos com o urbanismo. Neste sentido, os projetos urbanísticos influenciados pelas correntes ecológicas anteriormente descritas, cujas premissas são principalmente os

processos naturais, passam por uma reformulação semelhante, onde a preservação e restauração ambiental teriam fins sociais igualmente importantes.

A reformulação do discurso ecológico, empreendida a partir dos anos noventa, partiu de uma crítica ao movimento ambientalista, principalmente de suas correntes mais radicais, de caráter biocêntrico e utópico, expondo seus mitos, preconceitos e reflexos negativos nas agendas políticas. Num segundo momento, diante da heterogeneidade dos discursos e da imprecisão conceitual, o debate se concentra sobre os próprios conceitos e termos empregados. A contribuição da geografia reside justamente neste debate, redefinindo e cunhando termos de referência minimamente aceitos que, se não possibilitou um alinhamento político mais duradouro, pelo menos foi capaz de fornecer conceitos com contornos mais definidos e categorias analíticas mais precisas. Neste sentido, fornece uma base comum não só ao debate, como também à instrumentalização das pesquisas, onde se destaca a contribuição da obra de Milton Santos. Os parágrafos seguintes se concentrarão sobre essa revisão conceitual, cuja tônica é uma crítica à idéia de separação da cidade e natureza, seguida de um esforço de síntese.

Já na década de sessenta, Lenoble nos alertava que as representações naturalistas estavam em recrudescência e não em declínio, fato verificado com mais profundidade por Rosset que, nos anos setenta, já distinguia as diferentes expressões do naturalismo moderno. O fato é que a ideologia naturalista teve um campo fértil nos movimentos ambientalistas, ora como centro declarado de suas idéias, ora na forma de um resíduo. Lembremo-nos que a recusa de uma palavra, “natureza”, não significa necessariamente a recusa à ideologia, e que o naturalismo, tal qual entendido aqui, reside na recusa do artifício.

A vitalidade dos mitos naturalistas no pensamento técnico e racional foi alvo de pesquisas a partir de meados dos anos oitenta, que identificaram nos movimentos ambientalistas da época a presença desses “neo-mitos”. Impregnados de um naturalismo conservador, na definição de Rosset, juntamente com uma reação contra o culturalismo da sociedade capitalista, muitos ambientalistas abraçaram a idéia de que a natureza degradada pelo homem deveria ser protegida de nova degradação, e até mesmo restaurada ao seu estado original, com claros reflexos no urbanismo. Em um livro elucidativo e aplicado ao caso brasileiro, Antônio Carlos Diegues expõe essa questão sob o sugestivo título “O mito moderno da natureza intocada”. Esta obra é uma crítica

---

<sup>78</sup> Diegues, 2001, p 52

contundente a esta ideologia e aos seus reflexos nas políticas ambientais sob a forma das unidades de conservação, parques naturais e reserva florestais, cujo princípio é proteger e preservar remanescentes do “mundo natural” em seu estado primitivo anterior à intervenção humana, idéia filiada ao pensamento preservacionista americano. O autor se dedica a expor a ilusão dessa visão de mundo, afirmando que essa natureza em “estado puro” não existe e que as regiões naturais destinadas à preservação usualmente correspondem a áreas extensivamente manipuladas pelos homens. Amplamente fundamentado, rejeita o determinismo ambiental e expõe a cultura como elemento mais importante do que as condições naturais<sup>79</sup>. Apresenta as contradições da política de criação de unidades de conservação e do modelo importado norte-americano, que freqüentemente desconsideram a existência de populações tradicionais que ali residem por gerações, sem necessariamente comprometer o equilíbrio ecológico, e mais, muitas vezes são um elemento fundamental para esse mesmo equilíbrio. Defende, em resumo, que além de aspectos de biodiversidade e beleza cênica, essas áreas devam estar relacionadas com as dinâmicas sociais e suas particularidades.

Estabelecer uma unidade de conservação é em si uma ação humana, não referente apenas aos aspectos geobiofísicos do ambiente. Esta ação espacializa-se em um contexto geográfico e provém de um determinado contexto cultural e ideológico<sup>80</sup>.

Apesar de não abordar diretamente as questões urbanas, esse debate nos é muito importante, principalmente no caso amazônico, onde a política para parques urbanos está diretamente influenciada por esta ideologia e apresenta conflitos de mesma natureza. Assunto que abordaremos mais adiante na segunda parte desta dissertação.

A ideologia naturalista, expressa através do pensamento biocêntrico e da crítica empreendida à sociedade capitalista, à cidade, ao artifício em última análise, torna-se a base de muitas correntes ecológicas, assim como o centro das críticas a elas realizadas posteriormente no início dos noventa. O biocentrismo, e as incongruências dele derivadas, como o sentimento anti-urbano, é um dos

principais pontos debatidos e questionados, acusado de forjar uma imagem negativa de cidade e, conseqüentemente, uma falsa separação entre ela e a natureza, alimentando soluções utópicas, que antes de contribuir com uma agenda política para as questões ambientais, acabam por obscurecer sua formulação. Neste sentido, é válido citar dois trechos da obra de David Harvey, “Justice, Nature and the Geography of Difference”, cuja busca por justiça sócio-ambiental, e alternativas possíveis ao processo de urbanização do século XXI, divide espaço com uma exposição dos mitos ambientalistas e uma reformulação conceitual.

Usualmente apontadas como ponto alto da poluição e degradação do planeta Terra, as cidades (onde agora vivem aproximadamente metade da população mundial) são ao mesmo tempo ignoradas ou renegadas na literatura ecológica profunda assim como no ambientalismo focado primeiramente na “natureza” selvagem, nas espécies e a preservação de seus habitats. Teoricamente, ecologistas clamam que tudo está relacionado ao todo, mas por outro lado, marginalizam ou ignoram um amplo segmento do próprio ecossistema. Se o pensamento biocêntrico está correto e as fronteiras entre a atividade humana e as atividades ecossistêmicas devem ser abolidas, então isto significa não apenas que os processos ecológicos devam ser incorporados no nosso entendimento da vida social: isto também significa que os fluxos monetários e de produtos e as ações transformadoras dos seres humanos devam ser entendidos como fundamentalmente processos ecológicos.<sup>81</sup>

<sup>79</sup> Diegues, 1994, p 55-56

<sup>80</sup> Freitas, 2006, p 243

<sup>81</sup> Harvey, 1996, p 391-392 “Usually depicted as the high-point of the pollution and plundering of planet earth, cities (where nearly half of the world’s populations now lives) are either ignored or denigrated in deep ecology literature as well as in that environmentalism that focuses primarily on “nature” as wilderness, species, and habitat preservation. Theoretically, ecologists may claim that everything is related to everything else, but they then marginalize or ignore a large segment of the practical ecosystem. If biocentric thinking is correct and the boundary between human activity and ecosystemic activities must be collapsed, then this means not only that ecological processes have to be incorporated into our understanding of social life: it also means that flows of money and of commodities and the transformative actions of human beings have to be understood as fundamentally ecological processes.”



A crítica de Harvey ao pensamento biocêntrico é de fato uma crítica à separação das atividades humanas e naturais e a uma visão estreita da própria natureza, também presente no sentimento anti urbano e no ideal comunitarista, alvo de críticas do capítulo seguinte:

O difundido, e frequentemente poderoso, anti-urbanismo da maioria do movimento ecológico-ambiental contemporâneo geralmente traduz-se na visão de que as cidades não deveriam existir, dado que são o ponto alto da degradação e da poluição de tudo aquilo que é bom e sagrado no planeta Terra. A predominante forma de soluções radicais propostas para dilemas ecológicos é um retorno a um certo tipo de comunitarismo ruralizado. Este anti-urbanismo predominante é tão estranho quanto perigoso. É quase como se uma concepção fetichista de “natureza”, como algo a ser valorizado e venerado em separado das ações humanas, cegasse todo um movimento político para as qualidades das atuais formas do meio ambiente em que vivemos, no qual a maioria da humanidade em breve viverá.<sup>82</sup>

O último capítulo de sua obra, dedicado a uma reflexão teórica sobre a ecologia urbana, ou ecologia da urbanização, além de apresentar novos fundamentos, se dedica a refutar uma série de mitos, dos quais gostaríamos de exemplificar alguns. Um desses mitos é a utopia de que uma forma espacial correta pode controlar e corrigir os problemas sócio-ambientais. Outro é a crença de que para isso basta apenas o desenvolvimento econômico, tecnológico e controle do crescimento populacional, desconsiderando que as forças predominantes possam utilizar esse potencial para seus próprios propósitos. O autor também refuta a idéia de que formas de controle comunitário são suficientes para solucionar os

---

<sup>82</sup> Harvey, 1996, p. 426-427 “The pervasive and often powerful anti-urbanism of much of the contemporary environmental-ecological movement often translates into the view that cities ought not to exist since they are highpoint of plundering and pollution of all that is good and holy on planet earth. The predominant form of radical solutions proposed for ecological dilemmas is a return to some form of ruralized communitarianism. This predominant anti-urbanism is a odd as it is pernicious. It is almost as if a fetishistic conception of “nature” as something to be valued and worshiped separate from human action blinds a whole political movement to the qualities of the actual living environments in which the majority of humanity will son live.” (tradução do autor)

problemas urbanos, ou um controle fortemente centralizado que não interfira na liberdade de mercado; considerando que ambas evoluem para formas de exclusão e opressão social, incapazes de acomodar a diversidade e heterogeneidade necessárias, e inevitáveis, que uma cidade que se preze deve abrigar. Entretanto, o primeiro mito exposto por ele, e talvez o mais fundamental, é a visão de cidade como anti-ecológica ou não natural, em oposição à idéia de que mundo urbanizado é um caminho possível; de que o artifício, mas que um gerador de problemas ecológicos é uma parte da solução<sup>83</sup>.

A crítica ao ecologismo, vista aqui como uma crítica a uma visão de mundo que separa o humano do natural, foi acompanhada por uma grande reflexão do campo disciplinar do urbanismo, da geografia e das ciências sociais como um todo. A relação entre o homem e natureza, vista numa dimensão histórica, é profundamente reavaliada neste momento, assim como as noções fundadoras do espaço geográfico. Neste sentido, a obra de Milton Santos se mostrou fundamental e de grande importância para essa pesquisa, tanto pela sua releitura da relação entre homem e natureza, quanto pela sua reflexão sobre conceitos e categorias analíticas indispensáveis a nossa análise, a exemplo da noção de forma-conteúdo.

“A história do homem sobre a Terra é a história de uma ruptura progressiva entre o homem e o entrono”<sup>84</sup>. Esta frase muito citada de Milton Santos, retirada de um texto de 1992 sobre a redescoberta da natureza, é apenas a ponta de um iceberg, um ponto de partida das relações entre sociedade e natureza, marcadas pela substituição gradativa de um meio natural dado por um meio cada vez mais artificializado, ou poderia-se dizer, instrumentalizado. O papel da técnica é central na análise de Santos sobre a história dessa relação, dividida por ele em três etapas principais: o meio natural, o meio técnico e o meio técnico-científico-informacional. Num primeiro momento, quando os sistemas técnicos não tinham existência autônoma e resultavam de uma simbiose com a natureza, as sociedades locais eram, ao mesmo tempo, criadora das técnicas, da cultura e da própria natureza, com a qual era indissolúvel. O período técnico seguinte é marcado pelo espaço mecanizado, cuja materialidade é formada pelo “natural” e pelo “artificial”. O terceiro período, iniciado após a segunda guerra mundial, se

---

<sup>83</sup> Ibid, 435-438

<sup>84</sup> Santos, 1992, p. 96

distingue dos anteriores pela profunda interação entre a ciência e a técnica, onde não apenas as grandes cidades estão imersas no artifício, como também o mundo rural, a ponto de sucumbir essa divisão. A lógica global altera profundamente o meio geográfico, unificando os sistemas técnicos em um único sistema global, universal<sup>85</sup>.

As técnicas estão, hoje, em toda a parte: na produção, na circulação, no território, na política, na cultura, no corpo e no espírito do homem. Tanto os objetos quanto as ações derivam da técnica. Vivemos todos em um emaranhado de técnicas o que, em outras palavras, significa que estamos todos mergulhados no reino do artifício<sup>86</sup>.

Santos considera que a principal forma de relação entre o homem e a natureza é mediada pela técnica, vista como um conjunto de meios instrumentais e sociais com os quais o homem cria sua vida e seu espaço. A técnica é então vista como algo onde o humano e o não humano são inseparáveis, conceito sem o qual ele considera impossível qualquer pretensão de superar a dicotomia entre natureza e cultura, entre o objetivo e o subjetivo, o local e o global. É nesse momento que o espaço para Milton Santos é entendido enquanto uma forma-conteúdo, isto é, “como uma forma que não tem existência empírica e filosófica se a considerarmos separadamente do conteúdo e um conteúdo que não poderia existir sem a forma que o abrigou”<sup>87</sup>. A noção de forma conteúdo significa que um evento, para se realizar, encaixa-se na forma disponível mais adequada às funções que ele contém e que, a partir da realização do evento, a forma ganha outra significação. Em termos de significação e realidade, um não pode ser entendido sem o outro; não há como vê-los separadamente.

Quando a sociedade age sobre o espaço, ela não o faz sobre os objetos como realidade física, mas como realidade social, formas-conteúdo, isto é, objetos sociais já valorizados aos quais ela (a sociedade) busca oferecer ou impor um valor. A ação se dá sobre objetos já agidos, isto é, portadores e ações concluídas, mas ainda

presentes. Esses objetos da ação são, desse modo, dotados de uma presença humana e por ela qualificados<sup>88</sup>.

O espaço de Santos, então definido como um conjunto indissociável de sistemas de objetos e sistemas de ações, permite reconhecer suas categorias analíticas, das quais a forma-conteúdo nos é a mais importante. Esse entendimento conjunto de ações e objetos, de formas e conteúdos, é indispensável para a análise dos casos referenciais, assim como para um melhor entendimento da história da relação entre natureza e sociedade, como nos exemplifica os dois trechos a seguir:

Há quem distinga os objetos das coisas, estas sendo o produto de uma elaboração natural, enquanto os objetos seriam o produto de uma elaboração social. As coisas seriam um dom da natureza e os objetos um resultado do trabalho. (...) No princípio, tudo eram coisas, enquanto hoje tudo tende a ser objeto, já que as próprias coisas, dádivas da natureza, quando utilizadas pelos homens a partir de um conjunto de intenções sociais, passam também, a ser objetos. Assim a natureza se transforma em um verdadeiro sistemas de objetos e não mais de coisas e, ironicamente, é o próprio movimento ecológico que completa o processo de desnaturalização da natureza, dando a esta última um valor<sup>89</sup>.

A história da humanidade parte de um mundo de coisas em conflitos para um mundo de ações em conflito. No início, as ações se instalavam nos interstícios das forças naturais, enquanto hoje é o natural que ocupa tais interstícios. Antes a sociedade se instalava sobre lugares naturais, pouco modificados pelo homem, hoje, os eventos naturais se dão em lugares cada vez mais artificiais, que alteram o valor, a significação dos acontecimentos naturais<sup>90</sup>.

Um processo de desnaturalização da natureza, diante da universalização do artifício e da técnica, é claramente percebido por Santos através da evolução dos

<sup>85</sup> Ibid, p 186-192

<sup>86</sup> Santos, “A revolução tecnológica”, in: [www.unb.br/unb/titulos/milton\\_santos.php](http://www.unb.br/unb/titulos/milton_santos.php)

<sup>87</sup> Santos, 1996, p 21

<sup>88</sup> Ibid, p 88

<sup>89</sup> Ibid, p 53

<sup>90</sup> Ibid, p 117

sistemas de objetos e dos sistemas de ações. A atual noção de urbanização do campo significa não somente um processo de mudanças das relações sociais, mas também uma mudança do conteúdo material do território. Esta revolução urbana nos leva a ver o mundo como uma metrópole total. “A segunda natureza tende a torna-se total”<sup>91</sup>. Redimi-se assim a antiga distinção marxista entre a primeira e a segunda natureza, uma vez que a natureza modificada pela ação humana também se torna primeira natureza. A possibilidade de unificação global em um único sistema de serviços, informação e comunicação elimina a visão da natureza como oposta ao organizado, ao construído, ao delimitado e protegido. A natureza é urbanizada e integrada à cidade. “Essa integração, entretanto, não decorre da tão desejada reconciliação entre natureza e cidade, mas da redução, pura e simples, de tudo ao urbano”<sup>92</sup>.

Neste sentido, é possível entender a cidade como algo tão natural como uma colônia de cães selvagens, parafraseando Jane Jacobs. “Não há nada intrinsecamente não natural (unnatural) sobre Nova York”, diz Harvey. É como se a desnaturalização da natureza tivesse que passar pela naturalização da cidade, ou seja, do artifício, tal qual propôs Nietzsche na Gaia Ciência.

A urbanização da natureza, transformação esta acelerada nas últimas décadas, é muito mais do que um processo gradual de apropriação dos últimos vestígios de uma “primeira natureza” que desapareceu. A produção da natureza urbana é simultaneamente um processo social e biofísico, onde novos tipos de espaço são criados e destruídos<sup>93</sup>. No entanto, a cidade foi estigmatizada ao longo do século XX como a concretização da oposição entre natureza e cultura. Embora a busca pela síntese estivesse presente em várias correntes de pensamento urbanístico, grande parte do discurso teórico recai na utopia ou no paradoxo. Mesmo quando as cidades modernas eram evocadas como organismos, ainda eram percebidas como algo externo à natureza. A crescente associação da cidade industrial com a destruição das formas de vida rural acirrou a percepção do urbano como antítese do campo e do natural, num sentimento anti urbano que ressurgiu como parte da crítica ecológica da modernidade, influenciando amplamente a arquitetura e o desenho urbano contemporâneo.

---

<sup>91</sup> Ibid, p 203

<sup>92</sup> Leite, 1993, p 140

<sup>93</sup> Gandy, 2006, p 63

Em contraste com a visão reacionária da cidade moderna, o Renascimento explorou no desenho das cidades ideais e das cidades estados a inspiração geométrica dos traçados clássicos. Estes, por sua vez, tornavam o desenho urbano uma extensão da beleza na natureza, refletida nos arranjos geométricos dos espaços, principalmente naqueles destinados ao embelezamento da vida urbana. A urbanização cultural da natureza se torna, pois, uma busca estética de mudança da paisagem, mas também uma busca por uma ordem sócio-espacial. Este sentimento também esteve presente no movimento City Beautiful do século XIX, onde a introdução de novos espaços orgânicos se destinava a equilibrar o contato entre a natureza e a sociedade urbana, e ao mesmo tempo promover equilíbrio e controle social. A desejada síntese entre a forma urbana e natural também foi evocada e potencializada pelo movimento da cidade jardim de Howard, assim como pela linguagem naturalística dos projetos de Frederick Law Olmsted. Ainda assim, esta aparente reconciliação entre cidade e natureza é marcada pela atual transformação da natureza sobre o ímpeto da urbanização capitalista. Nas décadas seguintes, essa busca acabou por levar-nos a patamares mais elevados de polarização espacial através do crescimento dos subúrbios, dos conjuntos habitacionais estatais periféricos e de outros esforços contemporâneos de dismantelar os centros da cidade moderna<sup>94</sup>.

A partir dos anos sessenta, o sentimento anti-urbano foi ainda mais potencializado e problematizado pelo imaginário ecológico, a exemplo do desejo de retorno à natureza presente na metrópole pós-industrial. O desenvolvimento de novas abordagens de projeto urbano e paisagístico, como a restauração ecológica, exemplifica uma tentativa consciente de recriar a biodiversidade do ecossistema que precedeu a metrópole industrial. Embora considere mais do que interesses estéticos, e contribua positivamente para a solução de vários problemas urbanos, como o controle de enchentes ou desperdício de água, esta abordagem, segundo Gandy, pode ser entendida como um tipo de entropia urbana, onde a distinção entre o artifício humano e a sucessão ecológica se torna progressivamente embaçada.

O imaginário ecológico, o qual compreende um grupo de dicotomias, leituras etológicas e neo-românticas da natureza, permanece enraizado nas concepções organicistas do espaço urbano. As

---

<sup>94</sup> Ibid, p 66-67

dinâmicas das transformações urbanas são amplamente concebidas em termos de ajustes direcionados à noção de um “estado de equilíbrio” ou a um conjunto de processos que devem ser forçadamente realinhados a um conjunto de parâmetros “naturais” estabelecidos. Ainda, este apelo à natureza como algo residente fora das relações sociais é o corolário da concepção fragmentada de cidades como entidades descreditadas que permanecem desconectadas com processos mais amplos de transformações políticas e sociais.<sup>95</sup>

Esta análise pode ser entendida como uma crítica precisa à ideologia naturalista ainda presente no urbanismo ecológico sob a forma de um resíduo. A idéia de que a adequação da cidade aos processos naturais é suficiente para a solução dos problemas ambientais urbanos, se reveste de um caráter ilusório e parcial. Isso não significa de forma alguma que as intervenções urbanas e políticas públicas devam desconsiderar a importância desses processos na formulação de seus projetos. Mas extrapolar o seu valor e seu peso, a ponto de colocar em segundo plano os aspectos sociais, culturais e políticos envolvidos, também não parece uma boa solução, muito menos em direção de uma pretensa síntese entre o urbano e o natural. Recordando Diegues anteriormente citado, não é simplesmente a natureza, ou as limitações geográfico-ambientais que motivam um tipo específico de exploração dos recursos naturais e de ocupação do solo, mas sim as formas com que se configuram as relações sociais, suas racionalidades intencionais, seus objetivos de produção material e social, em última análise, sua cultura<sup>96</sup>.

Durante as duas últimas décadas, a teorização sobre as relações humano/ambiental tem realizado um progresso substancial. Em particular, a perspectiva que procura transcender a lógica dualista

<sup>95</sup> Gandy, 2006, p 72, “The ecological imaginary, which comprises a cluster of dichotomous, ethological and neo-romantic readings of nature, remains rooted in organicist conceptions of urban space. The dynamics of urban change are widely conceived in terms of an adjustment towards a notional “equilibrium state” or as a set of processes that must be forcibly realigned towards a putative set of “natural” parameters. Yet this appeal to nature as something that resides outside of social relations is a corollary of fragmentary conceptions of cities as discrete entities that remain unconnected with wider processes of social and political change.” (tradução do autor)

<sup>96</sup> Diegues, 1994, p 56

natureza/cultura e os códigos morais nela inscritos tem relocado esta crua regra binária da cidade versus meio ambiente. (...) Acadêmicos contemporâneos crescentemente reconhecem que as condições e processos ecológicos ou naturais não operam separadamente dos processos sociais, e que na verdade as existentes condições sócio-naturais são sempre o resultado das intrincadas transformações das configurações pré-existentes, que são elas próprias inerentemente naturais e sociais.<sup>97</sup>

Embora a noção de que o meio ambiente enquanto um produto social não é nova, já presente em Marx há mais de cento e cinquenta anos, ainda há um grande espaço para a exploração desse conceito. Entretanto, ele só vem sendo aplicado e discutido no debate ecológico recentemente. O meio ambiente urbano passa a ser entendido como o resultado de um processo histórico-geográfico de urbanização da natureza, onde as dinâmicas sociais têm um papel fundamental. Conseqüentemente, os problemas ambientais urbanos passam a ser analisados sob essa ótica, onde as desigualdades sócio-ambientais são vistas em conjunto, tanto como causas quanto como efeitos. A rede de relações sócio-ecológicas, que geram um alto nível de desigualdade urbano-ambiental, assim como processam um desenvolvimento geográfico desigual, se torna o palco onde as ações políticas se cristalizam e as mobilizações sociais se produzem

Neste sentido, essa abordagem, associada a uma mobilização em torno da questão ecológica, abre espaço para o conceito de justiça ambiental, que envolve a prática política e foca na distribuição desigual dos benefícios e desvantagens ambientais, que marginalizam econômica e politicamente grupos sociais. A partir dessa perspectiva, não há algo que se possa chamar de uma cidade insustentável propriamente dita, mas uma série de processos urbanos e ambientais que afetam

<sup>97</sup> Heyen, Kaika & Swyngedouw, 2006, p 3, “Within the last couple of decades, theorization about human/environment relations has made substantial progress. In particular, a perspective that attempts to transcend the dualist nature/culture logic and the moral codes inscribed therein has replaced this crude binary ruling of city versus environment. (...) Contemporary scholars increasingly recognize that natural or ecological conditions and processes do not operate separately from social processes, and that the actually existing socionatural conditions are always the result of intricate transformations of pre-existing configurations that are themselves inherently natural *and* social”. (tradução do autor)

negativamente certos grupos, enquanto beneficiam outros<sup>98</sup>. Os assim chamados projetos ecológicos, por sua vez, são também projetos políticos e econômicos, assim como os processos de transformação sócio-ambiental não são nunca social ou ecologicamente neutros<sup>99</sup>. Segundo Heyen, Kaika e Swyngedouw, a sustentabilidade sócio-ecológica só pode ser atingida através de um processo de reconstrução sócio-ambiental, organizado e democraticamente controlado, capaz de identificar estratégias que permitam uma distribuição mais igualitária do poder social e uma inclusão na produção da própria natureza<sup>100</sup>.

A cidade vista então como um processo sócio-ecológico, amplia o conceito de meio ambiente urbano e de sustentabilidade, ao incorporar as dinâmicas sociais como parte integrante e fundamental do processo de urbanização, ao mesmo tempo em que estabelece diretrizes de projeto que não operam na separação entre homem e natureza, mas através de um real esforço de síntese. Refuta igualmente o determinismo ambiental, o sentimento anti-urbano inquisidor da cidade e do artifício, assim como a ideologia naturalista residual do movimento ecológico. É claro que esta postura poderia ser qualificada como artificialista, na medida em que aceita o caráter artificial da urbe e de seus processos de formação e desenvolvimento. Expressa uma recusa ao papel da cidade como destruidora do ambiente e alienadora do indivíduo, legitimando seu lugar no mundo e por conseguinte da própria sociedade. Nas palavras de Rosset, a desnaturalização da idéia de natureza passa, pois, pela naturalização do próprio homem, do artifício e, portanto, da cidade. Entretanto, os processos sociais de sua formação são novamente incorporados nas políticas urbanas ecológicas e nas práticas projetuais, conjuntamente com os processos naturais, com os quais operam de maneira indissociável. Por fim, esse artificialismo pode resultar num feliz reencontro com uma “natureza humana liberada da idéia de natureza”<sup>101</sup>.

Até que ponto os projetos urbanos na Amazônia estão cientes desse debate, se torna então uma questão relevante. Em que medida os processos sociais estão sendo levados em conta nos diferentes níveis de concepção projetual? Qual a vitalidade dos mitos naturalistas nos discursos e na prática? E, mais importante,

qual a idéia de natureza implícita nestes projetos? Todas são questões que merecem atenção diante da evolução dos paradigmas ecológicos e de sua concretização na Amazônia.

---

<sup>98</sup> Ibid, p 9-11

<sup>99</sup> Harvey, 1996, p 182

<sup>100</sup> Heyen, Kaika & Swyngedouw, 2006, p 13

<sup>101</sup> Rosset, 1973, p 300





## CAPÍTULO 2

NATUREZA E CIDADE NA AMAZÔNIA

Foto da pág. 55:  
Foto de Gustavo Malheiros, 2005.



## CAPÍTULO 2 – NATUREZA E CIDADE NA AMAZÔNIA

Cosmologia do capitalismo tardio, ressacralização quinhentista do Ocidente, reterritorialização no plano do ecúmeno de um movimento secular de desterritorialização local, nacional e continental, o discurso ecologista seria a vingança da Totalidade. Ele anunciaria o advento de um medievo pós-iluminista: o discurso da finitude e da transcendência, deixando o espaço-tempo das relações entre o humano e o divino, seria agora articulado no confronto entre sociedade e natureza. A selva amazônica ocuparia, hoje, não mais apenas alegoricamente, o lugar da catedral gótica: a copa das árvores se torna o dossel sagrado, a Hiléia toma a forma do Espírito. E a sociedade, que há muito tempo era a matriz e o modelo de toda a ordem e de qualquer todo, vê-se agora como desordem e causa da desordem, com *hybris* suicida que só poderá se redimir se aceitar sua subordinação a uma totalidade e a uma ordem que a englobam e a determinam.<sup>1</sup>

Poucas regiões do mundo são capazes de expor com tamanha intensidade os paradigmas ecológicos contemporâneos como a Amazônia. Nas palavras de Milton Santos, diante do triunfo da apresentação sobre a significação, a ideologia ambientalista se corporifica no seu imenso território<sup>2</sup>. É claro que não é de hoje que a grande planície desperta o clamor e o temor daqueles que lhe voltam os olhos, e tampouco é necessário reforçar a importância dessa região para a construção da idéia de natureza moderna e do discurso ecológico. Mas atualmente, este velho jogo entre homem e natureza adquire contornos difusos no grande vale. A “última página do Gênesis” ainda está a ser escrita, e qualquer prenúncio do desfecho seria vão e consumido pelas suas águas profundas. Aqui, a crise do “meio ambiente”, enquanto crise da sociedade capitalista, atinge seu auge, e a natureza espetáculo oculta o significado da própria história.

Antes de mais nada, é importante colocar que a Amazônia não é um objeto de estudo qualquer. Sua aproximação e abordagem requerem cuidado e a aceitação prévia de que sua compreensão é parcial e fragmentada. Não se trata de uma

continuidade discursiva de quatro séculos que a mitifica e envolve em uma aura de mistério e névoa, inatingível, como se lá se escondesse a própria face da natureza. Mas de uma mudança na maneira de olhar. Inevitável. Mesmo que partindo com velhas concepções e visões de mundo, a Amazônia nos impõe uma linguagem própria, apreensível sim, mas distinta, e particularmente estranha.

O próprio ato de escrever sobre ela se reveste inicialmente de um estranhamento do mundo, como se ouvíssemos um balbúcio ininteligível, um ruído residual no fundo. Mais que buscar definir esse ruído, a questão se volta para o que há na Amazônia que desperte esse tipo de encantamento. Ou melhor, o que há nos homens que lá vivem e naqueles que vislumbram sua realidade, para que desperte questões fundamentais sobre a nossa cultura e sociedade.

Nada é simples quando se trata de falar da Amazônia. Seja qual for o tema ou aspecto a ser abordado, será preciso, antes de qualquer coisa, aceitar o fato de que estamos lidando com uma escala muito particular.<sup>3</sup>

No que concerne a esta pesquisa, os próprios objetos se apresentaram inicialmente como miragens, em cuja contemplação assumiu novas formas de apreensão. A viagem de estudo, empreendida ao longo de quatro meses, alterou significativamente a estrutura, a abordagem, os marcos teóricos, as categorias analíticas, a escolha dos objetos pertinentes e a própria hipótese inicial dessa dissertação. Da mesma maneira que o homem amazônico foi dominando a natureza enquanto ia sendo por ela dominado, esta pesquisa alterou-se profundamente na medida em que avançava sobre o vale. Não somente em relação ao conteúdo e aos objetos referenciais, mas principalmente aos instrumentos de análise e às questões a serem abordadas.

O presente capítulo discorrerá primeiramente sobre a evolução da idéia de natureza no contexto amazônico, e seus reflexos no discurso ecológico brasileiro. Sua influência no campo do urbanismo será tratada na seqüência, assim como o enfoque, os recortes propostos e as possibilidades de periodização urbana. Segue-se com um breve esboço histórico da cidade na região, com especial atenção ao período posterior á década de setenta, após a expansão da fronteira

<sup>1</sup> Castro (in: Arnt & Schwartzman), 1992, p 14.

<sup>2</sup> Santos, 1992, p 100.

<sup>3</sup> Duarte, 2006, p 177.

urbana e do desenvolvimentismo militarista. Vale lembrar que a presente dissertação enfoca a Amazônia urbana, e que o debate ecológico será interiorizado no debate sócio-ambiental-urbano. Por último, levantaremos os atuais paradigmas enfrentados pelas cidades da região, numa tentativa de contextualizar os principais projetos de intervenção urbana das duas últimas décadas.



Gravura de Carl Friedrich Von Maritus, séc XIX.  
Fonte: [www.florabrasiliensis.cria.org.br](http://www.florabrasiliensis.cria.org.br)

## 2.1 A AMAZÔNIA E A IDÉIA DE NATUREZA

A paisagem histórica que se desenha à observação dos vários relatos sobre a Amazônia situa a fundação dos muitos discursos e a atualidade de tantos outros que pelos primeiros já podiam ouvir. Entre o ameaçador e o ignoto exótico, entre o explorável e o economicamente viável, entre o paraíso “neo-romântico” e o preservacionismo auto-sustentável, delineiam-se imagens e discursos não menos sinuosos do que as margens de um rio e de um espaço sem fronteiras que serpearam a imaginação dos visitantes desses longínquos rincões.<sup>4</sup>

A natureza, no Brasil, nunca representou apenas uma idéia abstrata e foi evocada tanto como domínio da ordem e do caos<sup>5</sup>, ambigüidade esta potencializada na Amazônia de aventureiros e naturalistas. Entretanto, a sua tematização precede o embate do europeu com o Novo Mundo. A invenção da Amazônia se dá muito anteriormente, a partir da construção das Índias, fabricadas pela historiografia greco-romana<sup>6</sup>, pelo relato de peregrinos, viajantes, comerciantes e potencializadas pelos relatos de Marco Polo no século XIII. Cinco séculos depois, a busca pelo desconhecido e pelo fantástico ainda estimulava viajantes e homens de ciência.

A civilização da Grécia antiga foi nutrida dentro das muralhas da cidade. Com efeito, todas as civilizações modernas tiveram seus berços feitos de tijolos e argamassa. Essas muralhas deixaram marca profunda na mente dos homens. Estabeleceram o princípio de “divide para imperar” em nossa perspectiva mental, produzindo em nós o hábito de assegurar todas as nossas conquistas por meio de fortificações, que as separam uma das outras. Dividimos uma nação de outra, um conhecimento de outro, o homem da natureza. (...) Na Índia, portanto, foi nas florestas que a nossa civilização nasceu, adquirindo um caráter distinto devido à sua origem e

<sup>4</sup> Chamarelli Filho (in:Carvalho), 2005, p 15.

<sup>5</sup> Pereira, 1996, p 5.

<sup>6</sup> Freitas & Silva, 2000, p 22.

cercania. Ela era rodeada pela vasta vida da natureza, alimentada e vestida por ela e constante relação com seus cambiantes aspectos.<sup>7</sup>

Reservando certa cautela e guardando as devidas proporções, a comparação do ambiente amazônico com o das Índias, descrito por Rabindranath Tagore, antecipa um choque cultural entre o Velho e o Novo Mundo. Não se pretende aqui estendermo-nos indefinidamente sobre as origens do imaginário amazônico, tampouco traçar paralelos com a cultura oriental, através da filosofia hindu, o que exigira um estudo inteiro dedicado ao tema. Mas apenas ilustrar como os paradigmas enfrentados pelos homens do século XVI já estavam presentes na cultura européia, enraizados na sua visão de mundo e na idéia de natureza em crise, e agora, ancorados nos territórios infinitos recém vislumbrados. Essa “natureza virgem” recém encontrada, ao mesmo tempo em que despertava a curiosidade científica e a ganância material, ofuscava a retina diante de um mundo desnudado, perigosa fonte de tentação e pecado. Viajantes e missionários que acreditavam haver encontrado o eldorado, o paraíso terrestre, cultivavam idéias mais perturbadoras e subversivas que as de Lutero e Calvino, ao associar a proximidade desse paraíso com a Terra, colocando a palavra divina como um artifício humano desnecessário<sup>8</sup>.

A Amazônia, enquanto tema, foi criada e recriada nas tensões próprias da cultura européia e nas contradições geradas entre o confronto cultural na América. E se esta foi inventada por um sonho expansionista europeu, a Amazônia se constituiu, talvez mas que qualquer outro lugar do mundo, como a continuidade desse devaneio<sup>9</sup>. Até hoje, a região é invadida por um olhar exógeno, considerada um dos últimos redutos a ser alcançado pela ânsia de compreensão humana. A própria atitude reflexiva da Europa setecentista em relação à natureza foi estimulada por esse universo desconhecido, cuja realidade a ser descoberta, explorada e inventoriada pelos homens, contribuía para a desdivinação da própria idéia de natureza, aspecto fundamental e necessário à construção da ciência moderna que a dissecava.

<sup>7</sup> Tagore, 1994 (1913), p 13-14

<sup>8</sup> Pereira, 1990, p 7.

<sup>9</sup> Carvalho, 2005, p 66.

Essa nova postura em relação à natureza estendeu-se às distintas culturas lá encontradas, vistas como parte de um mesmo desconhecido. Enquanto os europeus partiam do princípio de que o índio pertencia à natureza, questionando-se acerca de sua humanidade e da existência de sua alma, os índios, ao contrário, duvidavam justamente se o europeu pertencia ou não ao mundo da natureza. Enquanto o segundo “cosmologizava”, o primeiro “antropologizava” seu universo. Esta nova visão antropologizante do europeu em relação ao seu diverso consistia em uma reestruturação da leitura geográfica e histórica do mundo e de novos conceitos de espaço e tempo, ao mesmo tempo em que colocava sua cultura como universal, paradigma para a estruturação da exploração econômica e servil dos povos primitivos<sup>10</sup>. O ciclo de ocidentalização desdobra-se em várias elaborações fundadoras de visões da Amazônia que passaram a constituir suas produções culturais, sem esgotar as potencialidades imaginárias de seus inventores. “É dessa potencialidade que emerge a tensão que transborda épocas entre a natureza e a cultura, entre os impulsos de desenvolver e preservar a Amazônia. Ou de render-se à impossibilidade de transformá-la”<sup>11</sup>. Esse dualismo percorrerá o discurso amazônico desde seus primeiros descobridores até o ambientalismo atual, razão pela qual dedicamos um espaço de importância à análise discursiva sobre a região e sua “natureza”, ao longo de três séculos, dado que não contém só o germe do debate atual, como também mantém certa atualidade, como verificaremos mais adiante. Em alguns momentos, os discursos de diferentes épocas se confundem, sendo difícil reconhecer quando se referem à Amazônia do século XVIII ou a do século XXI, dado a vitalidade das representações naturalistas e das questões recorrentes de tempos em tempos.

A Amazônia é inaugurada discursivamente na expedição de Francisco de Orellana, relatada pelo frei dominicano Gaspar de Carvajal, que o acompanhou durante os anos de 1541 a 1542<sup>12</sup>. Foi essa expedição, inclusive, que deu nome duradouro à região, quando do encontro dos espanhóis com as índias guerreiras que, numa alusão ao mito grego das amazonas, estabelecem uma clara analogia com o imaginário eurocêntrico que acompanhará toda a sua história. A tônica desse relato inaugural é de fato o encontro com o desconhecido, mas não um

<sup>10</sup> Vicentini, 1994, p 34-36.

<sup>11</sup> Freitas e Silva, 2000, p 22-23.

<sup>12</sup> Carvalho, 2005, p 69.

desconhecido qualquer, mas perigoso e hostil. As expedições que se seguiram mantêm essa espécie de estranhamento, embora o anseio por descoberta e por dominação, tanto política quanto econômica, adquiriam maior importância, a exemplo da expedição de Pedro Teixeira no século XVII. Relatadas por Alonso de Rojas e Cristóbal de Acuña, o medo do perigo e da fome vai sendo substituído gradativamente pelo entusiasmo por novas descobertas e pela valorização do espaço a ser conquistado e explorado. A natureza, e isso inclui também os nativos, é vista não somente como uma inimiga, mas como algo a ser dominada e posta aos serviços dos homens, ou pelo menos dos homens europeus.

Com Carvajal, Rojas e Acuña, os dois primeiros séculos de colonização da Amazônia se constroem na fronteira entre os limites empíricos e o ilimitado de uma imaginação poderosa. Com grande maestria, a visão conquistadora vai entrelaçando os novos referentes com signos já conhecidos. Mas a Amazônia será a maior das indomadas. (...) Em breve, o fantástico ecossistema da região se mostraria bem mais complexo que o inicialmente suposto. E o século XVIII traria a necessidade de uma visão, de fato, mais “científica”.<sup>13</sup>

O Século das Luzes abre um processo de redescoberta, que traria outra forma de encarar a realidade amazônica, que afastaria gradativamente as imagens depreciativas e as visões do paraíso, pelo menos superficialmente. A Amazônia torna-se então uma paisagem a ser descrita, e seu gentio alvo de curiosidade, substituindo a tensão entre o homem e a floresta por um anseio de conhecimento. Se a América como um todo era marcada pelo exotismo, a Amazônia se torna então, ao longo do século, o exótico do exótico.

Todo o imaginário europeu sofrerá uma necessidade de revisão diante de tanto conhecimento a ser procurado. Abre-se um novo campo de visão e a natureza indomável se torna crível na sua própria capacidade de perene gestação. (...) Ao torna-se tão factível, a natureza “majestosa” dos trópicos revela os seus movimentos e as suas brechas. Inaugura-se para a Amazônia uma expectativa de apreensão de conhecimento sem igual. O elemento

intocado ou as florestas aparentemente virgens torna-se um desafio à capacidade humana de observação, um espaço que se transformará na segunda pátria dos naturalistas.<sup>14</sup>

A missão geográfica de La Condamine, no início do século XVIII, é considerada uma das primeiras tentativas de abordagem científica da América do sul, assim como dos preconceitos e estigmas relacionados à cultura e aos povos lá encontrados. Quase meio século depois, o naturalista baiano Alexandre Rodrigues Ferreira realiza sua viagem filosófica, patrocinada pelo governo português, seguindo os mesmos passos do seu antecessor, com um duplo objetivo de reconhecer a região amazônica e reafirmar a política pombalina para a mesma. Já no final do século XVIII, com Alexander Von Humboldt, e no início do XIX, com Johann Baptist von Spix e Carl Friedrich von Martius, o interesse científico de registrar o mundo natural amazônico começa a dividir espaço com a busca por riquezas naturais e potencialidades ainda não exploradas. O germe do liberalismo ganha então maior espaço, principalmente após a expedição dos naturalistas ingleses Alfred Wallace e Henry Bates em meados do século XIX. O paraíso é então gradativamente substituído por uma terra a ser conquistada mediante o trabalho humano, iniciando uma nova etapa de compreensão colonizadora da Amazônia. A ótica liberal inglesa possibilita, então, condições propícias para um entendimento das possibilidades de produção econômica. Na segunda metade do XIX, já sobre a luz do darwinismo, o casal Agassiz percorre o país, patrocinados pelo governo norte-americano, carregando a mesma carga etnocêntrica de seus antecessores. A tese da superioridade civilizatória anglo-saxã, associada à perspectiva neocolonialista, encobre a Amazônia sob um liberalismo perverso, cujo eco reverbera até hoje.

Essa imagem do desenvolvimento futuro marcou profundamente a Amazônia. Toda a incompreensão do *ethos* local, a ocupação ou preservação a qualquer custo, tudo o que causou, e causa, tantos conflitos, pertence principalmente a esse mundo previsto e delineado no século XIX, momento em que o racionalismo liberal começava a fincar profundas raízes.<sup>15</sup>

<sup>13</sup> Carvalho, 2005, p 73.

<sup>14</sup> Ibid, p 75-76.

<sup>15</sup> Ibid, p 96.

Os estereótipos daí decorrentes se repetem constantemente, pelo menos até a “Casa Grande e Senzala” de Gilberto Freyre, quando a tentativa de superação das raízes coloniais e a aceitação do caráter multirracial do país constroem uma nova identidade, forjada no modernismo brasileiro. O início do século XX já prenunciava essa mudança na abordagem com relação à Amazônia, que agora despertava um interesse mais pragmático diante do ciclo da borracha, interiorizado no positivismo republicano e marcado por uma expectativa de desenvolvimento e expansão econômica. A literatura sobre a Amazônia, que até então era escrita quase que exclusivamente por mãos estrangeiras, começa a esboçar uma linguagem própria, nacional, nas obras de autores como Euclides da Cunha, Alberto Rangel e José Veríssimo. Mesmo se tratando de escritores mais atentos e conscientes ao homem amazônico, capazes inclusive de uma releitura positiva da miscigenação racial anteriormente condenada, ainda persistem os mesmos elementos antagônicos que trabalham entre raças inferiores e superiores, entre a natureza farta e a indolência nativa, entre o inferno e o paraíso. Acabam por recair nos mesmos preceitos que procuravam inicialmente condenar. Seus méritos residem justamente num olhar original para a época, que buscava um sentido de Brasil, e de Amazônia por conseguinte, embora ainda estivesse atrelado às mesmas bases deterministas e positivistas.

Cabe aqui um breve parêntese acerca do discurso antropológico sobre a cultura e o imaginário amazônico no século XX, assim como alguns de seus mitos. Se, por um lado, o preconceito racial e o determinismo geográfico marcaram parte do discurso durante o século XIX, a virada do XX se caracteriza pela busca por uma identidade nacional, seja essa a visão romantizada do bom selvagem de José de Alencar ou, mais adiante, do Macunaíma multirracial e integrador de Mário de Andrade.

O movimento estruturalista europeu potencializa essa nova visão de mundo ao buscar valores humanos universais que, se não atingiu plenamente seus objetivos, pelo menos ensinou a aceitar as diferenças culturais e a reconhecer suas potencialidades. Em uma obra exemplar desse momento, “Tristes Trópicos”, de Claude Lévi-Strauss, o estético e o científico caminham juntos, numa celebração poética do Novo Mundo, como se o mesmo estranhamento que séculos antes havia fascinado Pero Vaz de Caminha o tivesse novamente acometido. Entretanto, apesar das críticas ao eurocentrismo de seu pensamento, a imagem da barbárie à decadência, sem escalas na civilização, é na verdade uma

imagem do próprio fracasso das formas européias trazidas às Américas. A agonia e a impotência daí decorrentes resultam igualmente num pessimismo e na possibilidade de reconstrução de um mundo sempre a se fazer. Idealização e desilusão estarão presentes, por muito tempo, no discurso amazônico.

A melancolia tropical e o devaneio poético de Lévi-Strauss atravessaram décadas de estudos antropológicos sobre a Amazônia, onde “Cultura Amazônica – uma poética do imaginário”, de João Jesus de Paes Loureiro, é o exemplar recente mais pertinente, diretamente por ele influenciado. “Nada está organizado em compêndios na cultura amazônica”, diz Loureiro. Faz-se necessário percorrer os espaços labirínticos, estranhar-se e maravilhar-se numa “rara experiência do numinoso”. Uma espécie de *flânerie* amazônico por um mundo onde “os homens ainda não se separaram da natureza, em que perdura ainda uma harmonia, mesmo entrelaçada de perigos, e se vive em um mundo que ainda não foi dessacralizado”<sup>16</sup>.

Depara-se, assim, na Amazônia, com uma cultura de fisionomia própria, que é marcada por peculiaridades estetizantes significativas, com predomínio de componentes indígenas, mesclados a caracteres negros e europeus e cujo ator social e agente principal dessa é o caboclo, tipo étnico resultante da miscigenação do índio com o branco, europeu ou não e cuja força cultural tem origem na forma de articulação com a natureza.<sup>17</sup>

Segundo Loureiro, a Amazônia será marcada por dois elementos fundamentais, isolamento e identidade, cuja cultura, entendida aqui como cultura cabocla, ribeirinha, estaria em vias de extinção diante dos avanços tecnológicos e do desenvolvimento capitalista na região. E apesar de ser a expressão principal das camadas populares, se tornou contraditoriamente marginalizada e renegada pelos poderes instituídos e pelas políticas públicas. A tônica da obra de Loureiro é uma defesa da necessidade de uma cultura genuinamente amazônica, não como a manutenção tradicionalista de uma cultura passada, mas como expressão de um presente histórico, enquanto processo, procedendo suas trocas simbólicas com outras culturas, mas mantendo-se íntegra e respeitada. Entretanto, o que se

<sup>16</sup> Loureiro, 2001, p 22-27.

<sup>17</sup> Loureiro, 2001p 77.

percebe no decorrer da maior parte obra é contraditório a esse objetivo, uma continuidade do pensamento de Lévi-Strauss, onde o “imaginário” estaria em constante conflito com os múltiplos bombardeios de uma “realidade” que nada lhe devesse. Assume-se uma postura de resistência que, se por um lado reivindica um espaço cultural caboclo, legítimo sem dúvida, propício ao devaneio e à liberação do imaginário, por outro, recusa a aceitar o espaço amazônico sob uma ótica mais ampla que incluía também o desenvolvimento capitalista e a cultura ocidental, ainda considerados exógenos e invasores, embora irremediavelmente enraizados na prática. O autor não chega a caracterizar uma visão excludente, mas ainda está muito longe de uma síntese. Acaba, por fim, por mitificar o homem caboclo diante da culpabilidade generalizada de grande parte da população amazônica, principalmente a urbana, que numa inversão de pólos, a marginaliza, pelo menos discursivamente. Como bem recorda José Aldemir de Oliveira, as relações sociais de produção anteriormente existentes na Amazônia estavam fundamentadas em relações simples do homem com a natureza, de onde era retirado o necessário à sobrevivência do grupo. Mas isso não significa dizer que as relações sociais predominantes estivessem isentas de conflitos e tampouco fossem harmoniosas, mas simplesmente, estavam orientadas pelo uso<sup>18</sup>, e não pela acumulação. Ao defender tão apaixonadamente a necessidade da cultura cabocla, Loureiro acaba por negar implicitamente outras formas de existência cultural possíveis na região, e por conseguinte o próprio conflito e suas possíveis mediações.

A obra supracitada, segundo Carvalho, ilustra bem a necessidade de intermediação “entre dois universos, que, no fundo, se querem um. Garantir todas as comodidades pequeno-burguesas com a preservação de certas instâncias comunitárias da sociedade parecer ser um ideal das últimas décadas do século XX”<sup>19</sup>.

Superando as análises estruturalistas, o pensamento antropológico contemporâneo redireciona-se por análises interpretativas, com referência à hermenêutica, onde a questão da memória e da identidade coletiva se expressa como cultura. (...) Neste sentido, os estudos antropológicos sobre a Bacia Amazônica tem se dirigido

para especificidades culturais e locais, descrevendo a diversidade das estratégias sociais e suas subjetividades. Representam, atualmente, importantes argumentos para o reconhecimento da diversidade cultural.<sup>20</sup>

Reconhecer a diversidade social e a heterogeneidade espacial da Amazônia tem sido um dos méritos dos estudos antropológicos e geográficos recentes, assim como desmitificar uma série de idéias preconcebidas sobre a região, que ainda hoje influem no discurso ecológico e nas políticas públicas, como o mito do vazio demográfico exemplificado na citação a seguir.

Foram os antropólogos os primeiros a denunciar o erro grosseiro que consiste em considerar a selva amazônica como um grande vazio demográfico, mata virgem a espera de gente. A Amazônia é uma região ocupada milenarmente por povos indígenas, e secularmente por parcelas da população nacional de origem européia e africana que se adaptaram aos ritmos e exigências da floresta. (...) A “mata virgem” tem muito de mito: como hoje começamos a descobrir, boa parte da cobertura vegetal amazônica, sua distribuição e composição específica, é o fruto de milênios de intervenção humana. (...) Isto que chamamos “natureza” é parte e resultado de uma longa história cultural.<sup>21</sup>

Esse esvaziamento retórico da Amazônia, analisado por Castro, expõe uma dupla contradição, já anunciada na virada do século XX. A primeira consiste em desconhecer o direito dos povos da floresta à existência, colocando-os como uma ameaça à soberania nacional, ao desenvolvimento do país e, ironicamente, à sobrevivência e continuidade da própria floresta. Grande parte da população amazônica se via duplamente marginalizada, pelo desenvolvimentismo por um lado e pelo ecologismo por outro. A política ambiental responsável pela criação de unidades de conservação dos anos setenta é um claro exemplo disso, como bem analisa Antônio Carlos Diegues<sup>22</sup>. Influenciada pelo preservacionismo americano (“wilderness”), o modelo inicialmente adotado não contemplava as

<sup>18</sup> Oliveira, 1998, p 245.

<sup>19</sup> Carvalho, 2005, p 127

<sup>20</sup> Vicentini, 1994, p 243.

<sup>21</sup> Castro (in: Arnt & Schwartzman), 1992, p 20.

<sup>22</sup> Diegues, 1994.

especificidades brasileiras, expulsando das áreas protegidas as populações tradicionais, indígenas ou não, agravando tanto a degradação dos parques, quanto das periferias urbanas que absorviam as famílias expulsas. Estudos realizados no Parque Nacional do Jaú, um dos maiores do mundo, criado no final dos anos setenta no Amazonas, indicam que esta região era consideravelmente povoada antes da colonização portuguesa, e que parte da biodiversidade lá encontrada é fruto de séculos de intervenção humana, através de técnicas indígenas de aproveitamento do território<sup>23</sup>.

Na centralidade da questão ambiental na região amazônica, que a absorve no decorrer dos anos seguintes, reside uma segunda contradição. A visão negativa dos povos da floresta é substituída por uma imagem positiva de sintonia com a natureza, oscilando entre uma visão reducionista que encara os povos amazônicos como primitivos, “populações animais” reguladas por parâmetros naturais, e a ideologia ecológico-progressista, que valoriza o conhecimento e as tecnologias por eles desenvolvidas, visando a sua utilização e adaptação pela sociedade ocidental<sup>24</sup>. Entretanto, mesmo considerando a validade e a importância desse saber técnico para uma sociedade mais equilibrada, essa “ecologização” do índio e do caboclo acaba por encobrir as relações constitutivas do próprio conhecimento. Esquece-se de que a relação entre eles e a floresta é mediada fundamentalmente por suas formas de organização sociopolítica, assim como de que a essa relação não é uma adaptação necessariamente passiva ao ambiente amazônico, mas uma história comum, onde sociedade e ambiente evoluem em conjunto. “As relações com a natureza não são nunca relações naturais, mas relações essencialmente sociais”<sup>25</sup>.

Essa ambivalência discursiva sobre o índio e o caboclo, ora primitivos e atraso ao desenvolvimento, ora exemplo do homem ecológico, expõe uma dialética entre natureza e cultura, própria do discurso europeu, que alimentou ao longo do século XX o naturalismo brasileiro e o ambientalismo dele derivado. Entretanto, mais do que resultado da evolução e síntese de idéias européias, o Brasil é o cenário mitológico que as condensa. Para Ricardo Arnt, a Amazônia não constituiu para o olhar europeu a realidade de uma paisagem diferente, mas “a

nostalgia etnocêntrica da ilusão naturalista”<sup>26</sup>, síntese do naturalismo, tal qual descreve Clément Rosset em “A Anti-Natureza”.

A celebração do espaço e da natureza desponta com a carta de Pero Vaz de Caminha; desfila pela literatura dos cronistas coloniais; irriga o nativismo e os movimentos autonomistas no século XVIII; sustenta o romantismo do século XIX; impregna o positivismo, a República e os nacionalismos. A exuberância da natureza inalcançada pela cultura povoa as cartilhas escolares, os hinos nacionais e os sambas de carnaval. É disputada por partidos políticos e por escolas de samba. Nutre sistemas tão díspares quanto a doutrina das Forças Armadas e a ideologia do partido Comunista.<sup>27</sup>

A celebração da natureza, ou do “meio ambiente”, ao mesmo tempo em que alimenta o imaginário brasileiro, reflete os conflitos entre um naturalismo exaltado no discurso e depreciado na prática. A literatura sobre a Amazônia, e paralelamente sobre a natureza, é marcada por esse movimento dual, ainda não superado totalmente. Dos relatos exasperados e amedrontados dos primeiros descobridores em busca do Eldorado à visão científica dos naturalistas e antropólogos do século XIX, do paraíso perdido de Euclides da Cunha ao inferno verde de Alberto Rangel, do desenvolvimentismo militarista ao tropicalismo antropofágico, visões diametralmente opostas coexistiram em busca de uma escolha que se apresentava até muito recentemente como radicalmente excludente: preservar ou desenvolver.

A dicotomia paraíso/inferno é o aspecto simbólico mais relevante da apreensão signífica da região no início do século XX até sua metade. Paraíso e inferno são termos que carregam potencialmente uma ambigüidade quando se trata da floresta amazônica. Há uma espécie de dialética de construção/destruição antes e depois da chegada do homem. O progresso ou o conservadorismo poderá estar tanto num como no outro signo

<sup>23</sup> Barreto Filho, 1999.

<sup>24</sup> Castro (in: Arnt & Schwartzman), 1992, p 21-23.

<sup>25</sup> Ibid, p 22-23.

<sup>26</sup> Arnt (in: Arnt & Schwartzman), 1992, p 94.

<sup>27</sup> Ibid, p 38.



oposto. De qualquer modo, fica a cargo do imaginário a forma de definir simbolicamente se quer uma coisa ou outra.<sup>28</sup>

Apesar da evolução do debate ambientalista em torno da Amazônia, o discurso midiático ainda explora essa forma de abordagem dicotômica, integralmente ou sob a forma de um eco, ainda presente nas estratégias de marketing, tanto comercial quanto político. Em recente edição especial dedicada à Amazônia, a revista *Veja* abre o tema, já no editorial, com o seguinte título: “A floresta é um templo”, uma catedral capaz de despertar sentimentos de temor e admiração<sup>29</sup>. As reportagens que se seguem apresentam uma clara centralidade na temática ambiental em detrimento da análise das populações urbanas, embora defenda uma Amazônia capaz de “abrigar altas concentrações humanas ao lado de outras (regiões) que são sagradas do ponto vista da biodiversidade, áreas em que a atividade econômica pode ter efeito devastador não apenas sobre a manutenção da vida local, mas sobre todo o mecanismo climático do planeta”<sup>30</sup>. Embora a tônica da reportagem seja o desenvolvimento sustentável, a ambivalência paraíso e inferno permanece nas entrelinhas, entre a celebração da natureza e o alarmismo finalista. Segundo Samuel Benchimol, essa visão maniqueísta que persiste sobre a Amazônia a torna vítima de um processo dialético esquizofrênico, onde, “de um lado se procuram exaltar e isolar os valores biológicos naturais do meio ambiente selvagem” e do outro, “menosprezam-se ou se omitem realidades e situações econômicas, sociais e humanas de extrema penúria daqueles que conseguem, a duras penas, sobreviver em condições adversas”<sup>31</sup>. A Amazônia, num contexto globalizado, é então reinventada como paraíso ecológico das novas forças mundiais e como inferno verde para suas populações tradicionais no processo de recolonização<sup>32</sup>.

Mesmo nas políticas públicas atuais para a região, essa ambivalência ainda persiste, como bem ilustra Bertha Becker, através da atuação desarticulada, e até mesmo oposta e conflitante, entre o Ministério do Meio Ambiente e o Ministério do Planejamento, a exemplo da criação dos Corredores Ecológicos por um, e dos Corredores de Desenvolvimento, pelo outro.

<sup>28</sup> Carvalho, 2005, p 110.

<sup>29</sup> Revista *Veja*, n° 2053, 26 de março de 2008.

<sup>30</sup> *Ibid.*

<sup>31</sup> Benchimol, 1992, p 103.

<sup>32</sup> Freitas & Silva, 2000, p 134.

No final da década de 1990 intensifica-se a crescente falta de integração entre duas linhas de atuação do Estado. Uma baseada no planejamento e no favorecimento de novos investimentos para o crescimento econômico e a abertura de mercados; a outra, direcionada para o desenvolvimento sustentável, as populações locais e a proteção ambiental.<sup>33</sup>

A imprecisão conceitual de termos como sustentabilidade e meio ambiente, conforme analisados no primeiro capítulo, também reitem essa dualidade ao servir de base discursiva para grupos com interesses opostos. O imperativo ecológico em voga resolve apenas superficialmente essa dualidade através da noção de desenvolvimento sustentável, que bem sabemos acaba por encobrir velhas representações e hábitos condicionados. Como é próprio do capitalismo, os limites funcionam como combustível e, onde antes se vendia cultura, hoje se vende natureza. No Brasil, o discurso ecológico apresenta contornos distintos de seus congêneres estrangeiros. Se o ambientalismo como um todo surgiu de uma crítica à cidade industrial identificada com o progresso ilimitado, aqui, antes mesmo que a crise da sociedade capitalista tomasse forma no discurso ambientalista, o naturalismo já era uma marca da identidade nacional. Mesmo sepultada e superada por desdobramentos ulteriores, a ideologia naturalista demarca o imaginário brasileiro e fornecem plataformas tanto para a permanência quanto para a mudança.

A formação social avança, sempre com desprezo manifesto àquilo que a mitologia nacional afirma prezar. Na prática, a atitude dos brasileiros com a exuberante natureza que distingue o território que ocupam oscila entre duas variáveis: ou é um estorvo e é removida, ou é percebida como herança inerte – divã onde a identidade nacional faz pseudopsicanálise em berço esplêndido.<sup>34</sup>

Dessa forma o naturalismo brasileiro assume um valor alegórico e ornamental, como um fantasma ideológico, nas palavras de Rosset. E a despeito do que se proclama, a experiência histórica mostra justamente o contrário. Da muralha

<sup>33</sup> Becker, 2000, p55.

<sup>34</sup> Arnt (in: Arnt & Schwartzman), 1992, p 46-47.

verde, tal qual se referiram os portugueses ao se depararem com a mata atlântica logo removida, aos ciclos produtivos que se seguiram, tiveram como fundamento a destruição das florestas sobre as quais se assentaram. Uma rara exceção é, ironicamente, a Amazônia. Ao contrário da mata atlântica litorânea, cuja cobertura vegetal remanescente não ultrapassa os 8%, a floresta amazônica manteve-se inalterada até o início dos anos setenta, quando apenas 1% de suas matas havia sido destruída. Segundo José Augusto Pádua<sup>35</sup>, a sua dupla marginalidade, enquanto uma região economicamente marginal, situada em um país economicamente marginal, foi sua grande fortuna. Quando o capitalismo industrial mundial enfim penetrou a região no final do século XIX, o que poderia ter acarretado mudanças significativas, foi justamente em busca de um elemento que dependia da floresta viva tal como estava: a borracha.

O ciclo econômico fugaz que se seguiu não precisou produzir a devastação que só seria iniciada décadas depois, quando a ocupação e exploração da Amazônia não era mais regida somente por uma vontade econômica, mas principalmente política. A ideologia militarista da integração nacional, associada ao volume considerável de capitais e recursos tecnológicos, promoveu a expansão econômica e ocupação massiva da região, resultando numa “constelação de processos sociais e ambientais, muitos dos quais extremamente perversos, que transformaram a região em um dos grandes dilemas históricos deste final de século”<sup>36</sup>. No momento em que o Rio de Janeiro realizava a Eco-92, o Brasil era considerado o quarto maior poluidor do mundo contribuindo com 5,5% nas emissões de CO<sup>2</sup>, das quais 80% eram originadas da queima de florestas, principalmente da Amazônia, cujos 12% da cobertura vegetal haviam sido desmatadas num período de pouco mais de duas décadas. Entre o Brasil tropical, exaltado em discurso, e o Brasil do progresso, aplicado na prática, fica claro por qual deles optou o regime militar. Os desdobramentos dessa tradição ambivalente, ao mesmo tempo em que rege a expansão da fronteira interna em direção à Amazônia, animada pelo antropocentrismo e pelo etnocentrismo, por outro lado alimenta o ambientalismo e recupera o sentido utópico do naturalismo. No Brasil, o ecologismo assume a tradição naturalista na perspectiva da valorização virtual da natureza brasileira<sup>37</sup>, dando uma continuidade renovada

<sup>35</sup> Pádua, 2000, p 794-796.

<sup>36</sup> Ibid, p 796.

<sup>37</sup> Arnt (in: Arnt & Schwartzman), 1992, p 95-96.

às ambigüidades no debate ambientalista, pelo menos até meados dos anos noventa.

Em um país que teve (e é) um Estado antes de ter (e ser) uma sociedade, o ambientalismo ganha uma inflexão peculiar. Se alhures a questão ambiental é em última análise uma reflexão escatológica sobre as escolhas que constituíram o Ocidente, no Brasil ela está, como quase tudo, atrelada à perene demanda por uma identidade nacional – e identidade é, por aqui, assunto de Estado. Se nos países exportadores do ambientalismo este desenha o horizonte por excelência do universal, para nós ele hesita entre um discurso cósmico e uma nova figura de paranóia xenófoba. Afinal, a Amazônia é nossa, e esta conversa de planeta pode não passar de um conto-do-vigário dos senhores do próprio. “Desenvolver” ou “preservar” a Amazônia é uma questão de foro íntimo do Brasil – soberania, soberania. Se ainda estamos a desbravar o país, como poderíamos prestar ouvidos a patranhas sobre o mal estar da civilização? Os ecologistas, se não são antipatrióticos agentes do imperialismo, são no mínimo tolos ingênuos que o servem à própria revelia... Eis assim que o velho refúgio dos patifes estaria e rota de colisão com o novo refúgio dos patetas.<sup>38</sup>

Apesar dos avanços conceituais dos últimos quinze anos no campo ecológico, ainda não exorcizamos plenamente esse discurso ambíguo, descrito ironicamente por Castro na citação acima, mas como o próprio autor demonstra adiante, a tarefa empreendida pelos ambientalistas brasileiros é a “de repensar a sociedade brasileira, em si mesma e no desconcerto das nações”, reinventar uma relação com a natureza, o que exigirá uma reinvenção da própria sociedade<sup>39</sup>.

Esta é a paisagem de nossa época: o ecúmeno foi saturado pelo humano, a cultura se tornou coextensiva à natureza, ecologia e antropologia são hoje coincidentes. Discurso do fechamento da fronteira planetária, o ambientalismo impõe uma revisão drástica

<sup>38</sup> Castro (in: Arnt & Schwartzman), 1992, p 15-16.

<sup>39</sup> Ibid, p 16.

dos paradigmas do progresso e do desenvolvimento indefinidos, que continuam guiando nossas formas econômicas e projetos ideológicos. Nossa concepção linear e cumulativa de história demorou demais a acordar para constatação de que a miséria, a fome e a injustiça não são fruto do caráter ainda parcial, incompleto, da marcha do progresso, mas seus “subprodutos” necessários, que aumentam à medida que tal marcha prossegue na mesma direção.<sup>40</sup>

Se por um lado, os paradigmas ecológicos expõem conflitos e contradições da sociedade capitalista, por outro indicam incongruências conceituais e metodológicas do próprio movimento ambientalista, fomentando uma revisão crítica não só da sociedade como do próprio campo a que pertence. Conforme analisado no capítulo anterior, a reformulação teórica pela qual tem passado o movimento não partiu necessariamente da crítica ao modelo econômico desenvolvimentista, mas de uma revisão conceitual do próprio ambientalismo. O principal ponto debatido foi a ideologia biocêntrica, cuja dialética da natureza exigia o abandono da perspectiva antropocêntrica, promovendo em contrapartida uma falsa separação entre homem e natureza. A visão holística e integradora buscada pelo biocentrismo implicou, por fim, num processo de negação da cultura, da cidade, do artifício em última análise, engolidos pela noção de ecossistema e pela natureza a qual se tornou coextensiva. No Urbanismo, por exemplo, esse holismo ecológico, que interpreta o homem e a natureza como um conjunto total hermético, resultou em técnicas projetuais organicistas, nas quais a natureza, em última instância, determina tanto as atitudes a serem adotadas quanto aquelas a serem evitadas. Como nos recorda Henri Acselrad, “nenhum ecossistema poderia fundamentar o que se deve ou não fazer em um lugar geográfico, pois a sociedade e a economia não fazem parte dos ecossistemas, mas são regidos por leis bem próprias”<sup>41</sup>

Essa angústia de superação do cartesianismo e do reducionismo por um holismo difuso, expresso ora na aceção de zoneamento supra-setorial, ora na de um zoneamento integrado ao conjunto de políticas públicas territorializadas, ora na desejabilidade de uma

abordagem simultânea do ambiente natural e construído, tende a se resolver na construção de uma unidade ecossistêmica que a tudo engloba, inclusive o mundo social, unidade construída sob um modelo epistêmico único, que termina por não reconhecer a singularidade irreduzível da cultura humana.<sup>42</sup>

Na Amazônia, esse “holismo difuso”, presente desde as tentativas coloniais de dar homogeneidade à região e às suas etnias<sup>43</sup>, penetra as políticas públicas e os instrumentos analíticos atuais, cuja tendência à totalização do espaço amazônico acaba por negar uma realidade multidimensional e uma diversidade social, característica de uma região que poderia ser classificada como tipicamente de fronteira. Segundo Pádua<sup>44</sup>, essa situação se caracteriza principalmente pela “presença do conflito, ou pelo menos da interação social menos normatizada, em um grau de intensidade especialmente elevado”, onde “os atores sociais são fluidos e em constante movimento”, onde novos atores entram em cena a cada dia, criando uma ordem social formada por grupos e interesses diversos superpostos. Mais que isso, a “fronteira” constitui “simultaneamente o lugar da alteridade e o da expressão simultânea de diferentes tempos históricos”<sup>45</sup>

O intenso conflito presente na atual realidade amazônica, portanto, não se dá apenas entre grupos de interesses e classes sociais. Existe uma relação difícil e pouco amadurecida entre diferentes interesses, propostas sociais, visões de mundo e, até mesmo, dimensões da realidade.<sup>46</sup>

A questão da fronteira será melhor tratada adiante, especialmente no que se refere à fronteira urbana. Por hora, nos é importante como uma visão holística e totalizante sobre a Amazônia, característica do pensamento biocêntrico, acaba por reduzir a heterogeneidade social à “diferença geográfica”, a alteridade à unidade temporal de mercado, num processo de negação da fronteira, e por conseguinte do próprio conflito e da diversidade<sup>47</sup>.

<sup>42</sup> Ibid, p 56-57.

<sup>43</sup> Freitas e Silva, 2000, p 2.

<sup>44</sup> Pádua, 2000, p 797.

<sup>45</sup> Acselrad, 2002, p 58.

<sup>46</sup> Pádua, 2000, p 798.

<sup>47</sup> Acselrad, 2002, p 58,

<sup>40</sup> Ibid, p 15.

<sup>41</sup> Acselrad, 2002, p 56

Será, portanto, que se descubra, na prática, o peso das especificidades, das contingências e sutilezas do terreno social concreto, para se perceber no controle socioterritorial telemático o promotor de ordens incertas, “cosmologias abertas de um *panoptismo* imperfeito” (Graham, 1998, p. 486). Nas condições sociopolíticas da Amazônia, um projeto de tal ordem – que pretende somar uma arquitetura de posições, aplicada a indivíduos e localizações, a uma engenharia de disposições, aplicada a fluxos e processos –, dificilmente deixaria de integrar as ambições do que poderíamos chamar de um “*panoptismo* mais que imperfeito”.<sup>48</sup>

Como demonstra Acselrad<sup>49</sup>, as dificuldades na construção de pactos políticos e da implementação de políticas públicas na região, além de expor os diversos interesses existentes sobre o meio ambiente e imprecisões conceituais, sugerem que os objetivos dos planejadores e ambientalistas não se referem, apesar do que se sustenta, à busca de um consenso em torno de critérios superiores que transcendam à diversidade das práticas, mas sim a um “acordo simbiótico” entre diferentes atores, onde o sucesso de um é interesse do outro, e vice-versa. Um acordo resultante não necessariamente de uma harmonização de interesses alinhados submetidos a um bem comum superior, mas de um processo de “co-invenção” dos atores por eles mesmos, cujos interesses distintos se ajustam diante da interação de suas práticas e da necessidade de suas existências. Para isso, é fundamental reconhecer a diversidade social amazônica e a multiplicidade de interesses em jogo, onde o equilíbrio reside não em um interesse único superior, mas na “co-invenção conflituosa do território e dos atores de sua construção”. Neste sentido, as cidades amazônicas são um espaço privilegiado para a aproximação e entendimento desses conflitos e para suas possíveis mediações.

---

<sup>48</sup> Acselrad, 2002, p 65.

<sup>49</sup> Ibid, p 70.



sudeste, em muito têm contribuído para reverter esse entendimento, o discurso midiático ainda se detém nas imagens idílicas e naturalistas, reduzindo a Amazônia à sua diversidade biológica, impressionante sem dúvida, associando-a diretamente à imagem da floresta (e nem sempre juntamente com os povos que a ocupam), a exemplo da reportagem da revista *Veja* citada anteriormente.

Entretanto, ao mesmo tempo em que a Amazônia ganha novamente atenção nacional, mesmo que seja majoritariamente tematizada por um de seus inúmeros aspectos, abre espaço para uma produção intelectual que busca justamente as contradições existentes no discurso e na prática sobre ela. É claro que a maior parte da produção acadêmica tem-se concentrado nos estudos ambientais, biológicos e antropológicos, e no que se refere aos estudos urbanos, parte considerável das obras se concentram no período da borracha. A geografia, por sua vez, há muito tempo que tem voltado os olhos para região ciente de sua dinâmica demográfica atual, abordando o tema das cidades, mesmo que em uma escala regional. Muito tem se avançado nos estudos urbanos, onde a participação do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da Universidade Federal do Pará tem um papel de destaque, com obras destinadas a analisar as dinâmicas urbanas internas da região, e em uma escala mais particular.

Esse esforço empreendido pelos centros acadêmicos e institutos de pesquisas contribui, no que diz respeito aos estudos urbanos, a encarar uma realidade ainda não digerida plenamente pelo Planalto Central, cujo principal preocupação com a região parece ter se reduzido à soberania nacional sobre ela e ao controle do desmatamento que a devasta, necessário sem dúvida alguma, mas cuja solução requer um entendimento muito mais amplo, que passa pelo entendimento das cidades amazônicas e de suas dinâmicas sociais e produtivas.

Em um contexto onde a opulência da natureza e do espaço é percebida como excessiva e problemática para os assentamentos humanos, o discurso preservacionista tem escassa repercussão. Para alguns homens do interior, a preservação da floresta pode equivaler à preservação do gelo para os esquimós do Ártico. (...) Nos centros urbanos, a conscientização ecológica avança. Muito antes da popularização do tema pela mídia, os amazônidas sempre

tiveram consciência de sua singularidade geográfica-cultural e da sua marginalidade.<sup>52</sup>

Diante do exposto, a cidade amazônica é um lugar privilegiado para uma melhor compreensão dos paradigmas ecológicos e, como expôs Ricardo Arnt, a consciência ambiental aí possui um espaço de debate excepcional. Embora ainda persistam ecos da ilusão naturalista, é inegável o papel preponderante do meio urbano na degradação ambiental e nos conflitos sociais amazônicos. Não necessariamente pelos seus impactos diretos, mas pelo aspecto condensador de seus efeitos e causas, seja através das políticas públicas e estudos acadêmicos que emanam das capitais regionais, seja pela maior concentração das contradições e conflitos sociais, assim como de seus espaços de mediação.

É neste sentido que a presente dissertação concentra seus esforços na compreensão da Amazônia urbana, como lugar de representação e possibilidades. Embora pareça óbvio e “natural” falar em Amazônia urbana, diante de tal centralidade ambiental, se faz necessário expor o inegável processo de urbanização pelo qual tem passado a região nas últimas três décadas. Seguindo uma tendência nacional, a Amazônia sofreu um intenso processo de inversão demográfica, quando sua população urbana passou de 35,7%, no início dos anos setenta, para 68,2% no final dos noventa, segundo o censo de 2000. Já nas últimas décadas, a região vem registrando um crescimento urbano muito superior à média nacional (5,8% contra 1,93%) e um crescimento rural declinante de – 2,08% nos anos noventa<sup>53</sup>. A concentração da população nas capitais, em menor ou maior intensidade, é acompanhada de um alto grau de urbanização das mesmas, em média superior a 95%. Cidades como Belém, Rio Branco, Macapá e Manaus abrigam grande parte da população de seus estados, respectivamente 29%, 45,4%, 59,4% e 74,9%<sup>54</sup>. Apesar da celebração do espaço da floresta, e mais recentemente de seus povos, a Amazônia é urbana.

Aqui cabe um breve parêntese metodológico acerca da abordagem utilizada por essa pesquisa sobre as cidades amazônicas. Dado o objetivo de apresentar um panorama da região, promovendo um intercâmbio de experiências entre as

<sup>52</sup> Arnt (in: Arnt & Schwartzman), 1992, p 130-131.

<sup>53</sup> Steinbrenner, 2007.

<sup>54</sup> Pereira, 2006, p 36.

mesmas, no que diz respeito à idéia de natureza presente nos projetos urbanísticos para as orlas fluviais e parques urbanos, é importante expor a lógica utilizada para a periodização e recortes empregados. Diante de tais objetivos, estes não poderiam se limitar a um estudo de caso específico, mas tampouco seria possível empreender essa tarefa sem estabelecer recortes, ainda mais por uma dissertação individual de mestrado. Entretanto, estes recortes não são necessariamente espaciais, embora existam, não somente devido aos objetivos almejados, mas principalmente pela realidade amazônica, caracterizada pela fragmentação em sua organização espacial e diversidade social de seu espaço, como bem demonstra Yara Vicentini em um estudo dedicado à história da cidade na Amazônia.

Os processos históricos e culturais de formação das cidades, aliados às características geo-físicas da Bacia Amazônica, delineiam, explicam e condicionam a ocupação contemporânea. Referem-se a uma espacialidade pontual e fragmentada e a ritmos temporais próprios, colocando, a priori, a impossibilidade metodológica de estabelecer parâmetros espaciais de análise da ocupação contemporânea que signifiquem a restrição da região de estudo ou a definição de “recortes temporais”<sup>55</sup>

O entendimento da Amazônia enquanto uma realidade multidimensional, como também defende José Augusto Pádua<sup>56</sup>, dificulta, se não impossibilita, a ambição dessa pesquisa de apresentar uma visão panorâmica da região. Por esta razão, optou-se por um recorte principal temático, onde diferentes cidades, com temporalidades e espacialidades distintas, pudessem ser analisadas conjuntamente diante de uma questão comum, a idéia de natureza. Isso não significa que não existam recortes espaciais e temporais, mas se tratam de recortes mais amplos e mais flexíveis do que uma dissertação convencional exigiria, caso não restringisse a análise a um aspecto específico. Como já foi colocado, nos concentramos sobre a Amazônia urbana, mas sobre um tipo específico de cidade, e sobre um período distinto de sua história. Para isso, faz necessário expor possibilidades de periodização e de classificação das cidades,

defendidas por diferentes autores, caso queira-se evitar estabelecer recortes falsos e artificiais.

Inspirando-se livremente nas categorias de Fernand Braudel, Pádua<sup>57</sup> distingue três dimensões temporais para a Amazônia, denominadas por ele de biosfera, história e conjuntura. A primeira constitui o processo evolutivo que gerou a complexa realidade ecológica, da qual também participam os grupos humanos, que segue existindo segundo o seu ritmo próprio, chocando-se com outros ritmos e padrões advindos principalmente da intensificação da presença humana e de seu peso tecnológico. A dimensão histórica compõe então esses padrões de ocupação que foram capazes de estabelecer estruturas relativamente estáveis de vida social no ecúmeno da floresta, desde as sociedades paleoindígenas e indígenas, passando pela sociedade colonial baseada pelo extrativismo, reorganizada pela economia da borracha e pelo subsequente período de decadência, para ser posteriormente reinventada pelo desenvolvimentismo militarista dos anos setenta. A terceira dimensão denominada de conjuntura pelo autor, é marcada pelas atividades que divergem dos padrões estruturais dominantes estabelecidos pela segunda dimensão, aos quais geralmente costumam adequar-se. Quando divergem desses padrões, ou tornam-se historicamente irrelevantes ou, ao contrário, podem gerar uma dinâmica de expansão acumulativa que acaba por transformar o próprio padrão. Esta terceira dimensão, especialmente importante para esta pesquisa, é particularmente problemática na Amazônia diante da presença descontrolada dessas atividades conjunturais, caracterizando uma região de fronteira marcada pelo conflito, potencializados pela sua grande importância biosférica. O modelo de ocupação praticado abre espaço para movimentos conjunturais de difícil reversão, mesmo diante do seu caráter danoso, num quadro de movimentos caóticos e desordenados, onde a luta política tenta identificar e restringir os movimentos predatórios e incentivar novos modelos sustentáveis e socialmente benéficos. Neste sentido, a Amazônia situa-se, segundo a lógica de Pádua, diante do paradigma de dar continuidade a esse padrão ou transformá-lo em uma nova dimensão histórica de ocupação, cujo desfecho ainda está longe de ser delineado.

---

<sup>55</sup> Vicentini, 1994, p2.

<sup>56</sup> Pádua, 2000, p 797.

---

<sup>57</sup> Ibid.

Com relação à rede urbana, nos é muito útil a periodização proposta por Lobato Corrêa<sup>58</sup> composta por sete momentos, segundo sua formação econômica. O primeiro inicia-se com a fundação de Belém em 1616, base da expansão portuguesa para toda a região, seguido da criação das aldeias missionárias e do extrativismo das drogas do sertão realizadas pelos jesuítas, através da exploração do trabalho indígena e apoiado no sistema de aviação (1655 a 1750). O terceiro momento, de 1755 a 1778, inicia por intermédio da ação mercantil monopolista da Companhia do Grão-Pará e Maranhão, criada pelo Marques de Pombal, da introdução da agricultura comercial, por meio do trabalho escravo e do colono, e da transformação de aldeia em vilas, como Óbidos e Santarém. Segue-se um período de estagnação econômica após a extinção da companhia pombalina que vai de 1778 a 1850, quando o “boom” econômico da borracha valoriza novamente a economia regional, com a introdução da navegação a vapor, a migração nordestina e a oferta de capitais. A partir de 1920, um novo período de estagnação econômica derivado da crise da borracha dura até a década de 60, quando um sétimo momento modifica a natureza e o significado da rede urbana, através da redefinição do papel da região na divisão territorial do trabalho e sua incorporação ao processo geral de expansão capitalista no país.

Pode-se esboçar um oitavo momento em complemento à proposição de Corrêa, marcada pelos novos movimentos conjunturais descritos por Pádua e pelos paradigmas ecológicos incorporados, tanto aos processos de produção existentes, quanto aos novos propostos e experimentados pelas tentativas de desenvolvimento sustentado. A partir dos anos noventa, não só é colocado em cheque a eficiência do padrão ocupacional do momento anterior, como também se redefine o papel da Amazônia no contexto brasileiro e internacional. Neste sentido, a pesquisa concentra sua análise no período posterior à década de 70, quando se modificam e acentua-se os paradigmas que persistem até a atualidade, com especial atenção ao oitavo momento proposto a partir de meados da década de noventa. Vale ressaltar que a grande maioria dos projetos para parques urbanos e orlas fluviais da região foi elaborada neste período, em que se buscava uma nova relação entre natureza e cidade, ou pelo menos de uma nova imagem das mesmas no cenário nacional, mais alinhadas aos parâmetros ecológicos em voga.

---

<sup>58</sup> Corrêa, 1987, apud Pereira, 2006, p 28.

Definido o recorte temporal, exporemos a seguir possibilidades de classificação das cidades amazônicas de acordo com seu padrão de ocupação e níveis de centralidade. Enfatiza-se, entretanto, que não se trata de estabelecer tipologias, nos moldes dos estudos tipológicos clássicos sobre cidades, mas de apreender a diversidade do meio urbano contemporâneo, e eleger neste universo aquelas que mais respondem às questões propostas, seja por abrigarem o tipo de projetos enfocados, seja por representarem simbolicamente a idéia de natureza e artifício.

Vicentini<sup>59</sup> propõe cinco possibilidades de classificação: a metrópole contemporânea com seu vínculo com os novos processos de ocupação; as cidades tradicionais e sua transformação recente diante dos novos paradigmas tecnológicos; as cidades vinculadas aos grandes projetos econômicos ou de infraestrutura (Company Towns); as cidades vinculadas ao processo de colonização dos anos sessenta, a exemplo das agrovilas e agrópolis estabelecidas ao longo dos grandes eixos rodoviários; e as cidades “espontâneas”, vinculadas ao desenvolvimento de atividades e serviços complementares, no contexto das relações informais e não institucionalizadas relativas a grandes projetos, muitas vezes com caráter provisório.

Já Ribeiro<sup>60</sup> identifica cinco níveis de centralidade com relação ao papel das cidades na distribuição de bens e serviços, complementando a classificação de Vicentini, sem necessariamente alinhar-se a ela. São eles: os centros regionais Belém e Manaus, com sua função central na região como principais distribuidores de bens e serviços; os centros sub-regionais, de nível intermediário que refletem a desigualdade sócio-espacial regional, subordinando-se, em sua maioria, àquelas cidades de primeiro nível; os centros de zona, compostos por municípios com funções centrais de baixa complexidade e, em menor proporção de média e alta complexidade; os centros emergentes ou decadentes, com funções de baixa complexidade e com pouca capacidade para atrair municípios vizinhos; e as cidades locais com atuação restrita e subordinadas a algum centro de nível hierárquico superior, que constituem cerca de 60% dos municípios amazônicos.

---

<sup>59</sup> Vicentini, 1994, p 25-26.

<sup>60</sup> Ribeiro, 1998, apud Pereira, 2006, p 39-40.



Dado que a maior parte dos projetos em questão se concentra nos centros regionais e subregionais, na classificação de Ribeiro, ou nas metrópoles contemporâneas e cidades tradicionais, nas palavras de Vicentini, a pesquisa centraliza sua atenção nestes núcleos urbanos, geralmente capitais de grande e médio porte, com características e temporalidades distintas, capaz de sintetizar grande parte da diversidade do meio urbano amazônico e de seus paradigmas. Além das duas metrópoles regionais Manaus e Belém do Pará, analisou-se projetos nas cidades de Rio Branco, Macapá, Boa Vista, Porto Velho e Santarém, onde diferentes estratégias de planejamento são aplicadas, copiadas e reinventadas.

Refutada a tentativa de dar uma falsa homogeneidade à Amazônia, é válido expor brevemente o histórico de sua urbanização, sem nenhuma pretensão de pintar um quadro completo de sua evolução urbana. Embora alguns hiatos serão necessários para não prolongarmo-nos indefinidamente, outros momentos históricos relevantes serão ressaltados, seja por terem estabelecidos relações entre as cidades cuja permanência ainda é percebida, seja por representarem simbolicamente a questão desta dissertação. Entretanto, contemplaremos com especial atenção os paradigmas derivados da expansão da fronteira urbana pós 70, identificando distinções e similaridades, além de contextualizar os projetos a serem analisados no próximo capítulo. Embora o recorte temporal proposto seja mais preciso, o recorte espacial é mais amplo, devido à diversidade urbana da Amazônia, composta por cidades com diferentes origens e padrões de ocupação, desde núcleos originados da colonização portuguesa, como Belém e Macapá, às cidades desenvolvidas a partir da entrada do capitalismo tardio, como Porto Velho, ou aquelas derivadas da política de integração nacional, como Boa Vista.

As primeiras cidades amazônicas, assim como tantas outras da América Portuguesa, surgiram vinculadas às estratégias de domínio territorial. O vazio político da Amazônia, resultante da não ocupação oficial, permitia incursões invasoras que ameaçavam a soberania portuguesa no início do século XVII. De acordo com a lógica de penetração da metrópole, surgiam cidades circundantes aos pontos de defesa militar instalados, a exemplo do Forte do Presépio em Belém (atual Forte do Castelo), o Forte de São José de Macapá, a Fortaleza de São José do Rio Negro onde cresceria Manaus, e a Fortaleza dos Pauxis em Óbidos.



Fundação da Cidade de Belém em 1616  
Fonte: [www.vitruvius.com.br](http://www.vitruvius.com.br)



Belém em 1817, por Spix e Martius.  
Fonte: Reis Filho, Nestor Goulart ; "Imagens de Vilas e Cidades do Brasil Colonial", 2001



Teatro da Paz, em Belém.  
Fonte: [www.skyscrapercity.com.br](http://www.skyscrapercity.com.br)



Mercado de Ferro do Ver- o-Peso, em Belém.  
Fonte: [www.skyscrapercity.com.br](http://www.skyscrapercity.com.br)

Neste contexto, Belém é fundada em 1616 como um elo estratégico da ligação entre o rio e o mar, a principal raiz de uma rede urbana dendrítica que se formaria ao longo da Bacia Amazônica nos séculos seguintes.

A localização de Belém representa, dessa forma, um gesto de clarividência geo-política: o controle da foz e do curso do rio Amazonas significou imediatamente a posse virtual de todo o território setentrional da Colônia. (...) direta ou indiretamente, quase todas as cidades da Amazônia brasileira se acham filiadas historicamente a ela. São reflexos ou desdobramentos do fluxo que dela irradiou<sup>61</sup>.

Até hoje, Belém é a maior metrópole amazônica, cuja influência política e cultural atua sobre as demais cidades da região, sendo inclusive referência no que diz respeito ao processo de renovação urbana, experimentada na última década pelos vários projetos de intervenção na sua orla.

Ao final do século XVIII, a rede urbana estava configurada a partir das aldeias missionárias, fortes e diretórios, já esboçando o padrão dendrítico que se desenvolveria posteriormente, agora centralizadas nas capitais Belém e São José do Rio Negro, atual Manaus, de acordo com a nova política colonial do Marques de Pombal<sup>62</sup>. Os anos entre as realizações pombalinas do século XVIII e o boom da borracha a partir de 1850 foram marcados por um período de estagnação econômica e instabilidade política, cujo resultado mais dramático foi a revolta popular da Cabanagem. Somente com o ciclo econômico que se iniciou em meados do século XIX, seguiu-se um período de significativa prosperidade, com a introdução do modelo capitalista na região (sem necessariamente ser acompanhado do processo de monetarização), e de sua conseqüente inclusão na divisão internacional do trabalho. Neste período fugaz e eufórico, a rede urbana é altamente polarizada em suas duas capitais, embora os sucessivos investimentos em infra-estrutura para o escoamento da borracha, produziram uma extensão de formas de ocupação, com a criação de novas vilas e cidades, em meio à floresta<sup>63</sup>.

<sup>61</sup> Duarte, 1996, p 199.

<sup>62</sup> Vicentini, 1994, p 97.

<sup>63</sup> Ibid, p 87.

No que concerne ao ciclo da borracha, nos interessa destacar alguns pontos importantes para a construção da idéia de natureza e da evolução urbana da Amazônia. Desta época referencial na historia da região, ainda persistem paradigmas sócio-ambientais e um imaginário urbano povoado pelos anos áureos da produção gomífera, explorado pelas agências de turismo e dissecada pelo meio acadêmico. O mais importante para esta pesquisa diz respeito à inserção da Amazônia no mundo capitalista, da modernidade na floresta, ou nas palavras de Vicentini, da cidade como antecipação, processo que se repetiria décadas mais tarde. Embora com práticas e resultados bem diversos, alguns paralelos podem ser traçados entre os dois períodos, identificando similaridades e permanências dos paradigmas gerados pelo ciclo da borracha.

O aspecto mais analisado e destacado deste ciclo é a transformação pela qual passaram as capitais regionais, Belém e Manaus, alvos de políticas de melhoramentos urbanos que se alinhavam ao ideário civilizatório europeu.

A busca de intervenções saneadoras e embelezadoras das cidades apresentavam, agora, razões adicionais. Condiçonavam-se às idéias racionalistas e cientificistas, expressas nas formas de construção das cidades e colocavam a burguesia urbana na posição privilegiada de formulação de uma naturalização do eminentemente artificial, o urbano.<sup>64</sup>

A implantação de infraestruturas urbanas e o embelezamento do espaço público expressavam a riqueza acumulada pela borracha e novos padrões culturais almejados pela elite amazônica que, obviamente, conflitavam-se com os padrões e valores regionais, cujo resultado ecoa até hoje . Teatros suntuosos, novos edifícios públicos, mercados de ferro, bibliotecas, passeios pavimentados e arborizados somavam-se aos modernos serviços de água encanada, esgoto, luz elétrica, bondes e telégrafos, alterando rapidamente a paisagem urbana e as relações sociais. A literatura que descreve este período e suas realizações é vasta e conhecida, dispensando maior atenção por parte desta dissertação, a fim de evitar certa redundância.



Doca do Reduto, em Belém.  
Fonte: [www.skyscrapercity.com.br](http://www.skyscrapercity.com.br)



Manaus no início do século XX.  
Fonte: [www.skyscrapercity.com.br](http://www.skyscrapercity.com.br)

<sup>64</sup> Vicentini, 1994, p88.



Teatro Amazonas, em Manaus. Fonte: o autor, 2007.

No que concerne a esta pesquisa, vale destacar, entre as obras emblemáticas do período gomífero, o sistema de parques urbanos de Belém, implementados pelo Intendente Antônio Lemos, cuja atuação remodelou e valorizou os espaços de convivência, com especial atenção àquilo que Duarte qualificou de cenografia urbana<sup>65</sup>. Inseridos dentro do contexto de ortogonalidade e monumentalidade do plano urbanístico de 1886, reafirmados pelo de 1905, as principais praças e parques se caracterizavam entre um “neoclássico romantizado até as inovações do art-nouveau”<sup>66</sup>. Situavam-se no interior do tecido urbano, antecipando em alguns casos a expansão da própria cidade, muito diferente do que ocorre atualmente, onde as principais intervenções urbanísticas deste tipo se concentram na orla de Belém, freqüentemente anunciadas como um resgate da mesma pela cidade que tradicionalmente, e ironicamente, voltava às costas para o rio.

Sobre as principais características do sistema de parques da Belém do século XIX, e sua influência nos projetos atuais, retomaremos mais adiante no início do terceiro capítulo. Por ora, vale apenas avaliá-los como um elemento introdutório, e mesmo antecipatório, na região dos paradigmas urbanos enfrentados pelas elites européias, onde o parque público havia se tornado uma das principais ferramentas do desenho urbano no enfrentamento dos problemas ambientais da cidade industrial. O parque público, em princípio, é resultado e síntese destes paradigmas, e responde, talvez mais que qualquer outro elemento urbano, sobre a relação simbólica entre cidade e natureza. Embora tenha sido importado para a Amazônia sob condições e aspirações distintas daquelas da metrópole industrial, também são capazes de sintetizar, e antecipar, outros paradigmas. A idéia de natureza vigente nos projetistas da “Paris Tropical”, as aspirações culturais da elite amazônica, o confronto e resistências das dinâmicas regionais e o processo de segregação urbana são alguns dos aspectos por eles representados, temas cuja atualidade ainda persiste, conforme demonstraremos no capítulo seguinte.

<sup>65</sup> Duarte, 1996, p 203.

<sup>66</sup> Vicentini, 1994, p 109.

Se as capitais cosmopolitas da borracha representavam, por um lado, o ingresso da Amazônia no mapa da civilização ocidental, por outro, encobriam conflitos sociais e paradigmas ambientais que só seriam encarados nas últimas décadas do século XX. Todo esse processo de concentração urbana e de riqueza esteve restrito às áreas centrais, sendo que, para além da exuberância da cidade dos trópicos, concentravam-se extensa população migrante, junto às áreas extrativistas, em condições de vida miseráveis<sup>67</sup>. Em uma obra intitulada “A ilusão do Fausto”, Edineia Dias<sup>68</sup> descreve o processo segregatório e as ferramentas de controle social impostas à população da Manaus que, juntamente às obras monumentais da borracha, possibilitavam os ares civilizados ambicionados pela sua elite. Embora a segregação urbana, os conflitos sociais e identidades culturais locais sejam agora considerados por parte dos atuais projetos de intervenção urbana, pelo menos em discurso, ainda podem ser ouvidos ecos da ilusão naturalista do início do século XX e dos anseios de integração da elite regional ao mundo globalizado. Mesmo que os modelos adotados não sejam os mesmos de outrora e sua utilização minimamente relativizada pelas demandas regionais, as capitais amazônicas ainda voltam seus olhos às experiências estrangeiras, principalmente no que diz respeito aos códigos consagrados de revitalização urbana e sustentabilidade ambiental. Sob a efígie ecológica, os paradigmas se renovam e passam a encarar, bem ou mal, os conflitos sociais envolvidos anteriormente negligenciados.

Entre mudanças e permanências, um dos principais aspectos que diferem o ciclo da borracha da expansão da fronteira econômica da década de 60, diz respeito aos impactos ambientais e ao padrão de ocupação do território. Conforme já mencionado, a penetração do capital exógeno na região em meados do século XIX, ao contrário de outras regiões do globo, não resultou num padrão de exploração predatório por uma casualidade biológico-tecnológica<sup>69</sup>. Em primeiro lugar, pelo fato da exploração do látex depender da conservação da seringueira e do seu respectivo ecossistema florestal, e em segundo, em função da produção econômica não ter se diversificado para além da coleta e beneficiamento da borracha.

---

<sup>67</sup> Vicentini, 1994, p 110.

<sup>68</sup> Dias, 1999.

<sup>69</sup> Pádua, 2000, p 795.



Teatro da Paz, em Belém. Fonte: o autor, 2007.

Neste sentido, a introdução da Amazônia na economia-mundo capitalista não incluiu necessariamente os paradigmas ecológicos enfrentados por outras regiões emergentes, tampouco resultou na expressiva destruição do meio ambiente, tal qual experimentada nas últimas décadas. Talvez seja essa uma das principais razões para a Amazônia ter-se tornado atualmente um dos principais campos de batalha dos ambientalistas, além de ter abrigado movimentos sociais alinhados ao desenvolvimento sustentável, a exemplo do próprio movimento seringalista.

O padrão de ocupação também se modificou consideravelmente desde o ciclo da borracha. Mesmo mantendo seu padrão linear, a secular circulação fluvial que outrora havia desenvolvido uma rede urbana dendrítica, cujos principais ramos partiam de Manaus e Belém, foi sensivelmente alterada pela introdução de rodovias, novos eixos que permitiram a urbanização e a industrialização da região, embora com sérios problemas sociais e ambientais<sup>70</sup>. Centros subregionais adquiriram maior importância, novas cidades foram criadas e novos modelos de produção foram introduzidos e incentivados pela política de integração nacional.

Um dos exemplos mais interessantes e representativos desses dois momentos históricos é a cidade de Porto Velho, originada do marco inicial da Estrada de Ferro Madeira Mamoré. Projetada inicialmente para escoar a produção econômica da Bolívia, durante os longos anos de sua hercúlea construção foram construídas outras duas ferrovias ligando o isolado país ao Pacífico, e este ao recém inaugurado Canal do Panamá, convertendo seu objetivo original ao do escoamento da produção gomífera do vale do Madeira. Objetivo este de vida curta devido à queda do preço internacional do produto, que passava a ser produzido no sudeste asiático em larga escala. Porto Velho nasce assim como um típico exemplo de uma “company town” e da introdução do capitalismo tardio na região. Surgia cosmopolita, formada por trabalhadores provenientes de todas as partes do globo, constituída por um espaço hierarquizado, planejado, funcional, provido dos serviços de qualquer cidade moderna que se preze, cujo espanto não era causado pela sua modernidade, mas pelo fato de estar localizada no interior da floresta, na região mais afastada da fronteira nacional<sup>71</sup>. Entretanto, essa Babel contemporânea também apresentava as contradições das capitais da

borracha. De um lado, a moderna cidade ferroviária se contrapunha à cidade decadente que se formara ao seu lado, herdeira da antiga vila de Santo Antonio, anterior à chegada da EFMM.

Os anos de decadência da produção gomífera, que resultaram na desativação da ferrovia em 1972, foram sucedidos de longo período de estagnação econômica até a década de setenta, quando surtos econômicos, primeiro a extração de cassiterita e depois do garimpo de ouro no Rio Madeira durante os anos oitenta, se associaram à política desenvolvimentista do governo militar. A construção da BR-364, um dos principais eixos rodoviários da Amazônia, permitiu o crescimento de Porto Velho e o desenvolvimento de uma rede de cidades ao longo de seu eixo, abrigando os migrantes em busca do novo eldorado, e servindo como base de apoio logístico para a política de integração nacional e de expansão da fronteira agrícola. As cidades derivadas deste projeto de colonização, curiosamente denominadas de agrovilas, agrópolis e rurópolis, de acordo com o nível hierárquico, surgem novamente como antecipação dos próprios processos produtivos aos quais se destinariam. Processos estes que, como bem sabemos, converteram-se em modelos de produção devastadores e de difícil reversão.

Os conflitos e paradigmas ambientais daí decorrentes pautam as agendas governamentais e os estudos acadêmicos atuais, frutos do sétimo momento histórico, de acordo com a periodização de Corrêa para a região. Diante de tais desafios, a Amazônia tenta reinventar-se através de movimentos conjunturais conflituosos entre os padrões de ocupação e modelos de produção incentivados pelo governo militar, e os novos modos de desenvolvimento sustentável e socialmente justos. No caso de Porto Velho, esse novo momento adquire um caráter especialmente significativo, diante da disputa política em torno da construção das usinas hidrelétricas do Rio Madeira. Envolvidas pelo debate ambientalista e desenvolvimentista, renovam a dualidade discursiva típica do ecologismo brasileiro, tal qual descrevemos no subcapítulo anterior. Neste contexto, a região é reinventada como zona de fronteira, destinada novamente à expansão econômica nacional, contemplando agora os paradigmas ecológicos em voga, pelo menos em discurso. O grande projeto energético adquire status de questão nacional, tal qual a expansão da fronteira agrícola e o “povoamento” da Amazônia haviam sido importantes na década de setenta. Apesar das querelas entre os diferentes grupos de interesse, a inevitabilidade da obra gerou um movimento especulativo na capital do Estado de Rondônia, palco de um novo

<sup>70</sup> Becker, 2000, p70.

<sup>71</sup> Fonseca, 1998.

surto de desenvolvimento, caracterizado por novos empreendimentos comerciais e industriais, por uma nova onda de migração e, principalmente, pela cada vez mais crescente atividade imobiliária, nunca antes experimentada pela cidade que se tornará brevemente a terceira capital regional da Amazônia.

Mais uma vez, a cidade se antecipa aos processos produtivos, e reafirma o papel da Amazônia como um dos baluartes do futuro do país e lugar de uma constante busca pela identidade nacional. Como demonstra Vicentini<sup>72</sup>, um aspecto comum entre os diferentes ciclos econômicos, ilustrados pelo caso de Porto Velho, é a forma como as cidades se expressam como antecipações na passagem da Amazônia para a modernidade, onde novos padrões culturais urbanos são introduzidos, seja de acordo com o modelo higienista do urbanismo oitocentista ou da renovação urbano-ambiental do século XXI.

---

<sup>72</sup> Vicentini, 1994.



Foto aérea de parte da cidade de Porto Velho no início dos anos setenta  
 Fonte: acervo Sebastião Valladares

### 2.3 A FRONTEIRA URBANA E OS NOVOS PARADIGMAS

Esta última parte do segundo capítulo, apesar de estabelecer uma continuidade temporal com a anterior, tem como foco a fronteira urbana em que se transformou a Amazônia a partir de meados da década de 60, quando da implementação das políticas desenvolvimentista e de migração do regime militar. Corresponde, então, ao recorte temporal proposto, no qual se estabelecem os paradigmas a serem enfrentados pelos projetos urbanos nos anos 90, sendo de fundamental importância para a contextualização e entendimento das respostas concebidas pelas políticas urbanas.

A idéia construída das Cidades-Capitais modernas, estava, portanto, colocada na Amazônia Brasileira. Sua expressão, mesclada pelo mundo simbólico dos códigos e das mercadorias expostas, mesmo que estas possam ser as cidades e sua aparência, não resiste ao fim da comercialização mundial da borracha brasileira que impôs a decadência das Capitais Tropicais.<sup>73</sup>

O período de decadência e estagnação econômica que sucedeu aos anos áureos do ciclo da borracha perdurou até o início dos anos sessenta quando, conforme temos visto, o papel da Amazônia é reinventado pelo governo militar. O preço da borracha brasileira havia despencado diante da produção asiática, com exceção de um breve surto de desenvolvimento durante as grandes guerras, quando a demanda pelo produto deu um novo fôlego a sua produção na região, embora sem a intensidade e longevidade do ciclo anterior. Este longo período de transição e relativa inércia econômica, que vai dos anos 30 até meados dos 50, é pouco estudado e debatido pelo meio acadêmico, pelo menos quando comparado ao ciclo da borracha ou às três últimas décadas. Tampouco apresenta temas relevantes para esta pesquisa, seja pela falta de projetos urbanos de grande importância, seja por ainda não terem-se condensado os paradigmas que resultariam das políticas públicas subseqüentes.

Seguindo a periodização de Corrêa, o sétimo momento histórico da Amazônia que sucede a este período de estagnação, correspondente ao desenvolvimentismo militarista e a redefinição da região na divisão internacional

<sup>73</sup> Vicentini, 1994, p 110.



do trabalho, merece especial atenção desta dissertação. As transformações pelas quais passaram a Amazônia neste período introduziram novos modos de ocupação, modelos de produção e valores culturais, que se desdobraram por sua vez em problemas socioambientais e paradigmas ecológicos. A expansão da fronteira urbana, neste contexto, suscitou movimentos conjunturais a partir dos anos noventa, em resposta a estas questões, entre os quais se pode destacar os projetos de intervenção urbana objetos desta pesquisa. Sua problemática, suas ferramentas de análise e seus códigos de desenho urbano estão diretamente relacionados a este período amplamente estudado pelo meio acadêmico, principalmente a geografia, cuja contribuição está exposta adiante através da obra de diversos autores que trataram da questão nos últimos anos.

Na década de sessenta a Amazônia se constitui em território privilegiado para a expansão do capital. A fronteira que se configurou a partir de então na região pode ser analisada pelas contradições que se ligam à dinâmica da mundialização, à estratégia geopolítica do Estado visando promover a integração nacional e às especificidades da própria região. (...) Na Amazônia, a fronteira é lugar de destruição e construção, de conflitos, de perdas e ganhos, enfim da produção contraditória do espaço e da vida.<sup>74</sup>

As políticas desenvolvimentistas então aplicadas na Amazônia, ao contrário do ciclo da borracha, não tinham necessariamente origem econômica, mas estavam impregnadas de questões geopolíticas. Entre seus principais objetivos estavam a superação do “vazio demográfico”, a integração do território nacional, a valorização das riquezas naturais da região, com o mesmo peso e importância de fornecer matéria prima e concentrar mão-de-obra farta e barata, redefinido o seu papel na divisão internacional do trabalho e no processo de acumulação de capital. Para tanto, a região foi alvo de investimentos em infraestrutura, com a abertura de rodovias, construção de aeroportos e hidrelétricas, e de políticas de colonização maciça<sup>75</sup>. Apesar da importância geopolítica de tais ações, adotadas por um regime militarista notoriamente preocupado com a segurança e soberania nacional, é importante não subestimar a demanda econômica, como muitas vezes costuma-se fazer. Vale lembrar que a expansão da fronteira

econômica em direção à Amazônia permitiu, por outro lado, a mecanização agrícola do sul e sudeste do país, e do desenvolvimento e especialização da indústria nacional. É claro que os custos sócio-ambientais só estão sendo pagos agora.

Como a fronteira amazônica, diferentemente das fronteiras agrícolas em sua forma clássica, está submetida à lógica do grande capital, sua expansão estará intimamente marcada por um brutal processo de concentração de rendas e terras, que se dá sob a tutela do Estado autoritário, que atua também como instrumento de repressão aos movimentos de trabalhadores de luta pelo direito à terra. Estes, sem terra e sem trabalho, via de regra, migram para as cidades da região provocando intensa urbanização. Dessa forma a “fronteira agrícola” torna-se uma “fronteira urbana”.<sup>76</sup>

A expansão da fronteira econômica, estimulada através da política de colonização governamental, adquire assim contornos peculiares na Amazônia. Embora os projetos de expansão das áreas agrícolas contemplassem, desde o início, como elementos fundamentais a criação e o desenvolvimento de núcleos urbanos, como base de apoio logístico, não se esperava que a região sofreria o processo de urbanização pelo qual passou, com a intensidade e velocidade observada, como se verificou na dinâmica demográfica registrada no período.

Vinte anos depois, o balanço demográfico da década (de 90) depõe sobre as dificuldades da colonização. O número de migrantes efetivamente assimilados em áreas rurais na Amazônia, expressivo em termos absolutos, é insignificante em comparação ao êxodo rural total no país: dos 16 milhões que deixaram áreas rurais de origem, durante a década de setenta, apenas 450 mil foram absorvidos na Amazônia rural. Ainda mais expressiva é a constatação de que 64% do crescimento demográfico na Amazônia, no período, ocorreram em áreas urbanas, a maior parte nas capitais estaduais.<sup>77</sup>

<sup>74</sup> Arnt (in: Arnt & Schwartzman), 1992, p 182-183.

<sup>75</sup> Pereira, 2006, p 27.

<sup>76</sup> Rodrigues, 1996, p 265.

<sup>77</sup> Arnt (in: Arnt & Schwartzman), 1992, p 72.



Belém do Pará.

Fonte: www.skyscrapercity.com.br



Santarém PA. Fonte: www.skyscrapercity.com.br

Soma-se a este processo de migração, incentivado pelas políticas de colonização, às políticas preservacionistas que começaram a atuar a partir dos anos setenta, que criaram unidades de conservação, sem necessariamente considerar as dinâmicas regionais, tal qual foi exposto no subcapítulo anterior e analisado em profundidade por Antônio Carlos Diegues<sup>78</sup>. As famílias nativas, expulsas das áreas que tradicionalmente habitavam, somaram-se à massa de migrantes que chegavam às capitais, intensificando a urbanização e os problemas dela derivados. A fronteira expõe então os paradigmas, tanto do desenvolvimentismo quanto do ambientalismo adotados na época, que iriam percorrer as décadas seguintes através de linhas de atuação conflitantes por parte do governo federal, renovando a tradicional ambivalência entre preservar e desenvolver.

Portanto, a década de 1960 representa um marco para a urbanização na Amazônia, pois o sistema urbano, simultaneamente, é condição e produto do sistema de povoamento da região. Esse período marca a presença definitiva do Estado, através de um conjunto de programas, projetos, instituições, ideologias e ações políticas.

(...)

Assim, a fronteira é um espaço gerador de novas realidades e com elevado potencial político, dependente da capacidade de intervenção de cada segmento social. Portanto, o conceito de “fronteira urbana” como uma das características da “fronteira econômica” nos revela novos significados e a natureza do urbano-regional. Primeiro, por nos distanciar dos conceitos tradicionais e simplificadores de pensar a fronteira como fenômeno agrícola. Segundo, por entender a inserção da Amazônia no contexto mais amplo da economia capitalista mundial e das especificidades da atuação do Estado no Brasil e das características regionais.<sup>79</sup>

Se o processo de urbanização experimentado pela região amazônica foi ou não esperado pelas políticas governamentais, o fato é que tal processo ocorreu de maneira inegável, alterando profunda e significativamente o papel do urbano na região. Como recorrente na história amazônica, a cidade caracteriza-se

<sup>78</sup> Diegues, 1994.

<sup>79</sup> Pereira, 2006, p 30-32.

novamente como uma antecipação, e agora, como uma condição estratégica ao desenvolvimento, como já bem definia Bertha Becker no final dos anos oitenta:

Uma fronteira urbana é a base logística para o projeto de rápida ocupação da região, acompanhando e mesmo se antecipando à expansão de várias frentes. Trata-se de uma feição original da fronteira contemporânea. A urbanização não é aí uma consequência da expansão agrícola: a fronteira já nasce urbana, tem um ritmo de urbanização mais rápido que o do Brasil. E esta feição está intimamente associada à imigração.<sup>80</sup>

Nesta medida, as cidades se apresentam, finalmente, como estratégia de domínio territorial, que construiu sua hegemonia na Amazônia contemporânea, não mais como forma externa, imposta a um contexto específico, mas como modo de expressão dominante<sup>81</sup>. Apesar dos conflitos e a instabilidade política que a caracterizam não terem sido totalmente superados, já se pode perceber padrões de ocupação e relações sociais minimamente estabilizados, mesmo que discutível em seus efeitos. Uma vez estabelecido a irreversível urbanização da Amazônia, os desdobramentos deste processo dominaram as agendas políticas e pautas acadêmicas na última década, preocupadas com os resultados perversos dos modelos produtivos implantados, ambientalmente predatórios, e dos padrões de ocupação disseminados, socialmente injustos.

É sabido que o crescimento urbano acelerado na região resultou em núcleos extremamente carentes em serviços para atendimento à população que se amontoa nos piores locais da periferia e mesmo dos centros urbanos, configurando o problema ambiental nas cidades como um dos maiores problemas regionais.<sup>82</sup>



Manaus, AM. Fonte: [www.skyscrapercity.com.br](http://www.skyscrapercity.com.br)



“Cidade Flutuante” na orla de Manaus, no início dos anos 80. Fonte: [www.jmartinsrocha.blogspot.com](http://www.jmartinsrocha.blogspot.com)

<sup>80</sup> Becker, 1991, p 44.

<sup>81</sup> Vicentini, 1994, p 160.

<sup>82</sup> Becker, 2000, p55.



Porto Velho RO. Fonte: www.skyscrapercity.com.br



Rio Branco AC. Fonte: www.skyscrapercity.com.br

No que diz respeito aos núcleos urbanos, o vertiginoso crescimento populacional não foi acompanhado pelas políticas públicas, como na maior parte das grandes cidades brasileiras, resultando na contundente deterioração da qualidade de vida da população e do meio ambiente urbano. Entretanto, a Amazônia reserva certas particularidades quanto ao restante do país, onde temporalidades distintas e diferentes dimensões da realidade convivem em um mesmo espaço, marcado por conflitos e choques culturais. Neste processo, a construção dessa diversidade informa a abordagem sobre temporalidade e cultura, enfocando as resistências colocadas à hegemonia da criação do mundo urbano<sup>83</sup>. O forte vínculo com a natureza, arraigado à cultura ribeirinha ou cabocla, ainda condiciona o modo de vida de parte da população, enquanto um processo de aculturação sobrepõe-se ao modo de vida urbano.

O nativo, habituado a “resolver” a habitação a partir da natureza, transferiu para a cidade sua tecnologia construtiva (palafitas), embora sem dispor de expedientes para viabilizar o crescimento harmônico das aglomerações com o meio ambiente amazônico.<sup>84</sup>

Um dos exemplos mais emblemáticos deste processo adaptativo foi a impressionante “cidade flutuante” que cresceu defronte à Manaus, às margens do Rio Negro, ao longo dos anos setenta. Versão ribeirinha da favela brasileira, ilustra como poucas a problemática sócio-ambiental enfrentadas pelas cidades amazônicas. E os autores acrescentam:

Paralelamente, a intensa migração de população oriunda de outras regiões do país tende a introduzir sistemas culturais e tecnológicos bastante diferentes daqueles nativos, implicando maior conflito com a natureza local. A utilização comum dos cursos d’água localizados dentro das áreas urbanas como veículo de escoamento de esgoto bruto, o desmatamento de nascentes e de margens de rios para a ocupação adensada por habitação ou por atividades produtivas, a imposição de planos de alinhamento para áreas de expansão urbana impróprios para as condições de relevo são algumas práticas que revelam o quanto nativos e migrantes estão

<sup>83</sup> Vicentini, 1994, p160.

<sup>84</sup> Cardoso & Lima, 2006, p90.

pouco conscientes das especificidades e limitações ambientais e socioculturais da Amazônia, e do custo que estão agregados ao processo de consolidação de novas cidades e de novas periferias urbanas na região.<sup>85</sup>

E concluem mais adiante:

A população entende a aproximação do urbano como acesso àquela infraestrutura que nunca se tornou viável para as baixas densidades da floresta. Entretanto, esta população parece não ter sido capaz de construir uma sociedade urbana, no sentido mais amplo do termo, que faça prevalecer as leis e regras existentes que regem o convívio social e o convívio com o meio ambiente.<sup>86</sup>

Os paradigmas ambientais, que desde os anos setenta estão em pauta na Amazônia, começam então a serem particularizados, relativizados e espacializados na problemática urbana. Os impactos sócio-ambientais enfrentados pelo processo de urbanização amazônica adquirem igual importância, pelo menos em um nível regional e, mais que isso, condensam tais paradigmas e promovem um debate interiorizado, paralelo ao debate nacional, confirmando as cidades amazônicas como local privilegiado de mediação e possibilidades. É claro que os modelos produtivos e processos de ocupação modificaram-se ao longo das três últimas décadas, embora sem redirecionar significativamente o rumo traçado pelas políticas anteriores. Segundo Becker<sup>87</sup>, entre as principais diferenças estão a diminuição do ritmo da imigração para região, o aumento da migração intra-regional e o desenvolvimento de uma rede urbana mais complexa após a criação de novos municípios, incentivados pela Constituição de 1988, especialmente em Rondônia e Pará. Por outro lado, acentuam-se a distância entre atividades e políticas anacrônicas. A criação de reservas extrativistas, novas unidades de conservação, acompanhadas de políticas de incentivo à sustentabilidade, de desestímulo e controle ao desmatamento florestal, competem espaço com a exploração da madeira, o cultivo de soja e a pecuária, agora impulsionados pela mecanização e crescente capitalização da agroindústria.

<sup>85</sup> Cardoso & Lima, 2006, p90.

<sup>86</sup> Ibid, p 92.

<sup>87</sup> Becker, 2000.



Boa Vista RR. Fonte: [www.boavista.rr.gov.br](http://www.boavista.rr.gov.br)



Macapá AP. Fonte: [www.skyscrapercity.com.br](http://www.skyscrapercity.com.br)

Neste contexto, novas questões são levantadas diante do agravamento dos problemas ambientais urbanos, dividindo espaço entre os mais diferentes setores da sociedade, merecendo a atenção do governo, do meio acadêmico, da mídia, dos setores produtivos e do terceiro setor. Desnecessário recordar como o tema da sustentabilidade permeia o discurso desses diferentes grupos de interesses, moldando-se a cada um.

Neste novo processo de reinvenção da Amazônia, os projetos de intervenção urbana ganham outra dimensão e importância renovada. A partir dos anos noventa, diante de tais paradigmas, as cidades amazônicas empreendem considerável esforço nas políticas de remodelação urbana, amparados pelas pesquisas dos centros acadêmicos regionais, especialmente os do Pará. Inicia-se um novo momento de renovação, onde são expostas e encaradas as problemáticas geradas por décadas de urbanização acelerada, derivada de políticas nacionais nem sempre positivas. É neste contexto em que os projetos para parques urbanos e orlas fluviais, tema do próximo capítulo, aparecem como elementos esclarecedores dos paradigmas urbanos em voga na região, atuando como contestadores ou reprodutores das ambivalências que desde sempre definiram a Amazônia.



## CAPÍTULO 3

ENTRE A NATUREZA E O ARTIFÍCIO: OS PROJETOS  
PARA PARQUES URBANOS E ORLAS FLUVIAIS

Foto da pág. 87:  
Foto de Gustavo Malheiros, 2005.



## CAPÍTULO 3 – ENTRE A NATUREZA E O ARTIFÍCIO: OS PROJETOS PARA PARQUES URBANOS E ORLAS FLUVIAIS

Este terceiro e último capítulo tem como tema a influência da idéia de natureza, e dos atuais paradigmas ecológicos dela derivados, sobre o urbanismo amazônico, através dos elementos que consideramos mais representativos da questão, os projetos para parques urbanos e orlas fluviais. Antes de abordar diretamente tal temática em seu recorte espacial e temporal, algumas considerações gerais importantes devem ser colocadas sobre os projetos deste tipo, sobre a sua natureza, origens, conceitos e cuidados metodológicos. Não se trata de expor aqui os inúmeros aspectos históricos e teóricos que os envolvem, mas apenas os necessários para evitar, ou ao menos atenuar, os paradoxos que uma análise deste tipo pode enfrentar<sup>1</sup>. Falar de natureza, por si só, já é suficiente para encará-los. Na Amazônia, então, exige-se cuidado redobrado. Sobre projetos para parques e orlas fluviais, elevam-se ao quadrado as chances de recair em redundâncias.

Parques Urbanos e outros espaços verdes não são os únicos lugares onde podemos encontrar a natureza nas cidade, mas são certamente os locais onde encontramos uma representação da natureza em sua totalidade, trazendo uma variedade de odores, sons e cores para nossa experiência urbana. (...) No interior do espaço urbano, os parques são a condensação da natureza. Entretanto, não são apenas lugares onde os elementos da natureza predominam. Eles são também locais nos quais refletem-se as intenções humanas. (...) Os parques são, portanto, paisagens culturais.<sup>2</sup>

<sup>1</sup> Sobre a evolução da idéia do parque público, verificar Costa, 1993.

<sup>2</sup> Costa, 1993, p 14. "Urban parks and other green spaces are not the only places we can find nature in the cities, but they are certainly the places we can find a representation of nature in its totality, bringing a variety of smells, sounds and colors to our urban experience. (...) Within the urban space, parks are the condensation of nature. However, parks are not only a place where nature's elements predominate. They are also places which reflect human intentions. (...) Parks are, therefore, cultural landscapes." (tradução do autor).

Como temos visto, a Amazônia condensa e reinventa os paradigmas ecológicos contemporâneos. Paralelamente, os projetos para parques urbanos em geral também o faz no campo do Urbanismo. Surgem como respostas a esses paradigmas, da mesma maneira que servem à sua reflexão. Segundo Lúcia Costa<sup>3</sup>, os parques são lugares emblemáticos para nos revelar as relações entre natureza e cultura, relações essas presentes na própria natureza interdisciplinar do parque público.

Entretanto, por estas mesmas razões, é importante relativizar seus significados e adotar certos cuidados na análise. Obviamente, por ser o elemento urbano que mais condensa e explicita as relações entre natureza e artifício, um olhar rápido e uma análise apressada poderia facilmente recair na conclusão de que tais projetos tendem, por princípio, à superação da dicotomia entre natureza e cultura, principalmente aqueles que respiram o ar dos discursos ecológicos atuais. De que à primeira vista assim parece, não há dúvida. Mas recordemos aqui Rosset<sup>4</sup>, cuja obra nos alerta que o naturalismo declarado na superfície das formas encobre, muitas vezes, um artificialismo na profundidade dos conteúdos.

De fato, na Amazônia, como verificaremos adiante, pode-se formular a hipótese inicial de que os parques em questão são uma tentativa de superação dessa relação dialética que vem definido não só esta região em particular, como a própria essência dos projetos deste tipo. Porém, a aparente integração entre natureza e artifício que se apresenta na superfície não resiste a uma análise mais profunda. Percebe-se que tais tentativas, na medida em que superam determinados paradoxos, acabam por nos apresentar novos paradigmas ainda a serem enfrentados. Quando observados os discursos e práticas que envolvem os projetos em análise, percebe-se que muitos projetos, que inicialmente parecem superar as ambigüidades em questão, apenas o fazem na forma e no desenho, sem necessariamente serem acompanhados de uma real integração entre os atores envolvidos e o ambiente que os rodeia. Obviamente, essa afirmação é aqui apresentada tal qual uma hipótese a ser analisada com mais profundidade. Como a presente dissertação optou por uma visão panorâmica sobre os projetos amazônicos, é impraticável analisar todos os casos referenciais de maneira que se possa comprová-la inteiramente, dado que necessitaria uma avaliação não só do

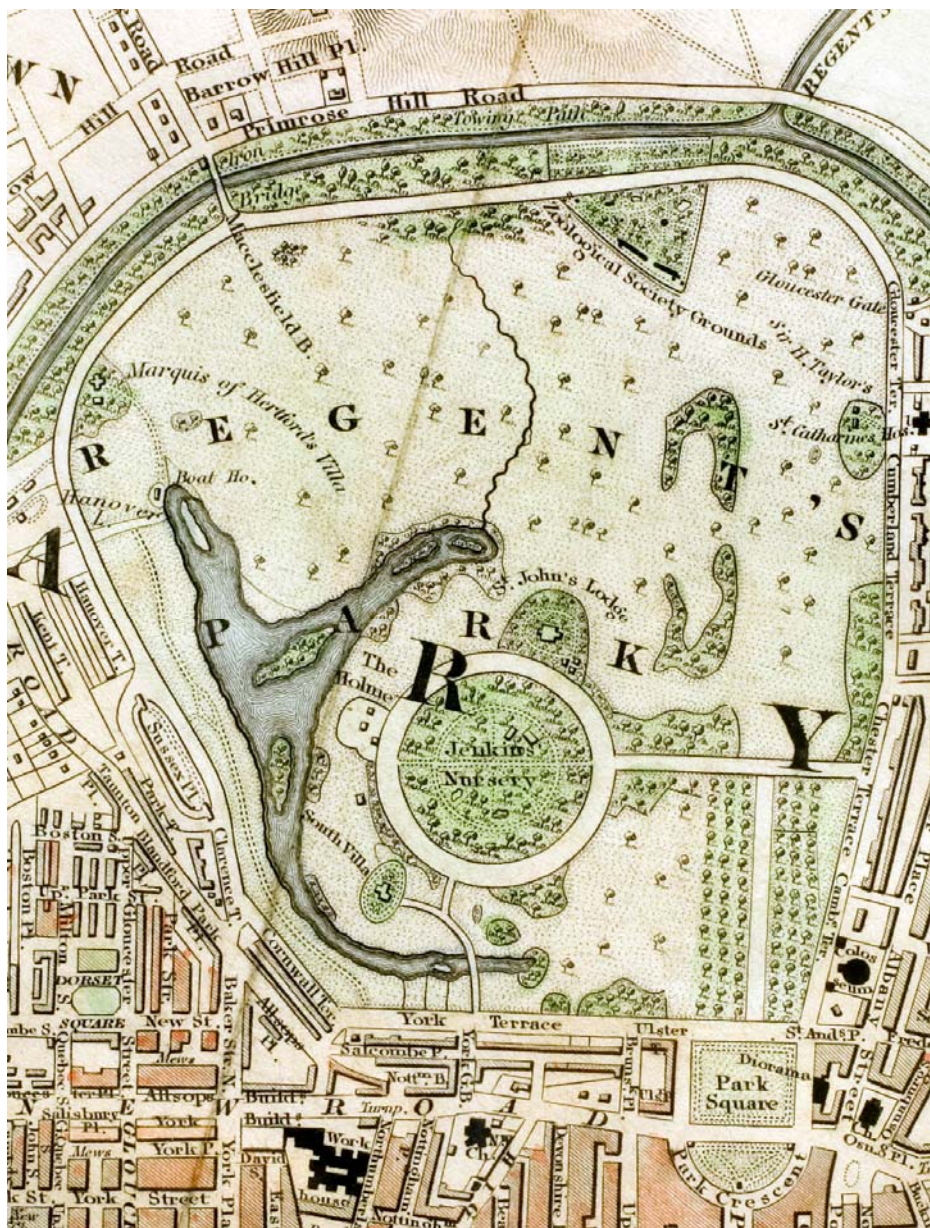
<sup>3</sup> Costa, 2004, p 283.

<sup>4</sup> Rosset, 1973.

projeto em si, como também do processo que o origina, dos discursos e práticas do atores envolvidos e da análise do uso público que tais espaços abrigaram após a conclusão de sua obra, revelando aspectos simbólicos e valores culturais subliminares. Na impossibilidade de realizar tal tarefa neste curto espaço que dispomos, nos limitamos simplesmente a levantar alguns temas, principalmente a partir do caso da cidade de Belém, cujos projetos de intervenção urbana têm sido alvos constantes de estudos acadêmicos, que nos permitem, por fontes secundárias, expor brevemente algumas das questões que desvelam a aparente harmonia entre a natureza e o artifício tão buscada nestes espaços privilegiados.

O presente capítulo está subdividido em sete partes. A primeira apresenta brevemente questões conceituais e aspectos históricos pertinentes aos projetos para parques urbanos e orlas fluviais em geral, seguido de sua contextualização e evolução na história urbana amazônica. Os quatro tópicos seguintes referem-se a diferentes abordagens e movimentos relativos aos projetos referenciais. Em linhas gerais, aos projetos para orlas fluviais com matizes naturalistas, implantados em áreas anteriormente pouco alteradas pela presença humana, a projetos de revitalização de áreas urbanas consolidadas e degradadas, marcados pela naturalização do artifício, aos projetos para parques ecológicos e aos parques lineares multifuncionais. Cabe aqui um pequeno parêntese metodológico acerca dessa subdivisão. É importante colocar que não se trata de categorias de análise e, muito menos, de estabelecer tipologias capazes de classificar os projetos estudados. Tal tentativa se mostrou infundada e pouco produtora, quando do primeiro contato com o objeto concreto, principalmente diante da questão inicial proposta e dos objetivos de pesquisa almejados. Observar-se-á que muitos exemplos citados poderiam ser analisados em mais de um tópico, e freqüentemente assim será. Tal divisão foi proposta somente com o intuito de apresentar as principais correntes, as abordagens mais recorrentes e de maior influência na região, identificando diferentes movimentos conjunturais, linhas de atuação e possibilidades. A idéia de natureza que permeia esses projetos é, em todos os casos, a questão principal, da qual derivam outras que se mostraram de igual importância. Por último, avaliaremos o caso da cidade de Belém, através dos estudos que enfocam a renovação urbana pela qual tem passado, cujos resultados renovam os paradigmas ecológicos e nos confrontam questões importantes acerca da relação entre natureza e cultura.





Mapa do Regent's Park, em Londres. Fonte: en.wikipedia.org

### 3.1 PARQUES E ORLAS E SUA RELAÇÃO COM A NATUREZA

Primeiramente, vale esclarecer uma questão quanto à terminologia empregada aos projetos aqui analisados, o parque urbano e a orla fluvial. Apesar do que pode sugerir o título da presente dissertação, é importante colocar que não se trata necessariamente de duas categorias distintas de projetos urbanos. O parque público, enquanto um equipamento urbano cujas origens remontam ao final do século XVIII, constitui-se no momento em que os jardins, antes restritos à nobreza, passam a ser dirigidos às classes trabalhadoras, experimentando novas funções sócio-ambientais e novas formas que se desenvolveriam ao longo dos séculos seguintes<sup>5</sup>. Por orla fluvial urbana, entende-se o espaço imediato de interação entre terra e água dos principais cursos d'água que cortam e banham a cidade<sup>6</sup>. Neste sentido, um parque urbano pode-se situar na orla fluvial de uma cidade, mas nem todos os projetos aí implantados são, necessariamente, projetos de parques públicos. Embora estes já sejam notoriamente esclarecedores das questões que envolvem natureza e cultura, as demais intervenções urbanas nas orlas fluviais e marítimas também expõem questões igualmente válidas. Os projetos de revitalização, aí experimentados nas últimas três décadas pelas principais cidades costeiras do mundo, apresentam relações peculiares com a natureza, principalmente com a água, elemento tão ou mais importante quanto nos parques, além de transformações quanto ao uso e valor simbólico dado a estes espaços. Assim sendo, os casos referenciais dessa dissertação incluem tanto típicos parques públicos, no sentido oitocentista do termo, voltados ao lazer contemplativo e mais recentemente ao esporte e cultura, quanto projetos do tipo "waterfronts" de revitalização de áreas portuárias e históricas degradadas, nos moldes difundidos nas últimas décadas. Não cabe aqui expor as diferentes abordagens projetuais e padrões estéticos experimentados ao longo da história dos parques públicos, o que exigiria um amplo estudo dedicado ao tema. Limitaremos-nos a expor os aspectos relevantes a esta pesquisa, principalmente no que diz respeito ao caso brasileiro, evitando alongarmo-nos indefinidamente. Dado o exposto, seguem-se algumas breves considerações quanto à evolução desses projetos e suas implicações com a idéia de natureza.

<sup>5</sup> Costa, 2003, p 209.

<sup>6</sup> Trindade Jr, Santos & Ravena, 2005, p 13.

Na segunda metade do século XVIII, a idéia de patologia da cidade se constituía – já se apresentando como possibilidade de um plano geral de intervenção – na busca de propostas unitárias para a cidade. A par da permanência na busca de uma identidade na natureza perdida, da polêmica sobre o entendimento da naturalização do homem e, conseqüentemente, do novo alinhamento racionalista do pensamento urbanístico sobre as cidades na Europa, colocava-se a ambigüidade e a desordem, como expressão da profunda transformação nos meios de produção e nas relações sociais, como, também no urbanismo do século XIX.<sup>7</sup>

Neste contexto, o parque urbano se desenvolve a partir de uma reflexão dos paradigmas sócio-ambientais decorrentes dos efeitos da industrialização e urbanização crescente das principais cidades européias, tornando-se um espaço privilegiado, ao longo da história do urbanismo, do debate ecológico. Reflete, assim como modifica, a idéia de natureza de determinada sociedade, estando impreterivelmente atrelada a ela.

O Parque Urbano é um produto da era industrial.

Nasceu, a partir do século XIX, da necessidade de dotar as cidades de espaços adequados para atender uma nova demanda social: o lazer, o tempo do ócio e para contrapor-se ao ambiente urbano.<sup>8</sup>

Diferente da praça pública, cujos antecedentes remontam à ágora grega, o parque público, tal qual conhecemos hoje, é produto direto de uma nova maneira de olhar as cidades que surgiu a partir da Revolução Industrial. Dessa forma, é uma temática recente no desenho e na paisagem urbana. Também pela primeira vez na história das cidades, elementos da natureza, em suas diversas formas, passaram a ser o principal material de projeto das áreas livres públicas. (...) Na verdade, essa imagem tornou-se tão forte que, ainda hoje, quando pensamos em parque público, a primeira imagem que nos vem à mente é a dos grandes gramados,

salpicados pelos conjuntos arbóreos e arbustivos, que dão lugar à idéia de parque.<sup>9</sup>

A evolução da idéia do parque urbano se deu sob um lento processo, refletindo o desenvolvimento de valores e práticas sobre a necessidade de prover às classes trabalhadoras de bem estar físico e moral, assim como às cidades de embelezamento estético<sup>10</sup>. Entretanto, o parque público, tal qual conhecemos hoje, é um elemento típico da grande cidade moderna, estando em constante processo de recodificação, atendendo a uma diversidade de solicitações muito além da antiga destinação voltada basicamente para o lazer contemplativo, características dos primeiros parques públicos<sup>11</sup>.

A evolução do parque urbano nestes dois séculos tem acompanhado as mudanças urbanísticas das cidades, sendo assim um testemunho importante dos valores sociais e culturais das populações urbanas. É interessante observar que constituem um elemento de forte permanência, mantendo-se com suas principais características independentemente das transformações das estruturas urbanas em seu entorno. (...) Atualmente, com a temática da requalificação dos espaços urbanos, principalmente das áreas centrais da cidade, com a demanda crescente de espaços de recreação e lazer e com a introdução das dimensões ambiental e paisagística no planejamento, a temática do Parque Urbano assume um papel central no desenvolvimento dos planos e projetos urbanos.<sup>12</sup>

Novas funções foram introduzidas no decorrer do século XX, como as esportivas, as de conservação de recursos naturais, típica dos parques ditos ecológicos, as do lazer sinestésico dos brinquedos eletrônicos, mecânicos e dos espaços cenográficos dos parques temáticos.<sup>13</sup>

<sup>9</sup> Costa, 2004, p 275.

<sup>10</sup> Costa, 1993, p 33.

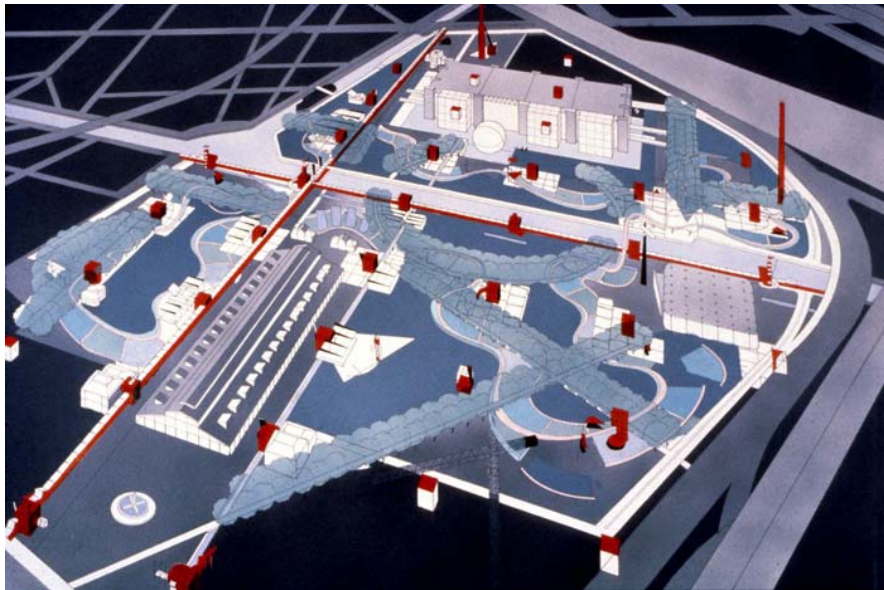
<sup>11</sup> Macedo & Sakata, 2002, p 13.

<sup>12</sup> Rosa Grena Kliass, in: Macedo & Sakata, 2002, prefácio.

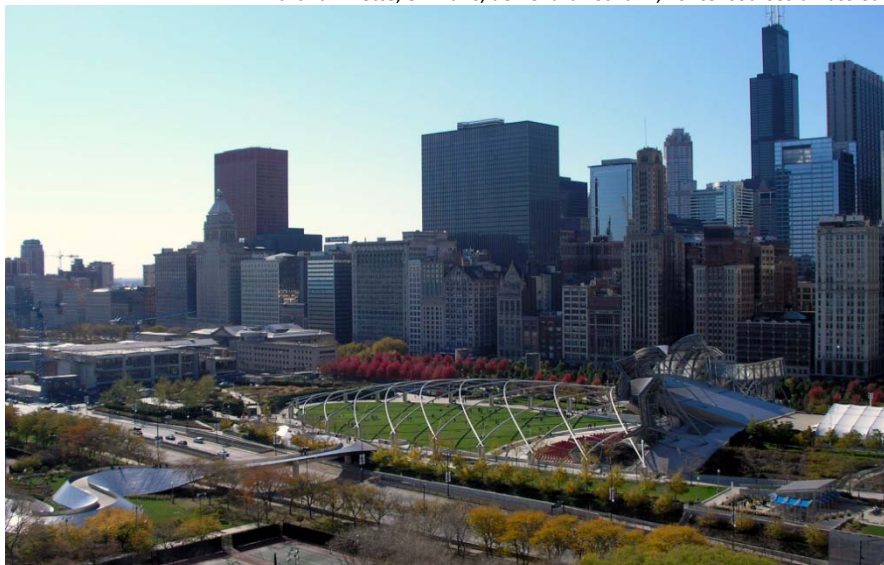
<sup>13</sup> Ibid

<sup>7</sup> Vicentini, 1994, p 89.

<sup>8</sup> Rosa Grena Kliass, in: Macedo & Sakata, 2002, prefácio.



Parc La Villette, em Paris, de Benard Tschumi, Fonte: courses.umass.edu



Millennium Park, em Chicago, de Frank Gehry. Fonte: www.socketsite.com

Pode-se também acrescentar a essas funções, descritas por Macedo e Sakata, o emprego dos parques contemporâneos na preservação de sítios históricos, na revitalização de áreas degradadas ou ociosas da cidade e, desde os anos 30, na solução de problemas de tráfego, através da figura do parkway americano. Do ponto de vista do desenho urbano, as soluções formais também se diversificaram tanto quanto as novas funções. Embora ainda persistam padrões paisagísticos típicos do tradicional parque inglês, com suas características contemplativas, cenográficas e miméticas da natureza, pode-se hoje encontrar parques que recompõem, quase que integralmente, o meio ambiente natural selvagem, até parques conceituais, providos de uma linguagem abstrata e simbólica da natureza, facilmente encontrados em capitais européias e norte-americanas, cujos exemplos mais emblemáticos sejam, talvez, o Parc de la Villette, em Paris, de Bernard Tschumi e o Millennium Park, em Chicago, de Frank Gehry.

Nesta profusão de formas e conteúdos, os projetos de intervenção urbana ganham novos significados. Assumem funções estratégicas no processo de renovação urbana, onde a revitalização das áreas costeiras ou fluviais, geralmente degradadas, adquire um papel preponderante. Embora se distingam dos típicos projetos de parques públicos, quanto à forma e programa, os projetos de revitalização de waterfronts marítimos e fluviais também refletem uma nova maneira de olhar a cidade e sua relação com o meio ambiente.

O “waterfront” (frente de água, beira d’água, etc...) é uma estrutura que surge justamente no contexto da crise e da reestruturação destes espaços, tornando-se efetivamente a materialização de uma política de desenvolvimento urbano, de dinamização econômica e de promoção magistral do bem estar de comunidades, cidades e economias relativamente degradadas.<sup>14</sup>

Tais intervenções buscam normalmente a revitalização de territórios degradados, como a incorporação de elementos naturais presentes no espaço “waterfront”, reafirmando a relação cidade-água. Constituem exemplos emblemáticos, embora com diferentes abordagens e níveis de complexidade distintos, os projetos de Inner Harbor, em Baltimore, Boston Waterfront em Boston, South Street

<sup>14</sup> Ponte, 2004, p 85.

Seaport em Nova York, Rom Rijnmond em Rotterdam, Puerto Madero em Buenos Aires e Docklands em Londres. Contudo, a inserção dos elementos naturais não pressupõe a integração entre cidade e meio ambiente, e sim incorporação do meio natural ao projeto urbano, ou seja, a utilização da “natureza” de acordo com sua inserção no projeto urbano.<sup>15</sup>

Esta última frase de Marcondes exemplifica bem o caráter dos atuais projetos, seja os para parques públicos, seja para waterfronts. Analisando em paralelo com Milton Santos, tais projetos são resultantes de um processo de desnaturalização da natureza, diante da universalização do artifício e da técnica, onde a natureza é urbanizada e integrada à cidade, onde a antes chamada segunda natureza se torna primeira, eliminando a antiga distinção marxista, onde o sistema de coisas que antes a constituía se converte em um sistema de objetos, num processo que se fecha, ironicamente, pelo próprio movimento ecológico que lhe confere um valor<sup>16</sup>.

Neste sentido, tanto os projetos denominados de “waterfronts” quanto os projetos para parques públicos tradicionais refletem os paradigmas ecológicos enfrentados, merecendo uma análise conjunta e potencialmente esclarecedora. Por essa mesma razão, evitaremos aqui delinear contornos precisos entre parques públicos e waterfronts, como se tratassem de tipologias distintas, seja por muitas vezes se sobreporem, seja por serem ambos capazes de responder às questões aqui propostas. Os diferenciamos aqui apenas para dar uma maior anuência ao uso dos termos. Em muitos casos torna-se impossível distinguir um típico parque urbano de uma típica revitalização de waterfront, principalmente pelo caráter interdisciplinar que ambos vêm assumindo. Atualmente, se converteram em uma poderosa ferramenta estratégica capaz de solucionar problemas de várias ordens através de intervenções conjuntas e integradas. No caso brasileiro, assim como no contexto amazônico, observa-se que tais projetos muitas vezes atendem ao mesmo tempo a demandas ambientais, sociais, culturais, de transporte e revitalização urbana, reforçando essa atitude interdisciplinar.

<sup>15</sup> Marcondes, 1999, p 23.

<sup>16</sup> Santos, 1994.

Outro aspecto em comum entre os projetos em discussão é a utilização das águas como elemento aglutinador importante, especialmente no caso amazônico, onde os rios, e a vida envolta por eles, possuem dimensão e valores distintos.

É muito antiga a relação de intimidade que se estabelece entre rios e cidades brasileiras. Muitas das cidades coloniais surgiram inicialmente às margens dos rios – mesmo aquelas situadas em baías ou à beira-mar. (...) Os rios tinham muito a oferecer, além de água: controle do território, alimentos, possibilidades de circulação de pessoas e bens, energia hidráulica, lazer, entre tantos outros. E dessa forma as paisagens fluviais foram paulatinamente se transformando também em paisagens urbanas.<sup>17</sup>

Os projetos para parques do século XIX, assim como dos jardins e passeios que os antecederam, sempre contemplaram especial atenção ao uso das águas que, tal qual a vegetação, se consolidou como um poderoso recurso paisagístico. Embora o tratamento e os valores atribuídos à água tenham se alterados constantemente ao longo da história do paisagismo, sempre foi considerada como um aspecto dominante, seja através dos eixos geométricos franceses ou dos românticos cenários ingleses. Nas últimas décadas, os valores ambientais atribuídos aos cursos d’água em geral resultaram em diferentes abordagens, desde os parques ecológicos aos projetos de revitalização portuária, redefinindo o papel dos rios e córregos na paisagem urbana.

Os rios são atributos importantes da paisagem da cidade e podem propiciar uma situação privilegiada aos seus habitantes, especialmente àqueles que vivem na sua proximidade. Eles podem usufruir dos recursos hídricos, e de um habitat rico, com grande variedade de características biológicas e geomorfológicas. Por outro lado, as paisagens dos rios são elementos de contemplação, podem ter efeitos relaxantes e estimulantes, através do fluxo das suas águas e da vegetação de suas margens, assim como podem ser um lugar para atividades esportivas e de lazer. Neste sentido, os rios podem ser percebidos como amenidades urbanas.<sup>18</sup>

<sup>17</sup> Costa, 2006, p 10.

<sup>18</sup> Britto e Silva, 2006, p 31.

A importância dos rios urbanos no desenho da paisagem tem sido cada vez mais destacada em pesquisas que buscam compreender valores ambientais e culturais. Estudos sobre percepção ambiental e preferências da população (Castello 1996; Bley 1996; House & Fordham 1997), assim como sobre a percepção que grupos de crianças têm dos rios (Tapsell 1997), entre outros, têm demonstrado os múltiplos valores atribuídos aos rios e a importância da participação pública no projeto e manejo dessas áreas. Quanto ao projeto, Manning (1979;1997) enfatiza os aspectos simbólicos, estéticos e recreacionais dos rios, argumentando que o projeto urbano e paisagístico deve integrar valores utilitários e ecológicos com previsão de intenso uso pela população, ressaltando a importância dos acessos. E Newson (1997) mostra a importância do conhecimento da dinâmica da paisagem dos rios para projetos que visem também à saúde ecológica desse ecossistema, que sofre tantas pressões do meio urbano.<sup>19</sup>

Essa nova visão em relação às águas urbanas, descrita por Britto & Silva e por Costa, têm influenciado as intervenções urbanísticas, as políticas públicas e estudos acadêmicos. Embora no caso amazônico, como verificaremos adiante, os rios urbanos nem sempre foram (e em muitos casos ainda não são) entendidos como amenidades urbanas, verifica-se essa tendência nos atuais projetos para região, mesmo que certas ressalvas sejam necessárias.

---

<sup>19</sup> Costa, 2002, p 293.





Bosque Rodrigues Alves, em Belém do Pará. Fonte: o autor, 2007.

### 3.2 PARQUES URBANOS E WATERFRONTS AMAZÔNICOS

O parque urbano brasileiro, ao contrário do seu congêneres europeu, não surge da urgência social de atender às necessidades das massas urbanas da metrópole do século XIX. O Brasil do século passado (XIX) não possuía uma rede urbana expressiva, e nenhuma cidade, inclusive a capital, o Rio de Janeiro, tinha o porte de qualquer grande cidade européia da época, sobretudo no que diz respeito à população e área. O parque é criado, então, como uma figura complementar ao cenário das elites emergentes, que controlavam a nova nação em formação e que procuravam construir uma figuração urbana compatível com a de seus interlocutores internacionais, especialmente ingleses e franceses.<sup>20</sup>

Os primeiros parques amazônicos não fogem a essa regra e, talvez mais que aqueles construídos nas principais capitais do país, foram elaborados segundo um projeto de remodelação urbana identificada plenamente com as aspirações de uma elite emergente. A riqueza rapidamente acumulada pela exportação da borracha, associada à necessidade de modernização das capitais regionais que recebiam toda sorte de investidores e viajantes, formaram um cenário ideal para um acelerado processo de renovação, cujo contexto foi descrito brevemente no capítulo anterior. Da *Belle Époque* amazônica, restaram registros impressionantes de realizações urbanísticas para a época e o lugar em que se davam, assim como padrões de planejamento urbano e políticas públicas, cujos ecos reverberam até hoje com novos acordes.

A rapidez com que se processaram as transformações na cidade foi como instalar uma *vitrine*, considerando que uma das maiores preocupações daquele momento era a aparência da capital, portanto a Manaus da *Belle Époque*, com seus *boulevards* iluminados, seus bondes elétricos transitando nas avenidas, as mesas no *trottoir* e seus costumes cosmopolitas, pode ser sintetizada na imagem de uma *vitrine* – *La belle vitrine* que deixava exibir uma aparência civilizada e progressista. Estes artifícios

<sup>20</sup> Macedo e Sakata, 2002, p16.

denunciavam-se através do aspecto cenográfico que a cidade assumia premeditadamente para seduzir viajantes e iludir a população. Ainda hoje, esta é a tática aplicada por parte dos administradores públicos, no entanto, pode-se interpretar essa *vitrine* como reflexo das necessidades do momento, ainda que parte delas fossem artificialmente criada, ou reivindicada por uma população que era muito pouco nativa.<sup>21</sup>

Tal processo, também experimentado por Belém, que por um lado gerava um cenário moderno e exuberante, por outro alimentava desigualdades entre classes, através de um claro plano de exclusão, segregação e controle social, conforme demonstrado anteriormente. Embora nosso recorte temporal não contemple diretamente o ciclo da borracha, é interessante identificar origens e permanências de certas práticas e de certos discursos atuais, cuja forma de novidade encobre modos de atuação já bem conhecidos. Ainda hoje, as políticas de remodelação urbana das capitais amazônicas se alimentam desse anseio de modernidade importada e do marketing urbano, direcionado ao incremento do turismo e dinamismo de economias locais estagnadas. Embora atualmente, a centralidade ecológica tenha conferido contornos bem particulares a estes discursos, que buscam valorizar aspectos regionais, percebe-se que, em muitos casos, apenas o fazem superficialmente.

Conforme demonstraremos com mais profundidade no caso de Belém, de fato, tais discursos procuram valorizar a cultura ribeirinha e indígena, assim como os recursos naturais amazônicos, através de projetos que busquem promover um “resgate” simbólico desses valores. Entretanto, é importante relativizar esses objetivos. Primeiro, porque se alinham a uma demanda global de valorização do espaço amazônico diante de sua importância biosférica, inserida dentro do debate ecológico mundial. É claro esse discurso não pode ser levemente desqualificado, dado que grande parte dele é legítimo. Mas é importante recordar que, freqüentemente, são utilizados como ferramentas de marketing que buscam alinhar as cidades ao ideário ecológico contemporâneo, assim como antes se fazia nos anos áureos da borracha sob outras roupagens. Em segundo lugar, porque as práticas nem sempre correspondem aos discursos, sendo que muito do discurso do “resgate”, seja dos valores ribeirinhos, seja da natureza

perdida, tornam-se somente um mote para justificar novos espaços elitistas, através de processos de gentrificação e segregação espacial. E por último, quando tais discursos não são utilizados com segundas intenções, muitas vezes são notadamente paradoxais, a exemplo do resgate de valores que nunca existiriam, pelo menos no meio urbano, e de restabelecimento de relações com a natureza nunca antes experimentadas pelas cidades amazônicas, num claro movimento de tendências românticas e naturalistas, no sentido atribuído por Rosset ao termo.

Se muitas semelhanças podem ser encontradas quanto ao conteúdo dos projetos urbanos da *Belle Époque* e, principalmente, aos processos intrínsecos, outras diferenças aparecem, quanto à forma e ao programa de tais intervenções, acompanhando o desenvolvimento dos parques do restante do país.

O parque é, no Brasil do século XIX da *Belle Époque*, um grande cenário, um elemento urbano codificador de uma modernidade importada, totalmente alheio às necessidades da massa urbana contemporânea de então, que usufruía de outros espaços, como terreiros e várzeas, conforme se observa nas crônicas da época.<sup>22</sup>

As praças e parques, implementados no início do século XX em Belém, é um dos mais significativos e completos exemplos do país. Embora ambas as capitais regionais da época (Belém e Manaus) tenham sido alvo de políticas de melhoramentos e embelezamento urbano, juntamente com a construção de equipamentos culturais e edifícios públicos notáveis, a capital paraense implantou um sistema de praças e parques, capazes de rivalizar com qualquer capital brasileira do período.

O longo período de estagnação econômica, no qual mergulhou a Amazônia após o declínio da borracha, interrompeu os investimentos em infra-estruturas urbanas, colocando a região à margem das experiências urbanísticas e paisagísticas vivenciadas pelo restante do país. As cidades amazônicas passaram praticamente alheias ao ideário modernista, que culminou com a cidade-parque corbusiana em que se instalou a nova capital. Seria necessário aguardar mais de meio século para que os projetos de remodelação urbana voltassem novamente

<sup>21</sup> Mesquita, 1999, p 328.

<sup>22</sup> Macedo e Sakata, 2002, p 24.

à pauta amazônica. Entretanto, essa longa espera valeu-se das experiências e padrões consolidados no restante do país, agregando a eles novas questões, mais conscientes das necessidades sócio-ambientais, e novos conteúdos programáticos, mais complexos e voltados para as demandas das massas, e não somente restritos à elite.

Nesse período, tanto o programa quanto a forma dos projetos para parques alteraram-se profundamente, incorporando novas funções, diversificando seus conteúdos e recursos estilísticos. A partir dos anos 50, a estrutura morfológica é radicalmente simplificada, o esporte é valorizado e a possibilidade de lazer cultural é aventada, com a criação de simulações de teatros de arena, museus e bibliotecas. São totalmente abandonados os objetos pitorescos e a composição romântica<sup>23</sup>, substituindo-os por uma nova linguagem, modernista e, ao mesmo tempo, valorizando características nacionais, cujo exemplo mais emblemático foi o Parque do Flamengo, consolidando o caráter interdisciplinar e multifuncional do parque moderno, além do paisagismo tropical de Roberto Burle Marx.

A multiplicação do parque público pela cidade brasileira se dará somente a partir do final dos anos 60, quando se inicia um processo de investimento público sistemático na criação de parques, não mais voltados exclusivamente para as elites. Muitas municipalidades estruturam parte de seu *marketing* na criação de áreas verdes públicas.<sup>24</sup>

O modelo de parques que se consolidam no decorrer dos anos setenta, apresenta, além das características programáticas difundidas pelo parque moderno, novos conceitos, alinhados à revitalização de áreas urbanas ociosas e degradadas, e à preservação e recuperação do meio ambiente natural, reflexo do discurso ecológico. Neste sentido, o valor atribuído às águas urbanas, sejam elas fluviais ou marítimas, adquirem maior importância, especialmente nos modelos difundidos na Amazônia. Inicialmente, essa nova visão em relação às águas é refletida em uma nova tipologia de projeto, cuja principal característica é a requalificação espacial das orlas marítimas, atendendo uma mudança comportamental em voga desde o início do século.

<sup>23</sup> Macedo e Sakata, 2002, p 35.

<sup>24</sup> *Ibid*, p 37.



Praça Batista Campos, na *Belle Époque* de Belém. Fonte: [www.skyscrapercity.com.br](http://www.skyscrapercity.com.br)



Praça França (atual Praça do Estivadores), em Belém, anos 40. Fonte: [www.skyscrapercity.com.br](http://www.skyscrapercity.com.br)

O século XX marca definitivamente um novo espaço urbano para o lazer, a orla oceânica, para onde vão as famílias mais abastadas, em princípio para a recreação e depois para a moradia definitiva. (...) A praia de Copacabana passa, de fato, a ser um dos primeiros parques-praias do país, sendo utilizada pela população para o banho, o lazer o piquenique e o jogo. (...) Com o passar do tempo e a incorporação de novas formas de uso derivadas de exigências sociais diferenciadas do início do século, esse tipo de organização espacial é requalificado e substituído por posturas projetuais mais utilitaristas. Tais posturas privilegiam as atividades esportivas e pontos de encontro como quiosques e restaurantes, que exigem, naturalmente, espaços menos ajardinados.<sup>25</sup>

A entidade calçadão-parque torna-se uma característica bem própria do país. Apesar de admitir alguns elementos decorativos de influencia nitidamente externa e pós-moderna, como pórticos, essa figura urbana possui princípios projetuais mais ou menos similares em todos os pontos do país.<sup>26</sup>

De fato, o calçadão litorâneo tornou-se uma tipologia urbana encontrada de norte a sul do Brasil, não somente no litoral oceânico, como reinventada nas orlas fluviais dos grandes rios do interior, cujo exemplo mais significativo é a Praia de Ponta Negra, às margens do Rio Negro, em Manaus.

Entretanto, ainda seria necessário mais tempo para que a percepção ambiental dos rios urbanos se tornasse uma ferramenta projetual capaz de influenciar novos projetos, alinhando-os com os preceitos ecológicos em voga. Durante muitos anos, o tratamento dado aos inúmeros córregos e pequenos cursos d'água que cortam as cidades amazônicas, alimentando os grandes rios, restringiu-se a concebê-los como um amplo sistema de drenagem pluvial, e freqüentemente de esgotamento sanitário, renegando seu potencial paisagístico e cultural, assim como os problemas ambientais decorrentes de práticas tais como a retificação dos canais, a impermeabilização de suas margens ou a ocupação irregular.

---

<sup>25</sup> Macedo e Sakata, 2002, p 32.

<sup>26</sup> Ibid, p 51.

Seja cruzando a cidade ou passando ao largo dela, é muito difícil para um rio, principalmente os pequenos rios e córregos, atravessar o tecido urbano. A base desta dificuldade se situa, de um modo geral, principalmente numa visão dos rios enquanto estrutura de saneamento e drenagem urbanas. Os conflitos entre processos fluviais e processos de urbanização tem sido de um modo geral enfrentados através de drásticas alterações na estrutura ambiental dos rios, onde, em situações extremas, chega-se ao desaparecimento completo dos cursos d'água da paisagem urbana.<sup>27</sup>

Somente na década de noventa pôde-se observar mudanças significativas no tratamento das águas, seja em relação aos grandes rios ou aos inúmeros córregos do tecido urbano amazônico. Entretanto, ainda hoje se podem encontrar as tradicionais soluções da engenharia hidráulica da década de 70, convivendo com novas abordagens projetuais, mais conscientes dos valores culturais da Amazônia, profundamente influenciados por suas águas e a vida que desliza por elas. Embora os estudos das águas urbanas sejam hoje um tema recorrente, amplamente estudado no campo do urbanismo, é importante particularizá-lo no ambiente amazônico, algo que nem sempre ocorre quando se importam para região soluções experimentadas em um contexto diverso, sem as necessárias adaptações. A água, na Amazônia, assim como a floresta, possui valores culturais específicos e um papel preponderante no cotidiano do amazônida. E qualquer análise sobre a região deve contemplar essa dominante, principalmente diante do tema de estudo aqui proposto.

A água está em toda a parte: elemento primordial e matéria-prima de todas as possibilidades de existência. Na Amazônia, no entanto, essa onipresença assume uma visibilidade absurda, quase irreal, que nos transmuta em seres aquáticos. É ela e sempre ela, que comanda a cena. Seja na forma do "rio-estrada" que rasga a floresta, serpenteando por dezenas, às vezes, centenas de quilômetros, seja na forma do "rio-mar" que se alarga até a linha

---

<sup>27</sup> Costa, 2006, p 10.

do horizonte, ou, ainda, na forma da chuva tropical que desaba, impiedosa, sobre nossas cabeças.<sup>28</sup>

Os rios na Amazônia constituem uma realidade labiríntica e assumem uma importância fisiográfica e humana excepcionais. O rio é o fator dominante nessa estrutura fisiográfica e humana, conferindo um ethos e um ritmo à vida regional. Dele dependem a vida e a morte, a fertilidade e a carência, a formação e destruição de terras, a inundação e a seca, a circulação humana e de bens simbólicos, a política e a economia, o comércio e a sociabilidade. O rio está em tudo.<sup>29</sup>

Quando os autores acima citados afirmam a onipresença das águas na região, não se referem tão somente à vida ribeirinha, cabocla, ou daqueles que dependem diretamente dos ritmos naturais. Essa onipresença inclui, obviamente, os núcleos urbanos. Aliás, mais que em qualquer outra região brasileira, a história da cidade na Amazônia está intimamente ligada aos rios que as banham, como foi explanado no capítulo anterior. Possuem um papel decisivo na sua fundação e desenvolvimento, permeiam o imaginário de seus habitantes, assim como as políticas públicas de seus governos, mesmo que de formas paradoxais.

Temos, assim, a paisagem natural, decisivamente marcada pela presença abundante das águas, pela extraordinária luminosidade equatorial, pela exuberância da vegetação amazônica, juntamente com a paisagem arquitetônica e humana, reunidas numa única idéia (imagem) de cidade.<sup>30</sup>

Dessa imagem aquática, na qual submergem as cidades amazônicas, começam a emergir novas concepções de projeto urbano, em busca de velhos valores e símbolos bem conhecidos pelos seus habitantes nativos. De fato, observa-se uma tendência nos atuais projetos de intervenção urbana, mesmo que se limite ao discurso em alguns casos, de resgate de valores culturais regionais e de preservação do patrimônio natural, com especial atenção às águas urbanas.

<sup>28</sup> Duarte, 2006, p 177.

<sup>29</sup> Loureiro, 2001, p 125.

<sup>30</sup> Duarte, 2006, p 181.

Neste sentido, multiplicam-se os projetos de parques ditos ecológicos, parques lineares ao longo dos grandes e pequenos cursos d'água, e de projetos de revitalização dos núcleos históricos a beira-rio, verdadeiros waterfronts de água doce, através dos quais se pretende dar forma a uma nova (ou velha) relação entre a cidade e a água. Entretanto, como verificaremos adiante, nem sempre essa relação é "resgatada" inteiramente por esses espaços intermediários, justamente por não contemplarem a real dimensão dessa interação, reduzindo-a, freqüentemente, a uma visão contemplativa, passiva, muito distante da profunda vivência experimentada pelos amazônidas com seus rios ao longo dos séculos.

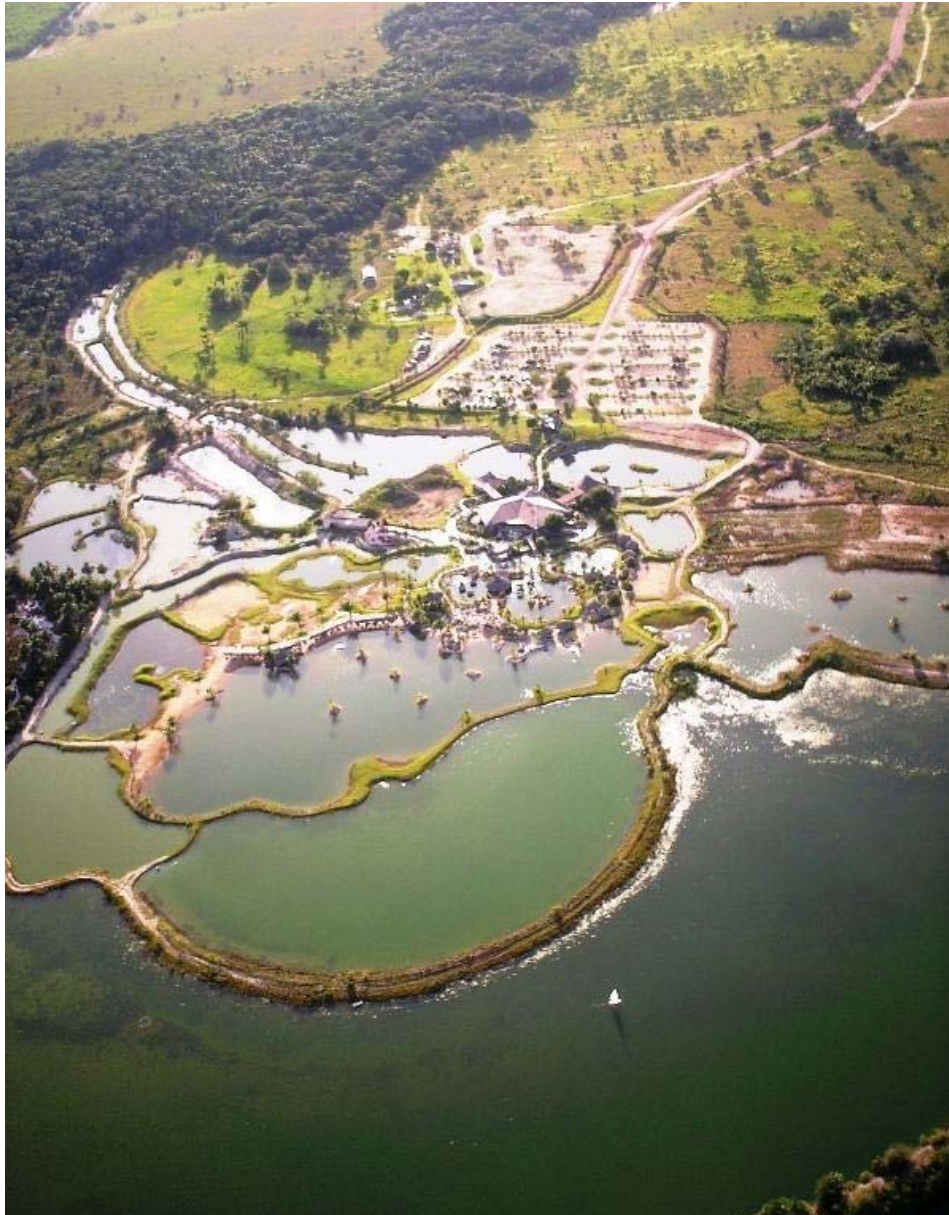
Engana-se, porém, quem pretende enxergar água e cidade como coisas diferentes, separadas uma da outra pela orla do rio. (...) Mais do que emoldurar ou circunscrever a cidade, as águas grandes misturam-se com ela a ponto de não se poder mais distinguir com segurança o que é água e o que é cidade.<sup>31</sup>

Esta paisagem líquida, fluida, descrita por Cristovão Duarte, ainda não foi plenamente absorvida pelo planejamento e desenho urbanos. Observar-se-á nos subcapítulos seguintes, que muitos dos recentes projetos para parques e orlas da região ainda refletem uma idéia de natureza romantizada, estática, contemplativa, mesmo quando proclamam a sua preservação e dos seus valores intrínsecos, renovando antigas ambivalências. Entretanto, também é visível, pelo menos no que concerne aos projetos deste tipo, que em muito se tem avançado em termo de formas e conteúdos que objetivam uma maior harmonia entre cidade e natureza. A água, sendo um dos seus elementos dominantes, tanto para a Amazônia, como para os projetos de parques, é um aspecto fundamental da análise, devido a sua capacidade de expor a visão de natureza vigente, principalmente na análise formal dos projetos. Obviamente, não é a única, necessitando uma análise conjunta com outras questões sociológicas, econômicas, políticas e paisagísticas.

Retomando Milton Santos, é importante avaliar tais projetos quanto à sua forma como também ao seu conteúdo, categorias analíticas principais e dialéticas, das quais derivam outras. Com relação à forma, é particularmente importante o tratamento dado às águas, à vegetação e à fauna, enfim, aos elementos naturais

<sup>31</sup> Ibid.

como um todo, seja em relação à preservação de áreas nativas remanescentes ou à sua reprodução paisagística no ambiente urbano. A relação desses projetos com seu entorno, sua contextualização no meio urbano, assim como a acessibilidade, tanto física quanto visual, também configuram importantes aspectos a serem considerados na análise. No que diz respeito aos conteúdos, vale destacar os objetivos das intervenções, os propostos e os alcançados, através dos discursos dos atores envolvidos, quando possível identificá-los, e das práticas projetuais adotadas. As funções acolhidas pelos projetos, o conteúdo programático (turismo, preservação do patrimônio histórico ou natural, lazer esportivo e cultural, educação ambiental, transporte, etc...) e a influência de modelos consagrados (o calçadão litorâneo, o waterfront marítimo, os parques ecológicos, o parkway, etc...), assim como sua releitura no espaço amazônico, são aspectos a serem igualmente apreciados. Por fim, vale destacar a avaliação da participação dos diferentes atores e respectivos valores culturais envolvidos no planejamento urbano, na gestão desses espaços, além dos custos e benefícios distribuídos aos diferentes grupos sociais. Esta última questão será melhor exemplificada pelo caso de Belém, devido à disposição de uma bibliografia pautada em recentes estudos que tratam diretamente do tema.



Vista aérea do Parque Temático Aqua Mac, em Boa Vista. Fonte: [www.skyscrapercity.com.br](http://www.skyscrapercity.com.br)

### 3.3 – NATUREZAS ARTIFICIAIS

Todo esforço que visa escapar do artifício nele recai com avidez, provocando uma acentuação do artifício, isto é, uma construção mais artificial que o artifício que se queria aniquilar. (...) Esse retorno forçado do artificial provoca uma inevitável elisão no artificial: pois o artifício, sem deixar de ser artificial, se disfarça de natureza graças aos cuidados da preparação naturalista, multiplicando o seu caráter não-natural por uma paródia da natureza que o torna “artificial”, precisamente no sentido pejorativo que o naturalismo quer vincular à noção de artifício.<sup>32</sup>

De posse dessa advertência de Clément Rosset, os primeiros projetos aqui analisados correspondem justamente àqueles em que o naturalismo declarado na superfície encobre práticas artificialistas na profundidade. A natureza, não suficientemente natural, é reproduzida, ou reconstruída, segundo a idealização naturalista, tal qual os pintores do século XVIII o faziam quando, diante de uma natureza degradada, perdida, tentavam, paradoxalmente, resgatá-la através do artifício que condenavam.

O uso “naturalista” do artifício não está ligado a uma exaltação, mas a uma depreciação da natureza. (...) Introduzir no mundo um pouco mais de ordem e necessidade que a encontrada “naturalmente”, eis o objetivo geral da estética naturalista, da prática naturalista do artifício, que recusa tanto o artifício quanto o real.<sup>33</sup>

Obviamente, esse paradoxo está na essência dos projetos para parques como um todo, cuja inserção no ambiente urbano buscava, pelo menos nos seus primórdios, resgatar uma natureza então “ausente” no espaço da cidade. Entretanto, assim como a idéia de natureza muda segundo as épocas e os homens, as práticas naturalistas resultam em diferentes formas e paisagens. Na Amazônia, onde a vitalidade da ilusão naturalista está em recrudescência, estas formas refletem tanto a idéia de natureza quanto a relação com ela idealizada.

<sup>32</sup> Rosset, 1973, p 21.

<sup>33</sup> Ibid, p 88-89.



Praça Batista Campos em Belém. Fonte: o autor, 2007.



Praça da República, em Belém. Fonte: o autor, 2007.



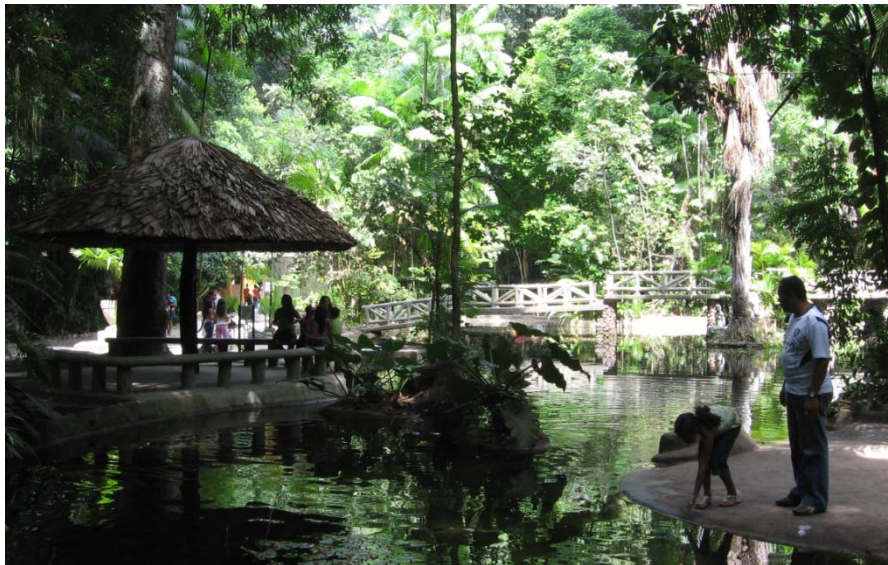
Sendo um dos reflexos das transformações derivadas da Revolução Industrial e seus paradigmas, os primeiros parques elaborados na Inglaterra estavam impregnados pelo naturalismo romântico, por um sentimento de nostalgia pastoral e recusa do caráter artificial da sociedade urbana. Ao contrário do mundo geometrizado dos jardins franceses, ícones do poder e domínio social do rei, o paisagismo da cidade industrial se alimenta da visão desta como a antítese da natureza, e não como expressão do controle humano sobre o mundo natural. O modelo do parque naturalista inglês, difundido e reinterpretado pelos demais países europeus, França inclusive, consolidou padrões paisagísticos caracterizados pelo mimetismo da natureza, segundo uma visão utópica e idealizada desta. Esse modelo cruzou o Atlântico a bordo das idéias do paisagista francês Auguste François Marie Glaziou que, a convite de D. Pedro II, reformula o Passeio Público do Rio de Janeiro, difundindo pela capital um novo padrão estético que se espalharia pelo restante do país ao longo das décadas seguintes.

A Amazônia do início do século XX não se mantém imune a essas influências que, no seu anseio de modernidade e inserção no mundo civilizado ocidental, importava padrões comportamentais, estilos arquitetônicos e modelos paisagísticos consolidados. Entretanto, as diferenças de contexto aonde se inseriam implicou em resultados que devem ser particularizados e relativizados. Durante a *Belle Époque* beleense, a imagem da cidade foi profundamente reinventada pelo sistema de praças e parques urbanos implementados pelo intendente Antônio Lemos. Embora com grande variedade de tamanhos, formas e mesmo funções, pode-se aqui delinear alguns denominadores comuns, principalmente quanto aos estilos praticados e elementos formais recorrentes, extraindo significados pertinentes à visão de natureza vigente.

Os parques e praças de Belém consolidam uma tendência nacional da época, que sobreponham duas vertentes projetuais distintas, e paradoxalmente opostas: os rígidos traçados geométricos do paisagismo francês com os traçados românticos de inspiração inglesa, amplamente difundidos pelos jardins de Glaziou. A Praça da República e a Praça Batista Campos, por exemplo, ambas apresentam soluções semelhantes. Eixos clássicos bem definidos, direcionados a pontos focais – o Teatro da Paz na primeira e um coreto eclético na segunda – cortavam caminhos sinuosos e lagos artificiais, cujo paisagismo pitoresco era salpicado por ruínas, grutas e cenários exóticos.



Bosque Rodrigues Alves, em Belém. Fonte: o autor, 2007.



Bosque Rodrigues Alves, em Belém – Lago central. Fonte: o autor, 2007.

O Bosque Rodrigues Alves é o exemplo mais emblemático desse padrão, cujo desenho parece sobrepôr em um mesmo espaço dois projetos distintos. Dois eixos ortogonais bem definidos e pontos focais escultóricos de inspiração neoclássica sobrepõem-se a um traçado sinuoso, que preservou trechos de mata amazônica remanescente, criando cenas compostas por lagos, ruínas, grutas e demais elementos cenográficos típicos do paisagismo que Glaziou havia praticado na capital. Mesmo as pontes que cortam tais cursos d'água se diferenciam, de acordo com o classicismo dos eixos principais ou com o romantismo das cenas pitorescas em que se situam. Obviamente, esse padrão paisagístico não era exclusividade da Amazônia – importante lembrar a fim de evitar conclusões equivocadas – tendo sido utilizado, por exemplo, no Jardim Botânico do Rio de Janeiro. Entretanto, é interessante notar a recorrência deste tipo de arranjo em Belém, em maior ou menor intensidade, em praticamente todos os projetos da época, afirmando a relação dialética entre natureza e artifício que já caracterizava a Amazônia, e que se condensaria nas décadas seguintes. Em um espaço, onde a exuberância e a dimensão absurda da natureza ofuscavam a retina de viajantes desavisados, o mimetismo e a idealização desta tinham resultados limitados, mesmo para uma elite como seus olhos voltados ao que se passava no velho mundo. O desejo, e até mesmo a necessidade, de um mínimo de controle espacial sobre uma natureza esmagadora, se expressava através de um híbrido entre o racionalismo e o romantismo. Estes pequenos espaços, que representavam a natureza no interior da cidade de Belém, reafirmavam as ambigüidades a serem enfrentadas pela região e pelos projetistas futuros.

O aspecto híbrido dos primeiros projetos de parques amazônicos é resultado, portanto, de demandas distintas daquelas em curso nas capitais européias. Apesar das semelhanças formais, não correspondiam a demandas sócio-ambientais da massa trabalhadora, mas a uma idéia de modernidade e progresso reivindicada por uma elite dominante, pouco consciente, ou decididamente indiferente, dos valores locais e das reais necessidades da maior parte da população. Esta, estando à margem do processo civilizatório empreendido pelos seus governantes, desfruta de outros espaços alternativos ao seu lazer e sociabilidade, cujo principal exemplo são os inúmeros balneários localizados nos córregos e igarapés na periferia das cidades.



Bosque Rodrigues Alves, em Belém – Pontes sobre cursos d'água. Fonte: o autor, 2007.

Bosque Rodrigues Alves, em Belém – Grutas, Ruínas e Aquário. Fonte: o autor, 2007.



Balneário da Ponta Negra, em Manaus, em 1986. Fonte: [www.skyscrapercity.com.br](http://www.skyscrapercity.com.br)

Estes espaços, tanto quanto os belos parques de Belém, refletem uma outra relação da sociedade urbana amazônica com o meio ambiente, mais vinculada aos valores de ribeirinhos, indígenas e caboclos. Apesar da permanência na estrutura urbana das realizações da elite gomífera, em contraposição ao desaparecimento gradual destes espaços ao longo do tempo, seja pelo avanço da malha urbana, seja pela mudança de hábitos dos cidadãos amazônicos, não se deve subestimar a sua importância. É fato de que maior parte dos primeiros balneários das principais cidades amazônicas sucumbiu ao processo de urbanização e seus efeitos negativos. Entre eles, a poluição dos cursos d'água provenientes do adensamento populacional, o uso das bacias como sistema de drenagem pluvial e esgotamento sanitário e a ocupação irregular de suas margens.

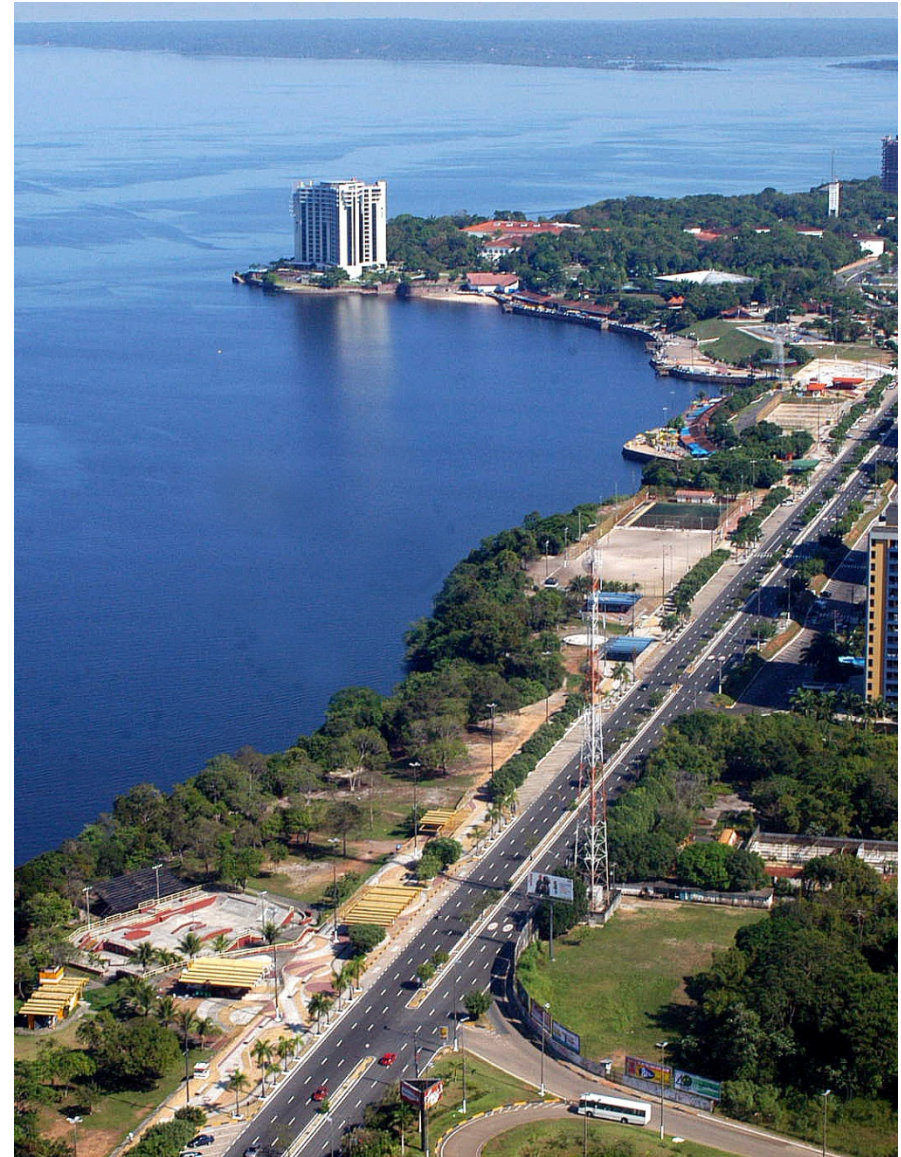
Entretanto, até hoje esses espaços existem com grande vitalidade, mesmo se situando cada vez mais distantes dos núcleos urbanos originais. Durante o longo período de estagnação por qual passou a Amazônia, quando diminuíram consideravelmente os investimentos em infra-estrutura urbana, tais espaços foram, e ainda o são, os mais vivenciados pela população nativa, mantendo viva uma relação primordial do amazônida com suas águas. Basta lembrar que grande parte dos parques a beira-rio se implantaram em antigos balneários fluviais, a exemplo do Parque da Ponta Negra, em Manaus, o mais importante deste tipo na região.

A retomada dos investimentos na área de parques urbanos, a partir dos anos noventa, se dá, primeiramente, em locais já utilizados pela população para o lazer e o entretenimento. Porém, os modelos adotados referem-se a padrões consolidados nacionalmente, cujas formas e conteúdos se distinguem do contexto amazônico, onde são reinventados, mesclando formas importadas e valores regionais. Entre esses modelos, destacam-se os consagrados parques-praias<sup>34</sup> que se multiplicavam nos litorais brasileiros a partir da experiência carioca. O "calçadão" à beira mar, a ênfase nas atividades esportivas e recreativas, a implantação de quiosques e restaurantes e a valorização da paisagem tropical são alguns dos elementos recorrentes nesta tipologia urbana, transportada ao ambiente amazônico. Que os grandes rios amazônicos, pela sua dimensão, sejam comparados a mares de água doce, é perfeitamente

<sup>34</sup> Macedo e Sakata, 2002.

compreensível e freqüentemente recorrente. Mais há diferenças essenciais quanto a real natureza de seu ecossistema, assim como aos valores culturais a eles atribuídos. No entanto, essas diferenças nem sempre foram relativizadas nos projetos amazônicos para parques a beira-rio, muita vezes convertidos em calçadões praianos com todos os elementos a que tem direito os seus congêneres marítimos, até mesmo a praia propriamente dita, seja ela natural ou não.

Um dos primeiros e mais bem sucedidos exemplos dessa releitura é o Parque da Ponta Negra, inaugurado em 1995 na cidade de Manaus. Assim como muitos dos projetos que influenciou posteriormente na região, este parque foi implantado em um balneário há muito tempo já freqüentado pelos manauaras, banhado pelas águas escuras do Rio Negro, onde uma ampla praia de areias claras é revelada no período de seca amazônica. Do projeto original de autoria de Severiano Mário Porto, arquiteto notoriamente reconhecido pela sua obra regionalista na Amazônia, muito foi desvirtuado e suprimido. Do que foi construído, pode-se perceber claramente a influência dos projetos litorâneos, principalmente quanto ao programa escolhido e a ênfase dada ao passeio à beira d'água. Entretanto, Severiano Porto, consciente que é das particularidades amazônicas e dos paradigmas por ela enfrentados, havia reinventado esta tipologia no ambiente manauara, através de diversos elementos, dos quais podemos destacar os amplos pergolados que protegeriam o calçadão do forte sol amazônico, a preservação da vegetação nativa marginal e a construção de um centro cultural, cujo projeto já anunciava as formas curvilíneas de madeira e palha consagrada pela aldeia SOS Amazonas, última obra emblemática do arquiteto na cidade. Curiosamente, esses elementos, que contextualizariam o projeto distinguindo-o dos exemplares litorâneos, foram justamente aqueles suprimidos durante a execução da obra, a despeito dos protestos do autor. Desse fato, já é possível antecipar – ou dependendo do ponto de vista histórico, reafirmar – uma tendência do poder público em importar modelos consagrados nacional e internacionalmente, renegando disfarçadamente uma paisagem e valores culturais que pretendia afirmar.



Parque da Ponta Negra em Manaus. Fonte: IMPLURB, Prefeitura de Manaus.



Trechos do Parque da Ponta negra, em Manaus. Fonte: o autor, 2007.

Apesar disso, a experiência de Ponta Negra reinaugura definitivamente uma nova etapa nos investimentos em infra-estrutura urbana, onde os projetos de parques e passeios fluviais são novamente trazidos à pauta. Praticamente todas as cidades pesquisadas possuem congêneres do parque supracitado, pelo menos em projeto, principalmente aquelas banhadas pelos grandes rios. Em Belém, Santarém, Macapá e Boa Vista, pode-se facilmente usufruir de espaços similares ao pioneiro de Manaus, com pequenas variações, resultantes de dimensões mais modestas ou da adaptação ao sítio de cada lugar.

Em 2001 foi revitalizada a orla próxima ao centro histórico de Santarém, cuja segunda fase acaba de ser concluída, embora sua forma e programa filiem-se mais aos projetos de passeios de revitalização urbana que ao Parque de Ponta Negra. Entretanto, no seu distrito de Alter do Chão, muito visitado pela sua beleza natural e conhecido por suas praias, há pouco mais de um ano teve sua orla urbanizada nos moldes do passeio fluvial, assim como a do distrito de Icoaraci, inaugurada em 2003, um dos principais pólos de produção da cerâmica marajoara de Belém. Em ambos se valoriza a paisagem do rio, através tanto do contato visual permitido pelo passeio às suas margens, como também do contato físico experimentado nas praias existentes.

Em Macapá, por exemplo, uma série de pequenas intervenções foi realizada na cidade a partir da década de noventa, totalizando hoje mais de oito quilômetros de orla urbanizada, incorporando antigos balneários e o expressivo conjunto histórico da Fortaleza São José. O ápice destas intervenções foi a revitalização deste marco histórico, contemplado com o projeto paisagístico de Rosa Kliass, ladeado por projetos de urbanização das margens do Rio Amazonas. Entre os vários trechos executados em Macapá, vale destacar aqueles que, como em Ponta Negra, redesenharam a paisagem de balneários já utilizados pela população. Tanto no balneário de Araxá, como no da Fazendinha, pode-se perceber a influência manauara e litorânea. Repetem-se o passeio a beira d'água, os quiosques, as áreas esportivas, a concha acústica e até mesmo a praia que, no caso da Fazendinha foi ampliada e aterrada com areia lavada clara, idealizada segundo a imagem do litoral brasileiro, bem diferente da original.



Orla de Alter do Chão, distrito de Santarém. Fonte: o autor, 2007.



Orla de Icoaraci, distrito de Belém. Fonte: o autor, 2007.





Diversos trechos da orla de Macapá. Fonte: o autor, 2007.



Balneários tradicionais em Porto Velho e Boa Vista. Fonte: o autor, 2007.

Aliás, a imagem idílica da praia brasileira parece ter penetrado a tal ponto o imaginário amazônico que, mesmo os balneários tradicionais, situados em córregos e igarapés periféricos, se adaptaram a este ideário. Todas as cidades amazônicas visitadas possuem balneários naturais muito utilizados pela população local, especialmente as menores, que não contam com empreendimentos vultuosos como os existentes em Belém e Manaus. Muitos desses espaços, cujo principal atividade é o banho de rio e o contato com a natureza, mantêm-se pouco alterados e com acesso limitado, especialmente pela distância e falta de transporte coletivo. Entretanto, muitos outros já foram privatizados, em maior ou menor grau, sendo alvos de investimentos gradativos com finalidade lucrativa. Duas vertentes principais deste tipo foram identificadas: uma que procura tematizar esses espaços e outra que busca uma imagem associada à praia tropical oceânica. A primeira corresponde a parques temáticos privados, com diferentes abordagens, às vezes mistas, como parques ecológicos, compostos por pequenos zoológicos e trilhas na mata, parques campestres, muitas vezes associados a hotéis fazenda, ou ainda, parques aquáticos, caracterizados por lagos represados, piscinas de água mineral, esportes náuticos e brinquedos aquáticos infantis. Estes últimos são exemplos curiosos, principalmente pela representação lúdica da natureza amazônica destinada às crianças. Com relação à segunda vertente, mantêm-se a preservação do uso original de balneário, mas com alterações significativas quanto à sua forma. Freqüentemente, quando alvo de investimentos por menor que seja, observa-se a artificialização do espaço através da incorporação de elementos exógenos, principalmente a execução de pequenas praias artificiais de areia lavada, também utilizada no leito dos rios para um maior conforto dos banhistas, salpicadas por conjuntos de coqueiros e quiosques. Uma paisagem cuja descrição corriqueira poderia facilmente confundir-se com uma praia nordestina. A prática naturalista do artifício é evidente nestes pequenos exemplos, mais recorrentes do que a princípio se poderia imaginar, principalmente numa região consagrada pela exuberância da natureza nativa.



Balneário da Fazendinha em Macapá. Fonte: o autor, 2007.



Balneários em Boa Vista. Fonte: o autor, 2007.



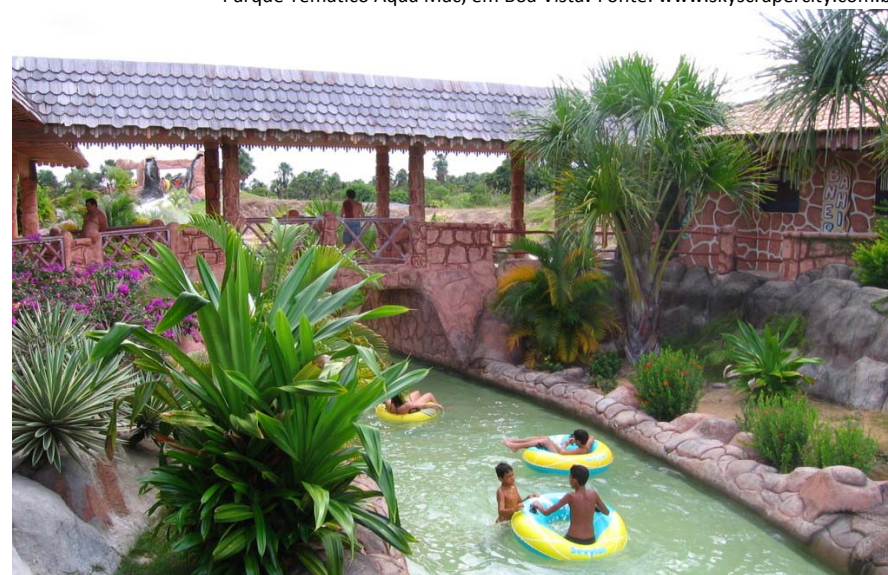
Parque Eco Park, em Boa Vista. Fonte: o autor, 2007.



Parque Temático Aqua Mac, em Boa Vista. Fonte: www.skyscrapercity.com.br



Parque Temático Aqua Mac, em Boa Vista. Fonte: www.skyscrapercity.com.br



Parque Temático Aqua Mac, em Boa Vista. Fonte: www.skyscrapercity.com.br

Seguindo essa tendência, vale citar mais alguns casos emblemáticos da prática naturalista encontrados na cidade de Boa Vista, onde o estigma de cidade planejada parece reforçar o artificialismo das formas. Aliás, um dos primeiros e maiores parques amazônicos foi aí construído na década de 70, anterior mesmo ao de Ponta Negra: o Parque Anauá. Embora tenha sido posteriormente alterado e tido seu programa ampliado, pode-se notar no paisagismo adotado a abordagem citada no parágrafo anterior, relativa à influência da imagem da praia litorânea. Apesar de não estar situado à margem de nenhum grande rio ou corpo d'água de porte, represou-se um pequeno córrego, formando um amplo lago artificial, com sua pequena praia, também artificial, sombreada por coqueiros e cajueiros. Acrescenta-se a esse cenário exótico, espaços dedicados a grandes eventos populares e um pequeno parque aquático.

Atualmente, apesar de ser uma das menores capitais da Amazônia, Boa Vista dispõe de um dos maiores sistemas de praças e parques da região, tanto em quantidade quanto em dimensão dos espaços. A grande maioria é dedicada às práticas esportivas, contando inclusive com uma recém inaugurada vila olímpica. Entretanto, são nos espaços dedicados ao turismo onde residem os artifícios mais interessantes. Seguindo a tendência de renovação dos espaços a beira-rio experimentada nas demais cidades amazônicas, Boa Vista construiu recentemente sua versão de passeio fluvial às margens do Rio Branco, a Orla Taumanan, inaugurada em 2004. Como a topografia íngreme da margem e a densa vegetação não permitiam um típico passeio a beira-rio, com o contato próximo à água e a vista livre, a solução adotada driblou a situação existente através da construção de duas amplas plataformas de concreto que se projetam sobre o rio, conectadas por um passeio suspenso. Diante da inexistência do sítio ideal para implantar um passeio convencional, inventou-se um. Embora o uso de plataformas e piers sejam elementos recorrentes nestes espaços, vale lembrar que normalmente são tratados como projeções pontuais sobre a água, estabelecendo um contraponto com a linearidade da orla. No caso da Orla Taumanan, o passeio inteiro está suspenso e seu tratamento paisagístico indica que o objetivo não era estabelecer um contraponto, mas reproduzir um terreno artificial onde, habitualmente, se implantaria os canteiros sinuosos com a vegetação arbustiva que ali se encontra. Na Boa Vista planejada, símbolo da presença humana na região, artificializa-se a natureza sem o menor constrangimento ou cuidado em apagar os vestígios do artifício.



Parque Anauá, em Boa Vista. Fonte: [www.boavista.rr.gov.br](http://www.boavista.rr.gov.br) e o autor, 2007.



Orla Taumanan, em Boa Vista. Fonte: [www.boavista.rr.gov.br](http://www.boavista.rr.gov.br) e o autor , 2007.

Aliás, Boa Vista é uma das raras cidades amazônicas onde podemos encontrar projetos paisagísticos que poderíamos qualificar de artificialistas, no sentido que Rosset atribui ao termo, ou seja, que aceita o artifício sem a nostalgia naturalista, tal quais os parques parisienses realizados nos últimos anos.

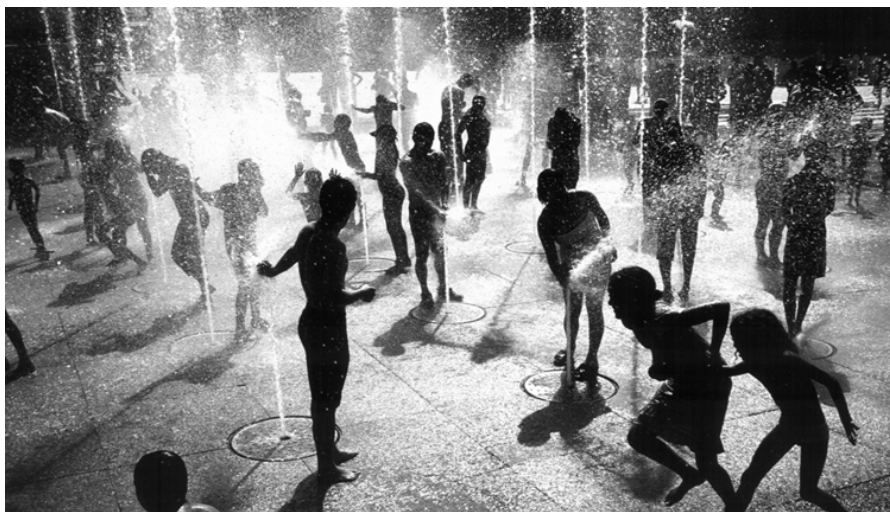
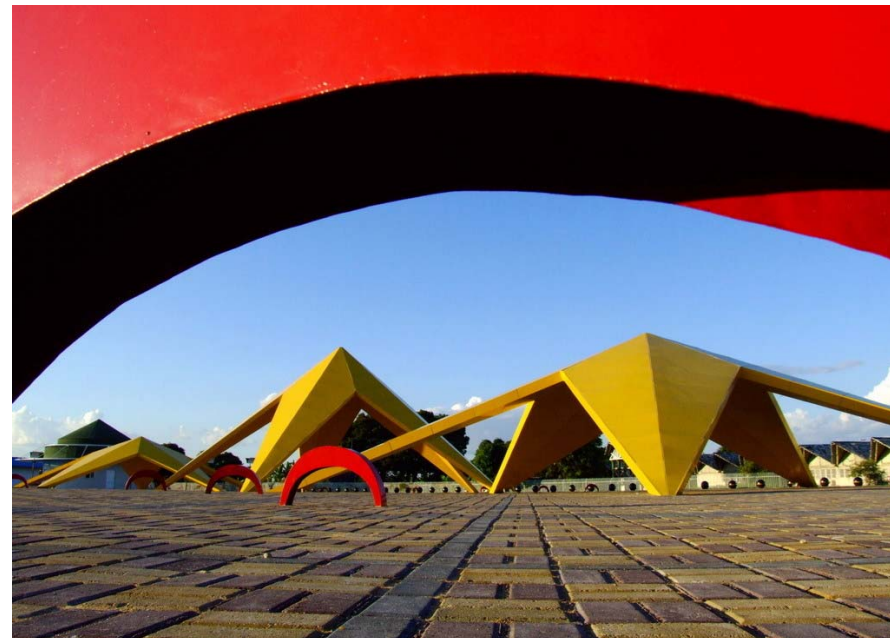
Uma abordagem diferente de desenho de novos parques está emergindo em cidades européias como Paris e Barcelona. Aqui, os novos espaços livres não são uma tentativa de retomar uma atmosfera rural dentro da cidade, tampouco eles recriam ou mantêm a natureza selvagem. Ao invés disso, são lugares onde a cidade é novamente incorporada ao parque.<sup>35</sup>

Guardada as devidas proporções entre os parques de Boa Vista e os de Paris, a Praça das Águas a Praça das Fontes Luminosas, ambas integradas ao Complexo Poliesportivo Ayrton Senna, são exemplos dessa abordagem simbólica. Na primeira, onde se situa o Portal do Milênio, um arco moderno em homenagem à virada do século XXI, as águas são tratadas segundo um desenho abstrato, com pouco uso da vegetação, que geralmente ocupa lugar de destaque nos projetos amazônicos. Mais conceitual ainda é a abordagem da Praça das Fontes, provavelmente o único projeto paisagístico da Amazônia onde uso da vegetação é praticamente suprimido. Localizado entre um ginásio poliesportivo e piscinas públicas, é composto por uma ampla superfície pavimentada sob a qual se assentam elementos escultóricos abstratos, em cujo centro se localiza o seu maior atrativo, uma série de fontes iluminadas que brotam do piso, para o deleite de crianças e adultos, numa experiência lúdica com a água, tal qual a experimentada no Parc André Citroën em Paris. Em nenhum outro exemplar amazônico analisado constatou-se tal nível de abstração formal como nesse espaço, chamado curiosamente pela população de praça virtual, como se a ausência dos elementos convencionais de um parque não permitisse o seu reconhecimento como tal pelo imaginário popular. Entretanto, a despeito da artificialização formal de seu desenho, poucos espaços conseguem promover esta profunda experiência sensorial com a natureza, através de um dos seus elementos mais significativos na Amazônia: a água.

<sup>35</sup> Costa, 1993, p 87. "A different approach for the design of new parks is emerging on other European cities such as Paris and Barcelona. Here, the new open spaces are not an attempt to bring rural atmosphere into the city, nor do they recreate or maintain wildlife. Rather, these are places where the city is brought back to the park." (tradução do autor).



Praça das Águas e Portal do Milênio, em Boa Vista. Fonte: o autor, 2007.



Parc André Citroën, em Paris. Fonte: [www.gardener.ru](http://www.gardener.ru) e [www.artlimited.net](http://www.artlimited.net)



Praça das Fontes Luminosas (Praça Virtual), em Boa Vista. Fonte: [www.boavista.rr.gov.br](http://www.boavista.rr.gov.br)



Tal artifício pode produzir natureza e, inversamente, a natureza pode degradar-se e produzir espontaneamente artifício: insolúvel contradição que permite à natureza não ser sempre natural, e ao artifício ser às vezes natural. (...) Esse paradoxo é inerente ao naturalismo e parece ser tão antigo quanto a própria idéia de natureza. (...) No mais, esse paradoxo não constitui uma contradição senão aparente, já que inexiste a instância que se supõe que ele contradiga: a idéia de natureza. Por nunca ter sido honrada com uma definição, todas as proposições concernentes à natureza destinam-se a uma indefinida compossibilidade, mostrando-se apenas contraditórias graças à ilusão de existir alguma coisa realmente pensada sob o conceito de natureza. Os jogos da natureza desnaturalizada e do artifício naturalizante não são jogos contraditórios porque não comprometem nenhum conceito: indicam um silêncio conceitual.<sup>36</sup>

---

<sup>36</sup> Rosset, 1973, p 22-23.



Guindaste da Estação das Docas, em Belém do Pará. Fonte: o autor, 2007.

### 3.4 – ARTIFÍCIOS NATURALIZADOS

Este segundo grupo de projetos analisados não se diferencia totalmente, pelo menos em conteúdo, daqueles que acabamos de descrever. As práticas naturalistas do artifício estão presentes, assim como o paradigma naturalista moderno. Entretanto, refletem um movimento com sentido oposto, em direção a um ideal de natureza semelhante. Nos casos referenciais anteriores, percebe-se uma tendência de artificialização do meio ambiente natural, seja por uma necessidade de controle e afirmação humana diante da pujança amazônica, seja pela ilusão naturalista em busca de uma natureza perdida, degradada ou idealizada, que cabe ao artifício resgatar, ou recriar. Enquanto estes projetos, ao se deparem com uma natureza “pouco natural”, optam por “melhorá-la”, segundo valores culturais e objetivos diversos, os projetos a seguir descritos, diante de espaços plenamente urbanizados e modificados pelo homem, buscam naturalizar o artifício. As formas derivadas destes dois movimentos são, de fato, muito distintas, embora ambas procurem amenizar, ou até mesmo eliminar, a marcante ambivalência amazônica entre natureza e artifício.

Tais projetos se formalizaram numa tendência mundial de revitalização de zonas urbanas obsoletas ou degradadas, associada a uma constante valorização cultural dos atributos naturais da cidade, em especial as águas urbanas. Incluem-se tanto os projetos para waterfronts marítimos e fluviais como os de revitalização do patrimônio histórico e cultural, conforme descritos anteriormente. Adquirem, porém, contornos peculiares na Amazônia, onde natureza e história se confundem facilmente.

A relação histórica entre cidades e os rios na Amazônia apresenta uma forte dimensão geográfica, responsável por expressar material e simbolicamente em suas paisagens e em seus espaços – concebido, vivido e percebido (Levfebrve, 1974) – determinadas particularidades construídas através de uma multiplicidade de usos e de formas de apropriações, (...). Idílica e dramaticamente, as formas e os conteúdos dessas paisagens e destes espaços são transformados em razão da articulação / implicação contraditória e complementar entre pressões de ordens distantes e as necessidades irredutíveis de ordens próximas, reunidas nas

múltiplas práticas humanas que lhes atribuem significados diversos, por vezes presentes, por vezes ausentes.<sup>37</sup>

A mudança de visão em relação tanto à natureza quanto à história pode ser descrita conjuntamente através da mudança de visão em relação às águas amazônicas. As primeiras cidades coloniais portuguesas, que surgiam às suas margens, seguiam princípios de estratégia geopolítica em busca do controle e defesa do território, cujo principal exemplar foi Santa Maria de Belém do Grão-Pará, fundada sobre uma estreita faixa de terra entre a Baía do Guajará e um terreno pantanoso que, por sua vez, direcionou a expansão da cidade ao longo de sua orla, retardando por muito tempo a interiorização da malha urbana. Esta só se iniciara no final do século XVIII com os primeiros trabalhos de drenagem e aterramento, e se intensificaria durante o ciclo da borracha, com a visão higienista e embelezadora de Antonio Lemos, também responsável pelo primeiro movimento de investimentos e reestruturação espacial na orla da cidade, a exemplo da instalação do Porto de Belém e da construção do mercado de ferro do Ver-o-Peso.

Historicamente, a implantação de Belém tem uma característica de proximidade e coexistência com a rede hidrográfica. Não se deve avaliar este dado estritamente pela visão da existência pura e simples do recurso natural, disponível no sítio físico, e destinado ao aproveitamento funcional de suas potencialidades, (...). A implantação da cidade, com suas motivações de ordem colonizadora e militar, foi condicionando relações de produção, formas de intervenção no território, elementos da cultura regional, adaptações nas tipologias arquitetônicas européias e diversas formas de produção de cultura, em relação à natureza.<sup>38</sup>

Na década de 1970, a atuação do Regime Militar, através da sua racionalidade instrumental e necessidade de domínio sobre o meio amazônico, difundiu diferentes usos e funções na orla, além de técnicas de drenagem e saneamento urbano que se sobrepunham aos cursos d'água, cujos efeitos negativos já foram brevemente descritos. O crescente domínio acumulado sobre a natureza e suas

águas, desde o período pombalino, associados a novas práticas e usos implantados ao longo do século XX, resultaram no final dos anos oitenta em uma Belém cuja orla estava completamente tomada por atividades portuárias de diferentes portes e funções (transporte de passageiros e mercadorias), por pequenas indústrias e comércio de toda sorte, pela marinha, por atividades pesqueiras, e por precárias ocupações irregulares de grupos socialmente excluídos, dispostos ao longo dos igarapés, muito deles canalizados, como parte de um sistema de drenagem artificializado em que se tinha convertido a bacia hidrográfica urbana. Soma-se a esse quadro a decadência e esvaziamento do centro da cidade, e a ausência de políticas sistemáticas de controle do uso e ocupação do solo na orla fluvial. Na década de noventa, entretanto, o crescente adensamento urbano vem acompanhado de uma renovada valorização dos espaços centrais que, apesar do relativo abandono, possuíam uma infra-estrutura existente capaz de atender rapidamente à demanda por novos espaços, cada vez mais disputados.

Considerando o rio e baía como continentes e conteúdos de processos, Ponte<sup>39</sup> afirma que todas essas formas de uso denotam a historicidade das formas de aproveitamento e da abordagem da situação de proximidade com eles, especialmente as mais recentes. Também é importante recordar a existência de temporalidades distintas convivendo neste mesmo espaço, e até mesmo diferentes dimensões de realidade<sup>40</sup> que, como verificaremos, nem sempre serão levados em conta pelas políticas públicas.

Paralelamente a esse contexto que se desenrolava na cidade de Belém, assim como em outras cidades do norte do país, novos movimentos de renovação urbana, tanto no exterior como também no Brasil, consolidavam modelos que em breve teriam sua releitura amazônica. Entre eles, destaca-se o já citado waterfront marítimo, pautado na revitalização de zonas portuárias degradadas, na valorização do patrimônio histórico e da relação entre a cidade e a água. Na Amazônia, este conceito incorpora-se ao ecologismo em voga e à valorização da cultura local, particularizando o discurso e as formas adotadas, numa curiosa associação do culturalismo historicista com o discurso ambientalista.

<sup>37</sup> Trindade Jr, Silva & Malheiros, 2005, p 9.

<sup>38</sup> Ponte, 2004, p 35

<sup>39</sup> Ibid.

<sup>40</sup> Pádua, 2000, p 798.

Marcondes nos recorda que tais intervenções não pressupõem, a princípio, a integração entre cidade e meio ambiente, mas a incorporação do meio natural, através de seus diferentes elementos, ao projeto urbano<sup>41</sup>. Entretanto, no caso amazônico, cuja potencialidade do discurso ecológico é elevada à décima potência, os waterfronts fluviais buscam igualmente a imagem desejada de harmonia e integração entre cidade e natureza. Diferentemente de seus congêneres europeus, e mesmo brasileiros, não tem como principal objetivo a revitalização do patrimônio histórico e renovação urbana, sem dúvida muito importante, mas (re)estabelecer uma relação primordial da cidade amazônica com suas águas, enfim, com a natureza, mesmo que em muitos casos se limite ao discurso. Pode parecer demasiado forçada tal afirmação, diante da quantidade de recursos destinados à revitalização de sítios históricos na Amazônia nos últimos anos. Mas vale lembrar que o principal mote do discurso político em torno da renovação da orla de Belém, por exemplo, não é a restauração de seu patrimônio histórico, mas a abertura das “janelas para o rio”, ao qual a cidade havia voltado gradativamente suas costas ao longo dos anos. As edificações históricas, sem querer menosprezar seu imenso valor artístico e cultural, adquirem um papel secundário diante da principal protagonista. Por outro lado, essa prioridade relativa às águas não elimina, obviamente, as intenções culturalistas de preservação do patrimônio, dado que se supõe que esta imagem está historicamente ligada às origens ribeirinhas da cidade amazônica. Ao restaurar as edificações a beira-rio, busca-se restaurar conjuntamente as relações e vivências que estas possuíam junto aos rios em cujas margens se instalaram, reafirmando assim, mesmo que indiretamente, o valor a elas atribuído.

O conteúdo da apologia da “devolução” do rio e da baía parece-nos ter algo a ver com a nostalgia culturalista (Choay, 1997). Tributária do urbanismo inglês do século dezenove, ou ainda da relação de teóricos da cidade com o tratamento de problemas de diversidade, paisagem e morfologia, sua abordagem privilegia a questão das visualidades e certa dimensão paisagística da cidade. Com frequência, o “retorno” e o “resgate” são acionados, para uma representação da cidade de Belém, sobre a qual se planeja a

reconciliação com aspectos tidos como formadores de uma identidade cidadina, de um perfil de cidade “ribeirinha”.<sup>42</sup>

A citação acima exemplifica como o típico discurso culturalista dos projetos de revitalização urbana mistura-se, paradoxalmente, com o discurso naturalista, dado que a história amazônica confunde-se com a história da própria idéia de natureza. Objetiva-se, desse modo revitalizar não somente o urbano, mas a relação original entre cidade e natureza que o caracteriza primeiramente.

A retomada dos investimentos em infra-estrutura urbana na Amazônia, após décadas de estagnação econômica, compôs um cenário ideal para a construção de uma nova imagem de cidade, bem diferente daquela concretizada nos anos do governo militar. Diante de um quadro de realidades herdadas e possibilidades futuras, as cidades amazônicas experimentam um forte processo de renovação de suas áreas centrais e orlas fluviais, onde a cidade de Belém assume um papel de destaque, seja pelo pioneirismo de suas ações, seja pela influência que suas experiências tiveram no restante da região Norte.

Representa, igualmente, os paradoxos provenientes da dolorosa confusão a qual se referia Milton Santos<sup>43</sup>, quando a Natureza espetáculo substitui a Natureza histórica. Apesar de pregar o resgate da identidade ribeirinha, tais ações não contemplam a fundo a natureza social daquele espaço, produto da ação e do trabalho acumulados, e nem dos efeitos, passados e vindouros, da ação técnica e política da “devolução” do rio<sup>44</sup>. Neste sentido, os discursos e práticas realizados sobre a orla de Belém expõem, como em poucos lugares, os paradigmas urbanos enfrentados pela região. Sobre esses e outros aspectos derivados dos projetos aí implementados, discutiremos mais adiante em um subcapítulo dedicado ao caso de Belém e suas implicações sócio-ambientais. Por ora, nos limitaremos a analisar os projetos no que concerne à idéia de natureza neles contida, expressa pela naturalização do artifício, assim como ao seu rebatimento na forma desses espaços a beira d’água.

<sup>41</sup> Marcondes, 1999, p 23.

<sup>42</sup> Ponte, 2004, p 65.

<sup>43</sup> Santos, 1992, p 102

<sup>44</sup> Ponte, 2004, p 67.

Em todas as frentes de atuação (que é sobretudo estatal, pública) podemos enfeixar um elemento aglutinador: a dimensão substantiva da *água* como fator locacional relevante, enquanto recurso natural e como poderoso elemento da paisagem cultural, econômica e, em última instância, do poder.

(...)

O elemento água é usado como justificativa e mote para a idéia de “resgate” da natureza na cidade, de sua identidade cultural, de suas raízes caboclas e da possibilidade e da potencialidade de desenvolvimento econômico. O tema da natureza na cidade não é propriamente novo; o aspecto interessante, aqui, é o da utilização das “águas” da cidade como recurso paisagístico, de forma semelhante àquelas intervenções atualmente praticadas em outros locais – em projetos de “revitalização”, descanalização e “recriação” de rios urbanos; em parques lineares de toda ordem; na instalação de lagoas de estabilização ou parques paisagísticos “ecológicos” ligados a sistemas de drenagem; em intervenções urbanísticas que confeririam ao espaço urbano os diferenciais competitivos necessários ao credenciamento no circuito de disputa por capitais entre cidades.<sup>45</sup>

A partir da idéia de resgate da orla fluvial aos cidadãos belenenses, duas ideologias aparentemente distintas tomam corpo através das práticas projetuais adotadas nas intervenções urbanas de Belém, conforme descreve Juliano Ponte na citação a seguir:

A partir da contextualização, torna-se possível entender as intervenções com resposta do Estado à questão que se coloca a respeito da orla e do centro. O poder público executa um projeto de abertura da orla fluvial para o habitante da cidade, com intervenções urbanísticas de caráter pontual, em geral com a valorização das qualidades do centro e da orla sob o ponto de vista histórico-cultural e paisagístico. Esta concepção corresponde de maneira diferenciada tanto à atuação do poder estadual quanto do municipal. Por um lado, quanto ao projeto do Governo do Estado,

coloca-se em prática um projeto estratégico de dinamização turística e de intervenção urbanística nos moldes da arquitetura e do urbanismo contemporâneos. Já a Prefeitura Municipal adota uma política de abertura da orla fluvial através do projeto e construção de espaços de caráter público, de convivência, em que as decisões projetuais com freqüência nutrem-se da substância do regionalismo.<sup>46</sup>

A princípio, as diferenças acima descritas correspondem a duas perspectivas de planejamento e gestão urbanas: o planejamento estratégico de cidades, por parte do Estado, baseado na lógica da competitividade e da eficiência, no marketing urbano e na parceria público-privado<sup>47</sup>; e o planejamento participativo, referente à atuação municipal, segundo um modelo de base popular pautado na inclusão sócio-espacial, na gestão democrática e valorização da cultura regional<sup>48</sup>.

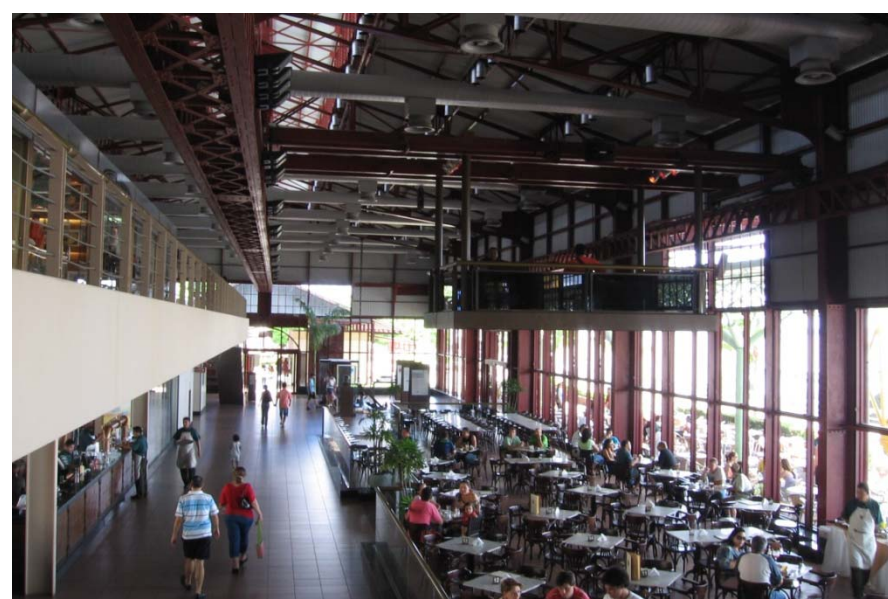
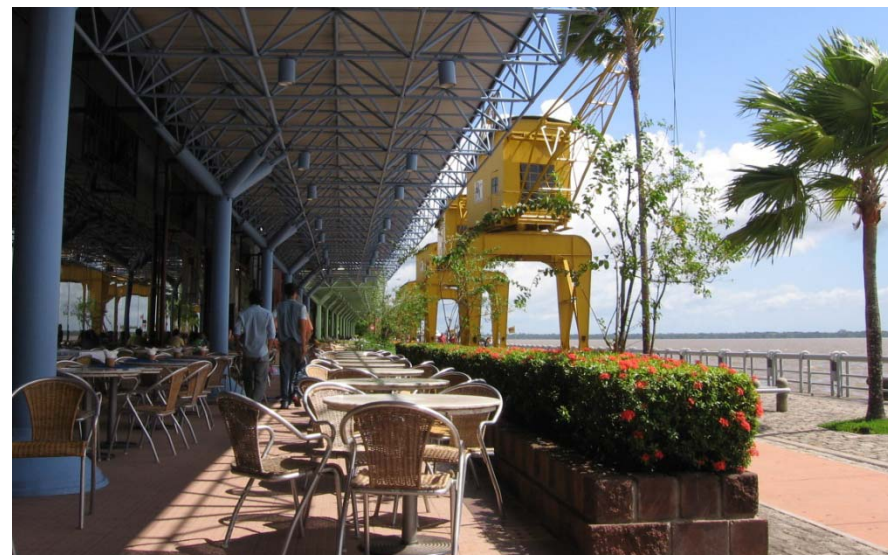
O rebatimento formal dessas duas abordagens no espaço público pode ser observado, no caso estadual, através, das atividades voltadas ao entretenimento, ao passeio contemplativo e, principalmente ao turismo, com uma acessibilidade relativamente controlada, e da espetacularização do espaço urbano, expressa por uma filiação estética contemporânea, globalizada, às vezes com influência pós-modernista. Seus principais exemplares são a Estação das Docas e a revitalização do conjunto histórico Feliz Lusitânia. Nas intervenções municipais, o lazer e o passeio fluvial também estão presentes, embora com uma maior ênfase aos espaços de sociabilidade e convivência que necessariamente turísticos, influenciados esteticamente por valores e formas regionalistas e geralmente acompanhados por programas sociais, cujos principais exemplos são a revitalização do Mercado Ver-o-Peso e suas imediações, e o projeto Ver-o-Rio. Estas duas linhas de atuação, aparentemente divergentes em discurso, encobrem similaridades nas formas finais adotadas, principalmente na abordagem das águas, influenciada pelo pretense consenso em torno da “devolução” da orla.

<sup>45</sup> Ponte, 2007.

<sup>46</sup> Ponte, 2004, p 92.

<sup>47</sup> Ibid, p 21.

<sup>48</sup> Amaral, 2005, p122.



Estação das Docas, em Belém. Fonte: o autor, 2007.

A Estação das Docas, projetada em 1992 e inaugurada em 2000, foi a primeira experiência de grande repercussão na região Norte de revitalização de zonas portuárias, tornando-se posteriormente uma referência para as demais cidades amazônicas, sempre citada nos discursos referentes aos projetos deste tipo. Implantada nas instalações portuárias do início do século XX, adaptados segundo projeto de Paulo Chaves Fernandes e Rosário Lima, a Estação das Docas compõem-se de três galpões que abrigam, respectivamente, galerias comerciais, espaços culturais, um centro gastronômico, além de um terminal hidroviário de uso exclusivamente turístico. O projeto “reciclou” as antigas estruturas metálicas inglesas, adaptando-as aos novos usos, através da construção de mezaninos internos acessados por escadas rolantes, e da abertura da sua fachada oeste, revestida com vidro, priorizando a vista do rio, para onde também se volta a grande “varanda” em estrutura metálica, que prolonga o beiral existente ao longo do passeio à beira-rio. O paisagismo de Rosa Kliass, parceira recorrente de Fernandes nos projetos belenenses durante sua passagem pela Secretaria de Cultura do Estado, completa o projeto, conectando os equipamentos implantados entre si e à Praça da Memória, valorizada pelo tratamento paisagístico e pelo duplo uso para apresentações artísticas, como um pequeno anfiteatro. A concepção projetual baseia-se claramente nas diretrizes estaduais, caracterizadas pela espetacularização da cena urbana, segundo o marketing de cidades e dinamização turística, através de uma arquitetura contemporânea globalizada, associadas ao discurso da “devolução” da orla, claramente formalizado na atenção dada ao calçadão fluvial e à vista da baía a partir do interior dos galpões. Desse modo, podemos confirmar dois dos desdobramentos supostos anteriormente. Primeiramente, percebe-se a clara prioridade dada ao resgate das águas para a população de Belém, em detrimento da restauração do patrimônio histórico, fortemente alterado para atender à demanda pelo contato visual com a baía. Por conseguinte, observa-se um claro processo de naturalização do artifício, expresso tanto pelo aspecto supracitado, quanto pelo paisagismo adotado, responsável por inserir elementos naturais em um meio altamente artificializado, seja o valor substantivo da água, seja o uso da vegetação com leves referências tropicais, a exemplo das palmeiras do passeio ou da flora nativa entre os galpões. Estes, por sua vez, também são “naturalizados”, convertidos a mirantes contemplativos da natureza. Sua estrutura originalmente funcionalista adquire igualmente um valor estético diferenciado, onde os antigos guindastes convertem-se em imensos elementos escultóricos entre palmeiras e *flâneries*.



Estação das Docas, em Belém. Fonte: o autor, 2007.



O complexo Feliz Lusitânia, por sua vez, também apresenta a naturalização do espaço experimentada na Estação das Docas, embora em menor grau de intensidade. O projeto, realizado em três etapas (1996, 2000 e 2005), foi batizado com a antiga denominação do núcleo urbano de Belém, envolvendo um raro conjunto arquitetônico, composto por edificações de diferentes épocas, funções e estilos, restauradas e interligadas entre si pelo projeto paisagístico. Entretanto, aqui, a revitalização histórica é mais rigorosa, não permitindo grandes modificações formais nas principais edificações que compõem o mais importante registro histórico da cidade. Somente as necessárias para a mudança de uso propostas, principalmente de cunho cultural e turístico, a exemplo dos museus implantados no Forte do Presépio e na Igreja de Santo Alexandre, e do centro cultural e gastronômico instalado na Casa das Onze Janelas (antigo Hospital Militar), defronte a qual redesenhou-se o pátio existente e os terraços em patamares, integrando-os ao passeio à beira-rio. A naturalização do espaço fica novamente a cargo da configuração do passeio fluvial e do paisagismo de Rosa Kliass, responsável por dar unidade visual ao conjunto e valorizar o contato com a baía. Embora o uso da vegetação seja mais cauteloso, principalmente no entorno das construções, ainda se faz presente, principalmente na nova praça que se segue à Praça da Sé, caracterizada igualmente pelo uso paisagístico da água, seja na fonte, seja na plataforma que se projeta sobre a Baía de Guajará.



Paralelamente às intervenções do Governo do Estado, a Prefeitura Municipal de Belém também promoveu a sua visão de resgate da orla, com segundas intenções de estabelecer um contraponto ao planejamento estadual. Embora o discurso da “devolução” e o foco turístico estejam igualmente presentes, o município procurou diferenciar suas ações, priorizando os espaços de convivência e sociabilidade do cidadão belenense, assim como a estética regional e valores locais, ao contrário dos espaços controlados e espetacularizados das intervenções anteriormente descritas.

Complexo Histórico do Feliz Lusitânia, em Belém. Fonte: SECULT, Governo do Estado do Pará





Catedral da Sé e Igreja de Santo Alexandre, convertida em Museu de Arte Sacra. Fonte: o autor, 2007.



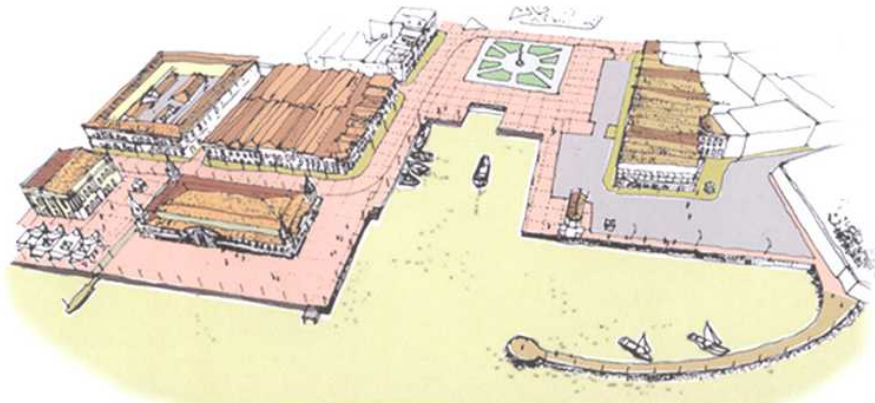
Centro Cultural Casa das Onze Janelas e Forte do Castelo. Fonte: o autor, 2007.



Pier e Passeio a beira-rio no Feliz Luzitânia. Fonte: o autor, 2007.

A revitalização do Mercado do Ver-o-Peso e de suas imediações, completada em 2002, foi o primeiro e mais importante passo dado nesta direção pelo município. Sob a direção do arquiteto Flávio Ferreira, o projeto de 1998 contemplou dimensões sócio-culturais que se expressaram não somente nas formas adotadas, como também nas políticas sociais implementadas em paralelo à obra. Sendo um dos mais importantes registros histórico do período Lemos, o Mercado do Peixe, tornou-se ao longo do século um dos principais cartões postais da cidade. Juntamente com a feira do Ver-o-Peso, o Solar da Beira, a doca e as praças do Açaí e do Pescador, constitui o local mais emblemático e representativo da cultura de Belém. Neste sentido, a revitalização contemplou com a mesma importância as edificações históricas – o mercado e o solar, este convertido em centro cultural – e a feira, remodelada por uma estrutura de lonas tensionadas e potencializada economicamente. A valorização da cultura não se resumiu, entretanto, à requalificação física do espaço público, mas também à revitalização social, através de melhoria nas condições de trabalho e capacitação profissional dos feirantes. O objetivo geral do projeto era, portanto, promover uma requalificação do espaço sem mudar o seu uso e levando em consideração os problemas sociais existentes e a participação dos trabalhadores<sup>49</sup>. Diferentemente de sua vizinha, a Estação das Docas, mantiveram-se as suas características originais, potencializadas pelo projeto, cujo acesso irrestrito permite a permanência de usos e sociabilidades já bem conhecidos pelos belenenses, e turisticamente expressivas, através de um contato íntimo com a cidade e a baía, não apenas contemplativo, simbólico, mas de uso imediato.

<sup>49</sup> Amaral, 2005, p 170.



Projeto de Revitalização do Mercado do Ver-o-Peso e imediações. Fonte: Flávio Ferreira.



Doca do Ver-o-Peso, em Belém. Fonte: o autor, 2007.



Mercado do Ver-o-Peso e do Solar da Beira, convertido em Centro Cultural. Fonte: o autor, 2007.



Feira do Ver-o-Peso remodelada. Fonte: o autor, 2007.

Seguindo o conceito empregado no Ver-o-Peso, outra “janela” foi aberta na orla de Belém através do Projeto Ver-o-Rio, em alusão direta ao seu antecessor, porém sem o mesmo alcance deste. Projetada em 1999 para ser construída em três etapas, a segunda concluída em 2002, esta intervenção urbanística reformulou um trecho da zona portuária da cidade, buscando conjuntamente a requalificação tanto física quanto social do espaço, através de políticas de geração de trabalho e renda que, posteriormente, mostraram-se limitadas. A dimensão social e cultural procurada não se resumiu ao programas sociais, como também se expressaram nas formas arquitetônicas adotadas, com forte influência regionalista, seja pelo uso de materiais locais como madeira e palha, seja pelas formas curvilíneas dos quiosques e do Memorial dos Povos Indígenas, cuja alusão à oca se manifesta na sua forma e no uso a que se destina, o encontro e expressão das comunidades nativas. Entretanto, a dimensão vivida ribeirinha deste projeto limitou-se, como pode ser verificado, a aspectos formais. No fundo, continua a reproduzir um espaço destinado ao lazer contemplativo e ao turismo, com grande atenção dada ao passeio à beira-rio e ao contato visual com as águas.

Não sem razão, a orla fluvial desta cidade passa a se transfigurar em um território de reunião, para onde convergem o movimento da metrópole em direção ao rio e o movimento do rio rumo à metrópole, de modo que na confluência desses movimentos de ritmos está posto o núcleo de sua dinâmica. (...) Tratam-se de formas e conteúdos sócio-espaciais que constantemente se contrapõem / negam, assimilam / redefinem mutuamente, tanto no plano do sistema de objetos (forma, paisagem), quanto no sistema de ações (conteúdo, relações).<sup>50</sup>



Projeto Ver-o-Rio, na orla de Belém. Fonte: o autor, 2007.

<sup>50</sup> Trindade Jr, Silva & Malheiros, 2005, p 9.



Projeto Ver-o-Rio, na orla de Belém – Memorial dos Povos Indígenas. Fonte: o autor, 2007.

Seguindo o pensamento dos autores citados, as intervenções estaduais atuam no primeiro movimento da metrópole em direção ao rio, onde a padronização do espaço e o marketing urbano convertem a cidade em uma vitrine, tal qual na cidade da *Belle Époque*, refletindo os anseios e a demanda por uma nova imagem urbana, globalizada, contemporânea, onde as águas são utilizadas para a construção de um consenso sobre o resgate de seus valores culturais, embora com segundas intenções de controle e reestruturação sócio-espacial. No segundo movimento, do rio à metrópole, a cidade ribeirinha residual resiste no valor de uso dos espaços remanescentes, na sua dimensão vivida, através de temporalidades desencontradas que convivem mutuamente nas intervenções municipais.

Como se observou, as principais linhas de atuação, estadual e municipal, apesar das diferenças conceituais, não conduzem necessariamente a formas distintas. Aliás, reside aí uma das principais contradições do projeto de renovação urbana e de resgate cultural que cada uma pretende atingir. Em ambos os casos, privilegia-se o passeio a beira-rio, principal elemento do pretensão “resgate” da orla e das origens ribeirinhas, reestruturado por atrativos culturais e turísticos, segundo modelos urbanísticos consagrados por outras cidades litorâneas. A naturalização do artifício se faz presente em todas as intervenções, em maior ou menor grau de intensidade, ora nas formas, através do paisagismo naturalístico de Rosa Kliass, ora nos conteúdos, através da valorização da cultura ribeirinha, reconhecida pela sua relação mais estreita com a natureza.

A despeito das contradições existentes, as experiências urbanísticas na orla de Belém no final da década de noventa influenciaram profundamente os projetos urbanos nas demais cidades amazônicas, reforçando sua centralidade cultural e influência regional. Intervenções de mesmo tipo podem ser hoje encontradas em quase todas as capitais da região e em cidades de médio porte, como Santarém, a qual passou por consecutivos investimentos de renovação da orla central nos moldes da capital paraense, embora com dimensões e níveis de complexidade reduzidos.

A consolidação do paisagismo de Rosa Kliass na Amazônia, também é devedor das experiências de Belém, tornando-se uma referência em projetos de revitalização urbana para as demais cidades. No Amapá, a paisagista foi responsável pela revitalização de um dos mais importantes patrimônios

históricos do país, a Fortaleza de São José de Macapá. O Parque do Forte, inaugurado em 2004, teve como princípio projetual promover a integração entre três elementos: o Rio Amazonas, a cidade e a Fortaleza<sup>51</sup>. Mais uma vez observa-se a associação da revitalização histórica ao resgate da orla para a cidade, ambos em par de igualdade. Assim como no Conjunto Feliz Lusitânia, o paisagismo procurou interferir minimamente no sítio histórico, reforçando sua visibilidade e sua integração ao entorno, assim como às águas. No parque de recreação infantil, essa relação é demonstrada de forma lúdica. Sendo um dos poucos trechos do parque tratado com relativa independência em relação à fortaleza, o projeto celebra as águas amazônicas através do desenho sinuoso de um rio em miniatura para as crianças. Curiosa simbologia diante de um imenso mar de água doce onde não se vislumbra a outra margem. Uma dimensão tão absurda capaz de redimir mesmo a grande fortaleza construída para protegê-la. Integrando-se aos quilômetros de orla urbanizada de Macapá, o Parque do Forte converte-se então num dos mais importantes waterfronts fluviais da região.

Entretanto, a relação entre natureza e história, presente nos projetos urbanos amazônicos, não se limita à renovação urbana de áreas à beira dos grandes rios. Observa-se essa associação mesmo em projetos situados no interior da malha urbana, tratados sob o mesmo ponto de vista histórico-cultural e paisagístico daqueles realizados na orla. Um desses exemplos é o Parque da Residência em Belém (1998), também de Rosa Kliass, cujo projeto transformou a antiga residência oficial do governador do Estado em um parque público, através de um desenho que procurou unificar os diferentes elementos construídos existentes, sem acrescentar excessivas interferências<sup>52</sup>. Um projeto semelhante está em fase de conclusão em Manaus, a ser implantado nas imediações do Palácio Rio Negro, que como no exemplo anterior, também abrigou os governadores amazonenses, convertendo-se hoje em mais uma área de lazer, caracterizada por temas regionais e uma arquitetura que faz referência à Manaus da *Belle Époque*.



Parque do Forte, em Macapá. Fonte: Rosa Kliass, 2006, e o autor, 2007.

<sup>51</sup> Kliass, 2006, p 122.

<sup>52</sup> Ibid, p 128.



Parque do Forte, em Macapá – Recreação Infantil. Fonte: Rosa Kliass, 2006, e o autor, 2007.





Trecho do Parque da Residência em Belém. Fonte: o autor, 2007.



Parque do Forte, em Macapá – espelho d'água e passeio a beira-rio. Fonte: o autor, 2007.



Projeto do Parque Palácio Rio Negro, em Manaus. Fonte: [www.amazonas.am.gov.br](http://www.amazonas.am.gov.br)



Palácio Rio Branco e Memorial dos Autonomistas, ambos em Rio Branco. Fonte: o autor, 2007.

Por fim, um último exemplo digno de nota, acerca da abordagem projetual sobre história e natureza, vale ser citado antes de prosseguir por outros temas: a cidade de Rio Branco. As particularidades históricas e geográficas da capital do Acre influenciaram os recentes projetos de revitalização urbana, conferindo-lhes contornos peculiares. A cidade que no início desta década apresentava um elevado grau de deterioração do patrimônio histórico, foi alvo constante de políticas públicas de renovação nos últimos anos, voltadas tanto aos principais edifícios históricos como à requalificação de seus espaços públicos centrais. Entre os exemplos mais importantes, consta a restauração do Palácio Rio Branco, convertido em museu, do Memorial dos Autonomistas, do calçadão da Gameleira, do Mercado Velho e seu entorno, assim como a reformulação de diversas praças da cidade, como a Praça da Revolução, a Praça da Catedral e a Praça dos Povos da Floresta, defronte o antigo palácio governamental.

Um ponto em comum entre todos os projetos citados é o forte apelo histórico e regionalista, característica marcante da população acreana, plenamente identificada com seu passado nacionalista e com a identidade cabocla, recorrentemente associada à imagem de Chico Mendes e o ecologismo camponês que ele representou. De fato, Rio Branco possui muitos projetos influenciados pelo viés ecológico, aos quais retornaremos adiante. Entretanto, as intervenções supracitadas correspondem a outra abordagem conceitual, muito mais relacionada à revitalização de cunho historicista. Tanto no calçadão da Gameleira (2003), onde a cidade nasceu, quanto na revitalização do Mercado Velho (2006), ambos situados às margens do Rio Acre, adota-se um repertório formal muito mais próximo ao historicismo que ao naturalismo propriamente dito, mesmo quando se refere às origens ribeirinhas da cidade. Diferentemente do que ocorre na orla e Belém, os elementos naturais, inclusive a água, são coadjuvantes nestes projetos, onde a história assume o papel principal, condicionando as formas e os usos. Curiosamente, Rio Branco é a única cidade analisada banhada por um rio de pequeno porte, pelo menos para os parâmetros amazônicos, aonde se estabelece uma relação de margem a margem, não vivenciada por aquelas cidades banhadas por verdadeiros mares de água doce. Neste contexto, o discurso do resgate da orla, segundo os moldes de waterfronts marítimos, tem repercussão limitada. Os projetos aí situados priorizam, portanto, a representação da história e do imaginário popular a ela relacionado, em detrimento da valorização da natureza que, por sua vez, vai ocupar outros espaços da cidade.



Praça da Revolução, em Rio Branco. Fonte: o autor, 2007.



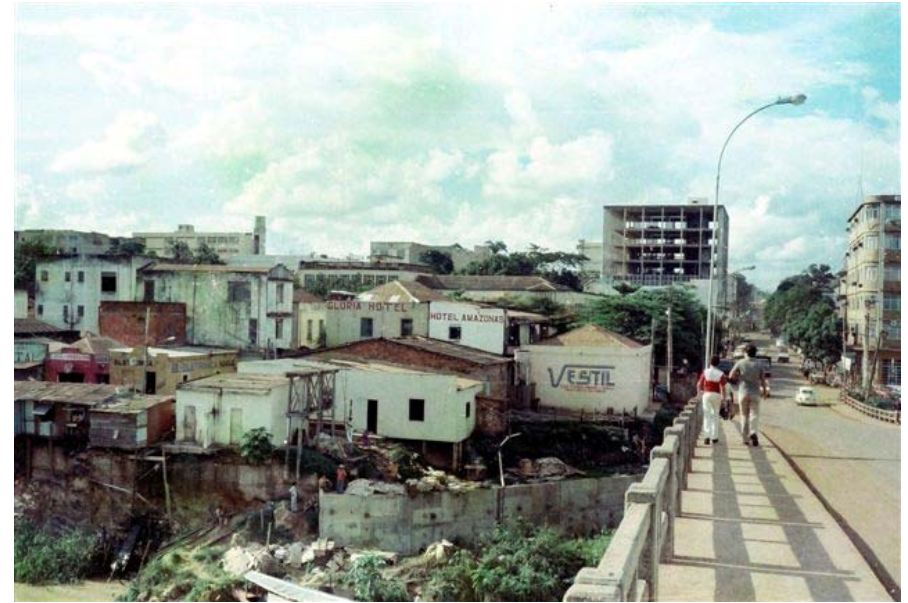
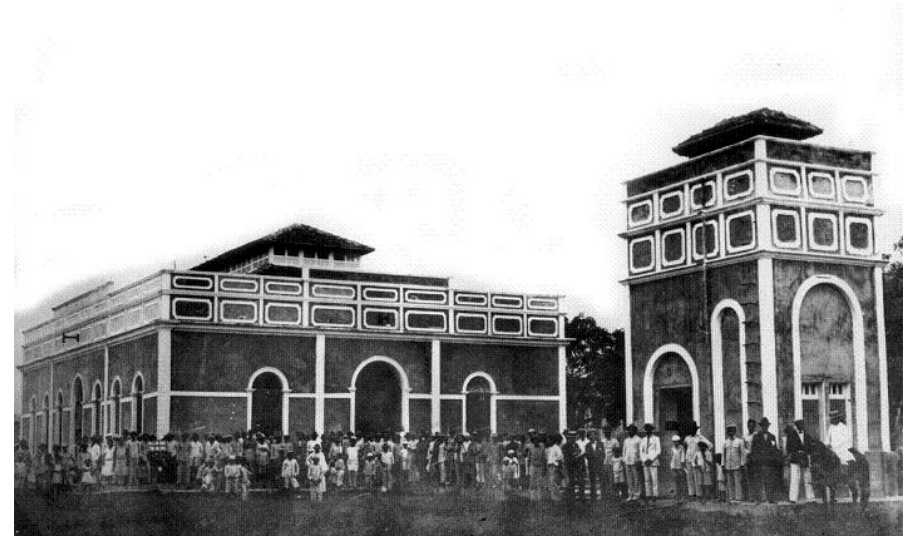
Praça da Catedral e Praça dos Povos da Floresta, em Rio Branco. Fonte: o autor, 2007.



Revitalização da orla do Rio Acre – Ponte de pedestres e Praça do Mercado. Fonte: o autor, 2007.



Revitalização da orla do Rio Acre – Gameleira. Fonte: o autor, 2007.



Revitalização do Mercado Velho de Rio Branco. Fonte: o autor, 2007.

Mercado original e situação da beira-rio antes da intervenção. Fonte: [www.skyscrapercity.com.br](http://www.skyscrapercity.com.br)



Interior do Borboletário do Mangal das Garças, em Belém do Pará. Fonte: o autor, 2007.

### 3.5 – PARQUES ECOLÓGICOS

No final dos anos oitenta, paralelamente ao desenvolvimento de passeios fluviais e revitalizações portuárias, uma abordagem distinta do parque público começa a tomar forma no Brasil, alinhada ao ideário ecológico difundido mundialmente, com especial penetração na Amazônia, principal palco do debate ambientalista nacional. Em contraste com o tradicional parque ornamental do século XIX, o conceito de parque ecológico surge nos anos setenta, primeiramente em países europeus, como Inglaterra e Holanda<sup>53</sup>, conforme descrito no primeiro capítulo. A obra inaugural de Ian McHarg<sup>54</sup> sobre o tema, analisada anteriormente, forneceu ferramentas de planejamento e desenho inovadoras, assim como modificou as funções e afirmou o papel estratégico do parque nas décadas seguintes.

Com um enfoque distinto, outras soluções contemporâneas para os novos parques públicos trazem como conceito base a perspectiva ambiental. Aqui, o principal objetivo é buscar paisagens urbanas sustentáveis, o que implica uma ênfase no estímulo à manutenção ou recuperação de uma diversidade ecológica. Nessa perspectiva, os processos naturais são considerados no processo de design, o que resultaria, entre outras questões, numa maior integração entre o meio urbano e seu ecossistema.<sup>55</sup>

No entanto, no contexto amazônico, o conceito de parque ecológico vem se expressando com mais intensidade em relação aos conteúdos, que às formas propriamente ditas dos mesmos. De acordo com a visão ecossistêmica típica dessa abordagem, o uso dos processos naturais como premissas básicas de projeto não tem, necessariamente, seu rebatimento no desenho adotado. A “nova” estética ecológica difundida pelos trabalhos de McHarg e Hough não é sempre claramente percebida nos exemplares amazônicos, através de elementos formais que explicitem a preservação ou recuperação de um ecossistema natural, integrado ao meio urbano.

<sup>53</sup> Costa, 1993, p 86.

<sup>54</sup> McHarg, 1992 (1ª edição 1967).

<sup>55</sup> Costa, 2004, p 277.

Contudo, percebe-se que os projetos para parques em geral, em especial os ditos ecológicos e parques lineares, vêm incorporando noções de sustentabilidade, preservação dos recursos naturais, principalmente hídricos, juntamente com atividades de pesquisa e lazer educacional. Mais recentemente, os novos projetos de intervenção urbana amazônicos, através da adoção de uma postura estratégica mais ampla, vêm enfrentando diversos problemas ambientais conjuntamente com questões sócio-econômicas, mesmo que com resultados ainda questionáveis. Conferem, assim, uma dimensão social à abordagem ecológica, privilegiando-se da evolução do projeto urbano, segundo o viés interdisciplinar que este vem assumindo nos últimos anos. Entretanto, apesar dessa abordagem interdisciplinar dos novos projetos em geral que, entre outros aspectos, contemplam a problemática ambiental, o termo “ecológico” passou a denominar, usualmente, os parques cujos principais objetivos correspondem à preservação ou restauração do ecossistema natural, à manutenção do equilíbrio ambiental urbano e, sobretudo, à educação ambiental e conscientização ecológica, geralmente atrelada a atividades de pesquisa avançada.

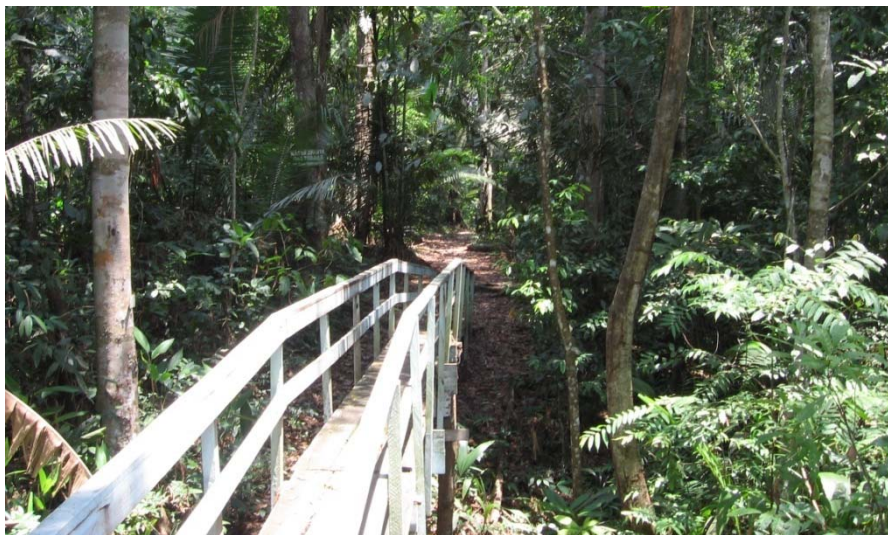
Apesar da atualidade temática, este programa não é essencialmente novo na Amazônia. O Museu Zoológico Emílio Goeldi, fundado em 1895 em Belém, cujas origens remontam ao Museu Paraense de História Natural, datado de 1871, já delineava as características anteriormente descritas. Embora se concentrasse primordialmente nas atividades de pesquisa zoológica, hoje se converteu num dos principais parques da cidade dedicado ao lazer educativo, assim como ao turismo, valorizado pelo seu pioneirismo histórico.

Porém, do ponto de vista formal, sua influência é limitada, dado que seu desenho original fora traçado para atender a demanda de um centro de pesquisa, com inúmeras edificações e programas de atividades correspondentes, e não para um parque no sentido mais estreito do termo. Seu traçado segue uma linha mais eclética e romântica<sup>56</sup>, sem os grandes eixos definidos das principais praças e parques da *Belle Époque*.



Museu Zoológico Emílio Goeldi, em Belém. Fonte: o autor, 2007.

<sup>56</sup> Macedo & Sakata, 2002, p 74.



Parque Natural de Porto Velho. Fonte: o autor, 2007.

A repercussão de seu registro histórico se dá, então, através de seu conteúdo, onde se associa pela primeira vez na região, em um mesmo espaço, as atividades de lazer do parque com a educação e pesquisa ambiental regional. Apesar do tempo que o separa dos atuais parques ecológicos, pode-se perceber algumas permanências desse precursor do paisagismo ecológico. A principal delas refere-se à maior preocupação desses espaços em promover um contato mais próximo do cidadão com a natureza, através de atividades educativas, trilhas em meio à mata, pequenos zoológicos e uma exaltação formal da natureza, aspectos mais marcantes e recorrentes do que aquelas originalmente características dos parques ecológicos europeus, como a preservação e restauração do meio ambiente natural, e seu equilíbrio e integração com o meio urbano.

Sugerir que as visitas à natureza estejam atreladas a processos educativos ou outras formas de intervenção torna-se importante quando se reconhece a necessidade da promoção de práticas mais sensíveis e conscientes, capazes de despertar nos sujeitos novas atitudes que contribuam, em um sentido mais amplo, para a qualidade de vida humana na Terra.<sup>57</sup>

Os primeiros parques implantados com esses objetivos na região, após a experiência passada do Museu Emílio Goeldi, tomaram forma inicialmente nas capitais de Rondônia e Acre. O Parque Natural de Porto Velho foi um dos primeiros exemplares amazônicos de “parque ecológico”, como é conhecido pela população local, implantado em 1989 na periferia do perímetro urbano. Criado como uma unidade de conservação com objetivo preservacionista, foi equipado com edificações destinadas à educação ambiental, um pequeno zoológico da fauna local, áreas recreativas e por diversas trilhas pela mata, tornando-se, por muito tempo, uma das principais áreas verdes da cidade, ainda que venha passando por períodos de relativo abandono. Concomitantemente à experiência de Porto Velho, foi inaugurado em 1991 o Parque Chico Mendes em Rio Branco, com programa similar ao da capital vizinha, embora se encontre em melhor estado de conservação e atualmente sob reformas de manutenção.

<sup>57</sup> Marinho, 2007, p 5.





Parque Chico Mendes em Rio Branco. Fonte: o autor, 2007.



Parque Capitão Ciríaco em Rio Branco. Fonte: o autor, 2007.

Em 1994, na mesma cidade, foi criado o Parque Capitão Ciríaco nos mesmos moldes dos seus antecessores, com leves diferenças. A primeira, por não se situar periféricamente na malha urbana, mas bem próximo ao centro da cidade e, em segundo lugar, pela especial atenção conferida à cultura das comunidades florestais, através de uma abordagem museológica de edificações e práticas seringalistas que existiam originalmente no local aonde se implantou. Aliás, assim como é forte a identificação da população acreana com a história do Estado e suas edificações correspondentes, (conforme demonstrado no tópico anterior), a identidade cabocla se faz presente com igual penetração, bem exemplificada pelo marketing estadual que se auto-intitula o “Governo da Floresta”, com atuação voltada a valorizar, pelo menos discursivamente, os povos da floresta, sua cultura e práticas, promovendo indiretamente a consciência ecológica através da educação e desses espaços que a abrigam.

Promover a conscientização ambiental foi, no caso amazônico, o principal objetivo dos primeiros parques ecológicos da região, sem querer diminuir a importância que eles tiveram, e têm, na preservação de áreas verdes das cidades e na manutenção do equilíbrio do ecossistema urbano. Até porque o foco educacional tem, por conseguinte, promover a preservação ambiental, estando ambos objetivos profundamente atrelados. Essa relação pode-se ser claramente identificada na cidade de Manaus, através da experiência da Reserva Florestal Adolpho Ducke, implantada pelo Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA) em 1963, na periferia de Manaus, em uma área de mais de 100 km<sup>2</sup>. Inicialmente desenvolvida como campo experimental para o cultivo de árvores de valor comercial, foi convertida em 1972 em reserva ecológica, diante da falta de verbas que resultou no fracasso do plano original. Com a crescente urbanização da capital amazonense durante as três décadas seguintes, a pressão do entorno urbanizado ao parque aumentou consideravelmente, comprometendo sua integridade física. Procurando conter esse processo, foi inaugurado em 2000 o Jardim Botânico homônimo à reserva, em uma área correspondente a 5% de sua totalidade, aonde foram instaladas edificações destinadas à educação, administração, recreação e eventos, além de 64 km de trilhas. Concomitantemente à instalação do jardim, foram implementados programas de educação ambiental e geração de trabalho e renda, na tentativa de converter a população carente do entorno do parque em promotores da preservação do mesmo, semelhante ao trabalho realizado com a comunidade próxima ao Parque do Mindu, na mesma cidade.

Em Belém, experiência similar está em curso, na tentativa de implantação de um grande parque ambiental com acesso público, a ser instalado na reserva do Utinga em mais de 1.200 hectares, onde se encontra as principais fontes de água potável da cidade, os rios Bolonha e Água Preta.

A preservação dos recursos hídricos, juntamente com o trabalho de conscientização ambiental, tem sido um objetivo recorrente dos projetos deste tipo, principalmente em Manaus. Interessante notar que, nesta cidade, a maior parte dos projetos recentes para parques urbanos e demais intervenções urbanísticas concentram-se no interior da malha urbana, principalmente ao longo dos principais igarapés da cidade, muito diferente da concentração de investimentos ao longo da orla da Baía de Guajará em Belém. O conteúdo e a forma dessas intervenções também se distinguem; na primeira muito atrelada à preservação ambiental e celebração da natureza amazônica, enquanto na segunda prevaleceram inicialmente os objetivos de revitalização da orla central e espetacularização do espaço urbano. Em ambos os casos, entretanto, servem de mote para o turismo, segundo cada imagem difundida pelo administradores públicos de cada cidade, seja o ecologismo de Manaus ou o historicismo de Belém. Evidentemente, esse esquematismo, demasiado simplista e limitado, nos serve apenas para diferenciar a vocação turística de cada metrópole, onde Manaus se apresenta como a capital do turismo ecológico, seja pelos seus inúmeros hotéis de selva, seja pelo vários parques construídos segundo a perspectiva ambiental.

Além do Jardim Botânico supracitado, podemos destacar o Bosque da Ciência e o Parque do Mindu como exemplos dessa abordagem ecológica, com duplo objetivo de preservação e educação ambiental. O Bosque da Ciência constitui uma área de treze hectares de propriedade do INPA, cuja abertura ao público como parque em 1995 buscou “promover o desenvolvimento do programa de difusão científica e de educação ambiental do INPA, ao mesmo tempo em que mantém a integridade física da área, preservando os aspectos da flora e fauna ali existentes”<sup>58</sup>.



Jardim Botânico Adolpho Ducke, em Manaus – Monumento às madeiras nobres.



Parque Ambiental do Utinga, em Belém. Fonte: o autor, 2007.

<sup>58</sup> [www.manaus.am.gov.br](http://www.manaus.am.gov.br), acessado em 27 de junho de 2007..



Bosque da Ciência, em Manaus – Casa da Ciência e Tanque dos Peixes-Boi. Fonte: o autor, 2007.



Bosque da Ciência, em Manaus. Fonte: o autor, 2007.

O programa e objetivos propostos alinham-se perfeitamente à abordagem ecológica, embora apresente algumas contradições quanto à forma. Diferentemente da maioria dos parques ecológicos da região, instalados em áreas remanescentes de vegetação nativa ou cursos d'água existentes, a área do Bosque, ao contrário de grande parte do material sobre ele divulgado nos panfletos turísticos, corresponde na realidade aonde anteriormente existia uma carvoaria que, por sua vez, havia desmatado praticamente toda a área, exceto por uma grande árvore no centro do parque, preservada por seu tronco oco, pelo qual não se deram o trabalho de derrubá-la.

Após a aquisição da área pelo INPA, a vegetação cresceu espontaneamente, renovando o potencial para fins de lazer e educação. Apesar do grande esforço empreendido na atuação do Bosque no trabalho de conscientização ambiental, não houve muito investimento em projeto paisagístico ou arquitetônico. O Bosque foi sendo construído de forma amaneirada, sem um projeto amplo e integrado, resultando em intervenções pontuais e com diferentes linguagens, aproveitando-se da estrutura existente e adaptando-a ao uso público. De uma forma geral, o parque se apóia nos velhos ícones do Eclétismo, com cenários românticos, temáticos e mesmo pitorescos<sup>59</sup>. O lago artificial, os pequenos cursos d'água sinuosos feitos de concreto contornando uma "ilha", a grosseira fonte de pedra são alguns dos elementos que reproduzem mimeticamente uma natureza romantizada, em desarmonia com os preceitos ecológicos do próprio INPA. Apesar da atualidade programática de suas atividades, há um grande descompasso em relação à forma adotada neste espaço.



Bosque da Ciência, em Manaus. Fonte: o autor, 2007.

<sup>59</sup> Macedo & Sakata, 2002, p 120.



Parque do Mindu, em Manaus – Anfiteatro. Fonte: o autor, 2007.

O mesmo não pode ser dito do Parque do Mindu, inaugurado em 1999, que, segundo Silvio Macedo, tornou-se um dos marcos do parque contemporâneo brasileiro<sup>60</sup>. De fato, trata-se de uma das experiências mais bem sucedidas na Amazônia em sua tipologia e abordagem ecológica. O parque foi implantado em um trecho do igarapé do Mindu, relativamente preservado pela comunidade local contra invasões irregulares, onde existia originalmente um pequeno balneário, cujo desuso e abandono foram consequência da poluição de suas águas, como em tantos outros da cidade. Desde 1992, os seus 33 hectares já eram considerados pela prefeitura área de interesse ecológico, convertidos em parque pelo projeto premiado de Roberto Moita sete anos mais tarde, formalizado a partir de um amplo estudo de implantação que contemplou “o reconhecimento da estrutura ambiental existente, como acessos, caminhos, biodiversidade da flora, grandes clareiras, cursos d’água, vocações de uso e possibilidades de recriar ambientes naturais atraentes e estimulantes”<sup>61</sup>.

A estrutura do parque conta com um amplo programa de atividades, distribuídas por diversas edificações: um centro de atividades composto por biblioteca, salas de aula e administração, um grande chapéu de palha, orquidário e herbário, e um anfiteatro semicircular coberto. A arquitetura desses espaços procurou ser ambientalmente correta, sem recorrer, entretanto, a cânones naturalistas, românticos ou à representações miméticas da natureza, como no Bosque da Ciência.

Pelo contrário, suas linhas modernas e arrojadas estabelecem um contraste formal drástico, contrapondo-se à vegetação densa da mata amazônica ao mesmo tempo em que se integra a ela. Combina o uso inteligente das madeiras nativas com o concreto, o aço e o alumínio, através de estruturas leves e coloridas com as cores exuberantes das flores tropicais, resultando num rico diálogo com a floresta.

<sup>60</sup> Macedo & Sakata, 2002, p122.

<sup>61</sup> Éride Moura, in: Revista Projeto Design, novembro de 2001.



Parque do Mindu, Manaus – Entrada e Chapéu de Palha. Fonte: o autor, 2007.



Parque do Mindu, Manaus – Administração, Salas, Biblioteca e Orquidário. Fonte: o autor, 2007.



Parque do Mindu, Manaus –Anfiteatro. Fonte: o autor, 2007.



Parque do Mindu, Manaus –Igarapé. Fonte: o autor, 2007.



O ponto alto do projeto, entretanto, é a proposta inovadora dos percursos em maio à mata, composta por diferentes estruturas desenhadas de acordo com os quatro ecossistemas que compõem o parque: a mata de capoeira secundária, a mata de terra firme, a mata de baixo e as áreas degradadas, correspondentes a um desmatamento ilegal ocorrido em 1989. O percurso por esses ambientes distintos foi minuciosamente estudado, intercalando caminhos pavimentados de pedra, concreto, saibro e leves passarelas de madeira, sustentadas por treliças metálicas e pilares de aço que, por sua vez, cortam córregos e áreas úmidas em diferentes níveis, permitindo o visitante observar a mata desde o solo até a copa de suas árvores. A acessibilidade foi contemplada de maneira inovadora através dessas estruturas, contando inclusive com trilhas adaptadas a deficientes físicos e cadeiras de roda.

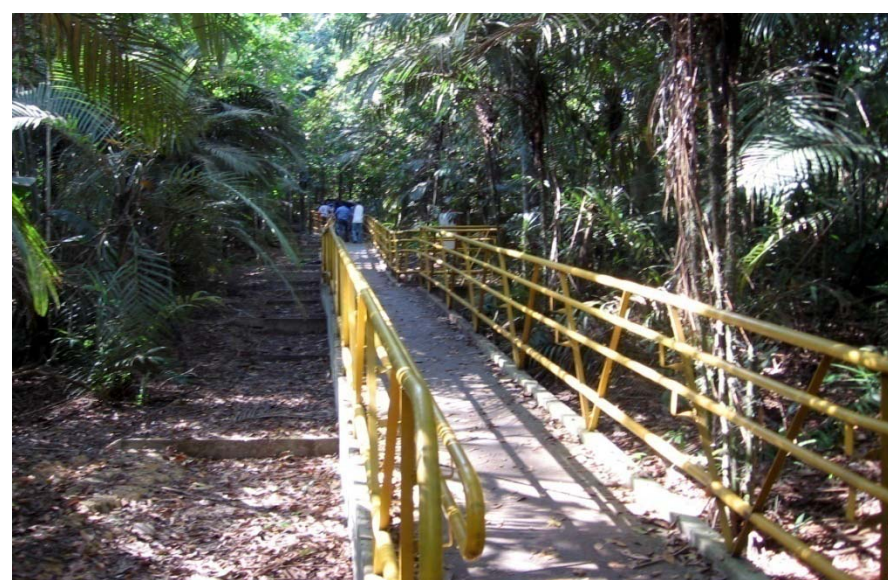
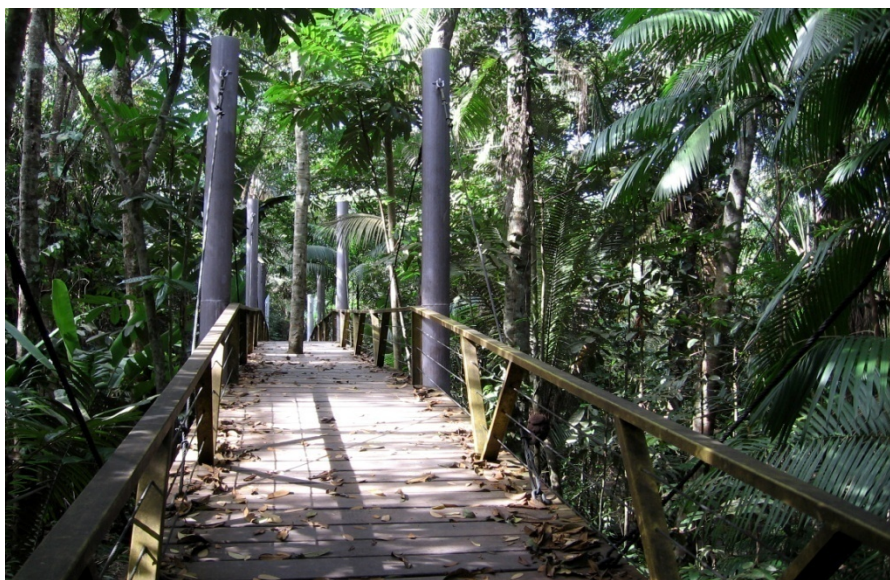
Apesar da modernidade que busca expressar, as formas e estruturas do parque somente fazem sentido neste ambiente específico e expressam, segundo o arquiteto, “o desejo de afirmação de uma nova identidade da Amazônia, associada a processos de desenvolvimento que sejam, ao mesmo tempo, auto-sustentáveis e arrojados dos pontos de vista econômico, cultural e social”<sup>62</sup>. A concepção do desenho arquitetônico é um dos raros exemplos, não só na Amazônia como no Brasil, em que o artifício celebra a natureza ao mesmo tempo em que se afirma como artifício, num jogo que, arriscamos afirmar, elimina limites e dualidades, adentrando numa nebulosa zona entre ambos.

A experiência bem sucedida do Parque do Mindu não teve, entretanto, a repercussão que se esperaria de sua abordagem e desenho inovadores. É claro que o programa voltado para a preservação e educação ambiental não era novo, e nem mesmo o uso de passarelas suspensas, já utilizadas timidamente pelo Bosque da Ciência. Mas no Mindu observa-se pela primeira vez uma maturidade formal, plenamente integrada ao programa e preceitos ecológicos que defende, sem recorrer ao naturalismo romântico de seus antecessores, como também de muitos sucessores. Aliás, um dos aspectos mais interessantes dos parques ecológicos amazônicos são a coexistência de diferentes abordagens e soluções formais, às vezes na mesma cidade e ao mesmo tempo, como verificaremos adiante no caso de Porto Velho.



Parque do Mindu, Manaus –Passarelas Suspensas. Fonte: o autor, 2007.

<sup>62</sup> Roberto Moita (op cit. Éride Moura, in: Revista Projeto Design, novembro de 2001).



Parque do Mindu, Manaus – Passarelas e Pontes. Fonte: o autor, 2007.

Parque do Mindu, Manaus – Passeio para Deficientes Físicos. Fonte: o autor, 2007.

Ainda em Manaus, cujo marketing urbano oscila entre o turismo ecológico e o histórico, pode-se perceber essa ambivalência sem sair do igarapé do Mindu, hoje alvo de investimentos que visam a sua despoluição e expansão de parques ao longo de suas margens, demonstrando a importância que a legibilidade urbana dos cursos d'água tem no processo de preservação ambiental. O mais novo exemplar manauara deste processo, o Parque dos Bilhares, completado em 2008, foi construído em outro trecho do mesmo igarapé, embora com uma abordagem muito distinta, consequência em parte do contexto, muito diferente do encontrado no seu vizinho, e das diretrizes do concurso. O trecho aonde foi implantado se encontrava bastante degradado ambientalmente, tanto a vegetação quanto o curso d'água. Soma-se a esse cenário a existência da ponte histórica que dá nome ao parque, uma das permanências da *Belle Époque* manauara. A proposta resultante desse contexto peculiar foi um híbrido de parque ecológico e parque temático, com clara prioridade ao segundo, refletida nas formas e no programa adotado. Apesar do importante trabalho dedicado à recomposição das matas ciliares do igarapé do Mindu e da perspectiva ambiental que o projeto se diz basear, o que realmente caracteriza o parque é o resgate da memória, demonstrando com “clareza a idéia de referência a uma época suntuosa por qual passou Manaus através da “Belle Époque” e seus padrões europeus”<sup>63</sup>.

Neste caso, a representação do período histórico se faz através de inúmeros elementos construídos e posturas programáticas, como a inserção de um circuito de bonde típico da *Belle Époque*, a restauração da estrutura metálica da ponte histórica e a clara influência formal desta nas novas edificações e no mobiliário urbano. Obviamente, diante da situação existente e das diretrizes do concurso, o projeto não poderia aplicar os mesmos parâmetros utilizados no Parque do Mindu. Mas, por outro lado, também não inviabilizaria uma abordagem ecológica que integrasse o desenho do parque ao igarapé. O que se observa, entretanto, é um corte drástico entre o parque e o curso d'água, onde não existe a visualização de um ao outro. A recomposição da mata ciliar acabou por criar uma barreira visual completa entre eles, reforçada por um gradil metálico que impede o acesso ao córrego, tanto físico quanto visual, exceto no trecho da ponte por onde se conecta as duas glebas.



Parque dos Bilhares, em Manaus. Fonte: [www.amazonas.gov.br](http://www.amazonas.gov.br)

<sup>63</sup> José Otávio Sorato, Gustavo Braz Carneiro e Fábio Marcizio, in: Concurso Público Nacional de Anteprojetos de Arquitetura do Parque Ponte dos Bilhares, Manaus, 29 de julho de 2005.



Parque dos Bilhares, em Manaus, e a Ponte homônima que corta o parque. Fonte: o autor, 2007.



Parque dos Bilhares, em Manaus – Lagos Artificiais. Fonte: o autor, 2007.

É também curioso observar como o desenho paisagístico praticamente ignorou a existência do córrego, projetando inclusive dois espelhos d'água artificiais com clara inspiração romântica, na tentativa, segundo os autores, de integrar homem e natureza<sup>64</sup>, mesmo que seja uma natureza idealizada e artificial, já que a natureza lá encontrada não reproduziria o efeito cênico e reconfortante objetivado pelos projetistas do “século XIX”, mas a real desarmonia dos manauaras do século XXI com seu meio ambiente urbano.

Observamos que a maior parte dos autores que discute a preservação e valorização paisagística dos rios urbanos ressalta a visibilidade e o acesso público como importantes estratégias de melhoria ambiental de rios urbanos.<sup>65</sup>

Neste sentido o Parque do Mindu tem uma repercussão potencializada na política ambiental municipal, ao dar legibilidade ao igarapé, valorizando-o e conseqüentemente imprimindo na população a necessidade de preservá-lo. De fato, no ano passado foi anunciado um projeto de despoluição do mesmo, ao qual, sem dúvida, deve grande contribuição a esta intervenção.

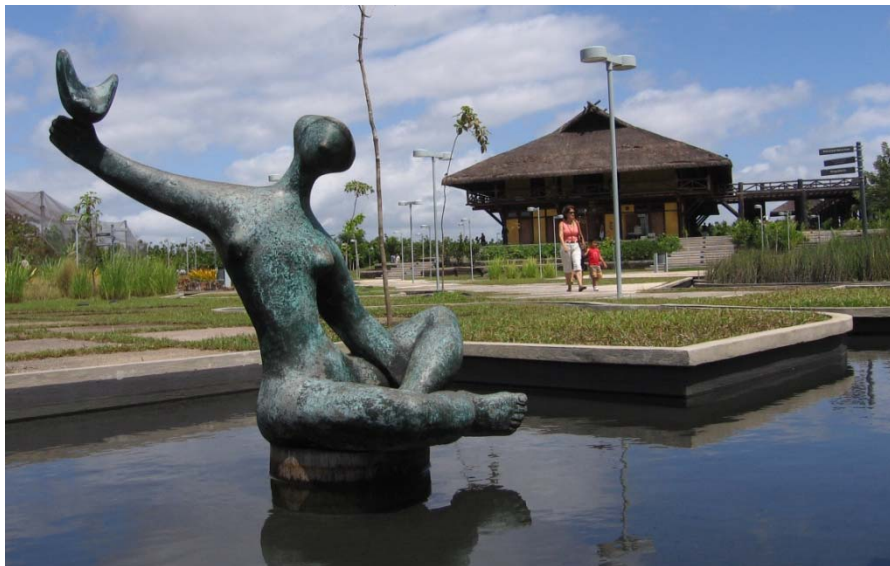
Diante das experiências paisagísticas que Manaus realizava na década de noventa, Belém inaugura em 2005 sua versão de parque ecológico, com foco na recuperação e preservação ambiental, na educação e, como de costume na cidade, no turismo. O Mangal das Garças, mais um produto da parceria entre Paulo Fernandes e Rosa Kliass, reúne a idéia da recuperação da natureza com pedagogia e lazer, explorando visualmente e de forma dinâmica a paisagem do local em que se instalou: um terreno abandonado às margens do Rio Guamá, de propriedade da Marinha, bem próximo ao centro histórico da cidade. O sítio de 40 hectares apresentava-se ambientalmente degradado e muito alterado pelos seus ocupantes, responsáveis pelo aterramento da margem, aonde existia um muro de arrimo de concreto, dividindo o terreno das águas e de um raro remanescente urbano de aningal (vegetação típica das margens do Amazonas), embora altamente depredado pela própria Marinha, que o mantinha constantemente podado.

<sup>64</sup> José Otávio Sorato, Gustavo Braz Carneiro e Fábio Marcizio, in: Concurso Público Nacional de Anteprojetos de Arquitetura do Parque Ponte dos Bilhares, Manaus, 29 de julho de 2005.

<sup>65</sup> Britto & Silva, 200, p 31.



Mangal das Garças, Belém – Projeto e Maquete. Fonte: Rosa Kliass, 2006 e SECULT, Governo do Pará.



Mangal das Garças, Belém – Memorial da Navegação. Fonte: o autor, 2007.

Diante dessa situação, o projeto contemplou, em linhas gerais, a recuperação ambiental do aningal, com a retirada do muro e a movimentação do terreno, recriando uma certa sinuosidade característica da margem, e a implantação de um parque na área aterrada, aonde se reproduziu simbolicamente a diversidade ecológica do ambiente amazônico. Além das funções reparadoras e educativas do projeto paisagístico, também foi seu papel ordenar e integrar os elementos arquitetônicos do parque e as atividades por eles abrigadas.

Entre os principais equipamentos estão o Armazém do Tempo, um pavilhão em estrutura metálica reciclada na sua entrada, o Memorial Amazônico de Navegação, integrado ao um restaurante e um mirante que se projeta sobre o rio, o Farol de Belém, uma torre da qual se avista a cidade, um borboletário (também com beija-flores), o Viveiro das aningas (aves típicas da região), um orquidário, além de quiosques, pergolados e uma passarela suspensa sobre o aningal que, depois de recuperado, atingiu mais de 7 metros de altura. O paisagismo de Rosa Kliass define-se, então, pelo tratamento naturalístico, não “naturalista”, como ela própria frisou em entrevista concedida ao autor<sup>66</sup>, no qual não se reproduz mimeticamente uma natureza romantizada, mas simbolicamente, segundo formas conceituais, às vezes abstratas, assumindo o artifício empregado no processo, pelo menos do ponto de vista do desenho, embora ainda ecoem segundas intenções naturalistas, no sentido de recuperar alegoricamente uma relação perdida. “O caráter naturalístico do parque revela-se não apenas na recuperação do aningal à beira-rio como na criação de ambientes com a vegetação nativa das três grandes regiões florísticas do estado do Pará: os campos, as áreas de várzea e as matas de terra firme”<sup>67</sup>. A representação diferenciada e simbólica destes diferentes ecossistemas também se expressa no “circuito” das águas. Estas brotam inicialmente de uma fonte na praça central e de uma cascata próxima à entrada, alimentando posteriormente rios sinuosos que se unem, finalmente, a um grande lago. O esforço de síntese do ambiente amazônico, empreendido pela autora, reflete o desejo de expressar a relação com a natureza de forma lúdica, conceitual e, por conseguinte, promover a conscientização ambiental dos usuários e a preservação de um dos últimos remanescentes originais da vegetação da orla de Belém.

<sup>66</sup> Entrevista realizada com Rosa Grena Kliass em Outubro de 2007, na cidade de Porto Velho, quando de sua visita para os trabalhos de levantamento da área do Parque Madeira Mamoré.

<sup>67</sup> Kliass, 2006, p 96.



Mangal das Garças, Belém – Armazém do Tempo. Fonte: o autor, 2007.



Mangal das Garças, Belém – Viveiro das Aningas e Orquidário. Fonte: o autor, 2007.



Mangal das Garças, Belém –Lago Principal e Borboletário. Fonte: o autor, 2007.



Mangal das Garças, Belém – Memorial da Navegação e Mirante. Fonte: o autor, 2007.





Mangal das Garças, Belém – Pergolados e Passarelas sobre o Aningal. Fonte: o autor, 2007.

Mangal das Garças, Belém – Parque visto do Farol de Belém. Fonte: o autor, 2007.



Mangal das Garças, Belém – Vista do Parque e da Cidade de Belém. Fonte: o autor, 2007.

Parte das intervenções praticadas há anos pelas gestões do governo estadual, o Mangal das Garças se difere das demais iniciativas justamente pelo seu formato mais próximo da retórica ambiental, seja no tratamento dos seus espaços, ou sobretudo, pela proposta de uso do parque. (...) O Mangal das Garças é, ainda, parte desse processo de “retomada” das águas na cidade de Belém/PA. O parque, como dito, assumiu outra proposta de uso, não foi projetado como porto “revitalizado”, como espaço gastronômico (não estritamente, pelo menos), como complexo de museus e espaços de celebração ou espetacularização da história local, como foram outras intervenções também ligadas ao centro da cidade de Belém/PA e, de algum modo, à sua orla fluvial. Neste caso, o ambiente regional (ou uma idéia particular dessa “natureza” do ambiente) é o eixo do raciocínio, da concepção e da operação de um espaço onde a “síntese” do ambiente regional é um reflexo contemporâneo do exercício planejado, idealizado, desejado e executado dos arcades europeus de outros tempos.<sup>68</sup>

O Mangal das Garças, mais que o Parque do Mindu, promete exercer uma maior influência na região, principalmente pelo foco turístico característico da cidade de Belém, um dos principais pilares de sua renovação urbana, tão desejada por outras capitais amazônicas. Isto não significa, obviamente, diminuir sua repercussão e importância projetual nos parques a serem implantados futuramente. Mas vale lembrar, que mais do que promover uma real conscientização ecológica, com seu reatamento na integração do meio ambiente urbano, os objetivos destes espaços confundem-se recorrentemente com o desejo de modernidade e dinamismo econômico que, atualmente, incorporaram os valores ambientais que eles buscam representar.

Esse processo de difusão já está em curso, exemplificada pelo último projeto de Rosa Kliass na Amazônia, em fase de estudo na cidade de Porto Velho, onde a influência do Mangal é evidente, superando inclusive as abordagens históricas das demais intervenções belenenses, onde a paisagista também teve papel de destaque. O projeto, intitulado provisoriamente de Parque Madeira Mamoré, situa-se nas imediações do complexo ferroviário da estrada de ferro homônima, e

<sup>68</sup> Ponte, 2007.

será implantado às margens dos igarapés Grande e Santa Bárbara, onde hoje se intercalam ocupações irregulares e remanescentes da vegetação nativa, numa área valorizada pela sua proximidade com o centro e com o conjunto histórico. Este, por sua vez, encontra-se em estado de abandono por décadas, com a integridade física de suas edificações e entorno seriamente comprometidos, ainda não contemplados com obras de revitalização, a despeito do imenso potencial turístico da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré. Apesar disso, o projeto do parque que leva seu nome não interfere nas áreas do complexo ferroviário, limitando-se a suas imediações, tratadas segundo uma perspectiva ecológica, com ênfase na recuperação ambiental e no lazer educativo. Evidentemente, devemos relativizar essa prioridade, diante da complexa disputa política e da nebulosa situação fundiária que envolve esta área de grande relevância histórica para Porto Velho, muitas vezes alvo de tentativas de revitalização e projetos urbanísticos que nunca saem do papel; a maior parte deles felizmente. Assim, o parque em questão tem um duplo objetivo. Primeiro o de recuperar zonas degradadas, tanto do ponto de vista social quanto ambiental, preservar as áreas de vegetação nativa remanescentes, dar legibilidade aos cursos d'água e sua conseqüente despoluição, promover a conscientização ecológica e prover a população de uma ampla e bem equipada área verde, numa cidade carente de parques deste tipo. Em segundo lugar, o projeto da prefeitura municipal é parte de uma estratégia maior para a revitalização do complexo ferroviário que, diante da complicada situação legal, busca a renovação urbana do seu entorno na tentativa de alavancar o processo de recuperação do patrimônio e sua conseqüente valorização turística.

Entretanto, apesar do foco na EFMM, o projeto paisagístico foi tratado com a mesma abordagem naturalística do Mangal das Garças, com prioridade à preservação ambiental. Além dos equipamentos típicos de um parque urbano, como uma praça com fontes, outra dedicada ao comércio de artesanatos, um setor esportivo e áreas administrativas, as principais atividades programáticas situam-se no “setor ambiental”, composto por um aquário público com peixes da região, um observatório de pássaros, um viveiro de plantas (com execução ainda não confirmada), passarelas suspensas sobre o lago perene que se forma na época das cheias do Rio Madeira que, por sua vez, se encontram no coração do parque, em um tanque de plantas aquáticas, donde parte um mirante que se projeta sobre o rio. Estruturas estas projetadas com formas leves de madeira, com indiretas referências ribeirinhas.



Projeto do Parque Madeira-Mamoré para Porto Velho – Esplanada Principal. Fonte: Rosa Grena Kliass.



Projeto do Parque Madeira-Mamoré para Porto Velho – Praça do Mercado. Fonte: Rosa Grena Kliass.



Projeto do Parque Madeira-Mamoré para Porto Velho – Setro Ambiental. Fonte: Rosa Gena Kliass.



Projeto do Parque Madeira-Mamoré para Porto Velho – Observatório de Pássaros. Fonte: Rosa Kliass.



Projeto do Parque Madeira-Mamoré para Porto Velho – Tanque das Aquáticas. Fonte: Rosa Kliass.



Projeto do Parque Madeira-Mamoré para Porto Velho – Pier. Fonte: Rosa Gena Kliass.

Apesar do forte apelo formal das estruturas metálicas da Madeira-Mamoré, não houve grandes rebatimentos no desenho paisagístico, que procurou integrar-se ao ambiente natural existente, sintetizando-o e representando-o simbolicamente, embora de forma menos direta que o seu antecessor paraense.

O projeto deste parque, que promete ser um dos mais interessantes exemplares na Amazônia, permite também observar a coexistência de abordagens distintas e atuações fragmentadas, quando analisado em conjunto com outros projetos atualmente em curso na cidade de Porto Velho. Um deles corresponde ao Parque da Cidade, em fase de execução, referente à ação compensatória pela construção de um shopping, implantado às margens do igarapé da Penal, também muito degradado e poluído, como a maior parte dos cursos d'água do município.

Entretanto, ao contrário do projeto de Rosa Kliass que procurou integrar plenamente o parque aos igarapés existentes, como parte do processo de recuperação ambiental, aqui o que se observa é uma clara separação física (através de grades e vias laterais) e visual entre eles. A água não está ausente no projeto, mas através de um sinuoso lago artificial, levemente romantizado por uma ponte e uma ilha, semelhante à proposta do Parque dos Bilhares.

Porém, o tratamento dado às águas urbanas é muito diferente deste. Como se não bastasse separá-las do parque, repete-se a utilização desta como sistema de drenagem urbana, através da retirada de sua vegetação original, substituída por um canal retificado ladeado por vias asphaltadas e com suas margens gramadas (a primeira proposta inclusive contemplava a concretagem e impermeabilização das mesmas).

O rio é assim uma estrutura viva, e portanto mutante. É principalmente uma estrutura fluida, que pela sua própria natureza se expande e se retrai, no seu ritmo e tempo próprios. (...) O rio traz o sentido de uma *maleabilidade primordial* no desenho da paisagem.



Projeto do Parque da Cidade para Porto Velho (em execução). Fonte: Porto Velho Shopping

Esta maleabilidade deve encontrar uma correspondência no desenho da paisagem urbana, para que o rio possa vibrar na cidade. (...) Por este motivo, já sabemos que não é mais aceitável pensar em retificar um rio, revestir seu leito vivo com calhas de concreto, e substituir suas margens vegetadas por vias asfaltadas, como uma alternativa de projeto para sua inserção na paisagem urbana. Estas propostas, que tinham como uma de suas bases conceituais a busca do controle das enchentes urbanas, são muito criticadas não só pela fragilidade sócio-ambiental, como também pela pouca eficiência no controle destas mesmas enchentes.<sup>69</sup>

Vale aqui um parêntese acerca desta decisão projetual do Parque da Cidade, que ficou a cargo da Secretaria de Obras do município, e não do projeto de Eduardo Barra que, pelo seu currículo profissional, deve estar consciente dessa limitação, imposta por um órgão com uma visão antiquada de drenagem urbana. Diferentemente desta postura, outro projeto está em fase de estudo em outro trecho do mesmo canal, embora com o objetivo de preservar um remanescente de mata nativa ameaçada por ocupações irregulares, conferindo uso público com atividades de lazer destinadas aos moradores do local. Estes, juntamente com a Secretaria de Meio Ambiente de Porto Velho e empresários do ramo imobiliário, querem proteger a área de uma maior degradação, propondo a extensão desse projeto ao longo do canal com objetivo de constituir um parque linear, integrando intervenções pontuais e equipamentos públicos ao longo dele.

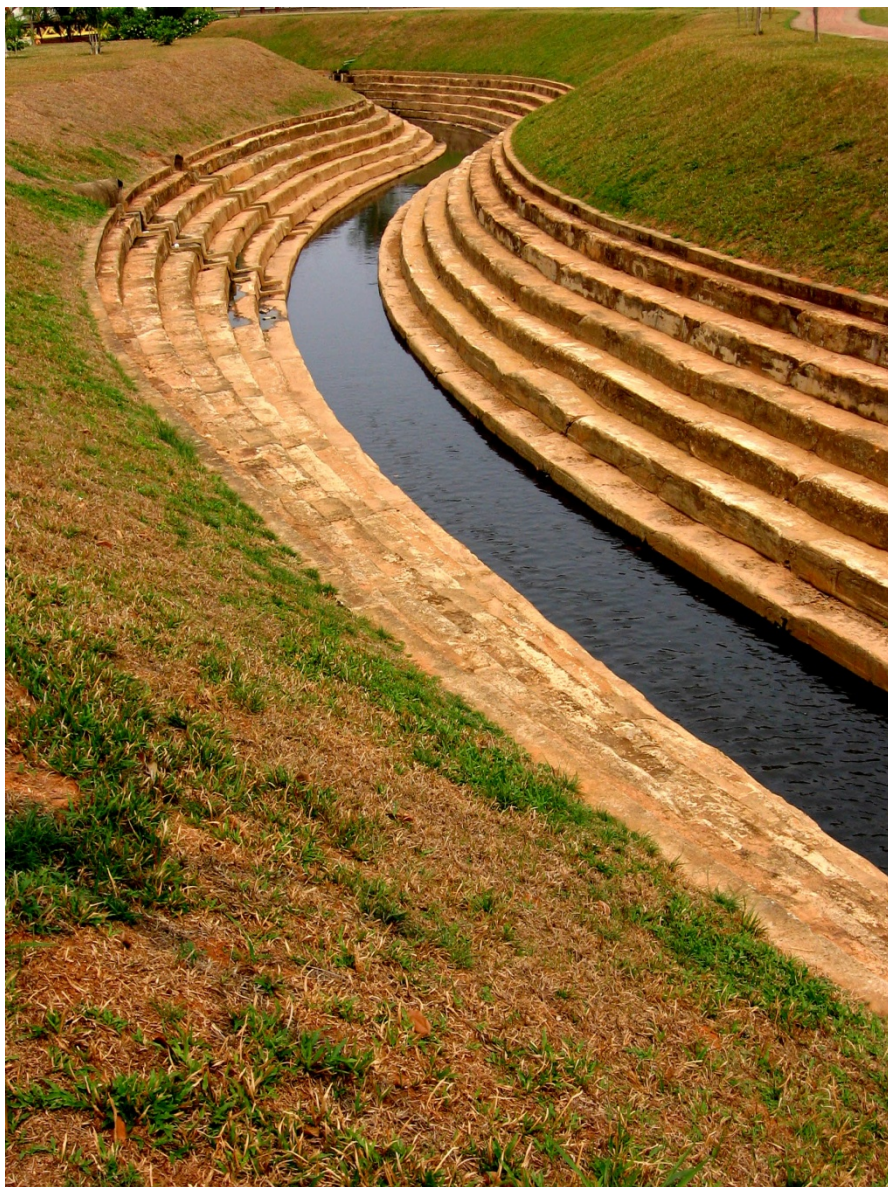
Mais uma vez a disparidade no tratamento em relação às águas urbanas reflete a visão fragmentada dos atores públicos, convivendo muitas vezes no mesmo espaço e tempo, como em Porto Velho. A capital de Rondônia ilustra bem essa realidade, através da atuação municipal, capaz de elaborar, no mesmo ano, projetos tão díspares, junto aos quais o presente autor presenciou de perto o processo e os bastidores, com participação direta no último exemplo. É interessante notar que, na ausência de um departamento municipal de parques e jardins, os três projetos citados estão a cargo de três diferentes secretarias, cada uma com sua visão de administração pública: o projeto de Rosa Kliass com a de Planejamento, e seus objetivos de renovação urbana, dinamismo turístico e marketing urbano (a julgar pelo nome que escolheram para o projeto); o projeto

de Eduardo Barra, a cargo da Secretaria de Obras, com sua visão de drenagem urbana da década de 70, e o último citado, a cargo da Secretaria de Meio Ambiente, preocupada com a preservação ambiental. A visão fragmentada dos recursos hídricos e os ambíguos objetivos coexistentes, aqui ilustrados, parecem estar em rota de colisão nos projetos do tópico seguinte, onde a interdisciplinaridade e a multifuncionalidade das propostas buscam superar essa visão esquemática, compartimentada, através de uma abordagem conjunta e estratégica de vários problemas urbanos.

---

<sup>69</sup> Costa, 2006, p 11.





Canal da Maternidade, em Rio Branco. Fonte: o autor, 2007.

### 3.6 – PARQUES LINEARES

No início desta década, uma nova abordagem de parque público começa a dividir espaço com os exemplos anteriormente descritos, diante de problemáticas mais complexas que exigem soluções diferenciadas e integradas. Diferentemente das orlas fluviais dedicadas ao lazer contemplativo e esportivo, da revitalização histórica, cultural e turística dos waterfronts ou da preservação e educação ambiental promovida pelos parques ecológicos, os projetos a seguir analisados contemplam estas e outras dimensões urbanas, extrapolando inclusive a definição usual de parque público. Não se tratam de parques somente, no sentido mais estreito do termo, mas de intervenções urbanísticas amplas, que buscam solucionar ao mesmo tempo diversos problemas sócio-ambientais, freqüentemente associado ao sistema de tráfego, à carências habitacionais, à melhoria da qualidade ambiental e de vida da população. Desenvolvem-se geralmente ao longo de cursos d'água, principalmente no caso amazônico, ou ao largo de importantes eixos viários, com múltipla função de preservação de recursos hídricos, de prover a cidade de vias de tráfego, áreas de lazer e cultura, e em alguns casos de requalificação sócio-espacial, através de investimentos no setor de moradia. Daí a denominação de parques lineares dada por esta pesquisa a essas intervenções urbanas, que ao contrário do parque tradicional, desenvolvem-se linearmente, cujos limites nem sempre são claramente identificados, e cujo programa abrangente varia de acordo com as realidades urbanas que vão enfrentando ao longo de seus caminhos sinuosos.

As intervenções urbanísticas daí derivadas utilizam a tipologia do parque como ferramenta estratégica para enfrentar situações adversas, e atender a demandas reprimidas das cidades onde se instalam, resultando em formas e programas mistos. O *parkway* americano, enquanto uma das primeiras tipologias “híbridas” de parque público, é um dos exemplos cuja releitura brasileira, e amazônica, introduziu novas questões e diferentes atitudes projetuais.

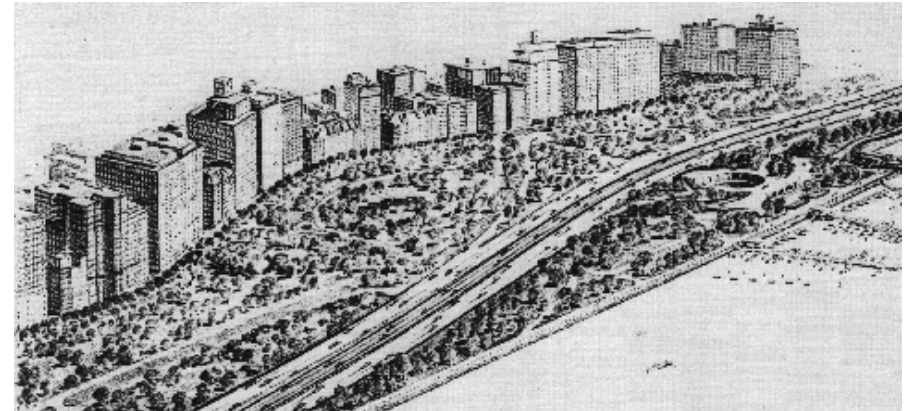
O conceito de *parkway*, embora tenha tido suas raízes no fim do século XIX no âmbito da idéia de sistema de parques, é na verdade um dos resultados da abordagem americana para projetos de parques e planejamento de cidades nos anos 30. Está diretamente relacionado com o aumento de carros privados, sendo portanto



uma resposta à questão emergente da circulação de tráfego. (...) Colocando de um modo simples, o *parkway* é um conjunto que une pistas de alta velocidade e um parque público. Apresenta, entretanto, princípios de projetos que são diferentes de um parque público convencional. As características básicas do desenho de um *parkway* são a presença de um fluxo contínuo de tráfego sem cruzamentos, uma clara separação entre circulações de tráfego e de pedestres, a existência de áreas cênicas e de recreação, e uma integração harmoniosa com o modelado do terreno existente.<sup>70</sup>

Entretanto essa tipologia foi se adaptando às necessidades locais onde era implantada, e se mostrou uma ferramenta de planejamento capaz de responder a múltiplas questões e solucionar inúmeros problemas conjuntamente, adquirindo diferentes formatos e escalas de desenho. No Brasil, a experiência que consolidou o uso do *parkway* como instrumento urbano estratégico foi, sem dúvida, o Parque do Flamengo no Rio de Janeiro, nos fins da década de 50. O projeto, de Afonso Eduardo Reidy e Roberto Burle Marx, objetivava resolver os problemas de acesso da zona sul ao centro da cidade diante da crescente demanda do automóvel particular, realidade essa que já se verificava nos Estados Unidos desde os anos 20, além de prover uma área de lazer para as massas cariocas munidas de não só de equipamentos esportivos e de lazer, mas também de equipamentos culturais metropolitanos.

Esta era a primeira vez, que quadras de esportes e playgrounds eram propostos para um parque público no Rio. Estes usos também refletiam uma tendência internacional em projetos de parques urbanos desta época, onde uma das principais funções das áreas livres públicas seria a de prover áreas recreacionais com ênfase em esportes. Além disso, circulação e recreação eram duas palavras chaves do conceito de *parkway*.<sup>71</sup>



Projeto de *parkway* dos anos 30 para o Riverside Park, em Nova York.



Parque do Flamengo, no Rio de Janeiro.

<sup>70</sup> Costa, 2003, p 210

<sup>71</sup> Ibid, p 213



Parque da Ponta Negra em Manaus. Fonte: IMPLURB, Prefeitura Municipal de Manaus.



Parque Ayrton Senna em Boa Vista. Fonte: [www.boavista.rr.gov.br](http://www.boavista.rr.gov.br)

Se considerarmos o uso tardio dessa tipologia urbana no contexto brasileiro, pelo menos quando comparado ao norte-americano, o *parkway* carioca apresentou inovações de desenho e principalmente de programa atendendo não somente à demanda de transportes, mas também à demanda das massas por áreas de recreação e cultura. Não se tratam mais de obras de embelezamento urbano, como as que vinham em curso no início do século XX, com vias ajardinadas, como no caso da Praça Paris e Av. Beira-Mar, mas sim com objetivos funcionais para o atendimento de uma solicitação urbana vigente. Difundido por todo o país nas décadas seguintes, o *parkway* se consolidou na paisagem urbana brasileira de norte a sul, principalmente nos projetos para orlas marítimas. Entretanto, sua aplicação ainda mais tardia na Amazônia impõe características peculiares a essa tipologia muito aquém da sua função primeira de solucionar problemas de transporte urbano.

Dentro da retomada das questões urbanísticas nas agendas políticas amazônicas, uma série de projetos urbanos são desenvolvidos, num claro processo de remodelação urbana e requalificação espacial de áreas deterioradas, influenciada pelos anseios políticos de uma nova imagem “positiva” da cidade e pelo discurso ambientalista, que não podia mais desconsiderar o estado de degradação sócio-ambiental que se apresentava nos núcleos urbanos, incluindo-os em sua pauta com mais relevância. O *parkway*, enquanto conjunto de pistas de tráfego de veículos e parque público, não é aqui utilizado apenas como resposta a questões de circulação. Embora seja algo indissociável de seu conceito e realmente objetive solucionar problemas de transportes, novas funções são acrescentadas ao seu programa, com a finalidade principal da recuperação da orla fluvial enquanto paisagem cultural.

Os projetos mais significativos dessa tipologia e suas variações foram implantados nas margens dos grandes rios ou ao longo dos inúmeros igarapés que cortam a malha urbana, entre os quais se destacam os parques lineares de Rio Branco, o projeto Prosamim em Manaus e o Portal da Amazônia em Belém, ambos em fase de implantação. Contempla, em linhas gerais, a requalificação social do espaço urbano, com atenção especial à questão ambiental, a qual se tem atrelado freqüentemente a questão habitacional como uma das etapas de recuperação e preservação do meio ambiente urbano, além das já citadas funções de tráfego, lazer e turismo.

Muitos dos antecessores destes parques lineares já antecipavam as inovações programáticas acima delineadas, embora ainda não vinculassem diretamente essas intervenções a questões sociais. Neste sentido, o Parque de Ponta Negra já se alimentava da experiência consagrada do Parque do Flamengo, apresentando vários pontos em comum com seu antecessor carioca, como a associação de pistas de tráfego a passeio de pedestres, além de uma série de equipamentos esportivos, recreacionais, e também culturais que não foram totalmente implementados. Entretanto, ao contrário do Parque do Flamengo, o Parque da Ponta Negra não surgiu de uma necessidade de acesso e circulação entre áreas específicas da cidade, ou da reversão de um processo de degradação ambiental, pelo menos quando comparado a outras áreas de Manaus no mesmo período. A própria área em que foi implantado só passou a ser ocupada mais significativamente nos anos seguintes por torres residenciais de classe alta, em um solo altamente valorizado pelo parque. Na realidade, foi construído de acordo com a demanda por espaços livres públicos da população manauara, e pela nova imagem que se procurava criar para uma cidade cuja maior parte da orla se destinava a atividades portuárias ou grandes bolsões de pobreza, a exemplo da “cidade flutuante” que se formou nas margens do Negro na década de 70. Ao contrário de Belém, com seu sistema de praças e parques implementados por Antônio Lemos, Manaus não contava até então com um espaço livre significativo, sendo um marco no processo de requalificação urbana da cidade.

Conforme visto, tal retomada da orla fluvial foi presenciada por várias outras cidades amazônicas, que investiram em projetos e obras capazes de corresponder a essa imagem tão desejada. Raros são os projetos de parques lineares implantados sem acompanhar necessariamente os cursos d’água, a exemplo do Parque Ayrton Senna, em Boa Vista, localizado na principal via de acesso à cidade com mais de dois quilômetros de extensão. No entanto, o que se observa frequentemente é associação da recuperação da orla fluvial com equipamentos recreacionais e culturais, e com o tráfego de automóveis, não necessariamente de alta velocidade, dado a pequena dimensão de algumas cidades que ainda não necessitam desse tipo de via, tão comum nas grandes metrópoles. Mesmo assim, é possível observar em cidades de porte médio, como Macapá, com pouco mais de 300.000 habitantes, cerca de oito quilômetros de vias a beira-rio, associadas a equipamentos de lazer e praias fluviais. No Pará,

Santarém e seu distrito Alter do Chão, assim como o distrito de Belém, Icoaraci, apresentam projetos semelhantes.

Tanto estes projetos analisados anteriormente, quanto os que analisamos neste tópico, estão associados, mais uma vez às águas e à sua recente (re)valorização cultural. Esta passa a ser vista como fator locacional relevante, recurso natural a ser conservado e poderoso elemento da paisagem cultural, econômica e também política. Entretanto, como bem sabemos, nem sempre foi (ou é) assim.

A poluição dos rios e os riscos frequentes de enchentes fizeram com que, até muito recentemente, grande parte das áreas ribeirinhas fosse considerada espaço desvalorizado, desprezado pelos processos formais de urbanização, transformando-se em paisagem residual, sujeita a ocupações irregulares. De fato, um dos graves problemas sócio-ambientais que a cidade hoje precisa enfrentar, associado às inundações, é a ocupação irregular da faixa marginal dos rios, principal causa de seu assoreamento, e conseqüentemente, das inundações.<sup>72</sup>

Soma-se a esse cenário a recorrência de práticas obsoletas de drenagem urbana e esgotamento sanitário, que continuam a proliferar obras de retificações, canalizações e impermeabilização de leitos de rios, muitas vezes utilizados como esgotos a céu aberto pelas habitações marginais que os ocupam.

Um dos primeiros exemplares de parques lineares amazônicos onde se observou a preocupação com a degradação sócio-ambiental, associada a demandas por espaços verdes e melhorias no sistema de tráfego, foi o Parque da Maternidade, na cidade de Rio Branco, considerado o principal marco do processo de renovação urbana da capital acreana. O córrego homônimo ao parque, que corta a malha urbana nas proximidades do centro da cidade, encontrava-se em um lento processo de degradação ambiental há anos, com muitos dos problemas recorrentes nos rios urbanos amazônicos, como a poluição por esgotamento sanitário, favelização em alguns trechos de suas margens, assoreamento com as enchentes decorrentes e, como de costume, pouca ou nenhuma acessibilidade física ou visual ao igarapé onde os cidadãos mais antigos costumavam banhar-se.

<sup>72</sup> Britto & Silva, 2006, p 17.



Canal da Maternidade antes da intervenção urbanística. Fonte: [www.skyscrapercity.com.br](http://www.skyscrapercity.com.br)

Há muito tempo que o canal da maternidade era alvo de interesse público, preocupado com o estado de deterioração que se intensificava a cada ano. Os primeiros estudos da década de 80 contemplavam soluções mais tradicionais de macro e microdrenagem, com canalização completa do leito do córrego, este ladeado por vias de tráfego rápido que visavam melhorar o complicado trânsito de Rio Branco. O projeto executado e inaugurado em 2002, desistiu da idéia original e ampliou a complexidade da intervenção, compreendendo o igarapé como um elemento importante de estruturação urbana, contemplando-o com a idéia de um parque ao longo de 6 km do seu curso, em mais de 100 metros de faixa urbanizada (aproximadamente 50 metros para cada margem). Nesta intervenção foi mantida a proposta de implantar um importante eixo viário, embora com tráfego mais leve, integrado a uma ciclovia e passeio de pedestres, assim como a canalização parcial do igarapé, amenizada por taludes gramados e pelo projeto paisagístico das margens. Aí foram implantados diversos equipamentos urbanos voltados ao lazer, esporte, atividades culturais e gastronômicas, além de uma reformulação completa do mobiliário urbano. Com relação à forma, percebe-se claramente a valorização de elementos culturais locais, tanto de cunho historicista, a exemplo dos pórticos e da praça com a forma do mapa do Acre, quanto indígenas, representados pelo uso da madeira e palha, especialmente no formato da oca do centro cultural.

Embora o parque tenha atribuído uma imagem renovada ao igarapé, tornando-o um dos espaços públicos mais importantes da cidade, alguns problemas encontram-se pendentes, a exemplo do esgotamento sanitário ainda presente em alguns trechos, apesar da relativa redução. Um dos maiores ganhos, como ocorre usualmente nos projetos deste tipo, foi ter conferido legibilidade ao canal e uma nova dimensão na vida da cidade. Muitos edifícios públicos e empreendimentos imobiliários construídos após a inauguração passaram a aproveitar a vista do parque, voltando suas fachadas para o igarapé, usualmente acostumado com as costas dos mesmos, a exemplo da maternidade pública que o empresta seu nome. Hoje, constitui um dos principais cartões postais da cidade, utilizado tanto pelo marketing turístico, como também político por parte da administração que o idealizou.



Parque da Maternidade em Rio Branco. Fonte: [www.skyscrapercity.com.br](http://www.skyscrapercity.com.br)



Parque da Maternidade em Rio Branco. Fonte: o autor, 2007.



Parque da Maternidade em Rio Branco. Fonte: o autor, 2007.

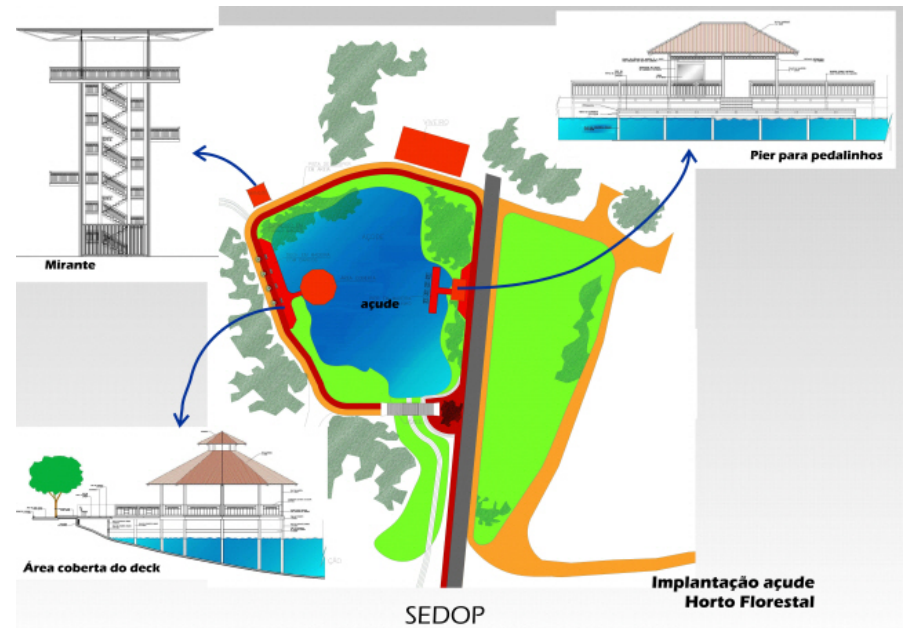
A experiência bem sucedida do Parque da Maternidade alavancou a revitalização dos espaços públicos de Rio Branco, a exemplo das intervenções descritas anteriormente na zona central, e estimulou projetos com abordagem semelhante, embora com menor nível de complexidade e investimentos. No Parque Tucumã, inaugurado em 2005, encontra-se muitos dos conceitos utilizados no seu predecessor, como a associação de pistas de tráfego leve ao parque público e a um igarapé em estado de relativa deterioração. Contemplando também soluções mais próximas do conceito de *parkway*, o projeto implantado ao longo do curso d'água estende-se por uma via de tráfego rápido que conecta a cidade ao aeroporto, principal porta de entrada da cidade que procura se apresentar em harmonia com seu meio ambiente. Outro projeto semelhante encontra-se em fase de estudo na capital acreana, a ser situado no igarapé do São Francisco, com os mesmos preceitos de recuperação e preservação ambiental, através de um parque que se desenvolve ao longo do leito do rio, composto por um horto florestal e áreas de lazer a serem construídos ao redor de um açude próximo ao córrego. Com mais esse exemplar, Rio Branco reforça não somente o seu sistema de parques lineares, um dos mais expressivos da região, como também renova a sua imagem urbana. Apesar de focar a requalificação do espaço urbano segundo uma abordagem mais ampla, as experiências de Rio Branco ainda não contemplavam profundamente as questões sociais envolvidas no processo de degradação ambiental, priorizando a melhoria da qualidade de vida como um todo e, principalmente, o marketing urbano com claro foco turístico e político.

Mais recentemente, a cidade de Manaus se viu obrigada a encarar essas questões, após anos de relativa dormência política no trato dos problemas habitacionais e ambientais acumulados. A capital amazonense presenciou um intenso processo de urbanização nas últimas décadas, acentuado pela criação da Zona Franca de Manaus e pela grande massa migratória, advinda tanto de outros estados quanto do próprio Amazonas, elevando a concentração da população do estado na capital em mais de 75%, sendo desta 99% urbana<sup>73</sup>. Conforme descrito pelo capítulo anterior, esse processo se deu de forma desordenada, com altas taxas de favelização e ocupações irregulares, especialmente ao longo dos vários igarapés que cortam a cidade.

<sup>73</sup> Pereira, 2006, p 36.



Parque Tucumã, em Rio Branco. Fonte: o autor, 2007.



Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Obras Públicas  
Projeto para Parque no Igarapé São Francisco, em Rio Branco. Fonte: www.skyscrapercity.com.br



Igarapé dos Educandos em Manaus, antes e durante as obras do PROSAMIM. Fonte: o autor, 2007.

Dados não oficiais indicam que Manaus conta com cerca de 70 mil habitações localizadas em faixas marginais dos cursos d'água, onde vivem aproximadamente 300 mil pessoas. Essas moradias são em forma de palafita precárias, construídas sobre espelhos d'água ou em áreas sujeitas a inundações. Algumas são construções de alvenaria localizadas em talvegues secos de antigos igarapés ou em terrenos não alagadiços. (...) Ademais há ainda 76 flutuantes fundeados nos igarapés ou junto a pequenos atracadouros da cidade.<sup>74</sup>

Esta situação atingiu tal escala nos últimos anos, obrigando a administração pública a tomar medidas emergenciais para conter o acelerado processo de degradação sócio-ambiental em curso que, como bem sabemos, possui um lado bastante perverso.

Entendemos que o risco ambiental não se distribui de forma aleatória, mas obedece aos padrões de desigualdade e segregação social que marcam a estruturação das cidades. Ou seja, são as populações situadas nos níveis inferiores da escala da estratificação social, por características de renda, cor e gênero, que residem ou utilizam os territórios de maior risco ambiental, como a população das favelas, o que as coloca numa situação que denominamos de vulnerabilidade sócio-ambiental, onde se sobrepõem vulnerabilidades sociais à exposição a riscos ambientais.<sup>75</sup>

No caso amazônico e o específico de Manaus, soma-se a esse processo de segregação espacial as tradições ribeirinhas da maior parte dessa população marginalizada, acostumada a solucionar sua habitação a partir da natureza, ao longo dos rios. Entretanto, sua transposição para o meio urbano e seu adensamento acabam por aprofundar a desigualdade sócio-ambiental acima descrita. Diante deste cenário, o Governo do Amazonas iniciou em 2007 o Programa Social e Ambiental dos Igarapés de Manaus, o PROSAMIM, na tentativa de reverter esse quadro com políticas urbanas voltadas ao investimento habitacional, recuperação e valorização dos recursos hídricos, além de prover a

<sup>74</sup> Scherer & Mendes Filho, 2007, p 6.

<sup>75</sup> Britto & Silva, 2006, p 19.



cidade de novas áreas de lazer e de novas vias de tráfego, estas igualmente emergenciais para a melhoria do trânsito de Manaus, sem dúvida o mais caótico de toda Amazônia. Para atingir esse objetivo, o conceito de *parkway* foi amplamente empregado, juntamente com o remanejamento e reposição de moradias da população que se encontrava em áreas de risco. É uma das primeiras intervenções em larga escala que associa a utilização de parques lineares em conjunto com política habitacional e de recuperação ambiental.

O PROSAMIM tem como objetivo, melhorar a qualidade de vida da população residente na área de abrangência do Programa, através do melhoramento das condições de saúde e do entorno urbano. (...) Dez meses já se passaram desde o início das obras do Programa Social e Ambiental dos Igarapés de Manaus – PROSAMIM no Igarapé do Quarenta, neste prazo, mil e oitocentas famílias que moravam nos leitos dos Igarapés do Quarenta e Cachoeirinha foram beneficiadas através do Plano de Reposição de Moradias e Remanejamento de Populações e hoje desfrutam de maior qualidade de vida. Neste período, foram construídos praça com espelho d'água, chafariz, lanchonetes, sanitários públicos, banca de revista, bancos, playground, campo de futebol, vestiário e palco para shows; quadra poliesportiva com iluminação; posto de Pronto Atendimento ao Cidadão – PAC, recuperação ambiental, paisagismo das áreas recuperadas e plantio de espécies nativas (...) O componente social presente no PROSAMIM realiza também o monitoramento e o registro das ações de remanejamento. Uma vez que a qualidade de vida da população é uma das metas do Programa, acompanhar a eficácia das ações até aqui desenvolvidas que visam esse objetivo, se torna essencial para o seguimento do PROSAMIM. Diante disso a Participação Comunitária em parceria com a Comunicação Social vem coletando informações para analisar os indicadores de avaliação e monitoramento. Coletadas diretamente com a comunidade remanejada, através de depoimentos das famílias beneficiadas, visitas às novas residências e relatórios dos avanços nos processos de remanejamento e na execução das obras.<sup>76</sup>



Obras do PROSAMIM no Igarapé dos Educandos, em Manaus. Fonte: [www.amazonas.am.gov.br](http://www.amazonas.am.gov.br)

<sup>76</sup> [www.prosamim.am.gov.br](http://www.prosamim.am.gov.br), acessado em 20 de outubro de 2008.



Obras do PROSAMIM nos Igarapés do Quarenta e do Passarinho, em Manaus. Fonte: [www.amazonas.am.gov.br](http://www.amazonas.am.gov.br)

Igarapé do Mestre Chico em fase de obras e projeto para o Igarapé do Bombeamento. Fonte: [www.amazonas.am.gov.br](http://www.amazonas.am.gov.br)

Além das intervenções urbanísticas realizadas no Igarapé do Quarenta e Cachoeirinha descritos acima, também foram realizadas obras similares nos igarapés do Educandos (um dos mais importantes da cidade em cuja foz havia crescido a “cidade flutuante”), do Passarinho e Mestre Chico (em andamento), além de projetos para o igarapé do Bombeamento e de Manaus, este último um braço do Educandos aonde se instalará o Parque do Palácio Rio Negro, anteriormente citado. Embora a associação de parques a rios urbanos não seja nova em Manaus, a exemplo das intervenções ao longo do Igarapé do Mindu, o foco na questão social, da qual derivam a degradação ambiental, é evidente no texto oficial parcialmente transcrito acima. Em nenhum momento do documento é mencionado segundas intenções turísticas, ao contrário do seu congêneres beleense, onde a questão sócio-ambiental é coadjuvante, diante da clara prioridade turística e de renovação da imagem urbana.

Diferentemente da cidade de Belém, que concentrou seus esforços de renovação na orla fluvial da Baía de Guajará, esta realidade emergencial de Manaus impôs a prioridade de solucionar o elevado grau de deterioração sócio-ambiental em que se encontrava uma parcela significativa da população, concentrando a atuação pública nos inúmeros igarapés no interior da cidade. Não que Belém não conviva com situações semelhantes, mas estas ficaram à margem das políticas públicas, literalmente, até muito recentemente. Mesmo as intervenções em curso na capital paraense que abordam tais questões sociais, a fazem como um aspecto secundário, sob a sombra do marketing turístico e do processo de enobrecimento urbano (gentrification), às vezes tratadas discursivamente como um empecilho ou um meio para atingir os objetivos principais, ao contrário do que se observa em Manaus, onde as intervenções do Prosamim priorizam questões emergenciais da cidade, como o tráfego e, principalmente, a degradação sócio-ambiental.

Esta é uma das principais diferenças entre o programa implementado em Manaus e o mais recente projeto urbano de Belém, o Portal da Amazônia, cujas obras iniciaram-se em 2007. Composto por vias de tráfego rápido e equipamentos de lazer e cultura ao longo de seis quilômetros da orla do Rio Guamá, conectará o Mangal das Garças ao campus da Universidade Federal do Pará, se tornando o mais novo exemplo de parque linear na região.



1ª etapa habitacional do PROSAMIM em Manaus. Fonte: [www.amazonas.am.gov.br](http://www.amazonas.am.gov.br)



Áreas de ocupação irregular nas proximidades da UFPA, em Belém. Fonte: Ponte, 2006

O Portal da Amazônia é composto por dois grandes projetos: a macrodrenagem da Estrada Nova e a Orla de Belém. Com o projeto, Belém ganhará uma orla com mais de 6 quilômetros de extensão que será fundamental para o desenvolvimento do turismo na cidade, gerando emprego e renda. O Portal da Amazônia é um investimento na saúde, no meio ambiente, na geração de emprego, na qualidade de vida e, acima de tudo, no resgate da dignidade de quem vive em condições subumanas.

(...)

O projeto Portal da Amazônia, em desenvolvimento desde 2005, deverá mudar a frente da cidade, abrindo um grande “janela” para o rio, melhorando o saneamento da área e incrementando o turismo.

(...)

O projeto prevê a abertura da orla até a Universidade Federal do Pará, com seis pistas, de 70 metros de largura, com área de passeio, estacionamento e ciclovia. Parte do espaço deverá ser reservado para área de lazer, incluindo quadras de esporte, áreas com equipamentos de ginástica, restaurantes e quiosques, nos moldes das orlas construídas nos grandes centros, como Recife e Rio de Janeiro. Com o projeto, a prefeitura pretende fazer com que Belém desponte definitivamente para o turismo com objetivo de gerar emprego e renda, ao lado de outros atrativos turísticos como a Estação das Docas, Casa das Onze Janelas e o Mangal das Garças.<sup>77</sup>

É evidente no discurso político em torno do projeto, parcialmente transcrito acima, a prioridade no incremento do turismo e na abertura das “janelas para o rio”, processo recorrente na cidade que parece não se contentar apenas com “janelas”, mas quer derrubar todas as “paredes” entre ela e a orla, embora a definição utilizada de orla seja questionável.

Através de um discurso da “redenção” do patrimônio natural, do potencial paisagístico e da possibilidade de um projeto de crescimento econômico decorrente do turismo é que se justifica a

<sup>77</sup> [www.belem.pa.gov.br](http://www.belem.pa.gov.br), acessado em 20 de dezembro de 2007.

intervenção territorial da Prefeitura Municipal. O *Portal da Amazônia*, então, é mais uma iniciativa do poder público no sentido do soerguimento econômico típico do planejamento urbano nos marcos atuais do planejamento estratégico ou, como queiram alguns, dos contornos atuais de uma política urbana neoliberal.<sup>78</sup>

Além do parque linear proposto, o projeto contempla a remoção e reposição de moradias dos habitantes remanescentes na orla da cidade, notoriamente marginalizados pelas políticas públicas anteriores. Entretanto, mesmo diante dos méritos do projeto habitacional executado, observa-se que o estado de degradação sócio-ambiental em que se encontravam essas famílias não foi o principal motivador desta intervenção, mas uma etapa necessária para desobstruir a vista do rio e “devolver” à cidade de Belém o contato com o mesmo, dentro da nova imagem almejada pelo poder público, onde as comunidades ribeirinhas possuem um estigma veladamente negativo, a despeito do discurso que busca recuperar suas raízes.

Símbolo da resistência urbana à expansão da privatização das orlas da Baía do Guajará e do rio Guamá, em Belém, na comunidade formada pelas 400 famílias moradoras das palafitas da Vila da Barca foi recompensada em dezembro de 2007 com a inauguração da primeira fase de um ambicioso projeto de habitação social para a área. (...) A Vila da Barca já está sendo identificada como uma forte referência para a área do “habitat” ribeirinho na Amazônia urbana.

As edificações e os espaços abertos do conjunto reinterpretem os paradigmas preexistentes, com um desenho de alta densidade, mas de baixa altura, o que permite a manutenção da conexão com a terra e com a vizinhança. (...) As unidades habitacionais configuram poliedros regulares gerados por operações de adição e subtração a partir da forma-base do cubo. (...) O jogo de alternâncias na inclinação dos panos de cobertura, associado à movimentação dos planos que compõem a forma-base das unidades habitacionais, propiciou a criação de um tecido urbano rico e heterogêneo.<sup>79</sup>



Início das obras do Portal da Amazônia em Belém, com o Mangal das Garças em primeiro plano.

Fonte: [www.skyscrapercity.com.br](http://www.skyscrapercity.com.br)



Conjunto habitacional da Vila da Barca, em Belém. Fonte: Revista AU, n 170, maio de 2008.

<sup>78</sup> Ponte, 2007.

<sup>79</sup> Éride Moura, in: Revista AU, n170, maio de 2008, p 33 (a partir de texto de Cristóvão Duarte).



Projeto para o Portal da Amazônia em Belém. Fonte: [www.skyscrapercity.com.br](http://www.skyscrapercity.com.br)

É louvável a importância conferida pelos projetistas da Vila da Barca às particularidades da forma de morar e conviver dos ribeirinhos, com seu rebatimento no espaço público e nos projetos das edificações. Entretanto, um dos principais componentes de sua cultura foi relativamente suprimido pelo Projeto Orla: o rio, tratado segundo intenções contemplativas e não de uso, como de costume nas comunidades ribeirinhas. Mais uma vez, a presença da água na retórica do projeto é expressiva do conteúdo das políticas de intervenção territorial, usada novamente como justificativa para a idéia de “resgate” da natureza na cidade, de sua identidade cultural, de suas raízes caboclas e da possibilidade e da potencialidade de desenvolvimento econômico<sup>80</sup>. Apesar de o discurso político contemplar tais objetivos, este não é sucedido necessariamente pela prática, diante da importância secundária dada à política de remoção do grande número de famílias ribeirinhas da área afetada, além do destino incerto dos inúmeros portos e trapiches localizados ao longo da área de projeto. A imagem desejada não corresponde, em essência, ao cotidiano e práticas das comunidades ribeirinhas, marginalizadas que, a princípio, seriam as mais contempladas pela obra.

A imagem da cidade difundida por órgãos públicos e privados procura reinventar uma identidade urbana associada com o ambiente natural. Trata-se de uma versão do contexto espacial-urbano transmitida de cima para baixo, isto é, dos órgãos públicos para a população em geral, principalmente quando se procura estabelecer a peculiaridade de Belém no contexto nacional. Apesar disso, desde a sua fundação, a cidade esteve “de costas”, urbanisticamente falando, para o ambiente natural circundante. (...) Assim, a visão idílica da cidade, completamente integrada ao meio natural circundante, a Amazônia, está muito mais presente nos discursos de administradores públicos, de empresários do ramo turístico do que na configuração espacial da cidade.<sup>81</sup>

Para utilizar um jargão recorrente nos discursos políticos, a reconquista do espaço público se torna um objetivo comum, e associa-se à busca de uma harmonia com a natureza e de uma identidade regional, mesmo que seja somente para suprir os anseios elitistas ou os folders turísticos distribuídos nos

<sup>80</sup> Pontes, 2007

<sup>81</sup> Costa, 2006, p 152-153.

aeroportos. Sem querer menosprezar a importância do turismo para o desenvolvimento da região norte, assim como dos projetos que o incrementam, é interessante notar que esses valores estão se formando de cima para baixo, de maneira que os valores tradicionais das comunidades locais passe muitas vezes despercebido, ou até intencionalmente negligenciado pelo poder público.

Neste sentido, o conceito de parque linear, enquanto instrumento de intervenção, merece uma nova revisão por parte da administração pública e dos urbanistas que o projetam e o discutem. É importante, claro, reconhecer nos novos formatos dessa tipologia um constante processo de adequação à realidade amazônica, que incorporou ao mesmo tempo novas funções e valores. Muito além do conjunto viário associado à demanda por espaços livres públicos, os *parkways* amazônicos contemplam questões ambientais, sociais e simbólicas relevantes, se tornando uma ferramenta estratégica consolidada, capaz de solucionar uma série de questões urbanas num só golpe. Entretanto, a problemática social enfrentadas por estes projetos, a exemplo do caso de Belém, deve ser melhor debatida e encarada. Essa realidade a ser enfrentada é uma das principais diferenças dos projetos para parques lineares atuais, o que lhes confere uma dimensão social, e conseqüentemente uma atuação interdisciplinar, antes mais limitada à restauração histórica ou à preservação do meio ambiente natural. Observa-se que para atingir esse último, tais projetos contemplam práticas sociais como fundamentais para atingir os objetivos propostos, mais alinhados com as premissas de projeto ecológicos, como as difundidas por Michael Hough<sup>82</sup>, e mais recentemente pela releitura crítica de autores como Matthew Gandy<sup>83</sup>, Maria Kaika, Nik Heyen e Erik Swyngedouw<sup>84</sup>, que entendem o meio urbano como o resultado de um processo histórico-geográfico de urbanização da natureza, onde as dinâmicas sociais têm um papel fundamental. Os problemas ambientais urbanos vistos sob a ótica sócio-ecológica, onde as desigualdades sociais e ambientais são vistas em conjunto, tanto como causas quanto como efeitos, abrem espaços para movimentos de justiça ambiental, como os descritos por David Harvey<sup>85</sup>, assim como para novas abordagens projetuais, multifuncionais, interdisciplinares e formalmente diversificadas.

<sup>82</sup> Hough, 1995.

<sup>83</sup> Gandy, 2006.

<sup>84</sup> Heyen, Kaika & Swyngedouw, 2006.

<sup>85</sup> Harvey, 1996.



Projeto para o Portal da Amazônia em Belém. Fonte: [www.skyscrapercity.com.br](http://www.skyscrapercity.com.br)



Torre do Mercado do Ver-o-Peso visto do Solar da Beira, em Belém do Pará. Fonte: o autor, 2007.

### 3.7 – O CASO DE BELÉM: PARADIGMAS RENOVADOS

A problemática sócio-ambiental, com a qual têm se deparado os projetistas amazônicos nas últimas intervenções urbanísticas, é especialmente condensada na cidade de Belém. Conforme vimos, esta metrópole regional concentra os exemplos mais expressivos dos projetos em questão, e assume uma posição de referência para as demais cidades da região. Assim como difunde modelos e padrões urbanos Amazônia afora, suas experiências abrem espaço para a reflexão de práticas e resultados, antecipando novos paradigmas urbanos. Ao longo deste capítulo temos visto separadamente os projetos belenenses segundo cada abordagem e corrente projetual encontradas. Contudo, uma análise conjunta dos mesmos é capaz de sintetizar as principais problemáticas a serem enfrentadas, assim como os paradigmas resultantes. Este último tópico busca, portanto, identificar as principais contradições no discurso e na prática projetual e, por conseguinte, as questões ainda em aberto, as quais os próximos projetos urbanos deverão contemplar.

A fim de evitar redundâncias quanto ao que já foi antecipado nos tópicos anteriores, quando da análise de cada projeto, procuraremos nos ater aqui aos paradoxos encontrados no discurso da “devolução” da orla de Belém e sua relação com a idéia de natureza nele expressa. Para isso, necessitamos avaliar mais do que os aspectos formais e programáticos anteriormente focados, avaliando conjuntamente o contexto político e cultural em que se inserem, o processo que os originaram, os discursos e práticas dos atores envolvidos e os resultados efetivos de sua inserção na cidade. Obviamente, a abrangência desta dissertação e o curto tempo que dispomos nos permitem, quando muito, apenas breves apontamentos quanto a estas questões. Para tanto, nos é indispensável os esforços empreendidos por diferentes pesquisadores, que nos últimos anos tomaram as experiências urbanas de Belém como estudo de caso, os quais utilizaremos em demasia para auxiliar nesta tarefa.

O aspecto mais analisado pelos estudos urbanos recentes relacionados à Belém diz respeito à contradição discursiva existente na idéia de resgate de valores culturais através de intervenções que buscam, paradoxalmente, promover uma nova imagem de cidade contemporânea. O processo de “devolução” da orla daí derivado, que se pretende democrático e revitalizador de uma identidade urbana



específica, onde as águas ocupam um lugar de destaque, acaba por encobrir práticas de requalificação sócio-espacial marcadas pelo enobrecimento (gentrification) e pelo turismo. Esse discurso que se formalizou no final da década de 1990 foi, entretanto, construído durante quase duas décadas por grupos sociais específicos, que forjaram um consenso em torno do resgate da orla como um imperativo acima de qualquer discussão.

Não é de hoje que as burguesias dominantes, ilustradas pelas recomendações da saúde, da ciência e mesmo pela predileção da contemplação paisagística, passaram a consumir o litoral, a beira da água, como espaço privilegiado das amenidades, do ócio, e do lazer. No caso de Belém/PA, alguns grupos vêm construindo a idéia de uma potencial “orla” fluvial como espaço desejável para a cidade pelo menos desde o final dos anos 1980.<sup>86</sup>

A concretização dessa idéia foi encubada por quase duas décadas até que o primeiro projeto concluído desse forma aos seus anseios e contradições. A Estação das Docas, que apesar de inaugurada somente em 2000, conjuntamente com a primeira fase do Feliz Lusitânia, tem sua concepção projetual datada de 1992, representando, mais que o início de um processo de renovação urbana que se intensificaria nos anos seguintes, a consagração de uma imagem de cidade constituída de cima para baixo. Evidentemente, os projetos que se seguiram apresentaram diferentes tonalidades e matizes conceituais, mas todos se alimentaram do cerne do discurso elaborado em torno deste projeto, rapidamente considerado o principal exemplar de seu gênero na Amazônia.

A importância e o aproveitamento econômico dos rios que cercam a parte mais antiga de Belém fizeram com que o espaço fosse ocupado pelos portos, galpões, serrarias, fábricas e empresas, negando ao morador de Belém o prazer do contato visual com seus rios, onde estão verdadeiro espírito da Amazônia. A busca da própria identidade paraense, de mais qualidade de vida, de valorização artística, turística e cultural da cidade, faz com que a

abertura das janelas para o rio seja muito mais que uma febre, mas uma necessidade inquestionável.<sup>87</sup>

Esta primeira obra de vulto foi o estopim de um tiro muito previamente calculado pelo discurso que conferiu à orla uma identidade única, irrevogável e absolutamente indispensável, tanto para renovação urbana de Belém quanto para o resgate de seus valores culturais. Construiu um consenso em torno da imagem desejada de cidade, que mesmo os projetos que pretendiam contrapor-la acabaram por nela recair. É interessante observar no texto oficial a associação da essência amazônica aos rios, tratados como portadores da própria identidade regional, como de fato o são, embora os contemplem como elementos de forte valor paisagístico, como se o simples “contato visual” fosse suficiente para resgatar o seu “verdadeiro espírito”. É neste ponto em que residem muitas das similaridades entre abordagens que aparentemente se apresentam como distintas, até mesmo opostas. Assim sendo, as diferenças existentes entre o planejamento participativo utilizado pela administração municipal e o planejamento estratégico do governo estadual acabam por se anular diante da justificativa principal de suas intervenções, o resgate das águas, como bem analisa Juliano Ponte, em um estudo dedicado ao tema.

No caso estadual, a gestão implementa uma concepção típica dos modelos habitualmente associados aos casos estratégicos da revitalização urbana. Estes modelos contêm a notória parceria público-privado, o tratamento arquitetônico, urbanístico e paisagístico com repertório contemporâneo como construção imagética, a lógica da intervenção pontual, justificada por uma eventual irradiação dos seus efeitos para o entorno e o discurso “culturalizante” e francamente apoiado nas regras de mercado. Estas intervenções, apesar do citado caráter pontual, estão articuladas entre si, dentro de um projeto turístico e de uma política cultural de corte similar àquelas implantadas em diversos casos europeus, latino-americanos e norte-americanos. Isto indica

<sup>86</sup> Ponte, 2007.

<sup>87</sup> Estado do Pará, “Com a Estação das Docas, Belém volta sua face para o rio”, 2000, op cit Ponte, 2004, p 60 (grifo do autor).

que há, de fato, um plano (estratégico) em curso, nos moldes da teoria do plano estratégico de cidades.<sup>88</sup>

Por outro lado, a Prefeitura Municipal de Belém pretende adotar um tratamento de orla (e de centro) que privilegie a consolidação do espaço público, visto como local de encontro, de sociabilidades. Este tratamento pretende ser, também, um contraponto àquele executado pelo Governo do Estado. As intervenções da Prefeitura Municipal na orla e no centro de Belém procuram uma identificação com este discurso da democratização do espaço, da produção do lugar público, para demonstrar a oposição política ao outro projeto. Este antagonismo, entretanto, tem alguns problemas. Em primeiro lugar, tem um caráter eminentemente reativo, pois se pauta na intervenção já proposta pelo agente “antagônico”, o governo do estado, para desenvolver sua própria. Por outro lado, o projeto da prefeitura ressent-se de maior consistência enquanto projeto extensivo, isto é, como alternativa de desenvolvimento, de aproveitamento deste que é um recurso natural totalmente articulado com algumas atividades econômicas e sociais importantes da região. Em suma, este projeto pretende-se antagônico, mas sugere o mesmo uso do solo e as mesmas destinações do espaço – os fins paisagísticos, de lazer, amenidades e de contemplação da orla. A prefeitura apresenta o caráter público, franco, aberto, como paradigma, mas reproduz o lugar comum do mesmo uso do solo, sem maiores proposições alternativas, críticas.<sup>89</sup>

As diferenças discursivas, como observou o autor, não acompanham necessariamente as formas finais dos projetos, conforme também analisamos anteriormente. Entretanto, é importante relativizar essa afirmação, com a qual concordamos, com uma ressalva. Apesar das semelhanças entre muitos aspectos das intervenções municipais e estaduais, ainda é possível identificar reflexos de políticas distintas, principalmente nos dois primeiros projetos de cada esfera de poder. Apesar de se alimentarem do mesmo discurso de resgate da orla e da

cidade ribeirinha, a Estação das Docas e o Ver-o-Peso constituem de fato lugares distintos, diferenças realçadas pela sua proximidade física. A espetacularização do espaço com fins declaradamente turísticos do primeiro em contraposição à revalorização da cultura local emblemática do segundo, a acessibilidade controlada versus a livre circulação de pessoas e bens, o cais flutuante da Estação exclusivamente turístico e a doca do Ver-o-Peso com seus típicos barcos de pescadores, a gastronomia internacional de restaurantes climatizados e os pratos e produtos regionais da feira livre, a assepsia impecável e a “bagunça” característica, a massa de turistas no final da tarde sob os guindastes-esculturas e a massa de belenenses tomando seu café na manhã do mercado, são algumas das diferenças entre os dois locais que um visitante desavisado pode encontrar sem grande esforço de observação. Sem querer entrar no mérito simplista de qualificar tais espaços positiva ou negativamente, é evidente que diferenças existem. Mesmo diante de similaridades quanto à abordagem turística e à contemporaneização dos espaços históricos, não podemos afirmar que as docas e o mercado são lugares idênticos. Entretanto, se nos é permitido arriscar uma hipótese, com intenção de lançar um tema a ser analisado com mais profundidade, consideramos que essas diferenças existem, não necessariamente pelas diferentes abordagens projetuais que, por sua vez tendem a se igualar na forma, mais principalmente pelos diferentes usos e valores atribuídos posteriormente pela população a ambos os espaços, marcados por movimentos de resistência, no caso do Ver-o-Peso, como de mudanças, no caso da Estação.

Feita essa ressalva, concordamos com Ponte quanto às semelhanças formais resultantes na postura municipal e estadual, embora o uso público não acompanhe fundamentalmente as formas concretizadas, da mesma forma que o discurso que a antecede, num estranho desalinhamento entre a forma e o conteúdo. Observa-se, então, que a forma materializada nestes espaços projeta uma imagem de cidade idealizada que não acompanha necessariamente a cidade real. É neste sentido que as intervenções posteriores que se seguiram, a exemplo do Feliz Lusitânia, do Ver-o-Rio e, mais recentemente, do Portal da Amazônia, acabam por refletir o mesmo discurso caracterizado pelo resgate das águas, a despeito das distinções políticas dos seus interlocutores municipais e estaduais.

Por conseguinte, acabam por reproduzir na orla da cidade o mesmo uso do solo, com finalidades e objetivos semelhantes, assim como os resultados, unificados sob o discurso da “devolução”. Novamente, a água é o fio condutor deste

<sup>88</sup> Ponte, 2004, p 24.

<sup>89</sup> Ponte, 2004, p 24-25.

processo e elemento aglutinador mais relevante. O aparente consenso construído ao seu redor acaba, de uma maneira geral, a encobrir ambivalências e contradições, servindo a diferentes discursos e grupos de interesses, nem sempre alinhados, assim como o conceito de sustentabilidade, cuja imprecisão conceitual serve como mote para diferentes atores e práticas. Neste sentido, a “devolução” que se apregoa no discurso de desobstrução da orla, enquanto um pretenso projeto de democratização da mesma, encobre práticas e interesses contraditórios. O resgate das origens ribeirinhas converte-se, então, em um processo de renovação urbana marcada pela reconfiguração de usos e formas de ocupação do solo, de acordo com o ideário de cidade difundido pela elite de Belém, em busca de novos espaços cada vez mais escassos capazes de refletir a nova imagem desejada. Este processo se dá, como sabemos, através de movimentos de enobrecimento de áreas antes desqualificadas e, conseqüentemente, de desigualdades sócio-espaciais, estreitamente relacionados com os interesses do capital imobiliário.

Fala-se intensivamente em democratização do acesso à orla fluvial, como patrimônio da cidade, e à revitalização do centro como forma de melhoria da qualidade da urbanização de Belém. No entanto, há óbvia tendência de valorização dos imóveis nos locais de intervenção, uma vez que as obras de renovação significam a imobilização de capital no espaço, tornando-o apto a ser consumido em outra esfera do setor imobiliário. E é nisto, basicamente, que reside a maior contradição do projeto de “devolução” da orla e do centro de Belém; na apropriação necessariamente desigual do solos urbano que acontece na cidade capitalista.<sup>90</sup>

Ao converter a cidade de “obra” em “produto”, e transformar o valor de uso dos espaços em valor de troca<sup>91</sup>, os gestores urbanos de Belém acabam por reforçar a produção de desigualdades sócio-espaciais, pois o projeto de “devolução” impossibilita a inclusão social de atores antagônicos em um projeto que não contempla as formas de uso acumuladas no tempo<sup>92</sup>. Pelo contrário, promovem

intencionalmente a alteração sócio-econômica e cultural do centro antigo da cidade, a partir de um novo perfil de consumo, que aponta para segregação sócio-espacial e a elitização. Dessa forma, resultam, segundo Trindade Jr, Santos & Ravena<sup>93</sup>, no recuo da cidadania, expresso através do caráter que a orla de Belém tem assumido historicamente através de quatro situações principais identificadas pelos autores. A primeira delas refere-se à apropriação privada dos espaços comuns, característica da utilização histórica da orla de Belém, aparentemente combatido pelos projetos de retomada da mesma. No segundo caso, a progressão das identidades territoriais, percebida a partir do discurso da diferença, expressos na produção de infra-estruturas com finalidades turísticas em detrimento do uso cotidiano local. Na terceira e quarta situações, o emuralhamento da vida social e o crescimento de ilhas utópicas se manifestam na negação do espaço coletivo, onde os indivíduos são selecionados de acordo com sua condição sócio-econômica, e o direito ao espaço é camuflado por um direito à paisagem.

Contraditoriamente, as intervenções que propagam o resgate da orla, tida como subtraída historicamente, “parecem mesmo reforçar a condição de espaços privados, como também caminhar no sentido do recuo da cidadania, frustrando a expectativa de inversão da lógica de produção do espaço urbano na faixa de orla”<sup>94</sup>. Complementando a proposição dos autores, esse processo é reforçado pela valorização do solo urbano no entorno das intervenções urbanas, amplamente explorado pelo setor imobiliário sedento por novas áreas de expansão no escasso perímetro urbano de Belém. “Este processo de enobrecimento é obviamente incompatível com qualquer noção de democratização ou “devolução” da orla central, a não ser para grupos específicos”<sup>95</sup>. Estas contradições podem ser facilmente identificadas nos discursos dos idealizadores destes projetos, a exemplo do recente Portal da Amazônia, cuja problemática sócio-ambiental foi contemplada, embora sob a sombra da requalificação espacial com intenções turísticas.

<sup>90</sup> Ponte, 2004, p 30

<sup>91</sup> Amaral & Vilar, 2005, p 91.

<sup>92</sup> Ponte, 2004, p 201.

<sup>93</sup> Trindade Jr, Santos & Ravena, 2005, p 40-41.

<sup>94</sup> Trindade Jr, Santos & Ravena, 2005, p 41.

<sup>95</sup> Ponte, 2004, p 203.



Investimentos imobiliários nas proximidades do projeto Ver-o-Rio. Fonte: [www.skyscrapercity.com.br](http://www.skyscrapercity.com.br)

No texto oficial, o Secretário Municipal de Urbanismo Luís Otávio Pereira coloca inicialmente como objetivo do projeto mudar “diretamente as condições de vida destas pessoas, resgatando para elas as características ambientais e sociais da área”, embora logo adiante admite que a orla do rio Guamá “está inserida num projeto de urbanização turística, com toda a infra-estrutura necessária para proporcionar lazer e diversão às diversas camadas sociais”<sup>96</sup>. Além de reproduzir os mesmos usos do solo de outras intervenções, apesar da atenção conferida ao projeto de remoção de famílias da Vila da Barca, o Portal da Amazônia parece dar continuidade aos processos adjacentes observados nos seus antecessores, principalmente no que diz respeito à especulação do capital imobiliário. Conforme demonstrado pelo estudo de Juliano Ponte<sup>97</sup>, o mercado imobiliário de Belém tem alterado seu padrão de ocupação, antes concentrados em bairros tradicionais da cidade já saturados, migrando seus investimentos para a orla fluvial, principalmente nas proximidades das “janelas para o rio”, a exemplo das torres residenciais de alto padrão, edificadas e em construção, no entorno do Ver-o-Rio. Apesar da prefeitura afirmar que está realizando ações de controle urbanístico no entorno do Portal da Amazônia, com objetivo de evitar a especulação imobiliária, não parece ser esta a mesma idéia do presidente da Federação das Indústrias do Estado do Pará, José Conrado, cuja “expectativa é a de criar novas áreas de investimentos na Grande Belém, principalmente habitação – já estamos sem áreas disponíveis no setor – e a área de hotelaria. Com isso, deverão ser criados restaurantes, hotéis e uma área comercial”<sup>98</sup>. Embora o discurso e as ações do poder público parecerem estar mudando de direção, mais preocupado com a problemática sócio-ambiental, ainda são encobertos por práticas e projeções já bem conhecida pelos seus predecessores.

Enfim, é contraditória a proposta de democratização, de “devolução”, da orla central a partir dos elementos presentes neste contexto. E são insuficientes os projetos da devolução, que têm impacto sobre agentes já historicamente posicionados em função de uma racionalidade de ganhos a partir da construção de cidade. Além disso, a “devolução” mostra-se insuficiente para lidar com a diversidade de potenciais de aproveitamento da própria orla fluvial, fato que é parte constituinte do

<sup>96</sup> [www.belem.pa.gov.br](http://www.belem.pa.gov.br), acessado em 20 de dezembro de 2007.

<sup>97</sup> Ponte, 2004.

<sup>98</sup> [www.orm.com.br](http://www.orm.com.br), acessado em 20 de dezembro de 2007.

processo histórico de desenvolvimento urbano de Belém. Por isto, arriscamos dizer que o projeto de “devolução” não pretende, em último caso, promover a efetiva abertura do espaço da orla central, mas reconfigurar a estrutura de uso, aproveitamento e apropriação daquele espaço, valorizado e disputado.<sup>99</sup>

A grande maioria dos pesquisadores que têm analisado o tema se alinha com a afirmação acima, promovendo uma ampla reflexão sobre as contradições do discurso de “devolução”, das práticas realizadas e dos resultados efetivos. Concentram seus esforços em demonstrar que o resgate de determinados valores culturais acaba por se converter, paradoxalmente, em um processo de negação dos mesmos, confirmando a necessidade de uma revisão crítica das políticas urbanas em curso. Consideramos que no consenso construído em torno do resgate das águas reside o principal paradoxo denunciado, assim como a origem de equívocos e incoerências de discursos e práticas públicas. Ao valorizar a água segundo seu potencial paisagístico, qualificando-a como amenidades urbanas destinadas ao uso contemplativo, turístico e lazer, limita, quando não exclui, a sua dimensão vivida onde se encontra seu verdadeiro significado na cultura amazônica.

A maioria dos projetos implementados nos últimos anos na orla de Belém é passível de críticas, porque despreza a condição de cidade ribeirinha da capital paraense, o que é diferente da condição de cidade beira-rio. A cidade beira-rio refere-se à localização da cidade banhada por um rio. Para ela, a importância do rio resume-se, em grande parte, à sua dimensão contemplativa, traduzida no marketing urbano e nas propostas de intervenção através da expressão ‘janelas para o rio’. A cidade ribeirinha, pelo contrário, não se define simplesmente por estar à beira de um rio. Por exemplo, a orla fluvial de Belém apresenta uma dimensão cotidiana que se expressa materialmente por meio de uma paisagem e de um espaço vivido ligado às necessidades de sobrevivência econômica e de expressões sociais com fortes apelos culturais.<sup>100</sup>



Dimensão vivida do rio, expressa pela procissão fluvial do Círio de Nazaré, em Belém.

<sup>99</sup> Ponte, 2004, p 201.

<sup>100</sup> Saint Clair Trindade Jr em entrevista ao Jornal O Liberal, in: [www.orm.com.br](http://www.orm.com.br), acessado em 20 de dezembro de 2007.



Acima a Marina idealizada pelo Portal da Amazônia em Belém, em contraste com o Porto de Manaus.  
 Fonte: [www.skyscrapercity.com.br](http://www.skyscrapercity.com.br) e o autor, 2007.

Em um artigo dedicado ao valor de uso das águas de Belém, Silva e Ribeiro<sup>101</sup> identificam e locais de sociabilidade atrelados à vida cotidiana ribeirinha, em busca de identidades urbanas normalmente negligenciadas, conscientemente ou não, pelos projetos para a orla. Fazem coro à posição de Trindade Jr., reforçando a necessidade de incorporar às intervenções urbanas a dimensão vivida da cidade ribeirinha, hoje limitadas ao seu “resgate” simbólico expresso na dimensão contemplativa, direcionadas a grupos específicos. Neste sentido, recordam o valor de uso, e não meramente simbólico, que a água possui na dinâmica ribeirinha, como medidora de trocas e vivências, seja através da pesca ou do transporte de bens e pessoas. Sob essa ótica, os inúmeros portos e trapiches, consensualmente acusados de impedir a acessibilidade (visual) aos rios, são vistos pelos autores como locais privilegiados de sociabilidade das comunidades cujos valores se pretende resgatar.

Entretanto, não é o que se observa nos projetos para a orla, que se utiliza de um discurso de resgate para práticas de reconfiguração espacial. Nas intervenções, o valor de uso da água é limitado, a exemplo do cais exclusivamente turístico da Estação das Docas e da dimensão contemplativa dos projetos. No Portal da Amazônia, os antigos portos são substituídos pelo passeio a beira-rio, tipicamente contemplativo, com seus pequenos deque que se prolongam sobre o rio. Quando muito, o uso do mesmo limita-se à marina proposta, embora se perceba nas imagens divulgadas que se destina a um público bem diferente ao que se habituou o rio Guamá, ilustrado pelos brancos iates e barcos a vela nela ancorados, muito distintos da profusão de cores dos típicos barcos amazônicos. Os portos e trapiches da orla, cujo destino ainda é incerto, “são formas de sociabilidade mediadas pelo rio que, apesar de sua tão grande importância para o conteúdo urbano da cidade quando se tem em vista as múltiplas dimensões da vida urbana, têm ficado à margem das políticas públicas de intervenção urbana, e desprovido do reconhecimento de seu potencial organizativo e participativo junto à gestão municipal<sup>102</sup>”.

Tal qual as formas de sociabilidade dos portos e seus barcos coloridos, a estética e a arquitetura ribeirinha também são postas à margem dos projetos, com exceção do projeto Ver-o-Rio, embora não contemple sua dimensão vivida.

<sup>101</sup> Silva & Ribeiro, 2007.

<sup>102</sup> Silva & Ribeiro, 2007.

Curiosamente, é esta arquitetura que serve de tema dos inúmeros hotéis de selva, que recebem levas de turistas estrangeiros em busca de vivenciar o ambiente amazônico. Entretanto, é igualmente ignorada pelos projetos a beira-rio, com raras exceções. Não defendemos aqui, evidentemente, a manutenção das palafitas ao longo dos rios urbanos ou de uma cidade flutuante, tal qual a de Manaus dos anos 70, até porque essas formas de apropriação do território são vivenciadas originalmente em um contexto muito diverso das grandes capitais. Mas questionamos a razão pela qual sua estética não é aproveitada, mesmo que simbolicamente, pelo desenho urbano e paisagístico dos projetos para orlas dos grandes rios ou pequenos córregos, dado que se objetiva valorizar identidades urbanas plenamente identificadas com ela.

Faz-se necessário, assim reconhecer a produção do espaço beira-rio, sua história, suas vivências, suas identidades, responsáveis por reforçar uma especificidade na Amazônia, a cidade ribeirinha –, diferente da cidade beira-rio, demarcada pela simples localização às margens fluviais e pela presença do rio como adereço da paisagem.<sup>103</sup>

Apesar de reproduzir espacialmente as mesmas soluções, pelo menos no que diz respeito à dimensão substantiva da água, o poder público vêm demonstrando alguma evolução no planejamento em relação às águas, como se pode observar nas entrelinhas dos planos para cidade. No Plano Diretor de Belém de 1993, é claro nas diretrizes da política de produção e organização do espaço urbano a prioridade em “ênfatizar a recuperação da capacidade de ver e utilizar a orla do rio Guamá e da baía do Guajará pelo cidadão, resgatando, simbolicamente, as origens ribeirinhas de Belém”<sup>104</sup>. Entretanto, essa dimensão simbólica limitada parece estar incorporando a dimensão vivida do rio, quando do Plano Plurianual de 2002/2005, o qual confere valor de uso ao mesmo, numa perspectiva mais ampla de desenvolvimento sócio-espacial urbano, não apenas sinônimo de modernização e crescimento econômico.

<sup>103</sup> Trindade Jr, Silva & Malheiros, 2005, p 11.

<sup>104</sup> Plano diretor urbano de Belém, PMB, 1993, (op cit. Santos, 2007) grifo do autor.



Arquitetura Ribeirinha encontrada ao longo do Rio Amazonas. Fonte: o autor, 2007.



Referencial ribeirinho na arquitetura flutuante dos hotéis de selva amazônicos, a exemplo do Ariaú Amazon Towers, próximo à Manaus, e do Palafitas Pakaas Lodge, em Rondônia.

Diferentemente das “janelas”, o Programa Orla Viva nele previsto busca reintegrar o rio ao convívio coletivo, com “estímulo ao uso para atividades de cultura, lazer, tráfego e transporte, e destaque à paisagem urbana e à qualidade ambiental.” O Programa Transporte mais Humano e o Programa Rio Minha Rua que o integram objetivam consolidar o transporte fluvial municipal, através da construção, manutenção e gerenciamento de trapiches públicos<sup>105</sup>.

Embora essas diretrizes ainda não tenham surtido um efeito prático nas formas de intervenção da orla, elas apontam para uma imagem de cidade produzida a partir da sua dimensão cotidiana, rompendo o “pensamento único” de que é possível resgatar a identidade ribeirinha unicamente através de projetos de renovação urbana. “Tal assertiva encontra seus problemas no início da sua formulação, na medida em que aceita como dado a morte da dimensão ribeirinha dessa cidade”<sup>106</sup>. Segundo Amaral & Vilar<sup>107</sup>, o discurso da devolução e do resgate não passa de um paradoxo, pois a cidade que se busca resgatar nunca deixou de existir, ainda que como resíduo, e ao buscar resgatá-la através de políticas públicas urbanas, acaba-se por não reconhecer sua existência.

Entretanto, é bom não criar expectativa de que a criação de espaços públicos na área de orla fluvial trará de volta todos os valores e comportamentos ribeirinhos outrora existentes. Esses não poderão ser mais recuperados em sua totalidade e originalidade simbólica e de vivência, pois a forma de organização social e econômica não é a mesma do passado. (...) Neste sentido, novos valores contemporâneos sobre a beira-rio, vão se impondo diante do reencontro com o contato da orla através de um novo espaço público, e das novas relações sócio-espaciais extraídas desse mesmo espaço.<sup>108</sup>

Neste sentido, o discurso de resgate da Belém ribeirinha apresenta uma dupla contradição. Primeiro por querer resgatar uma dimensão de cidade que ainda existe, mesmo que sob a forma de um resíduo, e segundo, pela impossibilidade

<sup>105</sup> Plano Plurianual 2002/2005, PMB, 2002 (pó cit. Santos, 2007) grifo do autor.

<sup>106</sup> Silva & Ribeiro, 2007.

<sup>107</sup> Amaral & Vilar, 2005, p 99.

<sup>108</sup> Santos, 2007



de recuperação plena de seus valores culturais, dado que não encontram seu rebatimento nas formas de organização sócio-espacial contemporâneas. Assim sendo, os projetos de renovação da orla fluvial de Belém acabam por não reconhecer as múltiplas temporalidades e a heterogeneidade sócio-cultural de seu território.

Se não podemos falar em uma única forma de sociabilidade para os grandes espaços metropolitanos, tão pouco podemos afirmar a construção de uma identidade única para eles. Daí insistirmos em identidades urbanas como modalidades de identidade social em que são (re)construídas múltiplas experiências de pertencimento à *urbe*, das quais se pode vislumbrar diferentes imagens de cidade.<sup>109</sup>

Retomando alguns pontos expressos no capítulo anterior, o “holismo difuso”, que desde a colônia procura conferir uma falsa homogeneidade à região amazônica, acaba por negar sua realidade multidimensional e diversidade social. Assim sendo, faz-se necessário abdicar do pretense “consenso” difundido pelos gestores públicos em prol de um acordo simbiótico entre os diferentes atores, tal qual proposto por Henri Acselrad<sup>110</sup>, onde o equilíbrio reside não em um interesse único superior, mas na “co-invenção conflituosa do território e dos atores de sua construção”. Por conseguinte, é necessário rever o discurso da “devolução” da orla de Belém, assim como do resgate dos valores ribeirinhos, sob a exposição dos paradoxos intrínsecos. Admitir que o processo de renovação urbana da capital paraense segue uma lógica distinta a esse discurso, de forma a legitimar tanto a dimensão ribeirinha que ainda resiste na cidade, quanto os novos atores que vêm atuando na sua orla nos últimos anos. Apesar da clara prioridade dos projetos conferida a essa nova imagem de cidade, manipulada por grupos específicos em detrimento de outros, o discurso do resgate acaba por marginalizar a ambos, seja aqueles colocados à margem do processo de renovação, seja os atores que forjam um discurso ambíguo para poder executá-lo. Um processo de co-invenção, onde interesses distintos se ajustam diante da interação de práticas e da necessidade de suas existências, permite reconstruir a imagem de Belém sem a necessidade de argumentos artificialistas e excludentes.

<sup>109</sup> Silva & Ribeiro, 2007

<sup>110</sup> Acselrad, 2002, p 58,

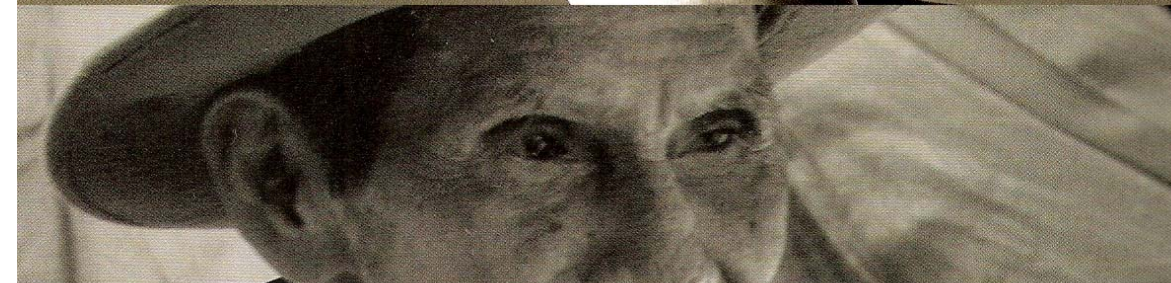
É necessário compreender a constituição histórica do *Homo Modernicus* em Belém, *cidade moderna* mas, ao mesmo tempo, esta tentativa corresponde a saber que não é mais possível “reconstruir” esta “origem” na luz radiosa de seu aparecimento: tanto este “homem” quanto esta “cidade” se encontram de algum modo perdidos. Assim, ao contrário de múltiplas descrições contemporâneas de Belém, apoiadas em argumentos moralizantes ou “saudosistas”, que apelam para uma volta a uma continuidade perdida, a uma harmonia perdida, enfim a uma espécie de “paraíso perdido” – inclusive na visão edênica dos projetos “janelas para o rio” – trata-se de enfrentar o dilaceramento fundamental do sujeito em confrontação com os choques que atravessam a cidade moderna.<sup>111</sup>

Por fim, seguindo o raciocínio de Marin & Chaves, o discurso difundido que compõe o cerne das intervenções urbanas belenenses parece se alimentar novamente da ilusão da nostalgia naturalista. Esta, expressa sob a idealização das águas e dos homens que com ela convivem, recorre novamente a práticas naturalistas do artifício, pelo menos no discurso, na medida em que recusam a realidade fragmentada e heterogênea da Amazônia. Entretanto, os últimos projetos e ações de planejamento em curso em Belém, a exemplo do próprio Portal e do Plano Plurianual, apoiados pelo papel crítico da comunidade acadêmica, começam a encarar o espaço urbano numa abordagem mais complexa, diante da impossibilidade de ignorar a diversidade do ambiente amazônico. Apesar do longo caminho a percorrer, apontam direções futuras que contemplem múltiplas identidades urbanas, dimensões simbólicas e vividas do espaço, movimentos de justiça sócio-ambiental, rumo a uma renovada idéia de natureza, ainda em formação na paisagem renascente de Belém<sup>112</sup>.

<sup>111</sup> Marin & Chaves, 1997, p 21.

<sup>112</sup> Duarte, 2006, p 186.





CONCLUSÃO

Foto da pág. 87:

Montagem do autor a partir de fotos de Gustavo Malheiros, 2005.

(...)

Ah, falta o silêncio que estava entre nós,  
E olhava a tarde, também.

Nele vivia o teu amor por mim,  
obrigatório e secreto.

Igual à face da Natureza:  
evidente, e sem definição.

Tudo em ti era uma ausência que se demorava:  
uma despedida pronta a cumprir-se.

(...)

Cecília Meireles, “Elegia 1933-1937”

## CONCLUSÃO

Até que ponto a “naturalização” do homem, e conseqüentemente do artifício, através da desnaturalização da idéia de natureza, tal qual propôs Clément Rosset<sup>1</sup>, poderá resultar num feliz (re)encontro com uma natureza humana, liberada da própria idéia de natureza?

Esta é uma questão pertinente ainda não resolvida totalmente pelos projetos urbanos na Amazônia, embora já se possam antecipar caminhos a serem seguidos e paradigmas a serem enfrentados pelas intervenções futuras, renunciados pelos últimos projetos na região. O ideal naturalista, que há algum tempo já vem sido colocado em cheque pelos jogos da natureza desnaturalizada e do artifício naturalizante, parece ainda persistir sob a forma de um resíduo, mesmo nas práticas que aceitam o artifício e buscam um real equilíbrio do homem amazônico com seu meio. Se a superação da dicotomia entre natureza e artifício é possível, ou até mesmo desejada ou necessária, a Amazônia urbana se apresenta como um local privilegiado para reflexão desta questão.

Recordemos que mesmo a aprovação trágica do caráter factício e artificial da existência, conforme admite o próprio autor supracitado, não elimina necessariamente segundas intenções naturalistas, dado que essa aprovação está sempre em busca de uma espécie de centro, mesmo que seja do lado do artificialismo. Em suma, o reconhecimento do artifício como realidade da existência encobre a tentativa de afirmação de uma adequação possível maior que, mesmo não sendo alcançada, permite ao homem, pelo menos, acostumar-se com a idéia do artifício e renunciar progressivamente a um conjunto de representações naturalistas ilusórias. Rosset assume esse paradoxo com humildade e alegria, como ele mesmo qualifica sua atitude, onde a aceitação do artifício implica na renúncia de toda forma de controle intelectual da existência.

Por conseguinte, significa a recusa da idéia de natureza, não pela sua inexistência comprovada, mas pela impossibilidade de concebê-la verdadeiramente e capturá-la em um conceito. Indica, ao contrário de uma definição ou de uma recusa, o vazio conceitual, a partir do qual se permite pensar outras questões

humanas, mesmo que de maneira parcial e paradoxal. A Natureza apresenta-se, então, como um ponto de apoio necessário para Merleau-Ponty<sup>2</sup>, como visão de mundo para Norman Crowe<sup>3</sup>, como necessidade metafísica para Lenoble<sup>4</sup> ou, ao contrário deste, como fantasma ideológico para Rosset<sup>5</sup>. Entretanto, apesar das diferentes abordagens e visões sobre a natureza, há um aparente consenso sobre a vitalidade das representações naturalistas no mundo moderno, expressos não somente pela celebração ecológica do meio ambiente mas, principalmente, pela crítica à sociedade capitalista industrial, onde o sentimento anti-urbano é seu produto principal. Reproduz parcialmente uma idéia de natureza já bem conhecida, como o conjunto daquilo que se produz independentemente da intervenção refletida ou consciente, ou seja, em oposição à cultura, ao artifício. O naturalismo aristotélico, dado como finado desde o século XVII, recrudescer nesta oposição ainda presente, onde a natureza é contemplada com uma definição “negativa”, nem acaso, nem artifício, ou seja, tudo aquilo que resta quando da neutralização destes em todas as coisas. A culpabilidade aristotélica do artifício (ou da sociedade contemporânea) diante da degradação da natureza continua a alimentar parte do discurso ambientalista, renovando contradições e ambivalências, a exemplo do mito moderno da natureza intocada<sup>6</sup> ou da generalização dos processos naturais sobre os processos sociais do paisagismo “ecológico”. Quando da desnaturalização destas práticas e idéias, a conseqüente aceitação do artifício, da realidade e do seu caráter factual, permite uma renovada relação entre homem e meio, vistos sob uma ótica integrada, ampla, embora de difícil constituição, aplicabilidade, e mesmo de uma definição.

Construída ideologicamente no cerne da dialética entre natureza e cultura, a Amazônia se serve do naturalismo, não necessariamente como reflexão crítica da sociedade capitalista industrial, como nos países europeus, mas como símbolo de identidade nacional. Criada e recriada nas tensões da cultura européia, constitui um dos últimos redutos possíveis da nostalgia etnocêntrica da ilusão naturalista<sup>7</sup>. As contradições discursivas, expressas pela celebração da natureza depreciada na

<sup>1</sup> Rosset, 1973, p 300.

<sup>2</sup> Merleau-Ponty, 1995 (1957-60).

<sup>3</sup> Crowe, 1997.

<sup>4</sup> Lenoble, 1969.

<sup>5</sup> Rosset, 1973.

<sup>6</sup> Diegues, 1994.

<sup>7</sup> Arnt (in: Arnt & Schwartzman), 1992, p 94.

prática, refletem a dualidade presente ao longo de sua história, seja na recorrente ambivalência paraíso e inferno, seja nos impulsos de preservar ou desenvolver. O vazio conceitual permanece mesmo nas tentativas de superação desta dualidade, onde o desenvolvimento sustentável constitui o mais expressivo exemplar, embora sua fragilidade conceitual e consensual serve, convenientemente, aos interesses dos mais diversos grupos e atores sociais. O discurso de resgate das águas e da cidade ribeirinha, estas enquanto representação da relação idealizada entre homem e natureza, reveste-se igualmente da mesma indefinição e práticas conflituosas.

O ambivalente discurso naturalista, apesar da sua contestação na última década, mantém a vitalidade através da clara centralidade ambiental e da decorrente invisibilidade dos núcleos urbanos, mesmo diante da expressão dominante que a cidade representa na Amazônia. Apesar do estranhamento que esta última afirmação possa causar, dado o discurso mediático atual que reduz sua problemática ao desmatamento florestal e à soberania nacional, a Amazônia é urbana e são nas suas cidades que se condensam os impactos sócio-ambientais, assim como os espaços de reflexão, de mediação e de possibilidades. Aliás, como bem demonstrou Yara Vicentini<sup>8</sup>, os diferentes padrões de ocupação urbana sempre colocaram a cidade amazônica como uma antecipação de processos históricos, da modernidade na floresta e dos paradigmas subseqüentes, ora na cidade colonial resultante das estratégias geopolíticas da metrópole, ora na cidade da *Belle Époque* refletida na vitrine de civilização idealizada pela elite gomífera, ora na fronteira urbana estabelecida pelas políticas do desenvolvimentismo militarista.

Neste imenso anfiteatro que condensa os paradigmas sócio-ambientais como poucos, os projetos urbanos, que por sua essência refletem as relações entre natureza e cultura, configuram a paisagem cultural, tornando-se expressões preciosas destes mesmos paradigmas e consagrados locais de debate. Os parques urbanos e orlas fluviais têm então assumido um papel importante nas políticas públicas, adquirindo funções e formas cada vez mais abrangentes, a ponto de ser necessária uma redefinição de seus contornos e conteúdos, muito aquém daqueles a que inicialmente se propunham. Entretanto, é importante relativizar os resultados de sua análise por estas mesmas razões. Sendo o parque público

---

<sup>8</sup> Vicentini, 1994.

um dos reflexos das transformações derivadas da Revolução Industrial<sup>9</sup>, está nas suas origens a tentativa de superação da dicotomia entre natureza e artifício; e suas atuais derivações programáticas e formais, apesar das particularidades e inovações de conteúdo, ainda ecoam sua intenção original, que poderíamos qualificar apressadamente de naturalista. Por isso, não residiu no sucesso ou fracasso da superação dialética o foco de nossa análise, mas nas contradições derivadas deste caráter essencial, presentes no desalinhamento entre os discursos e as práticas, e entre as formas e os conteúdos, analisados em conjunto. O processo de construção destes espaços, por unificar diferentes categorias analíticas, reflete a visão de mundo dos atores envolvidos de uma maneira mais ampla e integrada, o que teria sido muito difícil caso fosse considerado apenas um de seus aspectos.

No caso amazônico, este cuidado deve ser redobrado, dado que ao contrário do parque urbano europeu, o congênere brasileiro não surgiu necessariamente de uma crítica da sociedade industrial e da demanda das massas trabalhadoras por áreas verdes, mas sim dos anseios de uma elite dominante vislumbrada e ansiosa por integrar-se à civilização ocidental. Esta diferença de contexto confere ao parque amazônico um conteúdo particular, onde o culturalismo, expresso pelo anseio de modernidade e desenvolvimento econômico, mescla-se com o ambientalismo, alimentado pela celebração da natureza e de sua preservação, esta enquanto identidade regional, resultando num curioso híbrido entre o naturalismo e o artificialismo. Talvez seja justamente dessa particularidade que as intervenções urbanas amazônicas extraíam sua força e vitalidade, apontando para novas direções de projeto em busca de uma síntese verdadeira e um equilíbrio possível.

Esta característica fluida pode ser analisada através de uma continuidade discursiva que sobrepõe a história da Amazônia à história da própria idéia de natureza. A relevância desta sobreposição é claramente percebida na importância dos rios amazônicos, seja pelo seu papel determinante no desenvolvimento histórico da região, seja na forte expressão cultural deles derivada. Na Amazônia, as águas constituem uma das principais categorias de análise, através da qual é possível identificar as contradições discursivas construídas à sua volta e, por conseguinte, o conflito histórico que define a

---

<sup>9</sup> Klias (in: Macedo & Sakata), 2002.

região. Apesar dos problemas sócio-ambientais relacionados aos rios urbanos, as águas assumem hoje o protagonismo nos discursos políticos e nas intervenções urbanísticas, acompanhadas da valorização da cultura a elas atreladas. Afirmam-se como um elemento aglutinador poderoso, reforçando sua onipresença histórica.

A relação cidade-água, refletindo a relação entre artifício e natureza, é portanto um dos aspectos mais expressivos dos parques urbanos e orlas fluviais amazônicos, embora se expresse em diferentes abordagens e movimentos. Apesar das consideráveis diferenças formais e de conteúdo verificados, é possível identificar uma tendência a suprimir a aparente separação entre cidade e natureza. Esta hipótese é constatada em diferentes posturas projetuais diante de diferentes objetos e contextos, seja na “artificialização” da natureza observada nos parques-praias de Manaus, nos balneários artificializados ou nas intervenções de Boa Vista, seja na “naturalização” do artifício presente nos projetos de revitalização do waterfront fluvial de Belém. Estes últimos, ao unificar sob um mesmo discurso história e natureza, dada que ambas caminham juntas na Amazônia, adotam uma postura híbrida, entre o culturalismo historicista e o ambientalismo naturalista, onde a naturalização da cidade se dá, ora através do projeto urbanístico e paisagístico (forma), ora da valorização discursiva da cultura regional (conteúdo). Contudo, em ambas as posturas projetuais pode-se identificar, em maior ou menor grau de intensidade, as práticas naturalistas do artifício, recordando que o naturalismo não tem por princípio, necessariamente, a exaltação da natureza, mas a recusa ao artifício, e paradoxalmente, a recusa à própria natureza “real” por ele degradada. Por um lado, diante de uma natureza “pouco natural”, opta-se por “melhorá-la” através do artifício segundo uma natureza idealizada, e por outro, diante de espaços plenamente urbanizados e modificados pelo homem, busca-se naturalizar o artifício. As formas derivadas destes dois movimentos são, de fato, muito distintas, embora ambas busquem amenizar, ou até mesmo eliminar, a marcante ambivalência amazônica.

Obviamente, a tentativa de superar a dualidade entre cidade e natureza não é nova, sendo um dos pontos centrais do próprio campo do Urbanismo moderno, presente desde a naturalização da cidade promovida pelo organicismo do século XIX, que a comparava a um organismo vivo, passando pela cidade-jardim de Howard, pela generalização do urbano na cidade-parque de Corbusier, pelo anti-urbanismo da cidade naturalista de Wright, até o paisagismo ecológico

desenvolvido por McHarg. Este último, sob a influência da emergência ecológica, aborda a cidade e natureza sob um mesmo enfoque, predominantemente ambiental, com uma atitude interdisciplinar, dando início a uma corrente projetual que considera os processos naturais como premissas básicas de projeto.

No caso amazônico, a abordagem ambiental não chega a formalizar uma nova estética ecológica, tal qual promovida nos países europeus e norte-americanos. Mas detém uma particularidade importante ao associar aos objetivos de preservação, recuperação e manutenção do equilíbrio ambiental urbano, as atividades de educação ambiental e pesquisa científica, tratadas com igual importância dos objetivos iniciais, como parte do próprio processo de preservação através da conscientização ecológica. Formalmente, os parques ecológicos amazônicos não assumem inicialmente uma nova estética paisagística, ainda coexistindo posturas projetuais tradicionais, de cunho romântico, pitoresco e até mesmo historicista, com uma nova linguagem, a exemplo do paisagismo naturalístico e conceitual do Mangal das Garças, em Belém. Avançando nesta última tendência, o Parque do Mindu, em Manaus, é um dos projetos ecológicos mais bem sucedidos na região, cuja arquitetura e paisagismo não recorreram a cânones naturalistas ou à representações miméticas da natureza, mas a um desenho moderno, arrojado e amadurecido, que estabelece um contraste formal com a densa vegetação amazônica ao mesmo tempo em que se integra plenamente à ela. Sua concepção projetual constitui um dos raros exemplos em que o artifício celebra a natureza ao mesmo tempo em que se afirma como artifício, num jogo que, arriscamos afirmar, elimina limites e dualidades, adentrando numa nebulosa zona entre ambos.

Os parques ecológicos introduziram de fato uma corrente projetual inovadora na região capaz de compreender o meio urbano e natural conjuntamente, ainda que, como bem sabemos, essa postura não resulte necessariamente na síntese entre cidade e natureza, mas na generalização dos processos naturais sobre os processos sociais. Apesar de consistir um avanço considerável na forma de pensar o meio urbano, com grande influência no tratamento dos recursos hídricos, o paisagismo de cunho ecológico ainda não configura a almejada superação dicotômica. Sem menosprezar a importância destes projetos na conscientização e preservação ambiental, fundamental sem dúvida, seu efeito imediato é limitado diante das grandes desigualdades sociais que se distribuem de forma também desigual no território, onde as camadas sociais menos

favorecidas são as mais expostas aos maiores riscos ambientais. Entretanto, nos mais recentes projetos em curso já é possível antecipar um ponto de inflexão no discurso e nas práticas que, diante de problemas ambientais complexos e urgentes, vêm-se obrigados a considerar os processos sociais envolvidos na sua raiz, seja como categoria principal da intervenção ou como um meio indispensável para atingir outros objetivos.

Apesar do extenso projeto de renovação urbana em curso nas capitais amazônicas, especialmente em Belém, os estudos realizados sobre eles apontam para contradições discursivas que dão continuidade às ambivalências características, renovando sob diferentes roupagens práticas e resultados já experimentados. No discurso de “devolução” da orla fluvial, forjado em torno do aparente consenso do resgate das águas e da cidade ribeirinha, e expresso pela visão edênica das “janelas para o rio”, reside a principal contradição. Conforme foi demonstrado, o almejado objetivo de democratização da orla da cidade acaba por encobrir práticas de reconfiguração espacial, marcadas pelo enobrecimento de áreas degradadas e pela segregação social. Evidentemente, esse processo já é recorrente na Amazônia, cuja origem remonta à visão colonizadora européia e a sua imposição cultural na América. Nas capitais tropicais da *Belle Époque* já era evidente o uso de práticas de segregação sócio-espacial que permitiram a renovação urbana espetacularizada, reflexo da imagem de modernidade almejada pela elite esclarecida. No entanto, uma das principais diferenças da *belle vitrine* do início do século para o marketing urbano dos anos 90 é o uso da água como elemento unificador poderoso, além da inclusão de valores ambientais e regionais, incorporados menos pela sua importância na solução dos problemas sócio-ambientais, e mais pelo anseio de modernidade que agora se alinha ao ideário ecológico em voga. Esta afirmação se baseia pelo fato do discurso construído em torno do projeto de “devolução” não ser seguido necessariamente pelas práticas projetuais resultantes, como também do uso e valores atribuídos posteriormente a esses espaços pela população.

O desalinhamento verificado entre forma e conteúdo é, então, resultado de um entendimento limitado dos valores culturais que se pretende resgatar. Ao considerar os rios amazônicos segundo uma dimensão contemplativa, acaba por negar implicitamente sua dimensão vivida, onde reside a cidade ribeirinha objeto do resgate, limitando-a a uma cidade a beira-rio. Dessa forma, as políticas urbanas adotadas convertem a cidade de obra em produto, o valor de uso em

valor de troca e, por fim, confunde o direito ao espaço com o direito à paisagem. Acabam, assim, por recair em um duplo paradoxo. Primeiro porque a cidade que se pretende resgatar nunca deixou de existir, mesmo que sob a forma de um resíduo, e ao clamar pelo seu retorno, acaba por negar implicitamente a sua existência. Em segundo lugar, porque esta cidade ribeirinha dada como perdida não encontra mais o seu rebatimento na organização sócio-espacial contemporânea, sendo impossível o seu regate pleno diante da introdução de novos atores e práticas que também reivindicam seu espaço, mesmo que de forma conflitante, desigual e questionável. Por fim, do projeto de “devolução” da orla fluvial de Belém ecoa a nostalgia naturalista, agora expressa pelo desejo de retorno de uma “harmonia” perdida, pela idealização das águas e de sua relação com a cidade e os homens que nela vivem, recorrendo novamente a práticas naturalistas do artifício, pelo menos discursivamente, na medida em que recusam a realidade fragmentada e heterogênea da Amazônia.

No entanto, a constatação deste paradoxo por parte do meio acadêmico já começa a surtir efeito nas recentes políticas e intervenções urbanas, mesmo que timidamente e através de objetivos secundários. O próprio Portal da Amazônia e o os planos plurianuais de Belém já apresentam algumas mudanças significativas quanto ao seu conteúdo programático, ao conferir uma atenção especial às questões sociais envolvidas na problemática ambiental, assim como ao valor de uso dos rios urbanos. Mesmo sob a sombra do discurso turístico e econômico que ainda se afirma majoritariamente nas formas adotadas, constitui um prenúncio de novas posturas projetuais mais atentas à diversidade social do espaço urbano amazônico. Em Manaus, o projeto Prosamim enfrenta abertamente a problemática sócio-ambiental, sem recorrer a discursos naturalistas ou turísticos. Com um enfoque claramente social, explora a interdisciplinaridade e a multifuncionalidade que os projetos para parques lineares vêm assumindo na região, buscando promover a justiça ambiental e a melhoria da qualidade de vida urbana. Estes últimos exemplos constituem um avanço sobre os projetos para parques ecológicos, por entenderem os processos sociais conjuntamente com os processos naturais envolvidos, considerando o meio urbano como o resultado de um processo histórico-geográfico de urbanização, onde as dinâmicas sociais têm um papel preponderante. A visão sócio-ecológica daí resultante envolve na mesma mirada as desigualdades sociais e ambientais, abrindo espaços para os movimentos de justiça ambiental

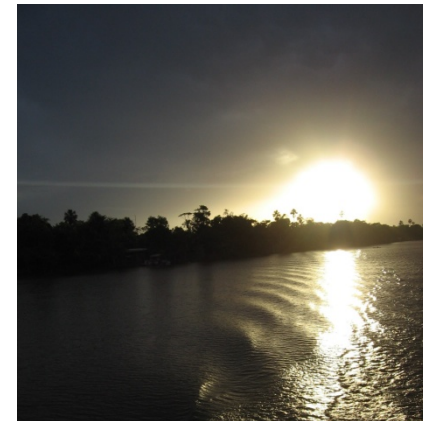


defendidos por Harvey<sup>10</sup>. Por conseguinte, possibilitam melhor compreender a diversidade sócio-espacial e as múltiplas temporalidades que coexistem no território amazônico, sem os quais é impossível identificar os conflitos e seus possíveis espaços de mediação. Neste sentido, os discursos que se revestem de um consenso inquestionável submetido a um bem superior comum dificultam, se não impossibilita, a co-invenção dos atores através de uma simbiose social<sup>11</sup>. Embora as intervenções em andamento signifiquem um avanço considerável nas formas de pensar o meio ambiente enquanto questões sócio-ambientais, ainda há um longo caminho a percorrer, onde as soluções em curso serão de grande importância para o amadurecimento de futuros projetos para a Amazônia.

Ao colocar novamente os processos sociais no centro do debate urbano-ambiental, o urbanismo sócio-ecológico, se assim podemos qualificá-lo, ajuda a afastar discursos e práticas contraditórios marcados pela ilusão naturalista, na mesma medida que renuncia à lógica binária da dualidade entre natureza e cultura<sup>12</sup>. Se esta atitude não nos direcionar a uma síntese entre o natural e o urbano, dado que, como nos recorda Milton Santos<sup>13</sup>, a desnaturalização da natureza implica necessariamente na universalização do artifício, no mínimo embaça os contornos que os separam.

Já nos anos oitenta, Giulio Carlo Argan<sup>14</sup>, ao debruçar-se sobre a essência do Urbanismo, se é arte ou ciência, concluiu que esta discussão não tem sentido, dado que a oposição entre estas categorias pertence a um esquematismo cultural superado, cuja serventia resume-se a confundir as idéias ao invés de esclarecê-las. O Urbanismo, enquanto um campo novo, pressupõe a superação dessa ambivalência, suplantada pelo próprio processo de formação da disciplina, e da relação dialética em que coloca seus diversos componentes. Neste sentido, estaria a Amazônia a superar a marcante dualidade que lhe conferiu identidade por séculos? Estariam os projetos urbanos em curso nas suas cidades a suplantarem definitivamente a distinção entre a natureza e o artifício, cujo resultado incerto conduziria a uma nova imagem de cidade? Que a princípio os projetos aqui

analisados, pela sua aparência, já sejam por si um esforço de síntese, não significa que sua forma e conteúdo conduzam necessariamente a uma unidade conceitual. Como bem sabemos, os jogos da naturalização do artifício e da artificialização da natureza podem muito bem refletir as expressões modernas do naturalismo, cujas bases são mais uma vez questionadas como prenúncio de uma crise filosófica. Portanto, os movimentos conjunturais, observados segundo uma perspectiva histórica, parecem mesmo apontar para superação desse esquematismo binário, cuja utilidade analítica e ressonância política têm perdido crescentemente sua capacidade de representação<sup>15</sup>. Embora permaneça o paradoxo constante da filosofia trágica, esse esforço de síntese empreendido através da naturalização do artifício, e sua conseqüente aceitação, nos conduz ao “feliz reencontro com a natureza humana liberada da idéia de natureza”<sup>16</sup>, pelo menos até que as representações naturalistas se revigorem e precisem ser novamente encaradas.



<sup>10</sup> Harvey, 1996.

<sup>11</sup> Acselrad, 2002.

<sup>12</sup> Heyen, Kaika & Swyngedouw, 2006, p 3.

<sup>13</sup> Santos, 1996.

<sup>14</sup> Argan, 1984, p 211.

<sup>15</sup> Gandy, 2006, p 72-73.

<sup>16</sup> Rosset, 1973, p 300.



## BIBLIOGRAFIA

- ACSELRAD, Henri. “O Zoneamento Ecológico-Econômico da Amazônia e o *panoptismo* imperfeito”, in: Cadernos do IPPUR, IPPUR / UFRJ, Rio de Janeiro, ano XVI, nº 1, 2002.
- \_\_\_\_\_. “Políticas Ambientais e Construção Democrática”, in: DINIZ, N.; SILVA, M. & VIANA, G. (orgs.), “O desafio da sustentabilidade”, Fundação Perseu Abramo, São Paulo, 2001.
- \_\_\_\_\_. “Sustentabilidade: concepções, histórico e dimensões”, in: “Seminário Fluminense de Indicadores IV”, Fundação CIDE, Rio de Janeiro, 2004.
- ACSELRAD, Henri; HERCULANO, Selene & PÁDUA, José Augusto. “A justiça ambiental e a dinâmica das lutas socioambientais no Brasil – uma introdução”, in: ACSELRAD, H.;HERCULANO, S. & PÁDUA, J. “Justiça Ambiental e Cidadania”, Relume Dumará, Rio de Janeiro, 2004.
- AMARAL, Márcio Douglas Brito. “A Guerra das Águas: Concepções e práticas de planejamento e gestão urbana na orla fluvial de Belém”, dissertação de mestrado, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém do Pará, 2005.
- ARGAN, Giulio Carlo. “História da Arte como História da Cidade”, Martins Fontes, São Paulo, 1998 (primeira edição em italiano 1984).
- ARNT, Ricardo Azambuja; SCHWARTZMAN, Stephan (prefácio de CATSRO, Eduardo Viveiros de). “Um Artífício Orgânico: transição na Amazônia e Ambientalismo (1985-1990)”, Rocco, Rio de Janeiro, 1992.
- BARRETO FILHO, Henyo Trindade. “Notas para a história de um artefato sócio-cultural: o Parque Nacional do Jaú”, in: “Terras das Águas – Revista de Estudos Amazônicos”, Núcleo de Estudos Amazônicos do Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares da Universidade de Brasília, Brasília, primeiro semestre de 1999.
- BECKER, Bertha K. “Amazônia”, editora Ática, São Paulo, 1991, 2ª edição.
- \_\_\_\_\_. “Cenários de Curto Prazo para o Desenvolvimento da Amazônia”, in: Cadernos do IPPUR, ano XIV nº 1, IPPUR / UFRJ, Rio de Janeiro, 2000.
- BENCHIMOL, Samuel. “Amazônia: Planetarização e Moratória Ecológica”, CERED, São Paulo, 1989.
- BRITTO, Ana Lúcia; SILVA, Victor Andrade da. “Viver às margens dos rios: uma análise da situação dos moradores da favela Parque Unidos do Acari” , in: Costa, Lúcia (org.). “Rios e Paisagens Urbanas em Cidades Brasileiras”, Viana & Mosley, PROURB/FAU/UFRJ, Rio de Janeiro, 2006.
- CALLAÚ, J. Renato Crespo. “Diccionario de términos ambientales”, CESU-UMSSS, La Paz, 1999.
- CARDOSO, Aduino Lucio. “Visões da Natureza no processo de Constituição do Urbanismo Moderno”, in: Cadernos IPPUR, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, p 119-150, janeiro-julho de 2000.
- \_\_\_\_\_. “A Utopia em Construção: Modernidade, ecologia e urbanização”, in: RIBEIRO, A. “Brasil, Território da Desigualdade”, Jorge Zahar Editor, Fundação Universitária José Bonifácio, Rio de Janeiro, 1991.
- CARDOSO, Ana Cláudia Duarte & LIMA, José Júlio Ferreira. “Tipologias e padrões de ocupação humana na Amazônia Oriental: para que e para quem?”, in: “O Rural e o Urbano na Amazônia: diferentes olhares e perspectivas”, Edufpa, Belém, 2006
- CARVALHO, João Carlos de. “Amazônia Revisitada: de Carvajal a Márcio Souza”, Edufac, Rio Branco, 2005.
- CHACEL, Fernando. “Paisagismo e Ecogênese”, Frainha, Rio de Janeiro, 2ª edição, 2001.
- CHOAY, Françoise. “O Urbanismo”, Perspectiva, São Paulo, 2005 (1ª publicação 1965).
- CHOAY, Françoise; MERLIN, Pierre. “Dictionnaire de L’Urbanisme et de L’Aménagement”, Presses Universitaires de France, Paris, 1988.

- COLLINGWOD, Robin George. "Idea de la Naturaleza", FCE, 2ª edição, México, 2006 (1ª edição em inglês 1945).
- COSGROVE, Denis E. "Social Fomation and Symbolic Landscape", The University of Wisconsin Press, Wisconsin, 1998 (primeira impressão 1984).
- COSTA, Antonio Mauricio Dias da. "Uma metrópole na floresta: representações do urbano na Amazônia", in: "As cidades e seus agentes: práticas e representações", Edusp, São Paulo, 2006.
- COSTA, Heloisa Soares de Moura. "Desenvolvimento urbano sustentável: uma contradição de termos?", in: Anais do VII Encontro Nacional da ANPUR, organização Décio Rigatti, PROPUR-UFRGS, Porto Alegre, 2000.
- COSTA, Lucia Maria Sá Antunes. "Popular Values for Urban Parks: A case of study of the changing meanings of Parque do Flamengo in Rio de Janeiro", Tese de Doutorado, London, University College, 1993.
- \_\_\_\_\_. "Paisagismo e Urbanismo: Permeabilidades", in Machado, Pereira e Silva (orgs), "Urbanismo em Questão", Prourb, Rio de Janeiro, 2003.
- \_\_\_\_\_. "Rios Urbanos e o Desenho da Paisagem", in: Costa, Lúcia (org.). "Rios e Paisagens Urbanas em Cidades Brasileiras", Viana & Mosley, PROURB/FAU/UFRJ, Rio de Janeiro, 2006.
- COSTA, Lúcia Maria Sá Antunes; MONTEIRO, Patrícia Maya. "Rios Urbanos e Valores Ambientais", in: Del Rio, Vicente; Duarte, Cristiane Rose; Rheingantz, Paulo Afonso (organizadores). "Projeto do Lugar", Contra Capa Livraria / PROARQ, Rio de Janeiro, 2002.
- CROWE, Norman. "Nature and the idea of a man-made world", MIT Press, London, 1997.
- DIAS, Edinea Mascarenhas. "A Ilusão do Fausto", Valer editora, Manaus, 1999.
- DIEGUES, Antonio Carlos Sant'Ana. "O Mito Moderno da Natureza Intocada", Nupaub, São Paulo, 1994.
- \_\_\_\_\_. "Ecologia Humana e Planejamento em Áreas Costeiras", Nupaub, São Paulo, 2001.
- DUARTE, Cristóvão Fernandes. "Anotações Preliminares sobre a História da Forma Urbana da Cidade de Belém", in: Machado, Denise B. P. / Vasconcellos, Eduardo M. (orgs.), Cidade e Imaginação, Rio de Janeiro, FAU/UFRJ/PROURB, 1996.
- \_\_\_\_\_. "Belém, cidade das águas grandes", in: Lucia Costa (org), "Rios e Paisagens Urbanas em Cidades Brasileiras", Viana & Mosley, Rio de Janeiro, 2006.
- FARAH, Ivete. "Natureza e Cultura: do idealismo constituído ao despertar de novas visões", in: Coutinho (org.), "A Cidade pelo Averso", Viana & Mosley, PROURB/FAU/UFRJ, Rio de Janeiro, 2006.
- FERREIRA, Manoel Rodrigues. "A Ferrovia do Diabo: a história de uma estrada de ferro na Amazônia", Melhoramentos, São Paulo, 1987.
- FONSECA, Dante Ribeiro. "Uma cidade a far-west: tradição e modernidade em Porto Velho", in: Borzacov, Yêdda Pinheiro (coordenadora); "Porto Velho conta a sua História" ; SEMCE; Porto Velho, 1998.
- FRANCO, Maria de Assunção Ribeiro. "Planejamento Ambiental para a Cidade Sustentável", editora Furb, 1999.
- FREITAS, Marcelo Motta de. "Reflexões sobre as dimensões humanas da conservação", in: Coutinho (org.), "A Cidade pelo Averso", Viana & Mosley, PROURB/FAU/UFRJ, Rio de Janeiro, 2006.
- FREITAS, Marcílio de & SILVA, Marilene Corrêa da. "Estudos da Amazônia Contemporânea: dimensões da globalização", Edua, Manaus, 2000.
- GANDY, Matthew. "Urban nature and the ecological imaginary" in: "In the Nature of Cities: Urban political ecology and the politics of urban metabolism", Routledge, London, p 63-74, 2006.
- GOMES, Edvânia Tôrres Aguiar. "Inquietação em torno do debate sociedade-natureza no espaço da cidade", in: "Natureza e Sociedade Hoje: uma leitura geográfica", Editora Hucitec, São Paulo, p 146-152, 1993.
- HARDMAN, Francisco Foot. "Trem Fantasma – a modernidade na selva", Companhia das Letras, São Paulo, 1988.
- HARVEY, David. "Justice, Nature and the Geography of Difference", Blackwell Publishers, Oxford, 1996.
- HEYNEN, Nik; KAIKA, Maria; SWYNGEDOUW, Erik. "Urban Political Ecology: Politicizing the production of urban natures" in: "In the Nature of Cities:

- Urban political ecology and the politics of urban metabolism”, Routledge, London, p 1-19, 2006.
- HOUGH, Michael. “Cities and Natural Process”, Routledge, New York, 2000, (primeira impressão 1995).
- \_\_\_\_\_. “Design with City Nature: An Overview of Some Issues”, in: Platt, Ruthford; Rowntree, Rowan; Muick, Pamela (orgs.) “The Ecological City: Preserving and Restoring Urban Biodiversity”, The University of Massachusetts Press, Massachusetts, p 40-48, 1994.
- IZAGA, Fabiana. “Notas sobre o paisagismo modern no Brasil”, in: Coutinho (org.), “A Cidade pelo Avesso”, Viana & Mosley, PROURB/FAU/UFRJ, Rio de Janeiro, 2006.
- KLIASS, Rosa Grena. “Rosa Kliass: desenhando paisagens, moldando uma profissão”, texto de Ruth Verde Zein. Senac, São Paulo, 2006.
- LEITE, Maria Angela Faggin Pereira. “A Natureza e a Cidade: discutindo suas relações”, in: “Natureza e Sociedade Hoje: uma leitura geográfica”, Editora Hucitec, São Paulo, p 139-145 1993.
- LENOBLE, Robert. “História da Idéia de Natureza”, Edições 70, Lisboa, 1969.
- LOUCKS, Orié L. “Sustainability in Urban Ecosystems: Beyond an Object of Study”, in: Platt, Ruthford; Rowntree, Rowan; Muick, Pamela (orgs.) “The Ecological City: Preserving and Restoring Urban Biodiversity”, The University of Massachusetts Press, Massachusetts, p 49-65, 1994.
- LOUREIRO, João Jesus de Paes. “Obras Reunidas: cultura amazônica, uma poética do imaginário”, Escrituras, São Paulo, 2001 (1ª publicação 1991).
- MACEDO, Silvio Soares; SAKATA, Francine. “Parques Urbanos no Brasil”, EdUsp, São Paulo, 2002.
- MACHADO, Lia Osório. “Sistemas ‘longe do equilíbrio’ e reestruturação espacial da Amazônia” in: Cadernos IPPUR, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, p 83-106, n.1/4, janeiro-dezembro de 1995.
- MALHEIROS, Gustavo. “Amazônia”, texto; Eduardo Junqueira, Arte Ensaio, Rio de Janeiro, 2005.
- MARCONDES, Maria Jose de Azevedo. Cidade e Natureza: Proteção dos Mananciais e Exclusão Social”, Studio Nobel, São Paulo, 1999.
- MARIN, Rosa; CHAVES, Ernani. “Imagens de Belém, paradoxo da modernidade e cultura na Amazônia”, in: Ximenes, Teresa (organizadora). “Perspectiva do Desenvolvimento Sustentável”, NAEA-UFPA, Belém, 1997.
- MARINHO, Alciane. “O Lúdico e a Natureza”, in: XII Encontro ANPUR, Belém do Pará, 2007.
- MERLEAU-PONTY, Maurice. “A Natureza – Curso do Collège de France”, Martins Fontes, São Paulo, 2006.
- MESQUITA, Otoni Moreira de. “Manaus: História e Arquitetura”, Valer editora, Manaus, 1999.
- McHARG, Ian. “Design with Nature”, John Wiley & Sons, United States, 1992 (first published 1969).
- OLIVEIRA, José Aldemir. “Manaus, a produção do urbano na periferia: transformações e permanências”, in: “Sesquicentenário da Elevação de Manaus à Categoria de Cidade (1848-1998)”, Amazônia em Cadernos, nº 4, Universidade do Amazonas, Manaus, 1998.
- \_\_\_\_\_. “Cidades na Selva”, Valer editora, Manaus, 2000.
- PÁDUA, José Augusto. “Biosfera, história e conjuntura na análise da questão amazônica”, in: História, Ciências e Saúde, Vol. VI, setembro de 2000.
- \_\_\_\_\_. “Dilemas Entrecruzados”, in: Estudos Avançados 20, 2006.
- PALMER, Joy. “50 Grandes Ambientalistas”, Contexto, São Paulo, 2006.
- PEREIRA, José Carlos Matos. “A Urbanização da Amazônia e o papel das Cidades Médias na Rede Urbana Regional”, in: “O Rural e o Urbano na Amazônia: diferentes olhares e perspectivas”, Edufpa, Belém, 2006.
- PEREIRA, Margareth da Silva. “A Arquitetura Brasileira e o Mito: Notas Sobre um Velho Jogo entre a ‘Afirmação-Homem’ e ‘Presença-Natureza’”, in: Revista Gávea n.8, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, dezembro de 1990.
- \_\_\_\_\_. “Notas sobre o Urbanismo no Brasil: construções e crises de um campo disciplinar”, in Machado, Pereira e Silva (orgs), “Urbanismo em Questão”, Prourb, Rio de Janeiro, 2003.
- PONTE, Juliano Pamplona Ximenes. “A orla de Belém: intervenções e apropriação”, dissertação de mestrado, IPPUR/UFRJ, 2004.

- \_\_\_\_\_. "Cidade e Água: Belém do Pará e estratégias de reapropriação das margens fluviais", in: [www.vitruvius.com.br/arquitextos/arc085](http://www.vitruvius.com.br/arquitextos/arc085), em 20/12/2007.
- REZENDE, Vera F. "Política Urbana ou Política Ambiental, da Constituição de 88 ao Estatuto da Cidade", in: Cardoso, Adauto Lucio, Ribeiro, Luiz César de Queiroz (orgs.), "Reforma Urbana e Gestão Democrática: promessas e desafios do estatuto da cidade", editora Revan, Rio de Janeiro, p 139-152, 2003.
- RODRIGUES, Edmilson Brito. "Aventura Urbana: Urbanização, Trabalho e Meio Ambiente em Belém", PLADES/NAEA-UFPA, Belém do Pará, 1996.
- ROSSET, Clément. "A Anti-Natureza: elementos para uma filosofia trágica", Espaço e Tempo, Rio de Janeiro, 1989 (primeira publicação, 1973)
- SANTOS, Emmanuel Raimundo Costa. "Vem Ver-O-Rio: Planejamento e Gestão na Orla Fluvial de Belém", in: XII Encontro ANPUR, Belém do Pará, 2007.
- SANTOS, Milton. "A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo. Razão e Emoção", Editora Hucitec, São Paulo, 1996.
- \_\_\_\_\_. "A redescoberta da Natureza" in: "Estudos Avançados", Universidade de São Paulo, São Paulo, p 95-106, Vol. 6, n. 14, janeiro/abril de 1992.
- \_\_\_\_\_. "Metamorfoses do Espaço Habitado", Hucitec, São Paulo, 1997.
- \_\_\_\_\_. "Espaço e Método", Nobel, São Paulo, 1985.
- SCHERER, Elenise; MENDES FILHO, Ivanhoé.; "Injustiça Ambiental em Manaus", in: [www.anppas.org.br](http://www.anppas.org.br), acessado em 20/12/2007.
- SERRA, Geraldo. "O Espaço Natural e a Forma Urbana", Nobel, São Paulo, 1987.
- SILVA, Geraldo Alberto. "La Naturaleza naturalizada. Nota para uma crítica substantiva de la Ecología" in: Cadernos IPPUR, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, p 39-44, n.1/4, janeiro-dezembro de 1995.
- SILVA, Marcos Alexandre Pimentel da; RIBEIRO, Rovaine. "Portos e trapiches como imagem de Belém: sociabilidade e identidades urbanas à margem da metrópole", in: XII Encontro ANPUR, Belém do Pará, 2007.
- SPIRN, Anne Whiston. "The Granite Garden: Urban Nature and Human Design", Basic Books, United States, 1984.
- \_\_\_\_\_. "Language of Landscape", Yale University Press, New Haven, 1998.
- STEINBRENNER, Rosane Albino. "Centralidade Ambiental x Invisibilidade Urbana (ou os novos "fantasmas" da Amazônia)", in: XII Encontro ANPUR, Belém do Pará, 2007.
- TAGORE, Rabindranath. "Sadhana - o caminho da realização", Paulus, São Paulo, 1994.
- THOMAS, Keith. "O Homem e o Mundo Natural: mudanças de atitude em relação às plantas e aos animais (1500-1800)", Companhia das Letras, São Paulo, 1996 (primeira impressão 1983).
- TRINDADE JÚNIOR, Saint-Clair Cordeiro da; SILVA, Marcos Alexandre Pimentel da; MALHEIRO, Bruno Cezar Pereira. "Belém, a cidade e o rio: uma apresentação do tema", in: "Belém: a Cidade e o Rio na Amazônia", EDUFPA, Belém, 2005.
- TRINDADE JÚNIOR, Saint-Clair Cordeiro da; SANTOS, Emmanuel Raimundo Costa dos; RAVENA, Nírvea. "A Cidade e o Rio: espaço e tempo na orla fluvial de Belém", in: "Belém: a Cidade e o Rio na Amazônia", EDUFPA, Belém, 2005.
- VARGAS, Glória Maria. "Território e Natureza", in: XII Encontro ANPUR, Belém do Pará, 2007.
- VICENTINI, Yara. "Cidade e História na Amazônia", Tese de Doutorado FAU/USP, São Paulo, 1994.
- WHITEHEAD, Alfred North. "O Conceito de Natureza", Martins Fontes, São Paulo, 1994 (primeira publicação, 1920).

## ÍNDICE DE ILUSTRAÇÕES

001	Encontro das Águas do Rio Negro e Rio Solimões, Manaus, AM Foto de Leonide Principe. Fonte: “Amazônia - cores e sentimentos”, 2003 .	CAPA	018	Teatro da Paz, em Belém. Fonte: o autor.	Pág. 77
002	Chuva em Belém. Foto de Renato Chalu.	Pág. 13	019	Foto aérea de parte da cidade de Porto Velho no início dos anos setenta. Fonte: acervo Sebastião Valladares	Pág. 80
003	Worship at the Temple of Nature, de John Henry Fuseli, Londres, 1803.	Pág. 19	020	Belém do Pará. Fonte: <a href="http://www.skyscrapercity.com.br">www.skyscrapercity.com.br</a>	Pág. 82
004	The philosopher uncovering nature and her laws, de François Peyrad, Paris, 1793.	Pág. 23	021	Santarém PA. Fonte: <a href="http://www.skyscrapercity.com.br">www.skyscrapercity.com.br</a>	Pág. 82
005	Imagem de Londres em 1872, por Gustave Doré.	Pág. 32	022	Manaus, AM. Fonte: <a href="http://www.skyscrapercity.com.br">www.skyscrapercity.com.br</a>	Pág. 83
006	Nova York nos anos 50, Fonte: McHarg, “Design with Nature”, 1969.	Pág. 36	023	“Cidade Flutuante” na orla de Manaus, no início dos anos 80. Fonte: <a href="http://www.jmartinsrocha.blogspot.com">www.jmartinsrocha.blogspot.com</a>	Pág. 83
007	Favela da Rocinha, Rio de Janeiro.	Pág. 45	024	Porto Velho RO. Fonte: <a href="http://www.skyscrapercity.com.br">www.skyscrapercity.com.br</a>	Pág. 84
008	Foto de Gustavo Malheiros, 2005.	Pág. 55	25	Rio Branco AC. Fonte: <a href="http://www.skyscrapercity.com.br">www.skyscrapercity.com.br</a>	Pág. 84
009	Gravura de Carl Friedrich Von Maritus, séc XIX. Fonte: <a href="http://www.florabrasiliensis.cria.org.br">www.florabrasiliensis.cria.org.br</a>	Pág. 59	026	Boa Vista RR. Fonte: <a href="http://www.boavista.rr.gov.br">www.boavista.rr.gov.br</a>	Pág. 85
010	Planta de Belém do Pará em 1791. Fonte: Reis Filho, Nestor Goulart ; “Imagens de Vilas e Cidades do Brasil Colonial”, 2001	Pág. 69	027	Macapá AP. Fonte: <a href="http://www.skyscrapercity.com.br">www.skyscrapercity.com.br</a>	Pág. 85
011	Fundação da Cidade de Belém em 1616. Fonte: <a href="http://www.vitruvius.com.br">www.vitruvius.com.br</a>	Pág. 73	028	Foto de Gustavo Malheiros, 2005	Pág. 87
012	Belém em 1817, por Spix e Martius. Fonte: Reis Filho, Nestor Goulart ; “Imagens de Vilas e Cidades do Brasil Colonial”, 2001	Pág. 73	029	Mapa do Regent’s Park, em Londres. Fonte: <a href="http://en.wikipedia.org">en.wikipedia.org</a>	Pág. 92
013	Teatro da Paz, em Belém. Fonte: <a href="http://www.skyscrapercity.com.br">www.skyscrapercity.com.br</a>	Pág. 74	030	Parc La Villette, em Paris, de Benard Tschumi, Fonte: <a href="http://courses.umass.edu">courses.umass.edu</a>	Pág. 94
014	Mercado de Ferro do Ver- o-Peso, em Belém. Fonte: <a href="http://www.skyscrapercity.com.br">www.skyscrapercity.com.br</a>	Pág. 74	031	Millennium Park, em Chicago, de Frank Gehry. Fonte: <a href="http://www.socketsite.com">www.socketsite.com</a>	Pág. 94
015	Doca do Reduto, em Belém. Fonte: <a href="http://www.skyscrapercity.com.br">www.skyscrapercity.com.br</a>	Pág. 75	032	Bosque Rodrigues Alves, em Belém do Pará. Fonte: o autor, 2007.	Pág. 97
016	Manaus no início do século XX. Fonte: <a href="http://www.skyscrapercity.com.br">www.skyscrapercity.com.br</a>	Pág. 75	033	Praça Batista Campos, na <i>Belle Époque</i> de Belém. Fonte: <a href="http://www.skyscrapercity.com.br">www.skyscrapercity.com.br</a>	Pág. 99
017	Teatro Amazonas, em Manaus. Fonte: o autor.	Pág. 76	034	Praça França (atual Praça do estivadores), em Belém, anos 40. Fonte: <a href="http://www.skyscrapercity.com.br">www.skyscrapercity.com.br</a>	Pág. 99
			035	Vista aérea do Parque Temático Aqua Mac, em Boa Vista. Fonte: <a href="http://www.skyscrapercity.com.br">www.skyscrapercity.com.br</a>	Pág. 103
			036	Praça Batista Campos em Belém. Fonte: o autor, 2007.	Pág. 104
			037	Praça da República, em Belém. Fonte: o autor, 2007.	Pág. 104
			038	Bosque Rodrigues Alves, em Belém. Fonte: o autor, 2007.	Pág. 105
			039	Bosque Rodrigues Alves, em Belém – Lago central. Fonte: o autor, 2007.	Pág. 106

040	Bosque Rodrigues Alves, em Belém – Pontes sobre cursos d'água. Fonte: o autor, 2007.	Pág. 107	061	Estação das Docas, em Belém. Fonte: o autor, 2007.	Pág. 127
041	Bosque Rodrigues Alves, em Belém – Grutas, Ruínas e Aquário. Fonte: o autor, 2007.	Pág. 107	062	Complexo Histórico do Feliz Lusitânia, em Belém. Fonte: SECULT, Governo do Estado do Pará.	Pág. 128
042	Balneário da Ponta Negra, em Manaus, em 1986. Fonte: <a href="http://www.skyscrapercity.com.br">www.skyscrapercity.com.br</a>	Pág. 108	063	Catedral da Sé e Igreja de Santo Alexandre, convertida em Museu de Arte Sacra. Fonte: o autor, 2007.	Pág. 129
043	Parque da Ponta Negra em Manaus. Fonte: IMPLURB, Prefeitura de Manaus.	Pág. 109	064	Centro Cultural Casa das Onze Janelas e Forte do Castelo. Fonte: o autor, 2007.	Pág. 129
044	Trechos do Parque da Ponta negra, em Manaus. Fonte: o autor, 2007.	Pág. 110	065	Pier e Passeio a beira-rio no Feliz Lusitânia. Fonte: o autor, 2007.	Pág. 130
045	Orla de Alter do Chão, distrito de Santarém. Fonte: o autor, 2007.	Pág. 111	066	Projeto de Revitalização do Mercado do Ver-o-Peso e imediações. Fonte: Flávio Ferreira.	Pág. 131
046	Orla de Icoaraci, distrito de Belém. Fonte: o autor, 2007.	Pág. 112	067	Doca do Ver-o-Peso, em Belém. Fonte: o autor, 2007.	Pág. 131
047	Diversos trechos da orla de Macapá. Fonte: o autor, 2007.	Pág. 113	068	Mercado do Ver-o-Peso e do Solar da Beira, convertido em Centro Cultural. Fonte: o autor, 2007.	Pág. 131
048	Balneários tradicionais em Porto Velho e Boa Vista. Fonte: o autor, 2007.	Pág. 114	069	Feira do Ver-o-Peso remodelada. Fonte: o autor, 2007.	Pág. 132
049	Balneário da Fazendinha em Macapá. Fonte: o autor, 2007	Pág. 115	070	Projeto Ver-o-Rio, na orla de Belém. Fonte: o autor, 2007.	Pág. 133
050	Balneários em Boa Vista. Fonte: o autor, 2007.	Pág. 115	071	Projeto Ver-o-Rio, na orla de Belém – Memorial dos Povos Indígenas. Fonte: o autor, 2007.	Pág. 134
051	Parque Eco Park, em Boa Vista. Fonte: o autor, 2007.	Pág. 116	072	Parque do Forte, em Macapá. Fonte: Rosa Kliass, 2006, e o autor, 2007.	Pág. 135
052	Parque Temático Aqua Mac, em Boa Vista. Fonte: <a href="http://www.skyscrapercity.com.br">www.skyscrapercity.com.br</a>	Pág. 116	073	Parque do Forte, em Macapá – Recreação Infantil. Fonte: Rosa Kliass, 2006, e o autor, 2007.	Pág. 136
053	Parque Anauá, em Boa Vista. Fonte: <a href="http://www.boavista.rr.gov.br">www.boavista.rr.gov.br</a> e o autor, 2007.	Pág. 117	074	Parque do Forte, em Macapá – espelho d'água e passeio a beira-rio. Fonte: o autor, 2007.	Pág. 137
054	Orla Taumanan, em Boa Vista. Fonte: <a href="http://www.boavista.rr.gov.br">www.boavista.rr.gov.br</a> e o autor, 2007.	Pág. 118	075	Trecho do Parque da Residência em Belém. Fonte: o autor, 2007.	Pág. 137
055	Praça das Águas e Portal do Milênio, em Boa Vista. Fonte: o autor, 2007.	Pág. 119	076	Projeto do Parque Palácio Rio Negro, em Manaus. Fonte: <a href="http://www.amazonas.am.gov.br">www.amazonas.am.gov.br</a>	Pág. 137
056	Parc André Citöen, em Paris. Fonte: <a href="http://www.gardener.ru">www.gardener.ru</a> e <a href="http://www.artlimited.net">www.artlimited.net</a>	Pág. 120	077	Palácio Rio Branco e Memorial dos Autonomistas, ambos em Rio Branco. Fonte: o autor, 2007.	Pág. 138
057	Praça das Fontes Luminosas (Praça Virtual), em Boa Vista. Fonte: <a href="http://www.boavista.rr.gov.br">www.boavista.rr.gov.br</a>	Pág. 121	078	Praça da Revolução, em Rio Branco. Fonte: o autor, 2007.	Pág. 139
058	Guindaste da Estação das Docas, em Belém do Pará. Fonte: o autor, 2007.	Pág. 122	079	Praça da Catedral e Praça dos Povos da Floresta, em Rio Branco. Fonte: o autor, 2007.	Pág. 139
060	Estação das Docas, em Belém. Fonte: o autor, 2007.	Pág. 126	080	Revitalização da orla do Rio Acre – Ponte de pedestres e Praça do Mercado. Fonte: o autor, 2007.	Pág. 140



081	Revitalização da orla do Rio Acre – Gameleira. Fonte: o autor, 2007.	Pág. 140	102	Parque dos Bilhares, em Manaus. Fonte: <a href="http://www.amazonas.gov.br">www.amazonas.gov.br</a>	Pág. 155
082	Revitalização do Mercado Velho de Rio Branco. Fonte: o autor, 2007.	Pág. 141	103	Parque dos Bilhares, em Manaus, e a Ponte homônima que corta o parque. Fonte: o autor, 2007.	Pág. 156
083	Mercado original e situação da beira-rio antes da intervenção. Fonte: <a href="http://www.skyscrapercity.com.br">www.skyscrapercity.com.br</a>	Pág. 141	104	Parque dos Bilhares, em Manaus – Lagos Artificiais. Fonte: o autor, 2007.	Pág. 156
084	Interior do Borboletário do Mangal das Garças, em Belém do Pará. Fonte: o autor, 2007.	Pág. 142	105	Mangal das Garças, Belém – Projeto e Maquete. Fonte: Rosa Kliass, 2006 e SECULT, Governo do Pará.	Pág. 157
085	Museu Zoobotânico Emílio Goeldi, em Belém. Fonte: o autor, 2007.	Pág. 143	106	Mangal das Garças, Belém – Memorial da Navegação. Fonte: o autor, 2007.	Pág. 158
086	Parque Natural de Porto Velho. Fonte: o autor, 2007.	Pág. 144	107	Mangal das Garças, Belém – Armazém do Tempo. Fonte: o autor, 2007.	Pág. 159
087	Parque Chico Mendes em Rio Branco. Fonte: o autor, 2007.	Pág. 145	108	Mangal das Garças, Belém – Viveiro das Aningas e Orquidário. Fonte: o autor, 2007.	Pág. 159
088	Parque Capitão Ciríaco em Rio Branco. Fonte: o autor, 2007.	Pág. 146	109	Mangal das Garças, Belém – Lago Principal e Borboletário. Fonte: o autor, 2007.	Pág. 160
089	Jardim Botânico Adolpho Ducke, em Manaus – Monumento às madeiras nobres.	Pág. 147	110	Mangal das Garças, Belém – Memorial da Navegação e Mirante. Fonte: o autor, 2007.	Pág. 160
090	Parque Ambiental do Utinga, em Belém. Fonte: o autor, 2007.	Pág. 147	111	Mangal das Garças, Belém – Pergolados e Passarelas sobre o Aningal. Fonte: o autor, 2007.	Pág. 161
091	Bosque da Ciência, em Manaus – Casa da Ciência e Tanque dos Peixes-Boi. Fonte: o autor, 2007.	Pág. 148	112	Mangal das Garças, Belém – Parque visto do Farol de Belém. Fonte: o autor, 2007.	Pág. 161
092	Bosque da Ciência, em Manaus. Fonte: o autor, 2007.	Pág. 148	113	Mangal das Garças, Belém – Vista do Parque e da Cidade de Belém. Fonte: o autor, 2007.	Pág. 162
093	Bosque da Ciência, em Manaus. Fonte: o autor, 2007.	Pág. 149	114	Projeto do Parque Madeira-Mamoré para Porto Velho – Esplanada Principal. Fonte: Rosa Grena Kliass	Pág. 163
094	Parque do Mindu, em Manaus – Anfiteatro. Fonte: o autor, 2007.	Pág. 150	115	Projeto do Parque Madeira-Mamoré para Porto Velho – Praça do Mercado. Fonte: Rosa Grena Kliass.	Pág. 163
095	Parque do Mindu, Manaus – Entrada e Chapéu de Palha. Fonte: o autor, 2007.	Pág. 151	116	Projeto do Parque Madeira-Mamoré para Porto Velho – Setor Ambiental. Fonte: Rosa Grena Kliass.	Pág. 164
096	Parque do Mindu, Manaus – Administração, Salas, Biblioteca e Orquidário. Fonte: o autor, 2007.	Pág. 151	117	Projeto do Parque Madeira-Mamoré para Porto Velho – Observatório de Pássaros. Fonte: Rosa Kliass.	Pág. 164
097	Parque do Mindu, Manaus – Anfiteatro. Fonte: o autor, 2007.	Pág. 152	118	Projeto do Parque Madeira-Mamoré para Porto Velho – Tanque das Aquáticas. Fonte: Rosa Kliass.	Pág. 164
098	Parque do Mindu, Manaus – Igarapé. Fonte: o autor, 2007.	Pág. 152	119	Projeto do Parque Madeira-Mamoré para Porto Velho – Pier.	Pág. 164
099	Parque do Mindu, Manaus – Passarelas Suspensas. Fonte: o autor, 2007.	Pág. 153			
100	Parque do Mindu, Manaus – Passarelas e Pontes. Fonte: o autor, 2007.	Pág. 154			
101	Parque do Mindu, Manaus – Passeio para Deficientes Físicos. Fonte: o autor, 2007.	Pág. 154			

- Fonte: Rosa Grena Klias.
- 120 Projeto do Parque da Cidade para Porto Velho (em execução). Pág. 165  
Fonte: Porto Velho Shopping
- 121 Canal da Maternidade, em Rio Branco. Fonte: o autor, 2007. Pág. 168
- 122 Projeto de *parkway* dos anos 30 para o Riverside Park, em Nova York. Pág. 169
- 123 Parque do Flamengo, no Rio de Janeiro. Pág. 169
- 124 Parque da Ponta Negra em Manaus. Pág. 170  
Fonte: IMPLURB, Prefeitura Municipal de Manaus.
- 125 Parque Ayrton Senna em Boa Vista. Pág. 170  
Fonte: [www.boavista.rr.gov.br](http://www.boavista.rr.gov.br)
- 126 Canal da Maternidade antes da intervenção urbanística. Pág. 172  
Fonte: [www.skyscrapercity.com.br](http://www.skyscrapercity.com.br)
- 127 Parque da Maternidade em Rio Branco. Pág. 173  
Fonte: [www.skyscrapercity.com.br](http://www.skyscrapercity.com.br)
- 128 Parque da Maternidade em Rio Branco. Fonte: o autor, 2007. Pág. 173
- 129 Parque da Maternidade em Rio Branco. Fonte: o autor, 2007. Pág. 174
- 130 Parque Tucumã, em Rio Branco. Fonte: o autor, 2007. Pág. 175
- 131 Projeto para Parque no Igarapé São Francisco, em Rio Branco. Pág. 175  
Fonte: [www.skyscrapercity.com.br](http://www.skyscrapercity.com.br)
- 132 Igarapé dos Educandos em Manaus, antes e durante as obras do PROSAMIM. Fonte: o autor, 2007. Pág. 176
- 133 Obras do PROSAMIM no Igarapé dos Educandos, em Manaus. Pág. 177  
Fonte: [www.amazonas.am.gov.br](http://www.amazonas.am.gov.br)
- 134 Obras do PROSAMIM nos Igarapés do Quarenta e do Passarinho, em Manaus. Fonte: [www.amazonas.am.gov.br](http://www.amazonas.am.gov.br) Pág. 178
- 135 Igarapé do Mestre Chico em fase de obras e projeto para o Igarapé do Bombeamento. Fonte: [www.amazonas.am.gov.br](http://www.amazonas.am.gov.br) Pág. 178
- 136 1ª etapa habitacional do PROSAMIM em Manaus. Pág. 179  
Fonte: [www.amazonas.am.gov.br](http://www.amazonas.am.gov.br)
- 137 Áreas de ocupação irregular nas proximidades da UFPA, em Belém. Fonte: Ponte, 2006 Pág. 180
- 138 Início das obras do Portal da Amazônia em Belém, com o Mangal das Garças em primeiro plano. Pág. 181  
Fonte: [www.skyscrapercity.com.br](http://www.skyscrapercity.com.br)
- 139 Conjunto habitacional da Vila da Barca, em Belém. Pág. 181  
Fonte: Revista AU, n 170, maio de 2008.
- 140 Projeto para o Portal da Amazônia em Belém. Pág. 182  
Fonte: [www.skyscrapercity.com.br](http://www.skyscrapercity.com.br)
- 141 Projeto para o Portal da Amazônia em Belém. Pág. 183  
Fonte: [www.skyscrapercity.com.br](http://www.skyscrapercity.com.br)
- 142 Torre do Mercado do Ver-o-Peso visto do Solar da Beira, em Belém do Pará. Fonte: o autor, 2007. Pág. 184
- 143 Investimentos imobiliários nas proximidades do projeto Ver-o-Rio. Fonte: [www.skyscrapercity.com.br](http://www.skyscrapercity.com.br) Pág. 188
- 144 Dimensão vivida do rio, expressa pela procissão fluvial do Círio de Nazaré, em Belém. Pág. 189
- 145 Acima a Marina idealizada pelo Portal da Amazônia em Belém, em contraste com o Porto de Manaus. Pág. 190  
Fonte: [www.skyscrapercity.com.br](http://www.skyscrapercity.com.br) e o autor, 2007.
- 146 Arquitetura Ribeirinha enontrada ao longo do Rio Amazonas. Pág. 191  
Fonte: o autor, 2007.
- 147 Referencial ribeirinho na arquitetura flutuante dos hotéis de selva amazônicos, a exemplo do Ariaú Amazon Towers, próximo à Manaus, e do Palafitas Pakaas Lodge, em Rondônia. Pág. 192
- 148 Montagem do autor a partir de fotos de Gustavo Malheiros, 2005 Pág. 195



